UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PETER GLENNON LANZAROTTA SMITH

**A trajetória das prisões privadas no Brasil:
uma análise da disputa pela legitimidade no debate público**

Versão corrigida

São Paulo
2020

PETER GLENNON LANZAROTTA SMITH

**A trajetória das prisões privadas no Brasil:
uma análise da disputa pela legitimidade no debate público**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Laurindo Dias Minhoto

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S656t Smith, Peter Glennon Lanzarotta
A trajetória das prisões privadas no Brasil: uma análise da disputa pela legitimidade no debate público / Peter Glennon Lanzarotta Smith ; orientador Laurindo Dias Minhoto. – São Paulo, 2020. 197 f.

Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Privatização. 2. Prisão. 3. Legitimidade. 4. Neoliberalismo. 5. Meios de comunicação de massa. I. Minhoto, Laurindo Dias, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Peter Glennon Lanzarotta Smith

Data da defesa: 19/02/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Laurindo Dias Minhoto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16/04/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

SMITH, Peter Glennon Lanzarotta. **A trajetória das prisões privadas no Brasil: uma análise da disputa pela legitimidade no debate público**. 2020. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovado em: 19 de fevereiro de 2020

Banca examinadora

Prof. Dr.: Renato Sérgio de Lima

Instituição: Fundação Getúlio Vargas

Julgamento: Aprovado

Profª. Dra.: Viviane de Oliveira Cubas

Instituição: Núcleo de Estudos da Violência – USP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Fernando Afonso Salla

Instituição: Núcleo de Estudos da Violência – USP

Julgamento: Aprovado

AGRADECIMENTOS

À Nicole, por me acompanhar durante todo esse percurso com tanta paciência e solidariedade. A experiência de assumir o desafio do mestrado não teria sido a mesma sem suas boas energias no processo seletivo, perguntas instigantes na fase de pesquisa e dedicação incansável na revisão. Muito obrigado por tudo!

À minha família nos Estados Unidos e no Peru, que, apesar da distância, sempre me fez me sentir o seu apoio e confiança.

Ao meu orientador, Laurindo Dias Minhoto, pela calorosa recepção na comunidade acadêmica da USP e por todos os comentários oportunos que me incentivaram a aprofundar o meu conhecimento sobre o tema e desenvolver um trabalho mais preciso e cuidadoso.

À amiga Cristiana Martin, por me passar todos as dicas e conselhos que desmistificaram a vida de mestrando quando eu precisava mais!

Aos colegas Fabrizio Rigout e Alan Guedes, cuja compreensão sobre a flexibilidade de horários e responsabilidades me permitiu conciliar as atividades profissionais com as acadêmicas.

Ao amigo Alexandre, pela disposição para rever meu texto no meio da correria do final de semestre e aos meus colegas do grupo de leituras – Carol, Jade, Mariana e Pedro – pelas palavras de apoio na reta final.

Aos professores Tod Hamilton e Rebekah Massengill, pelas aprendizagens que me propiciaram na graduação e pela disponibilidade para me ajudar a dar os próximos passos como sociólogo.

Ao professor e amigo Jonathan Phillips, por me ensinar a usar o R em um único semestre e pelas discussões sobre possíveis análises para esta dissertação.

À pesquisadora Roberta Santos, pelo interesse no meu trabalho e pela assistência na tentativa de abrir a caixa-preta do sistema prisional brasileiro.

Por fim, aos amigos e amigas que tornam a vida em São Paulo mais alegre e aconchegante: Vladi, Lolla, Celina, Letícia, Guilherme, José, Yulia, Bia, Andrea, Dora, Dulce, Neimy, Matheus, Daniel, Oscar, Tim, Marcela, Neha, Lili e Pedro.

RESUMO

SMITH, Peter Glennon Lanzarotta. **A trajetória das prisões privadas no Brasil: uma análise da disputa pela legitimidade no debate público**. 2020. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente dissertação parte do pressuposto de que as propostas de transferência da gestão prisional para empresas privadas exigem agenciamentos discursivos específicos na medida em que se trata de disputar a legitimidade de uma nova prática penal que coloca em questão tanto o monopólio do poder coercitivo do Estado quanto a compatibilidade entre incentivo ao lucro e as funções sociais da pena privativa de liberdade. Assim, propõe-se a investigar o debate público no Brasil sobre a chamada “privatização das prisões”, com o objetivo de iluminar as forças discursivas que têm contribuído para justificar a relevância e a viabilidade política do modelo, apesar das evidências surgidas em vários estados sobre suas falhas e insuficiências. A pesquisa empírica contempla duas esferas desse debate, começando por uma discussão dos enquadramentos veiculados em 405 artigos publicados sobre o tema pelos principais jornais do país desde 1984. O levantamento mostra não só a predominância da racionalidade de mercado em detrimento de questionamentos jurídicos e políticos, mas também a apropriação de argumentos centrados na reabilitação dos detentos para defender a proposta em momentos estratégicos. Em seguida, reconhecendo a crescente influência das mídias sociais na formação da opinião pública, analisa-se o conteúdo de comentários registrados por usuários do Facebook em três sondagens sobre a privatização carcerária postadas na página pública do Senado Federal. Nesse caso, detecta-se a prevalência da retórica do populismo penal, ao contrário do que se verificou em relação aos jornais, para promover o modelo com base no tópos discursivo do “fazer sofrer” os detentos. Conclui-se que, embora os debates na “grande imprensa” e nas mídias sociais exponham dinâmicas distintas e aparentemente estanques de legitimação, no conjunto, revelam uma complementaridade entre os discursos neoliberal e neoconservador que parece desafiar, no Brasil de hoje, a possibilidade de implementação de políticas prisionais balizadas pelos princípios do Estado de Direito.

Palavras-chave: Privatização. Prisão. Legitimidade. Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Análise de conteúdo. Meios de comunicação de massa. Mídias sociais.

ABSTRACT

SMITH, Peter Glennon Lanzarotta. **The Trajectory of Private Prisons in Brazil: An Analysis of the Contest for Legitimacy in Public Discourse**. 2020. 197 p. Dissertation (Master of Sociology) – Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This dissertation presupposes that efforts to delegate prison management to private companies require active legitimation, given that they call into question both the state monopoly on coercive power as well as the compatibility of the profit motive with the social significance of punishment. By investigating two spheres of the public debate in Brazil regarding prison privatization, I illuminate the discursive forces that sustain the model's relevance and political viability, despite evidence from several states of its flaws and shortcomings. First, my discussion of the frames present in 405 articles published on the topic by three major newspapers since 1984 demonstrates not only the predominance of market rationality over legal and political considerations, but also the appropriation of arguments concerning prisoner rehabilitation in order to defend the proposal at key junctures. Then, in recognizing social media's growing influence on public opinion, I examine comments posted by Facebook users in response to three posts on the Brazilian Senate public page about prison privatization. In contrast with previous findings, this analysis reveals the prevalence of penal populist rhetoric that promotes the model based on the imperative to "make inmates suffer". I conclude that, although the debates about private prisons in mass and social media involve distinct and seemingly antithetical legitimation dynamics, they also reveal a degree of complementarity between neoliberal and neoconservative discourses that appears to complicate the implementation of penal policies based on the rule of law in current-day Brazil.

Keywords: Privatization. Prison. Legitimacy. Neoliberalism. Neoconservatism. Content analysis. Mass media. Social media.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Artigos sobre privatização carcerária publicados nos jornais estudados, por ano	78
Gráfico 2 – Falas identificadas nos artigos, por período	80
Gráfico 3 – Distribuição das falas, por enquadramento	83
Gráfico 4 – Distribuição das falas, por perspectiva.....	84
Gráfico 5 – Distribuição dos enquadramentos, por postagem.....	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Postagens do Senado Federal sobre o PL 513/2011.....	125
Figura 2 – Principais palavras, Racionalidade de mercado	129
Figura 3 – Principais palavras, Corrupção.....	130
Figura 4 – Principais palavras, Direitos humanos	131
Figura 5 – Principais palavras, Trabalho prisional	132
Figura 6 – Principais palavras, Internacional	134
Figura 7 – Principais palavras, Populismo penal.....	136
Figura 8 – Principais palavras, Responsabilidade do Estado	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais enquadramentos nas reportagens dos jornais.....	82
Tabela 2 – Enquadramentos adicionais nos comentários do Facebook.....	127

LISTA DE SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
API	Application Program Interface
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
COMPAJ	Complexo Penitenciário Anísio Jobim
COMPAJAF	Complexo Penitenciário Antônio Jacintho Filho
CONAP	Companhia Nacional de Administração Prisional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Democratas
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GPA	Gestores Prisionais Associados
INAP	Instituto Nacional de Administração Prisional
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPAT	Instituto Penal Antônio Trindade
LEP	Lei de Execução Penal
MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIG	Penitenciária Industrial de Guarapuava
PIJC	Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto
PIRC	Penitenciária Industrial Regional do Cariri
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP	Parceria Público-Privada
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSC	Partido Social Cristão

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhador Cristão
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEJUS	Secretaria de Justiça e Cidadania
SGAP	Superintendência Geral de Administração Penitenciária
UPP	Unidade Prisional de Puraquequara
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Algumas balizas teóricas	19
<i>A produção discursiva da crise</i>	<i>19</i>
<i>Legitimidade e legitimação.....</i>	<i>20</i>
<i>Neoliberalismo e neoconservadorismo.....</i>	<i>25</i>
<i>Sociabilidade autoritária ontem e hoje</i>	<i>32</i>
Percurso metodológico	33
1 TEMPOS SOCIAIS E TRAJETÓRIA POLÍTICA DA PRIVATIZAÇÃO	37
1.1 Contexto social.....	37
1.2 Primeiras discussões sobre a privatização das prisões (1988-1999).....	44
<i>1.2.1 Minas Gerais</i>	<i>44</i>
<i>1.2.2 São Paulo.....</i>	<i>45</i>
<i>1.2.3 Cenário federal.....</i>	<i>48</i>
1.3 Implementação das prisões privadas (1999-2019)	50
<i>1.3.1 Paraná</i>	<i>50</i>
<i>1.3.2 Ceará</i>	<i>53</i>
<i>1.3.3 Amazonas.....</i>	<i>57</i>
<i>1.3.4 Alagoas</i>	<i>60</i>
<i>1.3.5 Sergipe</i>	<i>62</i>
<i>1.3.6 Minas Gerais</i>	<i>65</i>
<i>1.3.7 Cenário atual.....</i>	<i>68</i>
1.4 Conclusão	70
2 O DEBATE NA GRANDE IMPRENSA	73
2.1 Relevância da mídia.....	73
2.2 Metodologia.....	77
2.3 Começo do debate sobre a privatização (1984-1998)	84
<i>2.3.1 “Ágil e eficiente” (Racionalidade de mercado)</i>	<i>85</i>
<i>2.3.2 “Tudo isso parece extremamente perigoso” (Direitos humanos).....</i>	<i>86</i>
<i>2.3.3 “Bem-sucedida realidade em países desenvolvidos”</i> <i>(Internacional).....</i>	<i>88</i>

2.3.4 “As fugas com certeza diminuirão” (Segurança)	89
2.3.5 “Conquista da humanidade” (Responsabilidade do Estado)	89
2.4 Primeiras experiências com a privatização (1999-2004)	90
2.4.1 “Resultado bom para o empresário” (Racionalidade de mercado)	92
2.4.2 “Serviços que sempre sonhamos” (Direitos humanos)	93
2.4.3 “O exemplo dos EUA não é animador” (Internacional)	95
2.4.4 “Nestes três anos, não houve nem esboço de crise” (Segurança)	96
2.4.5 “Várias razões para não adotarmos as prisões privadas” (Responsabilidade do Estado)	96
2.5 Privatização na ausência de grande escândalo (2005-2016)	97
2.5.1 “A sociedade é o cliente da segurança pública” (Racionalidade de mercado)	99
2.5.2 “Cinco estrelas” (Direitos humanos)	102
2.5.3 “Se fosse boa, os EUA não teriam tão poucas unidades privatizadas” (Internacional)	104
2.5.4 “Com ares futuristas” (Segurança)	105
2.5.5 “É uma falácia que o Estado não sabe administrar nada” (Responsabilidade do Estado)	106
2.6 Privatização após massacre no Amazonas (2017-2019)	107
2.6.1 “O Estado ainda é refém deste contrato” (Racionalidade de mercado)	109
2.6.2 “Mais violência, mais presos; mais presos, maior o faturamento” (Direitos humanos)	112
2.6.3 “Na prática, não funciona” (Segurança)	114
2.6.4 “Mais mito do que business” (Internacional)	116
2.6.5 “Não há uma normativa nacional nesse aspecto” (Responsabilidade do Estado)	117
2.7 Conclusão	118
3 O DEBATE NO FACEBOOK	121
3.1 Relevância das mídias sociais	121

3.2 “E você? O que acha?” – As postagens do Senado Federal.....	125
3.3 “Governo e mercado são duas faces da mesma moeda” (Racionalidade de mercado).....	129
3.4 “Economicamente seria uma beleza, mas vamos refletir” (Corrupção)	130
3.5 “A mudança deve ser focada no lado humano” (Direitos humanos)	131
3.6 “Deixar de tratar criminoso como coitadinho” (Trabalho prisional)	132
3.7 “Brasil, caminhando na contramão da história” (Internacional)	134
3.8 “Se é combatida pelos direitos humanos, sou a favor” (Populismo penal)	136
3.9 “Quem é que deixou a coisa chegar nesse ponto?” (Responsabilidade do Estado)	137
3.10 Conclusão	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
Artigos de revista	147
Documentos	151
Legislação	151
Livros	153
Notícias e reportagens	156
Relatórios.....	170
Trabalhos acadêmicos	172
Trabalhos apresentados em evento	173
Websites	174
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	175
Notícias e reportagens	175

INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro está em crise. A edição mais recente do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), divulgada em dezembro de 2017, apresenta um retrato sombrio das consequências da intensificação contínua do uso da privação de liberdade como meio para combater a criminalidade no Brasil. Entre 1990 e junho de 2016, a população carcerária cresceu 707%, de aproximadamente 90.000 para 726.712 detentos (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL [DEPEN], 2017). Entretanto, por haver 368.409 vagas nas prisões, a taxa de ocupação é de 197%, o que dificulta o exercício das principais funções do sistema penitenciário: garantir a segurança, a saúde e a ressocialização dos detentos (DEPEN, 2017). Exemplo disso é que, em 2014, as pessoas privadas de liberdade eram 28 vezes mais propensas a contrair tuberculose do que a população geral e a taxa de mortalidade dentro das prisões era de 95,2 para cada 100 mil habitantes, três vezes maior do que a da população geral (29,1 mortes para cada 100 mil habitantes) (DEPEN, 2016). Além disso, em 2017, somente 10% dos detentos participavam de atividades educacionais e 13% trabalhavam, segundo o INFOPEN (DEPEN, 2017). Esses dados ilustram a precariedade das instalações públicas e têm sido utilizados para justificar a procura por abordagens alternativas de gerenciamento da crise.

Uma proposta em discussão desde o fim dos anos 80 é a privatização carcerária, definida de forma geral como o “processo pelo qual o Estado transfere a responsabilidade pela gestão ou operação de instalações penitenciárias para uma empresa privada com fins lucrativos” (SELMAN-KILLINGBECK, 2005, p. 2, tradução nossa). O envolvimento de empresas no setor penal não é sem precedentes no Brasil, já que muitas prisões públicas “terceirizam” a prestação de serviços específicos, tais como alimentação ou lavanderia. Para fins desta dissertação, contudo, interessa a implementação de acordos mais abrangentes pelos quais atores privados assumem novas responsabilidades e obrigações relacionadas ao funcionamento da prisão e ao tratamento de detentos. Um exemplo concreto é a “cogestão” de equipamentos públicos, inspirada mais no modelo francês do que a delegação completa da gestão praticada nos Estados Unidos da América (EUA) a partir da década de 1980, que atribui ao Estado a construção e a manutenção da segurança externa das unidades e estipula que agentes públicos participem da diretoria das mesmas (CABRAL; LAZZARINI, 2010). As empresas privadas, em seguida, lucram de acordo com o número de detentos atendidos pelos serviços essenciais fornecidos dentro da prisão, tais como alimentação, vestuário, assistência médica, social e jurídica, vigilância interna e serviços de reabilitação (trabalho prisional, cursos profissionalizantes, etc.). Em anos recentes, o Brasil também tem presenciado as primeiras Parcerias Público-Privadas

(PPPs) em torno da gestão de prisões construídas com capital privado, com base na Lei Nº 11.079/2004, que autoriza a licitação e contratação de agentes particulares no âmbito da administração pública. Dessa forma, as características do cenário brasileiro indicam uma significativa variação de arranjos institucionais referidos, de modo mais ou menos preciso, à noção de privatização.

Mesmo assim, este estudo utilizará o termo “privatização”, não só por causa do seu uso predominante tanto na cobertura do assunto pelos jornais da “grande imprensa” (FONSECA, 2003, p. 74), quanto em trabalhos acadêmicos e debates na esfera política sobre o tema, mas também pela suposição de que “a concessão de serviços e de obras públicas e os vários modos de parceria com o setor privado, inclusive a parceria público-privada, constituem formas de privatizar” (MAURICIO, 2011, p. 89). Além disso, como apontam Sparks e Gacek (2019, p. 387, tradução nossa), há de se reconhecer que “os valores e interesses públicos e privados são distintos uns dos outros, uma vez que o governo e as empresas são regidos por responsabilidades [*accountabilities*] e lógicas diferentes, gerando formulações de sucesso diferentes”.

De acordo com os defensores da privatização, o incentivo de maximização do lucro garantiria melhorias na eficiência e qualidade do serviço das instituições de justiça criminal, tornando-as mais receptivas às demandas da população e, portanto, representativas do interesse público. Seguindo essa linha de pensamento, a adoção de técnicas inovadoras de gestão empresarial na esfera penal superaria a incompetência de um Estado caracterizado pela “irracionalidade quanto ao orçamento, gasto com pessoal, lentidão [...] para solucionar problemas emergentes” (SALLA, 1991 *apud* BRITO; DIAS, 2015, p. 9) e teria o efeito de “reduzir gastos, melhorar a qualidade dos serviços e criar condições para a reabilitação dos presos através do trabalho” (MORAES FILHO, 2008).

De outro lado, nota-se que, além das contestações jurídicas sobre a constitucionalidade da transferência da execução da pena à gestão privada, as principais críticas ao modelo baseiam-se nos mesmos pontos defendidos pelos proponentes. Nessa visão, o incentivo ao lucro faz com que “a população prisional e o encarceramento respondam não às taxas de criminalidade e à segurança pública, mas à oferta e à demanda, de acordo com obrigações contratuais” (AVIRAM, 2014, p. 424, tradução nossa). Além disso, dado que as empresas dependem da criminalidade para seu sucesso comercial, também preocupa que a economia de estrutura e recursos seja priorizada em detrimento da verdadeira reabilitação dos presos (ARAÚJO JUNIOR, 1995). Nesta perspectiva, o lucro serviria não como catalisador de um sistema penal mais humano, mas como mecanismo perverso que

[...] repousa exatamente no gerenciamento empresarial dos novos sujeitos monetários sem dinheiro que, uma vez descartados da nova ordem econômica internacional, são inseridos nas prisões de mercado na qualidade de consumidores cativos da indústria da punição (MINHOTO, 2002, p. 136).

Em outras palavras, os detentos que em sua maioria provém de camadas desprivilegiadas da sociedade tornam-se *commodities* a serem quantificadas e otimizadas pelas empresas privadas na busca da eficiência. Essa tendência se materializa no contrato da PPP de Ribeirão das Neves em Minas Gerais, que obriga o governo estadual a manter a prisão ocupada em 90% (equivalente a 3.002 presidiários) ao longo de 27 anos (SACCHETTA, 2014). Embora o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional tenha afirmado a necessidade de “se repensar a prisão como instrumento de política pública para combater a criminalidade” (PRADO, 2016), o modelo de privatização se sustenta na expectativa de crescimento e de retornos a longo prazo, visando intrinsecamente a expansão do sistema penal e não a redução da população carcerária (SPARKS, 1994).

Como resultado desse embate, a maioria dos trabalhos sobre a privatização de prisões, tanto no Brasil quanto nos EUA, estuda o assunto ora sob um olhar filosófico preocupado com as implicações político-morais do modelo, ora sob uma visão econômico-operacional norteadas por indicadores financeiros e de desempenho (SELMAN-KILLINGBECK, 2005).

O presente estudo, por outro lado, pretende investigar e reconstruir o contexto social e cultural em que a proposta vem sendo retratada e debatida no Brasil, bem como os valores e argumentos que definem os contornos da disputa por sua legitimidade. Dessa forma, procura olhar além de uma perspectiva penológica focada na eficácia de medidas penais ao resgatar a “significância simbólica” e os “determinantes sociais” envolvidos na formulação de políticas de segurança pública (GARLAND, 1991, p. 117, tradução nossa).

Algumas balizas teóricas

A produção discursiva da crise

Conforme aponta Garland (1990), em resposta à necessidade de sustentar a confiança nos aparelhos de segurança pública, a ênfase na prisão tende a simplificar o entendimento dos cidadãos a ponto de torná-la auto-evidente, afastando seu caráter contingente (isto é, uma abordagem possível entre várias para combater a criminalidade). Assim, parte-se do princípio de que a prisão está firmemente enraizada no imaginário coletivo como instrumento essencial na administração da punição, apesar de sua incapacidade de reduzir as taxas de criminalidade,

de seu papel na produção da delinquência e do recrutamento de indivíduos para carreiras criminosas que ocorre dentro dos seus muros, estimulando a reincidência (FOUCAULT, 2011).

Como se sabe, Foucault problematiza a noção de “crise” da prisão tendo em vista suas evidentes falhas e o não cumprimento sistemático de suas funções declaradas. Uma visita à prisão de Ática no estado de Nova Iorque em 1972 levou-o a questionar se uma organização tão complexa quanto a prisão poderia ser reduzida exclusivamente à produção de efeitos negativos (FOUCAULT; SIMON, 1991). Em *Vigiar e Punir*, publicado três anos depois, ele identifica ao menos dois fenômenos que possibilitam tal deslocamento analítico: a produção de uma delinquência redirecionada para formas de ilegalidade menos perigosas, bem como a criação de delinquentes passíveis de serem controlados e definidos como sujeitos patologizados (FOUCAULT, 2011). Além disso, a possibilidade de definir sentenças com base na natureza e na intensidade do crime, utilizando critérios como o tempo, reforça a noção da prisão como castigo “igualitário”, abstrato e aparentemente objetivo. Como resultado, mesmo se reconhecendo o perigo que a prisão representa para a segurança pública, acaba-se recorrendo a ela

[...] como seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente; a realização do projeto corretivo como o único método para superar a impossibilidade de torná-lo realidade (FOUCAULT, 2011, p. 296).

Uma primeira baliza teórica que orienta a elaboração deste trabalho reside na centralidade da noção de crise do sistema penitenciário e nos modos de produção discursiva da crise como constitutivos dos efeitos de naturalização da prisão como suposta solução eficiente para o controle da criminalidade. Argumenta-se que tais modos de produção discursiva são decisivos para a análise da trajetória de legitimação da privatização de presídios no Brasil.

Legitimidade e legitimação

Outro ponto diz respeito às discussões sobre a legitimidade da delegação do poder de punir a atores não estatais. Desde o começo, a proposta da privatização carcerária no Brasil tem provocado debates vigorosos em torno de sua constitucionalidade, bem como das implicações para o Estado-nação contemporâneo (GARLAND, 2001). Uma das primeiras contestações foi levantada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), alegando que a execução das penas é prerrogativa única e intransferível do Estado (CWIERTNIA, 2017). O argumento sublinha que a privatização representa uma quebra da concepção weberiana do Estado como “instituto político de atividade contínua, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha

com êxito a pretensão ao monopólio legítimo da coação física para a manutenção da ordem vigente” (WEBER, 1970, p. 43-44). Nessa perspectiva, a punição legal “deve ser imposta e administrada por uma autoridade instituída no sistema legal contra o qual a infração foi cometida” (HART, 1968, p. 5, tradução nossa). No entanto, em alguns círculos acadêmicos postula-se que o modelo de soberania estatal na prestação da segurança pública se aplicaria cada vez menos à dinâmica contemporânea de “governança”, em que o Estado representa apenas um “nódulo” entre vários, o mesmo pode “coexistir, concorrer ou sustentar uma série de atores de segurança [provenientes] do setor privado ou da sociedade civil” (LOADER; WALKER, 2006, p. 176, tradução nossa).

Nesse sentido, é inegável que o cenário brasileiro apresenta sérios desafios ao monopólio da violência pelo Estado, seja em termos do exercício de controle social por facções do crime organizado dentro dos muros da prisão ou da “adoção de soluções privadas para conflitos de ordem social (como os linchamentos e as execuções sumárias)” (ADORNO, 2002, p. 29). No primeiro caso, o exemplo do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema prisional do estado de São Paulo evidencia a capacidade dessas organizações de “[produzir] um novo equilíbrio de forças” ao impor tanto sua dominação econômica sobre o comércio de drogas ilícitas e outros bens, quanto um poder político que remodela “o uso da violência física no interior das prisões, nas relações sociais estabelecidas entre os presos, [como] uma prerrogativa exclusiva dos integrantes do PCC” (DIAS, 2011, pp. 19–20). Segundo Darke (2013, p. 281, tradução nossa), essa lógica de organização interna faz com que as prisões brasileiras devam ser entendidas “principalmente como lugares estruturados, governados tanto pelos presos quanto pelos agentes do Estado”. No segundo caso, conforme argumentam Sinhoretto e Lima (2015, p. 136), os trabalhos clássicos da história e da sociologia no Brasil demonstram que “o recurso à violência é parte constitutiva do processo de formação da sociedade brasileira e está diretamente associado ao modelo de colonização do país, à eliminação de culturas indígenas, à instituição da escravidão e à imposição de um modo de dominação violento”. Na prática, essa “sociabilidade violenta” (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 136) gera e reforça um senso comum segundo o qual “as pessoas preferem resolver seus conflitos ao largo da justiça pública quando desenvolvem mecanismos mais eficazes de solução e prevenção de conflitos” (SINHORETTO, 2001, p. 51). Por mais que esses desafios ao monopólio da violência possam funcionar como base argumentativa favorável à delegação da gestão prisional para entidades não estatais, servem também para destacar a relevância da ideia de uma disputa pela legitimidade da privatização carcerária como “reivindicação feita por qualquer governo ou grupo dominante em uma determinada distribuição de poder à autoridade justificada” (SPARKS, 1994, p. 14).

De acordo com Sparks (1994), a questão da legitimidade está imbricada em todos os aspectos do campo penal. Além dos fundamentos jurídicos, a legitimidade também se refere ao “universo de crenças e valores comuns e reconhecidas como válidas para o conjunto dos cidadãos em uma sociedade atravessada por diferenças e desigualdades sociais” (DIAS, 2011, p. 22). Dessa forma, a compreensão da punição e das instituições responsáveis pela aplicação da pena privativa de liberdade não pode ser restrita à sua racionalidade puramente instrumental que visa controlar o crime, já que a adoção de modelos e arranjos estruturais diversos é “fortemente mediada por considerações independentes como convenções culturais, recursos econômicos, dinâmicas institucionais e argumentos políticos” (GARLAND, 1991, p. 120, tradução nossa). Além disso, a legitimidade e longevidade de uma estratégia ou instituição punitiva depende de sentimentos de aceitação e apoio difusos na população (GARLAND, 1990). Portanto, para entender a trajetória da privatização carcerária dentro de uma determinada sociedade, é preciso entender quais os significados produzidos pelas práticas punitivas.

Nesse sentido, a tradição durkheimiana oferece um ponto de partida para entender a influência das atitudes, valores e crenças em torno do crime e da punição na percepção coletiva dessas práticas. Como se sabe, segundo Durkheim (1999, p. 50), a punição criminal tem um papel importante para a sociedade, dado que um crime representa um ato ofensivo à consciência coletiva ou ao “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade”. Logo,

A pena consiste, pois, essencialmente, numa reação passional, de intensidade graduada, que a sociedade exerce por intermédio de um corpo constituído contra aqueles de seus membros que violaram certas regras de conduta. [...] A força que é chocada pelo crime e que o reprime é, portanto, [...] um produto das similitudes sociais mais essenciais e tem por efeito manter a coesão social que resulta dessas similitudes (DURKHEIM, 1999, p. 68 e 80).

De acordo com Garland (1991, p. 122, tradução nossa), Durkheim reconhece a punição como um mecanismo que “canaliza e expressa [os] sentimentos morais” de uma sociedade e procura restaurar a consciência coletiva. Enquanto o Estado mantém o monopólio da administração da pena, a mesma chega a ser uma “reação coletiva que, embora aparentemente voltada para o criminoso, visa na realidade reforçar a solidariedade social entre os demais membros da sociedade e, conseqüentemente, garantir a integração social” (ALVAREZ, 2004, p. 169). Dessa forma, na medida em que a população se vê envolvida no ato de punir, esse processo supostamente racional e utilitário é imbuído de “sentimentos [...] e reações emocionais que estão na raiz da resposta da sociedade ao crime” (GARLAND, 1991, pp. 122-123, tradução nossa). Por isso, Garland (1991, p. 126, tradução nossa) conclui que:

Embora a visão de Durkheim sobre a consciência coletiva não seja aceitável em si, é verdade que existe alguma correspondência entre as regras morais impostas pelas penas e as crenças profundamente sentidas por setores significativos da população, em particular nas sociedades democráticas, em que os sentimentos populares ajudam a formular códigos e decisões legais.

Nessa perspectiva, ganha destaque o efeito cultural dos “significados, narrativas e imagens transmitidos pela entidade punidora e recebidos pelos cidadãos” (BURKHARDT; CONNOR, 2016, p. 86, tradução nossa). De acordo com as postulações de Burkhardt e Connor (2016, p. 85, tradução nossa), argumenta-se que o processo de privatização das prisões faz com que uma sociedade percorra “trajetórias culturais” que preservam ou não os propósitos sociais da punição. Quando o perfil da entidade punitiva não altera os significados e interpretações da punição criminal, essa trajetória é denominada “paridade na punição” (BURKHARDT; CONNOR, 2016, p. 85, tradução nossa). Por exemplo, se o “ritual de limpeza” realizado pelas prisões privadas for adequado e comparável com aquele realizado pelo Estado, é provável que as mesmas mensagens simbólicas sejam transmitidas à população. Porém, como a privatização carcerária não pretende resolver a questão da legitimidade da pena de prisão em si, as empresas não precisam oferecer serviços melhores para garantir a aceitação popular. De acordo com Sparks (1994, p. 23, tradução nossa), pode ser que “nem as prisões públicas nem as privadas sejam suficientemente seguras, humanizadas, eficientes e justas para merecerem a sua utilização continuada na escala que vemos hoje”. Assim, dependendo do senso comum sobre a função da prisão na sociedade, a noção de “paridade” que determina essa trajetória pode estar relacionada à capacidade das prisões privadas de simplesmente incapacitar pessoas classificadas como “perigosas”, independentemente de indicadores financeiros e de ressocialização.

Ao mesmo tempo, seguindo o argumento de Burkhardt e Connor (2016, p. 85, tradução nossa), se a atuação das empresas for percebida como agindo em prol dos investidores e não da sociedade, ganha relevância o possível impacto de outra trajetória chamada “interesse público”, segundo a qual o processo de privatização negligencia o propósito social da punição. Assim, se a população constatar que uma empresa sacrifica qualidade e ressocialização no intuito de maximizar o lucro, a proposta da privatização se torna menos palatável como resposta aos desafios enfrentados pelo sistema penal. Por outro lado, a invocação do interesse público também representa uma oportunidade para o *marketing* da privatização, seja em termos dos alegados custo-benefício para o Estado, ganhos de eficiência para a gestão prisional ou compromisso com os objetivos sociais da reabilitação dos detentos.

No país com o maior número absoluto de homicídios no mundo (65.602 homicídios em 2017) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBSP], 2019) e onde “a violência e o medo [...] [geram] novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2003, p. 9), entende-se que a interpretação de conceitos como “paridade na punição” e “interesse público” seria fortemente influenciada pelo fato de o Brasil se constituir como “sociedade de alta criminalidade” com as seguintes características:

As altas taxas de criminalidade são vistas como um fato social normal;

O investimento emocional no crime é generalizado e intenso, abrangendo elementos de fascínio, medo, raiva e ressentimento;

As questões do crime são politizadas e regularmente representadas em termos emotivos;

As preocupações com as vítimas e a segurança pública dominam as políticas públicas;

O estado da justiça criminal é considerado inadequado ou ineficaz;

As rotinas privadas e defensivas são generalizadas e existe um grande mercado de segurança privada;

A consciência do crime é institucionalizada na mídia, na cultura popular e no ambiente construído (GARLAND, 2001, p. 163, tradução nossa).

Segundo Garland (2001), esse cenário é particularmente marcado pela transformação da relação entre o cidadão e o governo no controle do crime. Ao tomarem decisões no campo da justiça criminal, as autoridades são obrigadas a agir de forma mais sensível à opinião pública, pois enfrentam forte pressão para aliviar preocupações que surgem da sensação de impunidade de criminosos ou da incapacidade do Estado de garantir a segurança pública (GARLAND, 2001). Deste modo, as crenças e atitudes presentes na sociedade exercem uma influência sobre as políticas de controle do crime, seja na esfera policial ou na esfera penal. Neste estudo, a privatização das prisões no Brasil pertence a esse grupo de novas propostas políticas “condicionadas social e culturalmente” e cujo “conteúdo, *timing* e apelo popular [...] não podem ser entendidos a não ser em referência a mudanças nas práticas sociais e sensibilidades culturais” (GARLAND, 2001, p. 139, tradução nossa). Em um cenário em que a sociedade civil assume um papel central na legitimação ou contestação de políticas de segurança pública, torna-se estratégico promover certos discursos na definição dos contornos do debate público.

Neoliberalismo e neoconservadorismo

De acordo com Garland (2001, p. 137, tradução nossa), as sociedades modernas de alta criminalidade são marcadas pela presença de duas linhas de pensamento criminológico influentes e “diametralmente opostas” que estruturam a maneira como as questões relacionadas ao crime e à punição são enxergadas e debatidas pela população: a “criminologia de si” e a “criminologia do outro”.

Em linhas gerais, a “criminologia de si” retrata o infrator como um “consumidor racional, à nossa imagem e semelhança” e adota um olhar frio e calculador ao “banalizar o crime, moderar os medos despropositados e promover a ação preventiva” (GARLAND, 1999, p. 75). Essa visão é permeada pelo neoliberalismo enquanto racionalidade política, definida por Brown (2006, p. 693, tradução nossa) como “uma forma específica de razão política normativa que organiza a esfera política, as práticas de governança e a cidadania”, sobre a qual a análise de Foucault é iluminadora.

Ao longo do curso dado no Collège de France entre 1978 e 1979 sobre o nascimento da biopolítica, Foucault (2010) articulou a sua visão das implicações políticas do fenômeno incipiente do neoliberalismo estadunidense. Em particular, chamou atenção à transformação do cidadão em uma nova iteração do *homo economicus* que visa a reconsideração da subjetividade em termos do “empreendedor de si”, voltado a enriquecer seu próprio capital em todas as esferas da vida e garantir a sua vantagem competitiva em relação a seus pares. Ao invés de basear as relações econômicas interpessoais no intercâmbio e na dependência mútua, o neoliberalismo as reduz a uma concorrência tanto para a acumulação de bens quanto para a aquisição de status em uma nova ordem social (FOUCAULT, 2010). Ao reestruturar a forma com que os cidadãos se comportam e se relacionam, o neoliberalismo se torna um “princípio de inteligibilidade” que estende a racionalidade de mercado a relações e atividades até então regidas por considerações cívicas, culturais e morais (FOUCAULT, 2010, p. 334). Em relação ao Estado, a inteligibilidade neoliberal possibilita a adoção de um “positivismo econômico” que critica as decisões das autoridades colocando destaque nos “seus abusos, seus excessos, suas inutilidades, seus gastos pletóricos” (FOUCAULT, 2010, p. 338). Diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo descrito por Foucault não se contenta em observar de longe a suposta má gestão do Estado. Em vez disso,

[...] o neoliberalismo ativa o Estado em prol da economia, *não* para assumir suas funções econômicas ou influir nos *efeitos* econômicos, mas sim para facilitar a competição e o crescimento econômico e para economizar o social, ou como descrito por Foucault, “regular a sociedade por meio do mercado” (BROWN, 2015, p. 62, tradução nossa).

Dessa forma, a análise de Foucault fornece um ponto de partida para compreender a novidade representada pelo neoliberalismo e as consequências da entrada da racionalidade de mercado em áreas e temáticas historicamente orientadas por outras lógicas. Contudo, como argumenta Brown (2015, p. 73, tradução nossa), a investigação realizada por Foucault parece “insuficiente para retratar como o neoliberalismo tem transformado a vida social, a cultura, a subjetividade e, acima de tudo, a política”. Nesses termos, seria preciso adensar o conceito de neoliberalismo para entender o que exatamente está em jogo quando a lógica econômica da privatização entra em conflito com questões como crime, punição, reabilitação e justiça.

Nos limites deste trabalho, importa notar com Brown (2015) que a ênfase de Foucault no impacto do neoliberalismo na disciplina individual dos sujeitos tende a omitir a maneira como as transformações decorrentes do mesmo influem no comportamento do corpo político (*demos*), composto por cidadãos envolvidos na configuração do Estado e suas instituições. Nesse meio político, Brown (2015) afirma que, ao traduzir princípios democráticos para uma linguagem econômica, o neoliberalismo altera não só a forma e o significado da cidadania política no nível dos indivíduos, mas também os critérios segundo os quais se avalia o sucesso e a relevância da atuação do Estado, implicando um esvaziamento da própria semântica moderna da democracia, o que a autora denomina de “desdemocratização”. Enquanto as pessoas sacrificam autonomia moral em prol do auto-aperfeiçoamento enquanto fonte de capital humano, o Estado também adota a racionalidade de uma empresa cuja legitimidade como gestora da nação depende da capacidade de “sustentar e promover o mercado” (BROWN, 2009, p. 41, tradução nossa). Entretanto, como Foucault sublinhou, a legitimidade política não resulta automaticamente do recuo do Estado perante a expansão do livre mercado. O neoliberalismo entende que o Estado deve adotar leis e políticas econômicas e sociais que contribuam ativamente para que os mercados e a racionalidade empreendedora se tornem facetas quase auto-evidentes da sociedade.

Ao conduzir a formulação de políticas públicas, a lógica neoliberal introduz uma concepção de moralidade estreitamente atrelada à ação racional que privilegia considerações de custo, benefício e consequência na esfera política e além dela (BROWN, 2009). Há, portanto, um enfraquecimento dos laços políticos, ao passo que são cooptadas instituições que antes atuavam nas sociedades liberais em nome de um interesse público não regulado exclusivamente pelo mercado (BROWN, 2016). De fato, o neoliberalismo leva a uma ressignificação do interesse público, segundo a qual a “cidadania, reduzida ao auto-cuidado, é divorciada de qualquer orientação ao comum, assim prejudicando um investimento já fraco nos cidadãos ativos e um conceito já frágil do bem público do ponto de vista liberal democrático” (BROWN,

2006, p. 695, tradução nossa). Nesse sentido, há uma derrota do *homo politicus* que seria a “arma principal contra a instalação da lógica [neoliberal] como a racionalidade dominante, um recurso para opor-se a ela com uma outra série de argumentos e uma outra visão de ser” (BROWN, 2015, p. 87, tradução nossa). Dessa forma, argumenta-se que o neoliberalismo aparentemente influi na “trajetória cultural” da privatização carcerária na medida em que a sua lógica torna a proposta mais palatável por meio de uma redefinição da própria noção de interesse público, que minimiza as preocupações políticas e jurídicas e enfatiza o valor intrínseco da gestão econômica eficaz.

Além de reconfigurar as atividades do Estado, o discurso neoliberal também busca otimizar o chamado custo-benefício das ações tomadas pelos governantes. Brown (2015, p. 122, tradução nossa) define a governança como “a principal forma administrativa do neoliberalismo”, com papel fundamental na aplicação da racionalidade de mercado em todas as esferas da vida. Ao invés do governo por estruturas hierárquicas de “comando e controle”, o neoliberalismo promove a criação de redes administrativas integradas e descentralizadas, incorporando atores, estratégias e instrumentos advindos do setor privado (BROWN, 2015, p. 123, tradução nossa). Segundo Brown (2015, p. 128, tradução nossa), essa estratégia torna a democracia “puramente processual” e neutraliza questões controversas ao enfatizar a utilização de técnicas que procuram identificar “o que funciona”.

No campo da segurança pública, a governança é norteadada pelo desenvolvimento de “formas mais eficientes de controlar indivíduos potencialmente problemáticos”, redefinindo a importância simbólica das mensagens transmitidas à população por meio da punição (BECKETT, 1997, p. 9, tradução nossa). Segundo Feeley e Simon (1992, p. 449, tradução nossa), essa “nova penologia” é muito mais gerencialista do que transformadora, na medida em que substitui os objetivos de reabilitação e prevenção do crime pelo cálculo de probabilidades e riscos. As noções de “custo-benefício”, “melhor valor” e “responsabilidade fiscal” ganham destaque no léxico das práticas penais, em que o detento passa a ser visto sob um olhar de escolha racional e análises de risco, em vez da pena individualizada (GARLAND, 2001, p. 188, tradução nossa). Feeley e Simon (1992, p. 456, tradução nossa) assinalam ainda que as instituições penais tendem a priorizar indicadores de desempenho facilmente quantificáveis que avaliam a sua eficiência interna, de acordo com um princípio de racionalidade formal e sistemática que despreza o cumprimento dos propósitos sociais da punição, tais como “a eliminação de crime, a reintegração na comunidade [e] a segurança pública”. Assim, o funcionamento do sistema penal é reduzido à otimização de processos burocráticos e operacionais, ao mesmo tempo que o cinismo generalizado sobre sua própria ineficácia na

redução da criminalidade desestimula uma avaliação crítica e coletiva sobre “nosso profundo apego à [punição] e sua centralidade na nossa cultura, vocabulário e sensibilidade” (SPARKS, 1994, p. 19, tradução nossa).

Brown (2016) também postula que a governança cria mecanismos de “responsabilização” que impactam na percepção da população do papel do Estado na garantia da segurança pública, seja nas prisões, nas ruas ou na esfera doméstica. Segundo Garland (1999, pp. 67-68), isso “leva o Estado a tentar delegar sua responsabilidade na repressão criminal para organizações privadas e para os indivíduos, incitando-os a agir em direções suscetíveis de reduzir os delitos”. A diminuição seletiva do papel do Estado no controle da criminalidade, resultado de decisões principalmente baseadas em considerações orçamentárias, aumenta a dependência de cidadãos de todas as classes sociais frente a empresas privadas de segurança (GARLAND, 1999) e reforça um senso comum que valoriza a “agência individual e a autossuficiência” na aplicação de “melhores práticas” para a segurança e proteção (BROWN, 2015, p. 131, tradução nossa). Dessa forma, o neoliberalismo implica não só uma reorganização e redefinição dos objetivos das instituições penais segundo a linguagem e racionalidade de mercado, mas também uma transformação simbólica dos deveres do Estado perante os cidadãos, normalizando a delegação da gestão da segurança para entidades do setor privado.

No âmbito da privatização das prisões, ao separar a “alocação” da punição pelo Estado (condenação do acusado) da prestação de serviços por uma empresa em cumprimento a obrigações contratuais, a “eficiência” se torna uma ferramenta retórica importante (SPARKS, 1994, p. 22, tradução nossa). Em uma sociedade permeada pela lógica neoliberal, a determinação da legitimidade do direito de punir tende a ser deslocada para a avaliação do desempenho das empresas em comparação com o do Estado, desestimulando a consideração de questões políticas e jurídicas *externas* a esse esquema conceitual (SPARKS; GACEK, 2019).

A exclusão das implicações normativas da privatização sob o disfarce de uma abordagem “não politizada” tem consequências para as práticas penais de uma sociedade. Primeiro, o predomínio da racionalidade de mercado pode fazer com que os detentos passem a ser vistos não como “outros seres humanos e cidadãos para com quem temos obrigações”, mas como “consumidores em dívida pelo privilégio dos serviços” recebidos (DOLOVICH, 2009, p. 138, tradução nossa). De acordo com esta nova penologia que minimiza o propósito social de reabilitação dos detentos, é lógico supor que uma gestão privada só optaria pelo “tratamento mais saudável, mais promissor ou normativamente defensável” desde que promovesse maior eficiência no sistema (DOLOVICH, 2009, p. 133, tradução nossa). Assim, em vez de estimular inovações que conduzam à melhoria das condições das prisões, as empresas contratadas pelo

Estado poderiam não atender aos atuais padrões mínimos de encarceramento em nome da eficiência. Além de menosprezar os aspectos normativos do debate sobre a privatização, o discurso da eficiência também contribui para a manutenção de um *status quo* que pouco problematiza a aplicação do encarceramento em massa como estratégia ideal para combater a criminalidade (DOLOVICH, 2009). Portanto, neste estudo da disputa pela legitimidade da privatização carcerária brasileira, será crucial verificar a influência do discurso neoliberal no debate público sobre o tema.

Como mencionado anteriormente, também será preciso considerar a influência da “criminologia do outro”, associada ao movimento neoconservador e que atíça paixões ao “satanizar o criminoso, a provocar os medos e as hostilidades populares e a sustentar que o Estado deve punir ainda mais” (GARLAND, 1999, p. 75). Na visão de Garland (2001), há pouca articulação entre esta vertente da criminologia e a “criminologia de si”, já que no neoconservadorismo tende a predominar uma racionalidade moral-política e uma visão teológica do Estado, em vez do pragmatismo e dos frios cálculos do neoliberalismo (BROWN, 2006). Enquanto o neoconservadorismo compartilha com o neoliberalismo uma postura crítica em relação à interferência do Estado no livre mercado, dele diverge pela promoção de argumentos moralistas e emotivos não tão vinculados a evidências empíricas. Segundo o pensamento neoconservador, a expansão dos programas sociais em prol de um “igualitarismo pervertido” não só prejudica o mercado em termos financeiros, mas também corrompe o tecido moral da sociedade, uma vez que “desestimula o trabalho” e “[usurpa] o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais” (MOLL, 2015). Para restaurar a verdadeira função do Estado, voltada à manutenção da ordem pública, o neoconservadorismo promove o incentivo à livre iniciativa e ao emprego, bem como uma retomada “[d]os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos, liderados por homens capazes e ilibados” (MOLL, 2015). Assim, enquanto o neoliberalismo restringe a noção de “comunidade” a arranjos mutuamente vantajosos (e, portanto, mutáveis com o passar do tempo) estabelecidos entre indivíduos racionais, o neoconservadorismo imagina uma coletividade regida pela disciplina, que exige lealdade e solidariedade em torno de valores tradicionais (O’MALLEY, 1999).

Quanto ao controle do crime, o neoconservadorismo muitas vezes adota um discurso inflamado e impulsivo que visa, de um lado, “explorar a ansiedade do público em relação ao crime e ao ressentimento público dos infratores”, e, do outro, “responder à opinião pública sem ter estudado adequadamente a verdadeira natureza das opiniões do público” (ROBERTS, 2003, p. 3, tradução nossa). No Brasil e em outras sociedades de alta criminalidade, essas tendências

são consideradas parte do “populismo penal”, que envolve “ações governamentais irracionais, puramente emotivas, de apelo popular, muitas vezes falaciosas, outras tantas maliciosas, as quais supostamente pretendem atender à consciência coletiva” (GAZOTO, 2010, p. 69). No intuito de ganhar votos para garantir sucesso eleitoral, essa agenda acelera o abandono do aspecto ressocializador da punição ao passo que fortalece a “prisão como a ferramenta central da nova política penal” (GAIO, 2011, p. 22).

Ao promover um “senso comum anti-intelectual”, o populismo penal se distancia da “nova penologia” na medida em que considera a “mobilização emocional [...] mais importante do que estatísticas que provariam a eficácia e a eficiência do sistema [penal]” na diminuição das taxas de criminalidade por meio da reabilitação dos condenados (GAIO, 2011, p. 22). Dessa maneira, o populismo penal se aproveita do cenário de alta criminalidade e da cultura do medo para declarar uma “guerra ao crime para retirar direitos e recuperar a legitimidade política de instituições abaladas pelo descrédito popular” (GAIO, 2011, p. 26). No entanto, da mesma forma que a “nova penologia” gerencialista pouco reconhece questões de desigualdade e justiça em sua priorização da otimização operacional, o populismo penal nega o papel da exclusão social ao retratar a infração como “resultado da tomada intencional de decisões antissociais” (GAIO, 2011, p. 22).

Assim, enquanto Garland concebe o neoliberalismo “em oposição estanque e unilateral ao retrocesso neoconservador” (MINHOTO, 2015, p. 308), Beckett (1997, p. 107, tradução nossa) qualifica esses discursos como “dois lados de uma moeda notavelmente cínica”. O’Malley (1999, p. 189, tradução nossa) observa ainda que, por mais que representem linhas de pensamento distintas e conceitualmente contraditórias, na penalidade contemporânea, o que resulta é um casamento curioso entre “inovação” e “nostalgia”. Na complementaridade desses argumentos, segundo Minhoto (2015, p. 300), “opera uma ressubjetivação das causas dos problemas sociais e o discurso do empreendedor de si [que] legitima diferentes estratégias de responsabilização individual mobilizadas pela criminologia do outro”. Portanto, ao mesmo tempo que a ênfase do discurso neoliberal na eficiência e no custo-benefício esvazia o conteúdo político das questões penais, abre espaço para um discurso neoconservador

[...] que, no debate público atual, elege, entre seus principais inimigos, os direitos fundamentais e sociais afirmados pela Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os direitos humanos em geral – nomeados como supostos ‘direitos de bandidos’ – e outras reais conquistas obtidas pela democracia no Brasil nas últimas décadas (ALVAREZ, 2008).

Na medida em que as inclinações autoritárias do neoconservadorismo remetem aos argumentos de Brown (2006; 2015) sobre as consequências antidemocráticas do

neoliberalismo, a complementaridade entre os dois discursos ganha relevância para a análise do debate público sobre a privatização carcerária. Por exemplo, a igualdade está ausente de ambas racionalidades políticas: enquanto o neoliberalismo mobiliza a concorrência entre “empreendedores de si” para estabelecer uma sociedade de “vencedores e perdedores”, o neoconservadorismo estimula a “preservação do que se tem e a proteção do que é seu, seja a família individual ou a família nacional” (BROWN, 2006, p. 701, tradução nossa). Ao desvalorizar as práticas e instituições democráticas, o neoliberalismo reconfigura o interesse público segundo a lógica de mercado e promove a ascensão do neoconservadorismo como “nova forma política, uma modalidade específica de governança e cidadania”, com tendências autoritárias pouco contestadas que aceleram o recrudescimento da legislação penal e a intensificação do uso da prisão no controle do crime (BROWN, 2006, p. 702, tradução nossa). Um objetivo do presente estudo é verificar se e até que ponto esses discursos se articulam na legitimação da privatização carcerária.

À luz da relevância dessas racionalidades para o estudo da “trajetória cultural” da privatização carcerária no Brasil, é importante reconhecer as limitações de uma visão funcionalista ortodoxa, que tende a salientar os efeitos positivos da punição sobre a solidariedade e desconsiderar a possibilidade de os arranjos institucionais aprofundarem desigualdades já existentes. Como observa Gazoto (2010, p. 67),

Adotadas, irrestritamente, as teses do funcionalismo penal, isto é, se entendermos a pena como mero instrumento de estabelecimento de uma ordem desejável, para caracterizar o delito como delito; como confirmação da configuração normativa concreta da sociedade, etc., a sanção penal pode perder parte de seus limites ético-morais.

Afinal, a proposta da privatização emerge simultaneamente à crescente conscientização das falhas da prisão em termos penológicos, seja de sua incapacidade de diminuir o crime ou de impedir o fortalecimento e expansão de organizações criminosas dentro dos muros (FOUCAULT, 2011). A criação do reincidente e a perpetuação da criminalidade dividem as classes populares e exacerbam o medo tanto da prisão quanto da figura do criminoso, cuja identificação “tendencialmente acompanha as linhas da estratificação social mais abrangente” (MISSE, 2010, p. 29). Assim, é possível que a complementaridade entre neoliberalismo e neoconservadorismo dê nova forma à prisão contemporânea como mecanismo de reprodução de relações sociais fundamentadas na distinção entre os arquétipos de “cidadãos de bem” e “bandidos”, ao invés de reeducar e ressocializar os presos. Nesse caso, as “regras morais” incorporadas na punição intensificariam a estratificação em nome de uma solidariedade excludente e contrária a princípios democráticos e de direitos humanos.

Sociabilidade autoritária ontem e hoje

A relação entre a privatização e as atitudes e valores prevalecentes na sociedade brasileira também se torna digna de estudo por jogar luz sobre as imbricações entre discursos arcaizantes e modernizantes vinculados a estratégias de combate à criminalidade e práticas punitivas no Brasil.

Por um lado, há claras evidências de que

Na conjuntura atual há um clamor por mais e mais penas, por punir com mais rigor, de forma mais severa e a punição, sendo também uma questão política, é internalizada enquanto prática pedagógica que se inscreve e é produzida e reproduzida incessantemente numa sociabilidade autoritária, outra marca indelével da sociedade brasileira que ainda não renunciou, em absoluto, aos castigos físicos, suplícios dos corpos e à tortura (FREIXO; SERRA; MEDEIROS, 2012, p. 78).

Em 2010, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo realizou uma pesquisa com 4.025 entrevistados em 11 capitais sobre atitudes e normas acerca de direitos humanos e violência (CARDIA, 2012). Além de 54% terem concordado que direitos humanos são “direitos de bandidos”, 57% declararam apoio à aplicação da pena de morte em alguns casos. Os pesquisadores também registraram que “a maioria dos entrevistados [...] não [considerava] justo contribuir para a manutenção dos detentos”, o que poderia resultar em uma “menor probabilidade de empatia e disposição para cobrar das autoridades melhorias nas condições carcerárias”, bem como “menor propensão à indignação com abusos e maus tratos que sejam denunciados” (CARDIA, 2012, p. 277). Essas atitudes sobre o sistema carcerário reforçam o potencial de apelo e convencimento dos argumentos neoliberais de eficiência e custo-benefício utilizados pelos proponentes da privatização, pois quanto menor o uso de recursos públicos no sistema penitenciário, menor a resistência da população ao modelo.

Estudos mais recentes confirmam a forte presença de punitivismo na sociedade brasileira. Segundo uma pesquisa de novembro de 2017 da Datafolha (2018), 57% dos 2.765 entrevistados em 192 municípios votariam a favor da pena de morte, enquanto 84% eram favoráveis à redução da maioridade penal para 16 anos de idade. Em um outro levantamento no mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro, realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes, 73% dos entrevistados declararam acreditar que os direitos humanos “atrapalham o combate à criminalidade” e 56% concordaram total ou parcialmente com a posição de que “quem defende DH só está defendendo bandidos” (LEMGRUBER; CANO; MUSUMCI, 2017, p. 32). Além disso, “a maior parte (59%) concordou com pelo menos uma das duas frases mais expressivas de resistência à noção de direitos básicos universais: ‘bandido bom é bandido morto’ e ‘direitos humanos deveriam ser

só para pessoas direitas” (LEMGRUBER; CANO; MUSUMCI, 2017, p. 178). Dessa forma, há indícios de que

O debate público [...] acerca das alternativas de combate à violência, parece desenrolar-se num limbo de valores e inovações, no qual a ausência de memória histórica caminha pari passu com propostas populistas no campo penal que mimetizam, de forma ainda mais canhestra, o endurecimento penal já descrito em âmbito mundial (ALVAREZ, 2008).

Por outro lado, também há sinais de ambivalência sobre as políticas de justiça criminal. Por exemplo, na mesma pesquisa do CESeC, 85% dos entrevistados concordaram que “educação e formação profissional contribuem mais para diminuir a violência do que ações repressivas” e 79% afirmaram apoiar a proposta de “adoção de penas alternativas para crimes menores” (LEMGRUBER; CANO; MUSUMCI, 2017, p. 19). Ademais, apesar do ceticismo sobre o sistema carcerário, 73% dos entrevistados disseram acreditar, “apesar de tudo, que um criminoso pode tornar-se ‘cidadão de bem’” (LEMGRUBER; CANO; MUSUMCI, 2017, p. 21). Este último achado é consistente com os resultados de um estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017) em nível nacional com 2.087 entrevistas em 130 municípios. Ao mesmo tempo que os entrevistados apresentaram uma forte propensão a apoiar posições autoritárias na esfera da segurança pública (8,1 pontos em uma escala com máximo de 10), 71% concordaram total ou parcialmente que “melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado” (FBSP, 2017). Por fim, a “não-linearidade das ideias populares sobre segurança, justiça e direitos humanos” detectada nessas pesquisas coincide com evidências dos Estados Unidos (LEMGRUBER; CANO; MUSUMCI, 2017, p. 33), que mostram que “a maioria dos americanos ainda acredita que gastar dinheiro em programas educacionais e de treinamento profissional é uma medida de combate ao crime mais efetiva do que a construção de prisões” (BECKETT, 1997, p. 4, tradução nossa). As percepções contraditórias sobre os instrumentos disponíveis para o controle do crime sugerem que a aceitação de um novo modo de punição, como a privatização das prisões, requer um processo ativo de legitimação envolvendo diversos atores sociais e espaços discursivos.

Percurso metodológico

Portanto, a presente dissertação busca analisar as nuances do debate público sobre a privatização carcerária no Brasil, partindo do princípio de que a concepção do “desejo de punição [como] ubíquo e inequívoco ignora a complexidade das atitudes culturais e os fatores

situacionais e políticos que moldam sua expressão” (BECKETT, 1997, p. 4, tradução nossa). A ambiguidade gera um espaço de disputa sobre a função social da punição, o papel das prisões na sociedade contemporânea, bem como a melhor forma de o Estado combater as altas taxas de criminalidade e garantir a segurança pública. Nos conhecidos termos de Gramsci (2002), esse embate envolve duas esferas principais, a “sociedade política” e a “sociedade civil”. A primeira se refere ao “conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante possui e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; se trata, portanto, dos aparatos coercitivos do Estado” (COUTINHO, 2011, p. 46, tradução nossa). A sociedade civil, em seguida, é composta pelo

[...] conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, assim como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e ideológicos; ela compreende, deste modo, o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc. (COUTINHO, 2011, p. 47, tradução nossa).

Esta dissertação analisará o papel dos meios de comunicação, tanto tradicionais quanto novos, enquanto “aparelhos privados de hegemonia” (GRAMSCI, 2002, p. 105) na “luta pela direção cultural e ideológica de um país” (FONSECA, 2011, p. 42). Por serem privados,

[...] a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os relativamente autônomos em relação ao Estado em um sentido estrito; porém, deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar de seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em uma determinada sociedade (COUTINHO, 2011, p. 48, tradução nossa).

Nas últimas décadas, a grande imprensa brasileira tem ganhado a reputação de acelerar a ratificação de “criações legislativas ‘às pressas’ que vão totalmente de encontro com as garantias constitucionais” (DIAS, Fábio; DIAS, Felipe; MENDONÇA, 2013, p. 390). Segundo Dias, Dias e Mendonça (2013, p. 391), a cobertura de determinados crimes e políticas fomenta “um punitivismo quase impossível de ser desmistificado, criando uma ideia totalmente distorcida da realidade criminal principalmente, gerando uma vontade de punir a qualquer custo”. À luz dessas tendências, esta dissertação analisará os discursos veiculados pelos principais jornais do país para entender melhor a sua influência sobre a formulação do debate público sobre a proposta da privatização carcerária.

Não obstante a importância da mídia tradicional, também se parte do pressuposto que “a esfera pública [na contemporaneidade] em que se formam as diversas opiniões públicas não pode mais ser compreendida sem a observação da dinâmica da internet, em particular, das redes sociais *online*” (AMADEU DA SILVEIRA, 2015, p. 224). Portanto, também serão levantados os comentários de usuários do Facebook em três postagens na página pública do Senado Federal sobre a privatização das prisões. Segundo Amadeu da Silveira (2015), o Facebook representa

no Brasil um espaço que amplifica discursos muitas vezes filtrados pelos meios convencionais que vão na contramão de princípios e valores democráticos. De qualquer forma,

Se compararmos com as igrejas, escolas, sindicatos, associações e núcleos de partidos, o Facebook se destaca como um terreno comunicativo com o maior número de debates e embates políticos que incorporam mais pessoas (AMADEU DA SILVEIRA, 2015, p. 224).

Em resumo, sob o pano de fundo da incapacidade de o sistema penitenciário cumprir seus objetivos declarados e da ambivalência da população sobre temas de segurança pública, esta dissertação pretende analisar os discursos empregados no debate sobre a privatização carcerária que influem na definição e percepção do “interesse público” em jogo. Dadas as implicações para questões mais abrangentes de cidadania e justiça, torna-se importante entender o impacto dessa disputa pela legitimidade sobre os aspectos simbólicos e emocionais da punição. Ao iluminar o embate ao redor da “trajetória cultural” da proposta, espera-se contribuir com uma nova abordagem do assunto que se some aos trabalhos acadêmicos existentes nos campos da sociologia, da administração pública e do direito.

Tendo em vista essas balizas teóricas, a pesquisa empírica do trabalho organiza-se a partir de três perguntas principais:

- a) Que fontes de informação e opinião tiveram maior influência sobre o debate público da privatização carcerária no Brasil?
- b) Quais os principais discursos utilizados para legitimar ou criticar a privatização carcerária e quais têm sido minimizados ao longo do tempo?
- c) Existe complementaridade entre componentes dos discursos neoliberal e neoconservador na legitimação da privatização?

Para responder a essas perguntas, esta dissertação se divide em três capítulos, o primeiro das quais resgata o tempo social em que surgiu a proposta de privatização das prisões no Brasil, detalhando a sua trajetória nas esferas política e jurídica e apresentando as experiências dos diferentes estados que efetivamente privatizaram determinados presídios a partir de 1999. Dessa forma, o capítulo procura contextualizar a posterior análise do debate público nos meios de comunicação não só ao explorar as deliberações que facilitaram ou impediram a adoção do modelo no Brasil, mas também ao verificar em que medida os resultados da privatização cumpriram as promessas de “inovação” e maior eficácia, gerando implicações para a disputa pela sua legitimidade.

O segundo capítulo parte de uma discussão sobre a influência da grande imprensa na formação de atitudes e comportamentos que tangenciam questões de segurança pública e justiça criminal. Uma vez estabelecida a relevância dos meios de comunicação em massa para os

objetivos deste estudo, são analisadas as fontes e enquadramentos discursivos veiculados nas reportagens sobre a privatização carcerária em três dos principais jornais do Brasil: *A Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

O terceiro capítulo apresenta as mídias sociais como novo espaço público e formador de opinião. Nesse contexto, são estudados os comentários de usuários do Facebook às postagens do Senado Federal sobre a privatização das prisões. Após iluminar os principais argumentos mobilizados a favor e contra a proposta, traçam-se as semelhanças e diferenças em relação à cobertura dos jornais.

Com base nos resultados desses levantamentos, a conclusão avalia o grau de complementaridade entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora na disputa pela legitimidade da privatização carcerária no contexto brasileiro. Para finalizar, apresentam-se caminhos para futuras pesquisas à luz das limitações identificadas.

1 TEMPOS SOCIAIS E TRAJETÓRIA POLÍTICA DA PRIVATIZAÇÃO

1.1 Contexto social

Ao escolher como objeto de estudo o papel da mídia na formulação do debate público sobre a privatização carcerária, é preciso reconhecer que os grandes jornais, desde os editores até os jornalistas, não tomam suas decisões no vácuo, mas traduzem e reagem ao contexto sociopolítico em que estão inseridos. Portanto, a análise da cobertura midiática da privatização das prisões estaria incompleta sem uma discussão dos eventos, atores e mudanças na opinião pública que influíram nos seus avanços gradativos como instrumento de controle da criminalidade no Brasil. Assim, considera-se necessário examinar os debates, as propostas e as eventuais formulações de políticas públicas não só no nível federal, mas também no estadual, considerando o alcance limitado do primeiro devido “às restritas atribuições que ele tem sobre os aparatos policial e prisional, cuja organização e manutenção é de responsabilidade dos governos estaduais” (SALLA, 2003, p. 422). Em ambas as esferas, serão delineados os argumentos utilizados pelos defensores e críticos do modelo, bem como a ausência de outros discursos que remetem a uma visão mais punitivista de soluções para a segurança pública.

A privatização do sistema penitenciário foi cogitada pela primeira vez no período de redemocratização no Brasil, que começou em janeiro de 1985 com a eleição pelo Colégio Eleitoral de Tancredo Neves como Presidente da República e culminou em outubro de 1988 com a ratificação da Constituição Federal, documento cujo texto afirmou o Brasil como Estado Democrático de Direito fundamentado na “dignidade da pessoa humana”. No que tange aos sistemas judiciários e penal, o Artigo 5 da Constituição determinou que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

III. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante [...]

XLIX. É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral (BRASIL, 1988).

Essas obrigações substantivas do Estado somaram-se aos deveres estipulados poucos anos antes pela Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, que já havia aumentado as aspirações e expectativas para a atuação do poder público na esfera penal. Entre os trechos mais relevantes da LEP destacaram-se:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. [...]

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. [...]

Art. 47. O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares. [...]

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. [...]

Art. 85. O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade. [...]

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades. [...]

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório. [...]

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular: salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) (BRASIL, 1984).

Embora a origem da LEP tenha coincidido com o fim da ditadura militar, a ousadia de suas diretrizes se tornou uma espécie de prova de fogo para o incipiente governo democrático, que devia lidar com os problemas existentes no sistema penal, assegurando, ao mesmo tempo, a cidadania e universalidade dos direitos previstos na Constituição Federal. De acordo com Adorno (1991, p. 70), nessa época o encarceramento muitas vezes representava “a perda do direito à vida e a submissão a regras arbitrárias de convivência coletiva, que não [excluía] maus-tratos, espancamentos, torturas [e] humilhações”. Nas celas superlotadas e insalubres, doenças sexualmente transmissíveis e outras contagiosas, como a tuberculose, espalhavam-se por toda a população prisional. Além disso, “as instalações ambulatoriais [eram] deficientes, [havia] insuficiência de médicos e de atendentes de enfermagem, a par de equipamentos obsoletos e de medicamentos insuficientes para debelar o quadro patologia” dos detentos (ADORNO, 1991, p. 72). A escassez de recursos no sistema penitenciário impedia a possibilidade de suprir até as necessidades de vestuário dos detentos, sem falar na oferta de “educação, trabalho e recreação dentro dos muros” (ADORNO, 1991, p. 72). Perante esse quadro alarmante, a LEP se propôs a jogar luz sobre os abusos e violações recorrentes nesses estabelecimentos e inaugurar uma nova finalidade e modo de funcionamento para as prisões.

Contudo, a partir dos anos 90, a constatação do fracasso das reformas reforçou o crescente pessimismo sobre a atuação do Estado no combate à criminalidade e sobre a aplicabilidade de princípios como direitos humanos e dignidade a criminosos (reais ou imaginários). Segundo Teixeira (2006, p. 72), a LEP nunca chegou a “conduzir a política

penitenciária nacional a patamares de maior racionalidade, planejamento e humanização” porque “era um projeto demais ambicioso para um estatuto legal, mesmo naquele momento histórico”. Por um lado, a apatia dos órgãos fiscalizadores dificultou a implementação eficaz de medidas potencialmente transformadoras como os Conselhos da Comunidade, que prometiam abrir novos “canais de participação e controle social” dos presídios, mas acabaram relegados a um status meramente simbólico (TEIXEIRA, 2006, p. 72). Por outro lado, a mobilização contra a tortura e o encarceramento ilegal de presos políticos dissolveu-se perante uma explosão dramática de violência no país,¹ esvaziando o debate sobre a prisão como instrumento de controle da criminalidade (TEIXEIRA, 2006). Na medida em que se espalhou uma sensação generalizada de medo e insegurança na vida cotidiana,

As questões relacionadas à segurança pública, as demandas em favor de um controle da violência urbana e da criminalidade alçaram o topo da pauta política, o que fez com que aumentasse o nível de dependência e vulnerabilidade dos governos ao próprio aparato repressivo (SALLA, 2003, p. 421).

Essa tendência na opinião pública efetivamente anulou a pouca vontade política que sobrava para tratar os prisioneiros como cidadãos e distorceu o significado de medidas como a LEP para “despertar a indignação da população e para deslegitimar tanto os direitos humanos quanto [as entidades] que tentavam concretizá-los” (CALDEIRA, 1991, p.168).

Assim, nesses anos, o “breve sopro de existência” da função ressocializadora da pena foi substituído por mudanças duradouras que traduziam outra concepção dos presos e das prisões (TEIXEIRA, 2006, p. 51). Segundo Caldeira (1991, p. 163), a “identidade comum” dos novos detentos tinha características distintas daquela que ganhou prominência durante a ditadura militar. Os prisioneiros políticos tendiam a pertencer às camadas médias e altas, e os crimes que justificavam a privação de sua liberdade eram mais duvidosos. Isto mudou com o aumento da delinquência que acompanhou a redemocratização, pois a “situação criminoso [das pessoas condenadas] não era questionável, e a condição de cidadania não era plena” (CALDEIRA, 1991, p. 166). Além disso, a origem de muitos prisioneiros comuns em condições de pobreza, às margens das grandes cidades, teria ativado “uma série de preconceitos e discriminações na sociedade brasileira, que se associam aos estereótipos sobre os criminosos” (CALDEIRA, 1991, p. 166). De acordo com Misse (2010, p. 23), os “processos de rotulação, estigmatização e tipificação” impulsionados pela estratificação social levariam a uma sujeição criminal que enfatiza a falha moral do indivíduo e minimiza as circunstâncias em que o ocorreu

¹ Entre 1980 e 2011, a taxa de homicídios aumentou 132%, de 11,7 para 27,1 por 100 mil habitantes (BUENO, 2014).

o ato criminoso, descartando sumariamente a possibilidade de reintegração. Misse (2010, p. 21) explica ainda que o “bandido” ou “marginal” conceituado pela sujeição criminal

[...] “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar que morra que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto.

Tendo em vista a predisposição da população a considerar os presos como “excluídos da cidadania”, quase subumanos, as entidades da sociedade civil atuantes no sistema prisional foram obrigadas a defender os “direitos humanos” dos detentos e não seus direitos “sociais” ou “civis” (CALDEIRA, 1991, p. 168). Em pouco tempo, a causa dos direitos humanos chegou a ser fortemente associada à questão da criminalidade e do encarceramento, construindo-se o senso comum de que esses direitos constituiriam “regalias” ou “‘privilégios para bandidos’ a serem combatidos pelos homens de bem” (CALDEIRA, 1991, p. 162).

Como argumenta Teixeira (2006), a Lei dos Crimes Hediondos de 1990 é um exemplo emblemático da maior punitividade que distanciou a prisão da função reabilitativa que havia sido compreendida anteriormente como fundamental para sua existência. Aprovada em nome do estado de urgência e exceção provocado por uma suposta crise de segurança pública, a Lei aproveitou a falta de consenso jurídico sobre a própria definição de “crime hediondo” para englobar indiscriminadamente vários tipos de delitos, introduzindo um “novo *modus* punitivo, no qual o crime per se passa a ser tratado, para fins de sua reação, como hediondo” (TEIXEIRA, 2006, p. 109). As estipulações da Lei não só passaram a contemplar uma maior diversidade de infratores, como também desafiaram “dois pontos bastante caros ao tema da execução penal que a normativa anterior (inclusive a própria Constituição Federal) havia consagrado: a individualização e a decorrente progressividade da pena” (TEIXEIRA, 2006, p. 102). Isto se deve a que o crime passou a ser classificado *a priori* como hediondo, resultando na definição da pena sem levar em conta o perfil específico de cada réu (se possuía antecedentes, etc.) nem as circunstâncias do crime sob julgamento. Além disso, a exigência de cumprimento de dois terços da pena (em vez de um, como dispõe o Código Penal) para usufruir do livramento condicional restringiu a possibilidade de os detentos progredirem do regime fechado ao semi-aberto ou aberto (considerados mais brandos). Nesse sentido,

[...] a entrada em vigor dessa lei teria provocado, em princípio, uma concentração maior de indivíduos nos presídios de regime fechado e por maior curso de tempo, o que vem sendo apontado como uma das causas do aumento dos índices de encarceramento (TEIXEIRA, 2006, pp. 102–103).

A Lei de Crimes Hediondos não apenas reforçou o uso da prisão para isolar e incapacitar ameaças à “sociedade de bem”, como também contribuiu ao esvaziamento dos propósitos de

reabilitação e reeducação dentro da prisão, como se os presos fossem portadores de uma patologia social que impossibilitasse a sua reintegração após o cumprimento da pena.

No início da década de 90, a instalação de uma “cultura de medo” propensa à aceitação de medidas autoritárias (PASTANA, 2007, p. 109), confluiu com a aprovação de uma linha dura de legislação penal que fortaleceu um modo de sujeição criminal inconsistente com as reformas previstas na LEP de 1984 para os mais de 114 mil detentos no Brasil. Poucos anos depois, a precariedade desse *status quo* seria exposta com a morte de 111 presos na Casa de Detenção de São Paulo durante a intervenção da Polícia Militar para conter uma rebelião. A barbárie do massacre pesa fortemente na história da justiça criminal no Brasil não só pelas suas consequências para o poder público, mas também pelo que confirmou sobre a intransigência das atitudes da sociedade em relação aos encarcerados. Por um lado, observa Salla (2003, p. 423), a repercussão política, tanto em nível nacional quanto internacional, colocou pressão sobre o governo para assumir uma “pauta de compromissos democráticos e com a agenda específica dos direitos humanos”, bem como para diminuir (se não erradicar) a frequência e intensidade da violência cometida por policiais e agentes penitenciários contra presos. Por outro lado, uma pesquisa de opinião realizada pelo jornal *O Estado de São Paulo* dias depois do massacre mostrou que 44% da população da cidade de São Paulo tinha considerado legítima a intervenção da polícia, sancionando o extermínio de sujeitos matáveis (CALDEIRA, 2003). Dessa maneira, o massacre deixou claro que os argumentos baseados nos direitos humanos dos detentos foram pouco eficazes na esfera penal e também exemplificou a consolidação da prisão como medida central no esforço simbólico de ser “duro” contra o crime.

Portanto, em vez da polêmica em torno desse episódio estimular uma reavaliação da severidade das políticas penais que levaram à superlotação e à insegurança dentro das prisões, intensificou-se o processo de encarceramento em massa em nome da segurança pública, testando os limites de um sistema penitenciário gravemente sobrecarregado. Em 1987, o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça já alertava sobre um déficit de 50.934 vagas para comportar a população carcerária (DEPEN, 1987 *apud* MARINER; CAVALLARO, 1998). A situação só se agravou nas décadas seguintes – em junho de 2016, o número de pessoas privadas de liberdade ultrapassou 700 mil, o que representa um aumento de mais de 700% desde 1990 (DEPEN, 2016). Além disso, a taxa média de ocupação das prisões nos estados é quase o dobro das vagas existentes (197%), sendo que 4 de cada 10 pessoas encarceradas ainda não receberam condenação (DEPEN, 2016). Vale notar que os quatro estados com as maiores taxas de ocupação – Amazonas (484%), Ceará (309%), Pernambuco

(301%) e Paraná (282%) – chegaram a utilizar prisões privadas em algum momento (DEPEN, 2016).

Esse conjunto de detentos sem precedentes já apresentava o perfil sociodemográfico da população sobre a qual recaiu o impacto do recrudescimento das leis penais nesse período – 55% eram jovens com menos de 29 anos de idade, 61% não tinham completado o Ensino Fundamental e 64% eram identificados pelos gestores penitenciários como “negros”, sendo que 53% da população geral se autodeclarava preta ou parda (DEPEN, 2016). Essas características passaram a compor a representação do “bandido” e expor as consequências de

[...] um Estado punitivo que visa o encarceramento e o controle, fundamentalmente das classes excluídas dos meios de produção, colaborando para a criação de um estereótipo de inimigo comum para a sociedade (também a mais vitimada pela violência urbana): pobre, negro, jovem e do sexo masculino (MENDES, 2016, p. 221).

Enquanto as sensações de medo e vulnerabilidade, estimuladas pela figura estigmatizada do bandido, levaram a população a cobrar do Estado a adoção de políticas penais cada vez mais retributivas, que visavam a expansão dos aparatos policial e prisional, aumentou também o ceticismo sobre a capacidade do Estado de garantir a ordem e a segurança no dia-a-dia dos centros urbanos. Em face à urgência dessa suposta ameaça, iniciou-se a “privatização da esfera pública”, caracterizada por uma explosão no uso de produtos e serviços de segurança privada (CALDEIRA, 2003, p. 283). Segundo Caldeira (2003, p. 283), embora essas tecnologias criassem “ilhas particulares de privilégios”, seu impacto foi sentido na maneira como pessoas de todas as classes sociais começaram a dar significado a seus espaços. A ascensão da “lógica de condomínio” conduziu à imposição, na vida privada, de regras e normas da esfera pública, mas “à condição de um espaço de excepcionalidade, erigido como defesa contra a barbárie exterior” (DUNKER, 2009, p. 3). Assim, o acionamento do setor privado na “administração do descontentamento” acabou legitimando a aplicação de força física por entidades particulares e inerentemente desafia a validade do monopólio estatal da violência (DUNKER, 2009, p. 7). Em um contexto de desconfiança nas instituições públicas e de descrença na universalidade dos direitos humanos, “as violações cometidas pelos serviços privatizados [foram] toleradas pela população”, graças à “distância social [gerada pela] manutenção de privilégios e uma ordem excludente” (CALDEIRA, 2003, p. 11). No que tange à privatização carcerária, esta disposição da população para delegar a entidades particulares a aplicação da força coercitiva em prol da comunidade ou sociedade criou um campo propenso à entrada do setor privado na gestão das prisões. Entretanto, a aceitação e/ou incorporação do modelo no sistema não estava garantida de antemão. Por isso, torna-se necessário estudar em profundidade que atores, interesses e discursos foram ativados na disputa pela sua legitimidade.

Em suma, esta discussão da história recente da justiça criminal no Brasil buscou situar o advento da proposta de privatização carcerária em um contexto político e social altamente favorável à sua adoção, dado que o aumento da criminalidade no período de redemocratização foi enfrentado com a intensificação da prisão como ferramenta essencial na incapacitação de sujeitos infratores ao mesmo tempo que a população começou a ver com bons olhos a delegação de funções punitivas a empresas privadas em nome de segurança pessoal e patrimonial. Além desses fatores, o terreno fértil para a privatização também foi promovido por uma percepção de fracasso dos sistemas policial, judiciário e penitenciário na contenção da criminalidade. Segundo ADORNO (1991, p. 70), embora todos esses órgãos contribuam de uma forma ou outra para a fragmentação e disfunção do sistema de justiça criminal, é “o sistema penitenciário [que] acaba necessariamente tributário desse estrangulamento e, acima de tudo, responsabilizado” pela incapacidade de garantir a segurança pública. De fato, o Estado se mostrou ineficaz nas décadas 1990 e 2000, tanto na superação de antigos problemas como a superlotação, a falta de programas de trabalho e educação e a persistência de condições desumanas (ou até a tortura de presos), quanto no enfrentamento de novos desafios como o nascimento e o fortalecimento de facções criminosas como o PCC dentro dos muros (SALLA, 2003). Com uma “arcaica estrutura burocrática” que agravou a inércia da administração prisional perante uma população carcerária em expansão, bem como um setor de recursos humanos assolado por baixos salários, qualificação insuficiente e falta de incentivos, o sistema penitenciário inegavelmente estava em necessidade de reformas (SALLA, 2003, p. 427). Já em 1991, Adorno (1991, p. 76) identificava a questão de “como democratizar a ‘sociedade de cativos’” como “o mais sério desafio à imaginação política brasileira [...] que [devia] incitar o debate público, espaço no qual, em sociedades democráticas, os erros e acertos são socializados”. Foi nesse momento chave que os primeiros defensores da privatização carcerária no Brasil aproveitaram para argumentar em favor da superioridade do setor privado no desempenho do papel de “empresa reformadora de indivíduos” como exigência da prisão moderna (MORRIS, 1974, p. 1180, *apud* ADORNO, 1991, p. 67). Apesar da aparente compatibilidade da proposta com o senso comum daquela época sobre assuntos de justiça criminal, a implementação relativamente tímida da privatização no Brasil indica que o debate público sobre o assunto não esteve isento de contestações e controvérsias. Portanto, a seguir, examinar-se-á o percurso da experiência brasileira com a privatização das prisões no intuito de contextualizar a análise principal deste trabalho, centrada nos discursos veiculados pela imprensa e, mais recentemente, por cidadãos comuns nas mídias sociais.

1.2 Primeiras discussões sobre a privatização das prisões (1988-1999)

A história recente da política de privatização carcerária no Brasil pode ser dividida em duas etapas principais: 1) a proposição e discussão do modelo como solução para sistemas penitenciários públicos sobrecarregados e carentes de recursos; e 2) a implementação formal de prisões sob gestão privada e a reação aos resultados dessa delegação de responsabilidades para entidades particulares, levando ora à reconsideração da decisão de privatizar, ora à manutenção dos arranjos institucionais criados apesar de evidências de sua disfunção e negligência. Parte-se da avaliação de que a multiplicidade de percursos seguidos pelos diferentes estados que adotaram o modelo exige a investigação das circunstâncias e repercussões de cada caso individualmente. Assim, pretende-se não só mapear os atores políticos e jurídicos envolvidos no debate da privatização ao longo dos anos, mas também analisar em que medida a efetiva atuação das empresas privadas no sistema prisional cumpriu com as premissas e promessas que persuadiram certos estados de desembolsar milhões de reais para a delegação da gestão prisional. Nesse sentido, explicar-se-á a necessidade constante de defesa e legitimação do modelo, bem como suas implicações para o papel desempenhado pelos meios de comunicação nessa disputa.

1.2.1 Minas Gerais

Em 1988, Minas Gerais foi o primeiro estado a dar passos concretos em direção à introdução da proposta, graças a uma viagem realizada pelo governador Newton Cardoso e o secretário estadual de Justiça Luiz Leal, ambos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para os EUA, onde visitaram presídios privados em quatro estados e exploraram a possibilidade de obter financiamentos junto ao Citi Bank e até a organismos vinculados à Organização das Nações Unidas (EMPRESAS..., 1988). Segundo reportagens, Leal retornou convencido das vantagens do modelo tanto para o poder público (que economizaria 35% na manutenção do sistema prisional), quanto para o setor privado (que lucraria com a mão-de-obra dos detentos) (O BRASIL..., 1988). Tendo como pano de fundo o vertiginoso crescimento do mercado de segurança particular, não surpreende que esse impulso inicial rumo à privatização carcerária tenha despertado o interesse de quatorze empresas desse setor, oito das quais submeteram propostas ao Governo do Estado (EMPRESAS..., 1988). Este último acabou não levando o projeto adiante naquele momento, mas os achados e a avaliação positiva de Leal provocaram discussões mais sérias do assunto em outros estados.

1.2.2 São Paulo

Em São Paulo, que naquela época já era o estado com a maior população prisional, foi a vez do setor privado se familiarizar com o caso dos EUA. Em 1990, três diretores da Pires Serviços de Seguranças visitaram presídios privados no Texas e formalizaram um convênio com a empresa Wackenhut Industries para a transferência de conhecimento técnico sobre a gestão prisional (LOMBARDI, 1990). Impressionada com a qualidade das instalações e recursos das prisões privadas americanas, a Pires encomendou um estudo de viabilidade do modelo junto ao ex-secretário de Justiça do Estado de São Paulo Mário Sérgio Duarte Garcia (LOMBARDI, 1990). Já nesse estágio, o diretor Manoel Botelho se mostrava convencido da irrelevância das implicações jurídicas em questão, declarando: “A Pires sabe que, da parte do governo federal, não há nenhum problema” (LOMBARDI, 1990). A empresa também não enxergava a sua possível entrada no sistema penitenciário como uma intervenção pontual de escopo limitado – nas palavras do diretor Germano Correia Botelho, a ideia era “mudar completamente o sistema carcerário do País” (MENEZES, 1991). Dessa forma, a discussão no estado de São Paulo começou com destaque aos aspectos mais apelativos da privatização e com pouco reconhecimento dos possíveis limites e obstáculos à sua implementação e alcance.

Pouco tempo depois, o governo estadual ecoou a confiança da Pires sobre as vantagens da privatização. Em 1991, o secretário-adjunto de Segurança Pública Antônio Filardi Luiz afirmou que queria privatizar as 38 penitenciárias sob sua jurisdição a médio e longo prazo (MENEZES, 1991). No ano seguinte, o governador Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB) criou uma comissão para analisar as experiências de outros países (HADDAD, LOMBARDI; MERLI, 2001). Os membros da comissão visitaram a Associação Americana de Prisões no estado de Maryland e definiram a construção de casas de detenção privatizadas com capacidade total para 4,8 mil detentos em oito municípios do estado de São Paulo (OLIVEIRA, 1997). Assim, essas atividades iniciais, tanto do poder público quanto das empresas privadas, correspondem à análise de Alvarez (2008) de que

[...] atravessa de modo profundo toda nossa história, desde o final do século XIX até o final do século XX, o desejo das elites de transformar o Brasil num país moderno, entendido como espelho nos trópicos dos avanços materiais e das formas de organização social e política em curso na Europa e nos EUA, e daí a importância de modernizar igualmente as instituições da justiça criminal e da segurança pública.

A iniciativa ganhou a aprovação do presidente da sede paulista da OAB, Dr. Luíz Flávio Borges D’Urso (1991), que elogiou o potencial do modelo para equilibrar a situação financeira do sistema penal e trazer benefícios para a sociedade de modo geral:

[A privatização] obriga o preso a trabalhar, autogerando e gerindo os recursos para o sistema, justificando a desobrigação estatal, para que os recursos, hoje destinados ao falido sistema, imediatamente sejam redestinados e carreados à educação e ao trato desses menores (abandonados).

O influente juiz de Bragança Paulista Nagashi Furukawa também deu respaldo às intenções do governador, por meio de um expediente a favor da privatização dos presídios estaduais. Nele, Furukawa citou o “excelente resultado” da privatização em outros países para argumentar que o funcionamento do sistema penitenciário a longo prazo dependeria de uma racionalização dos gastos com o cuidado dos presos (FURUKAWA, 1991 *apud* BRASIL, 1991, p. 17). O texto de Furukawa retrata a privatização como uma oportunidade para aproveitar a força produtiva do preso em benefício mútuo das empresas e dos próprios detentos “que, ganhando salário, auxiliariam financeiramente suas famílias e fariam jus à remição da pena” (FURUKAWA, 1991 *apud* BRASIL, 1991, p. 17). Nesse momento, portanto, a delegação da administração prisional a empresas particulares era considerada uma solução rápida e capaz de produzir transformações significativas no propósito da pena.

Diante desse cenário promissor, o deputado estadual Erasmo Dias do Partido Democrático Social (PDS) apresentou o Projeto de Lei (PL) 944/1991 na Assembleia Legislativa de São Paulo. O PL tratava “sobre a instituição da privatização dos presídios mediante participação da iniciativa privada no sistema prisional” e aparentemente previa uma transição mais modesta, dando prioridade a instituições filantrópicas e sem fins lucrativos nos processos de “reabilitação, reeducação e no reenquadramento” dos condenados (SÃO PAULO, 1991). Após seis meses de tramitação, o relator Joel Freire (PMDB) publicou um parecer contrário à proposta, que embora “adequada”, dependeria do poder executivo para sua implementação (SÃO PAULO, 1992a, p. 201).

A derrota não abalou o deputado Dias, que apresentou mais três Projetos de Lei sobre o assunto entre 1992 e 1995. O primeiro, PL 420/1992, recebeu pareceres positivos de dois membros da “bancada da segurança”, os relatores Edson Ferrarini (Partido Trabalhista Brasileiro) e Afanásio Jazadji (PDS), mas teve sua tramitação frustrada por um cenário político que se tornou menos favorável à privatização após o massacre de Carandiru (OLIVEIRA, 1997). Em face à pressão para reformar o sistema prisional, o governador Fleury Filho, que já havia declarado a sua preocupação com a falta de consenso global em relação à privatização carcerária, descartou a proposta de entregar casas de detenção para a gestão privada, priorizando o uso de recursos estaduais na construção de 12 novas prisões (FERREIRA, 1993). Em 1996, o PL 420/1992 recebeu o veto do governador Mário Covas (Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB]) por violar “a separação de poderes e a atribuição exclusiva do Governador

de exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual” (SÃO PAULO, 1996, p. 6).

Porém, antes de receber a palavra final do governador, Dias já havia elaborado um PL (62/1995) detalhando com maior grau de especificidade as responsabilidades a serem assumidas pela iniciativa privada. Sem menção a considerações financeiras, Dias enfatizou que o propósito central da entidade privada seria a reabilitação dos detentos, por meio da oferta de processos educacionais e de capacitação profissional. Na justificativa, o deputado alegou que o sistema prisional não teria “condições de ressocializar o apenado, o que seria a meta desejável de toda política penitenciária” (SÃO PAULO, 1995a, p. 4). Assim, a privatização operaria “na fase de transição entre o cumprimento da pena e o retorno à sociedade” (SÃO PAULO, 1995a, p. 4). Não obstante esse objetivo nobre, o PL foi arquivado depois do parecer contrário do relator Dorival Braga (PSDB), que reiterou o “vício de inconstitucionalidade” causado pela “ingerência indevida nas atribuições privativas do Poder Executivo” (SÃO PAULO, 1995b, p. 1). Com isso, a proposta de privatização das prisões no estado de São Paulo entrou em um impasse.

Vale notar que a retórica aparentemente humanizadora desses Projetos de Lei não só contradisse a agenda pessoal do deputado Dias, mas também ocultou um conflito de interesses que exemplifica a forma como o assunto foi inserido no contexto político da época. Como lembra Caldeira (2003, p. 201), Dias trabalhou duas vezes durante a ditadura militar como secretário de Segurança Pública de São Paulo e foi acusado de tortura por ex-presos políticos, além de ser responsável por “atos de repressão violenta de movimentos sociais”. Sua postura quanto aos direitos humanos foi delineada em um artigo escrito em setembro de 1983 para *A Folha de São Paulo*:

A insatisfação da população quanto à polícia, exigindo inclusive uma sua atuação mais “dura”, no que possa ser da responsabilidade do governo Montoro, decorre da tão decantada filosofia alardeada [sic] de “direitos humanos” aplicada de modo unilateral mais em proveito de bandidos e marginais. Filosofia que dá prevalência ao marginal dando-lhe o “direito” de andar armado, assaltando, matando e estuprando (DIAS, 1983, p. 22, *apud* CALDEIRA, 1991, p. 170).

A moderação desse discurso na redação do PL 62/1995 foi incentivada pelos interesses económicos de Dias, que em 1986 se tornou diretor na Pires (CALDEIRA, 2003). Cinco anos depois, Dias recebeu em seu gabinete representantes da Wackenhut, durante uma visita coordenada pela Pires, com o intuito de apresentar o trabalho realizado nos EUA para a Assembleia Legislativa, dando credibilidade ao Projeto de Lei em discussão (MELLO, 1991b). O vínculo direto entre a política e o mundo dos negócios põe em questão os verdadeiros motivos que levaram o deputado a agir como o “bandeirante” da privatização carcerária no estado de

São Paulo e evidencia que as caracterizações mais generosas do modelo funcionaram como uma mão de verniz politicamente vantajoso destinada a cobrir um discurso incendiário. Com o aval de políticos conservadores como Jazadji (identificado propositalmente em suas campanhas eleitorais pelo número 111, o número de presos mortos no massacre de Carandiru), tudo indica que, nessa fase inicial, a privatização carcerária foi um mecanismo para reafirmar a falência do Estado na esfera da segurança pública e tornar o encarceramento em massa uma oportunidade de negócios (CALDEIRA, 2003). Nesse contexto, os objetivos de humanizar a pena e ressocializar os condenados foram adotados somente para legitimar a rentabilidade do empreendimento (CALDEIRA, 2003).

Mesmo que a entrada do setor privado no sistema prisional não tenha seguido adiante no estado de São Paulo, cabe ressaltar que o juiz Furukawa encabeçou a promoção de um terceiro tipo de arranjo norteado pela “participação comunitária no cumprimento da pena” (TEIXEIRA, 2014, p. 6). Os convênios assinados a partir da segunda metade da década de 1990 e 2000 transferiram a gestão prisional e os serviços de reabilitação para Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e estimularam a criação da primeira rede de Centros de Ressocialização no estado (MACAULEY, 2013). Embora uma discussão aprofundada das APACs esteja fora do escopo do presente estudo, é importante reconhecer a influência e visibilidade do envolvimento de organizações sem fins lucrativos na esfera penal, motivadas por princípios morais e/ou religiosos.

1.2.3 Cenário federal

A privatização carcerária ganhou destaque como proposta digna de consideração em nível federal, concomitantemente aos debates sobre a adoção do modelo em São Paulo. Já em dezembro de 1990, o VII Encontro Nacional de Secretários Estaduais de Justiça tinha chegado à conclusão de que “a iniciativa privada [devia] participar do esforço de reintegração social e de ressocialização abrindo o mercado de mão-de-obra para o trabalho externo e para o egresso” (FERREIRA; KUEHNE, 2009, p. 13). Em agosto do ano seguinte, foi apresentado o primeiro Projeto de Lei no Congresso Nacional pelo deputado Edmar Moreira (Partido da Reconstrução Nacional [PRN]), sigla do então presidente Fernando Collor de Mello e atual Partido Trabalhador Cristão (PTC). Em sintonia com o liberalismo econômico do PRN, o PL 1408/1991 era justificado com base na racionalidade de mercado, utilizando palavras-chave como “desempenho”, “eficácia” e “concorrência” para menosprezar a competência do Estado em assuntos prisionais (BRASIL, 1991). Além de contribuir para um aumento na “confiabilidade”

do sistema penitenciário, segundo Moreira, a prestação de serviços médicos, assistência jurídica e fornecimento de recursos humanos e materiais por parte de entidades particulares também diminuiria o gasto público com os detentos e instalações (BRASIL, 1991). A defesa do PL ressaltava os potenciais efeitos positivos da expansão do incentivo ao lucro na esfera penal em contraposição às péssimas condições dos estabelecimentos públicos, valendo-se de reportagens veiculadas na imprensa escrita para ilustrar seus argumentos. Nesse sentido, a mídia teve um papel na constituição do debate público sobre reformas penais nesse período. O PL acabou sendo arquivado em 1995, mas a sua inserção na agenda do Congresso Nacional obrigou o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), órgão fundamental na elaboração de diretrizes nacionais para a prevenção da criminalidade e gestão do sistema prisional, a emitir um posicionamento sobre a privatização carcerária.

Em janeiro de 1992, o CNPCCP iniciou a apreciação da proposta, que já era elogiada pelo seu então presidente, Edmundo Oliveira, como

[...] uma verdadeira retomada de sonhos para atender aos preceitos constitucionais da individualização da pena e de respeito à integridade física e moral do condenado, além de reduzir os encargos e gastos públicos, onde um preso custa, em média, cerca de quatro a cinco salários-mínimos por mês (MARCELLO, 1992a).

Em abril do mesmo ano, a privatização teve um lugar central na pauta do X Encontro Nacional de Secretários de Justiça, sendo apoiada pelos secretários de Segurança Pública e Justiça de São Paulo, Pedro Campos e Manoel Alceu Afonso Ferreira, respectivamente, como “a única [e melhor] forma de solucionar o problema de superlotação das penitenciárias brasileiras” (SECRETÁRIOS..., 1992a). No outro lado do debate, Nilo Batista, o secretário de Justiça e Polícia Civil do Rio de Janeiro, chamou atenção à possível participação do crime organizado nas entidades privadas encarregadas da gestão prisional e caracterizou como “controvertida” a subordinação do propósito de reabilitação do preso à busca de lucro (SECRETÁRIOS..., 1992a). Tendo em vista a ausência de consenso sobre o tema, a “Carta do Rio”, ratificada ao final do encontro e enviada ao Ministério da Justiça, resolveu:

[...] aprofundar o debate sobre a privatização reconhecendo a sua complexidade e visando esclarecer questões como: i) sua constitucionalidade; ii) o que se chama de privatização, para distingui-la [...] de outras formas de co-gestão ou participação. [...] iii) dimensão ou parcela do sistema e dos serviços que seriam privatizados (FERREIRA; KUEHNE, 2009, p. 17).

Com a questão ainda em aberto, em 1999 o deputado Luís Barbosa (Progressistas) apresentou o PL 2146/99, tendo como referência as experiências de privatização carcerária da França, Inglaterra, Bélgica, Austrália e Estados Unidos (BRASIL, 1999). A justificativa do PL fez um apelo em favor da humanização e da dignidade dos presos, objetivos que não poderiam

ser alcançados “enquanto [o problema fosse] limitado à exclusiva competência do poder público” (BRASIL, 1999). Embora o conteúdo da legislação não fosse distinto do PL apresentado pelo deputado Edmar Moreira no início da década, vale destacar o parecer contrário à proposta, submetido pelo conselheiro Maurício Kuehne. No texto que passaria a influenciar futuros debates sobre a privatização no âmbito federal, Kuehne admitiu a possibilidade de terceirizar certos serviços como vestuário e alimentação, mas discordou das outras disposições do modelo de privatização carcerária delineado no PL, em que

[...] transfere-se ao particular a custódia do preso, hipótese com a qual não se pode compactuar. [...] Nenhuma menção à Carta Magna à Lei de Execução Penal; nenhuma referência aos aspectos jurisdicionais que suscita a execução; omissão completa, por assim dizer, do ordenamento jurídico (KUEHNE, 2001, p. 19).

Kuehne (2001, p. 17) também refutou a noção de que as prisões privadas fossem uma alternativa para garantir a dignidade dos presos, já que o objetivo do sistema penitenciário devia ser “não melhores prisões senão algo melhor que as prisões”. O parecer teve tanto peso na tramitação do PL que o CNPCP acabou rejeitando-o em abril de 2000. Com isso, o debate sobre o assunto no Congresso Nacional ficou paralisado por quase uma década. Mas isso não significa que nos anos seguintes não houvesse outras tentativas de adoção do modelo, já que o CNPCP chegou ao consenso em 1993 de que deveria “deixar que os Governos Estaduais avaliem a iniciativa de adotar ou não a experiência, em conformidade com as peculiaridades regionais” (BRASIL, 1993). Com base nessa prerrogativa, então, os estados do Paraná e Ceará começaram a desenhar as primeiras experiências brasileiras com a privatização carcerária.

1.3 Implementação das prisões privadas (1999-2019)

1.3.1 Paraná

No Paraná, a terceirização da gestão prisional começou a ser cogitada em 1995, ano em que o governador Jaime Lerner apresentou o projeto a cerca de 300 empresários, com vistas a aferir o interesse do setor privado nesse novo campo (SANTANNA, 1995). A iniciativa coincidiu com a saída de Lerner do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para se filiar ao Partido da Frente Liberal (PFL, hoje conhecido como Democratas [DEM]), à direita no espectro político. Quatro anos depois, após ser reeleito para um segundo mandato, Lerner finalmente implementou o plano de erguer novos presídios e entregá-los a empresas privadas.

Em junho de 1999, inaugurou-se a primeira prisão privada no Brasil, a Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG), com espaço para 240 detentos (SILVA, 2001). Apesar da sua

capacidade limitada, que evidentemente contribuiria pouco para aliviar a superlotação crônica das prisões públicas paranaenses, o governo de Lerner invocou um regime de urgência para acelerar a abertura da prisão e a contratação de uma empresa gestora (SOARES, 2001). Por meio desse arranjo, foi contratada sem licitação a recém-estabelecida Humanitas Administração Prisional, composta pelas empresas de segurança privada Pires e Metropolitana (SOARES, 2001). Dessa forma, ao evitar a deliberação legislativa, facilitou-se o tão esperado sucesso da Pires, após as tentativas frustradas de implementar a privatização em São Paulo. De acordo com o contrato, o estado manteria a direção da PIG, enquanto a Humanitas receberia R\$ 297.000 por mês (aproximadamente R\$ 1.200 por vaga por mês, sendo ela ocupada ou não) para coordenar a segurança interna do presídio bem como providenciar o atendimento aos presos, incluindo alimentação e serviços médicos, psicológicos e jurídicos (SILVA, 2001). No período de 1999 a 2002, o governo investiu mais de R\$ 45 milhões para aplicar esse modelo em seis novas prisões administradas por três empresas diferentes: Humanitas (PIG); Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP, que assumiu a gestão da Penitenciária de Cascavel, as Casas de Custódia de Curitiba e Londrina e a Penitenciária Estadual de Iguaçu); e Montesinos (Penitenciária Estadual de Piraquara).

Com base nos primeiros anos de operação desses estabelecimentos, especialmente da PIG, a política de privatização despertou elogios e entusiasmo tanto na esfera acadêmica quanto no setor privado. Cabral e Lazzarini (2010), por exemplo, analisaram uma gama de indicadores de desempenho e concluíram que, além de custarem menos (em média), as prisões privadas ofereciam maior segurança do que as públicas e prestavam melhor atendimento aos presos. Na época também passou a circular a informação de que a taxa de reincidência criminal na PIG chegaria a 6%, comparada com a média nacional (estimada) de 70% (SILVA, 2001). O dado ganhou tanto destaque que pouco questionou-se o fato de ter sido a diretora da penitenciária a única fonte citada, sem nenhuma explicação dos mecanismos utilizados para calcular o indicador (SILVA, 2001).²

Evidencia-se, nesse sentido, o esforço de contrastar as prisões privadas e públicas de forma a sustentar a hipótese da superioridade do setor privado na gestão penitenciária, em

² Essa falta de transparência coincide com a avaliação da Pastoral Carcerária (2014, p. 40) de que a cultura de sigilo seria “ainda mais forte na esfera privada” do que na esfera pública. No desenvolvimento de uma pesquisa envolvendo visitas presenciais a oito prisões em seis estados, administradas por cinco empresas diferentes, a organização enfrentou forte resistência na divulgação de informações sobre os processos licitatórios e “a maioria ignorou [os] pedidos de informação ou explicitamente se recusou a responder [as] perguntas, mesmo diante de expressa menção à Lei de Acesso à Informação” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2014, p. 12).

cumprimento às diretrizes da LEP. No entanto, a caracterização dos resultados minimiza o efeito das condições garantidas nas cláusulas contratuais com as empresas privadas. Uma delas, no caso da PIG, seria a estipulação de que a prisão receberia apenas presos de “bom comportamento” (AGENTE..., 2001). Outra refere-se à exigência de limitar a lotação das celas (AGENTE..., 2001). Conforme reforça Salla na introdução do relatório da Pastoral Carcerária (2014, p. 9), “é de pouca credibilidade enaltecer prisões privatizadas quando elas, na verdade, não operam com os mesmos problemas que as demais prisões mantidas pelo estado”.

Apesar das condições favoráveis, em poucos anos começaram a surgir evidências das desvantagens do modelo, tanto para os cofres do estado quanto para a intenção de humanizar o cumprimento da pena e recuperar os detentos. Já em junho de 2000, a imprensa questionava o alto custo mensal do “preso terceirizado”, que se agravava como consequência da morosidade do processo de seleção dos detentos. Após um ano de operação, a PIG operava com apenas 48% da sua capacidade, fazendo com que o custo mensal por pessoa aumentasse para mais de R\$ 2.000, comparado com R\$ 750 em São Paulo e R\$ 480 em nível nacional (SILVA, 2001). Em 2002, uma denúncia feita pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Paraná lançou dúvidas sobre o argumento de que o custo das prisões privadas estaria justificado pela qualidade da infraestrutura e do atendimento aos presos. De acordo com o Sindicato, “tortura de detentos e maus-tratos eram práticas comuns dentro dos estabelecimentos terceirizados”, caracterizados também pela “falta de medicamentos [e] fornecimento de alimentação”, bem como a “falta de manutenção de equipamentos de segurança, como portas automáticas, sistemas internos de vídeo e detectores de metais” (CARVALHO, 2007). No ano seguinte, Jorge Ferreira, coordenador do Movimento Nacional dos Direitos Humanos no Paraná e uma agente penitenciária chegaram a receber ameaças anônimas de morte em resposta a outra denúncia de tortura nas prisões privadas (ÉBOLI, 2003). Meses depois, uma rebelião na Penitenciária Estadual de Piraquara, sob a administração da empresa Montesinos, levou ao sequestro de três agentes penitenciários e à eventual morte de dois presos (BOCCARDI, 2003b). Entre as justificativas da rebelião foram citadas a “insatisfação dos presos por maus tratos recebidos na unidade, que incluiria surras constantes dos agentes” (BOCCARDI, 2003b). Segundo o juiz Walter Maierovitch, na origem dessas falhas estava o fato de que

[...] a privatização chegou à manutenção da disciplina dos presos. Contrataram uma empresa de segurança que acabou militarizando a prisão, porque era formada por uma pessoa que havia saído das bases militares. Substituíram os agentes penitenciários, que têm papel na ressocialização do preso, e colocaram seguranças privados no lugar (BARBOSA, 2006).

Na medida em que a violência cometida por agentes penitenciários e presos rebeldes contrariou a narrativa das prisões privatizadas como estabelecimentos radicalmente diferentes das públicas, tornou-se mais difícil justificar a delegação da administração prisional para o setor privado.

Já em 2003, o governador Roberto Requião (PMDB) declarou a sua intenção de reestatizar as prisões privatizadas pelo seu predecessor (BOCCARDI, 2003a). De acordo com o então chefe do Grupo de Planejamento do Departamento Penitenciário do Paraná, Dr. Edwaldo W. de Carvalho, “a razão principal que sedimentou esta decisão foi a concepção doutrinária que a custódia e o tratamento penal dos presos é papel exclusivo do Estado, exercida através dos seus agentes, sendo indelegáveis, portanto” (TRULIO, 2009, p. 108). Também apontou-se que os baixos salários dos agentes penitenciários nas prisões privadas (R\$ 700 por mês, comparado com R\$ 2.400 de salário base para agentes concursados) criariam vulnerabilidades como o risco de entrada de contrabando de celulares e drogas (DINIZ, 2006).

Em 2008, foram encerrados os contratos com as três empresas em questão. Embora a primeira experiência brasileira com a privatização carcerária mostrasse novas possibilidades para a reabilitação dos detentos sob condições ideais e com financiamento suficientemente, também corroborou a precariedade deste arranjo institucional e refutou o pressuposto de que a entrada do setor privado necessariamente garantiria melhorias no atendimento dos presos, mantendo as vantagens na relação de custo-benefício para o poder público.

1.3.2 Ceará

No Ceará, a privatização das prisões também foi defendida inicialmente pelo PFL e proposta na Assembleia Legislativa estadual pela deputada Maria Gorete Pereira em 2000. Na justificativa do PL 51/2000, Pereira defendeu a transferência de responsabilidade pela gestão de todos os serviços relacionados às penitenciárias ao setor privado, com a exceção da segurança interna e externa das prisões, como uma medida que permitiria o direcionamento de recursos para outras políticas sociais (CEARÁ, 2000 *apud* ARAÚJO NETO, 2001). Apesar da oposição da Procuradoria da Assembleia Legislativa e da desaprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação por ferir preceitos constitucionais (ARAÚJO NETO, 2006), no final de 2000, a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) firmou um contrato sem licitação com a empresa Humanitas, no valor de R\$ 5,7 milhões por ano, para administrar a Penitenciária Industrial Regional do Cariri (PIRC), com capacidade para 549 detentos (RAMOS, 2016).

A decisão unilateral da SEJUS de seguir em frente com a privatização carcerária invalidou as discussões sobre a divisão de responsabilidades em concordância com os deveres constitucionais do Estado. Portanto, a implementação *ad hoc* do modelo na PIRC gerou algumas distorções, incluindo a execução da segurança interna por profissionais na folha de pagamento da Humanitas. Segundo a então secretária da Justiça, Sandra Dond, esses “agentes de disciplina” acompanhariam de perto os presos em todas as suas atividades “o que humanizaria a relação carcereiro com o preso” (FERNANDES, 2001a). Em visita à PIRC em maio de 2001, contudo, membros de vários órgãos públicos e da Pastoral Carcerária constataram “a existência de um regimento interno elaborado pela empresa administradora do estabelecimento, dispondo acerca das punições a serem aplicados aos detentos” (CORDEIRO, 2006, p. 151). Inabalada pela preocupante revelação, entre 2001 e 2003, a Secretaria continuou intensificando o ritmo da privatização, contratando, também sem licitação, a Companhia Nacional de Administração Prisional (CONAP) para assumir a gestão não só da PIRC, mas também da Penitenciária Industrial Regional de Sobral e do Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (OSTERNE; MIRANDA, 2014).

Logo em seguida, o Ministério Público e a OAB-CE denunciaram em Ação Civil Pública a não-publicação dos contratos de concessão no Diário Oficial da União, bem como a violação dos princípios básicos da administração pública de “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (ARAÚJO NETO, 2001). Em 2005, o Conselho Penitenciário do Estado do Ceará entregou ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público um relatório pedindo a suspensão do processo de privatização e levantando a suspeita de favorecimento à CONAP, visto que um dos seus donos, Luiz Gastão Bittencourt, teria sido sócio do deputado federal Léo Alcântara (PSDB, filho do governador Lúcio Alcântara) em uma empresa de segurança privada (FERNANDES, 2006). Na época, a secretária Dond citou uma “situação emergencial” causada pela superlotação dos presídios públicos e delegacias para justificar a assinatura dos contratos com a Humanitas e a CONAP (CEARÁ, 2002, p. 22). Contudo, as evidências revelam que a entrada do setor privado fez pouco para reverter o cenário de precariedade das instituições penitenciárias.

Segundo Osterne e Miranda (2014), a privatização não conseguiu aliviar os estresses sobre o sistema público e até o privou de fundos escassos, posto que a CONAP recebia 48% de todo o orçamento da SEJUS para gerir 3 prisões, enquanto o estado administrava 163. Nessa situação desequilibrada, o custo médio para manter as prisões da CONAP era 42% maior do que a média das públicas (OSTERNE; MIRANDA, 2014). Embora os depoimentos de presos, funcionários públicos e familiares atestassem a qualidade superior da estrutura física e

pontualidade dos atendimentos médicos e jurídicos das prisões sob gestão privada, os autores ressaltaram que “toda essa qualidade, porém, era fruto da ampliação de custos para o Estado, visto que ele ressarcia a CONAP em todos os seus custos operacionais independentemente de valores” (OSTERNE; MIRANDA, 2014, p. 20). Apesar disso, argumentam os autores, as prisões da CONAP não conseguiram superar “os mesmos problemas da gestão (fugas, drogas, motins, entre outros) encontrados nos presídios custodiados pelo Estado” (OSTERNE; MIRANDA, 2014, p. 21). Pior ainda,

[...] verificamos que a empresa CONAP não possuía projetos para reinserção social ou de capacitação para todos os detentos por ela custodiados. Somente poucas vagas de emprego foram disponibilizadas dentro da unidade, potencializando a ociosidade dos internos; observamos, também, que o custo social para manter esta política pública no Estado era muito elevado, haja vista sua pequena cobertura em relação aos custos de sua manutenção e, por fim, concluímos que se reveste de amoralidade uma política, no nosso entender, exclusória [sic], que deixava mais de 98% da população carcerária em condições indignas e com delegacias superlotadas, ao passo que uma pequena parcela da população carcerária recebia tratamento digno (OSTERNE; MIRANDA, 2014, p. 21).

Ou seja, o Estado gastou quase metade do orçamento na manutenção de três prisões geridas pelo setor privado que mal forneciam oportunidades para a reabilitação dos detentos.

Devido às contestações jurídicas sobre a contratação das empresas e aos sinais do prejuízo financeiro para o Estado, o desfecho do experimento com a privatização carcerária no Ceará foi relativamente rápido. A Justiça do Trabalho suspendeu os contratos em 2006 e ordenou a substituição dos agentes penitenciários terceirizados por servidores concursados (FERNANDES, 2006). No ano seguinte, o Ministério Público Federal determinou a inconstitucionalidade da privatização e o governo prosseguiu com a reintegração das unidades ao sistema público, já deteriorado pelo crescimento da população prisional nesse período (COELHO, 2007).

Não obstante os resultados abaixo do esperado, o assunto ainda despertou o interesse do governo federal e, especificamente, da secretária nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind. Em fevereiro de 2001, no contexto das privatizações lideradas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, Sussekind apresentou ao ministro da Justiça José Gregori um relatório propondo a adoção de um modelo inspirado nas experiências do Ceará e do Paraná. A proposta delegava a contratação dos agentes penitenciários, o fornecimento de serviços de vestuário, alimentação e assistência (jurídica, psicológica e médica) (GOVERNO..., 2001; MINISTÉRIO..., 2001). Sussekind também declarou a intenção de abrir uma licitação para estimular a privatização carcerária no estado de São Paulo, que hospedava 43% dos detentos do país (PRESÍDIO-MODELO..., 2001). A visão otimista da secretária em relação à entrada do setor privado na esfera penal foi defendida pelo Dr. D’Urso (2001) em reunião extraordinária do CNPCP,

realizada em março do mesmo ano. D’Urso (2001, p. 157) expressou sua convicção com a humanização da pena propiciada pela empresas, “quer pela forma digna que o preso é tratado, quer pela disciplina imposta na unidade, a comida é de boa qualidade, o preso passa a ter higiene sendo lhe fornecidos produtos para tal, além de todos trabalharem e estudarem, objetivando sua ressocialização”. Segundo o advogado, o alto nível de segurança nas unidades privatizadas teria suprimido “fugas ou tentativas, rebeliões ou indisciplina interna, aliás, a sensação que se tem ao adentrar a penitenciária do Paraná é de estar entrando numa grande fábrica” (D’URSO, 2001, p. 157). À luz dos abusos e maus-tratos discutidos na seção anterior, que surgiram justamente nesse período, as declarações do presidente da OAB-SP exemplificam a insistência nas promessas não cumpridas (ou cumpridas de forma inconsistente) pelas empresas contratadas no Paraná e Ceará.

Os argumentos de Sussekind e D’Urso não encontraram muito apoio no CNPCP, visto que o Conselho recomendou em dezembro de 2002 a “rejeição de quaisquer propostas tendentes à privatização do Sistema Penitenciário Brasileiro” (BRASIL, 2002, p. 127). O CNPCP tomou essa decisão:

[...] considerando que as funções de ordem jurisdicional e relacionadas à segurança pública são atribuições do Estado indelegáveis por imperativo constitucional; [e] considerando a incompatibilidade entre, de um lado, os objetivos perseguidos pela política penitenciária, em especial os fins da pena privativa de liberdade (retribuição, prevenção e ressocialização) e, de outro lado, a lógica do mercado, ínsita à atividade negocial (BRASIL, 2002, p. 127).

Segundo o Conselho, seria admissível delegar a execução de alguns serviços básicos, tais como limpeza, vestuário e alimentação, para empresas privadas (BRASIL, 2002). Em parágrafo único, no entanto, o Conselho foi categórico no repúdio aos arranjos adotados no Paraná e no Ceará, declarando que:

Os serviços técnicos relacionados ao acompanhamento e à avaliação da individualização da execução penal, assim compreendidos os relativos à assistência jurídica, médica, psicológica e social, por se inserirem em atividades administrativas destinadas a instruir decisões judiciais, sob nenhuma hipótese ou pretexto deverão ser realizadas por empresas privadas, de forma direta ou delegada, uma vez que compõem requisitos da avaliação do mérito dos condenados (BRASIL, 2002, p. 127).

Apesar dessa forte oposição, seguiram adiante diversas tentativas para consolidar, em nível federal, a entrada do setor privado no sistema penal. Em 2003, a Lei 10.792 alterou a LEP, liberando a celebração de convênios entre a iniciativa privada e “governos federal, estadual e municipal [...] para implantação de oficinas de trabalho referentes a setor de apoio dos presídios” (BRASIL, 2003). Embora a redação da Lei tenha reforçado o princípio do monopólio exclusivo do Estado sobre o poder disciplinar dentro das prisões, também provocou alegações

de ilegalidade ao “infringir o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana” (SANTOS, 2006, p. 504 *apud* TRULIO, 2009, p. 98). Como argumenta Santos (2006),

[...] a força de trabalho encarcerada não tem o direito de rescindir o contrato de trabalho, ou seja, não possui a única liberdade real do trabalhador na relação de emprego e, por isso, a compulsória subordinação de seres humanos encarcerados a empresários privados não representa, apenas, simples dominação do homem pelo homem, mas a própria institucionalização do trabalho escravo na prisão (SANTOS, 2006, p. 504 *apud* TRULIO, 2009, p. 98).

As respostas suscitadas pela experiência do Ceará na comunidade jurídica revelaram a coexistência de interpretações e hipóteses diametralmente opostas, relativas ao impacto da privatização carcerária sobre a dignidade do preso. Nesse contexto, passaram a ser consideradas dimensões relacionadas aos direitos humanos dos detentos na avaliação do sucesso das prisões privadas, ultrapassando as análises unicamente restritas à equação financeira. A seguir, serão discutidas as experiências de outros estados que também colocaram em xeque as consequências reais para o bem-estar e segurança dos detentos hospedados em estabelecimentos dessa natureza.

1.3.3 Amazonas

Enquanto os casos do Paraná e do Ceará chegaram a representar fontes de preocupação sobre a constitucionalidade e custo-benefício da privatização carcerária para os governos estaduais, no Amazonas a questão adquiriu contornos mais nefastos. Em regime de urgência decretado após uma série de rebeliões em prisões públicas no final de 2003, o governador Eduardo Braga (PMDB) contratou sem licitação a CONAP e o INAP, para administrar a Unidade Prisional de Puraquequara (UPP) e o Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), respectivamente (PRESOS..., 2004).

Rapidamente tornaram-se evidentes as dificuldades envolvidas na promoção de um ambiente seguro e propício à reabilitação dos detentos, sem poder selecionar aqueles com “bom comportamento”, como ocorreu no Paraná. Em menos de um mês, os presos de Puraquequara organizaram uma primeira rebelião “pela suposta falta de higiene, pela proibição da entrada de alimentos via familiares e pelo excesso de rigor nas revistas nos dias de visitas” (BRASIL, K.; SCOLESE, 2004). Logo depois, em janeiro de 2004, houve motins em ambas as prisões reivindicando a saída das empresas. Em Puraquequara, os presos usaram três revólveres calibre 38 contrabandeados em um tiroteio com policiais que levou à morte de sete detentos (BRASIL, K., 2004). No COMPAJ, os presos tomaram cerca de 60 reféns (agentes penitenciários, familiares e amigos dos presos) para exigir “o fim da terceirização da administração do

complexo, banho de sol todos os dias, ventiladores nas celas, telefones públicos no pátio, entre outros itens” (BRASIL, K.; SCOLESE, 2004). Tendo como pano de fundo um sistema prisional considerado “falido”, não surpreende que problemas crônicos como “a corrupção de agentes penitenciários, rebeliões violentas, uso de celulares e armas de fogo, assim como as demais atividades ilícitas que se tornaram generalizadas”, tenham persistido apesar da entrada do setor privado (SIQUEIRA, 2016, p. 17). Ao mesmo tempo, as revoltas foram desencadeadas como forma de protestar a ênfase dada pelas empresas à capacitação e instalação de “agentes de disciplina” nas prisões, funcionários que “[simbolizavam] as ideias de mercado no sistema penitenciário, como a eficiência e flexibilidade em contratação e desligamento” (SIQUEIRA, 2016, p. 17). Como observa Siqueira (2016), passou-se mais de uma década até o objetivo de “socialização” entrar no nome desse cargo. Além disso, o Grupo de Enfrentamento da Crise do Sistema Prisional verificou que “o uso da nomenclatura ‘agente de disciplina’ servia para disfarçar o exercício do trabalho de ‘agente penitenciário’, caracterizando a delegação [ilegal] a particulares do ‘poder de polícia’ dentro das unidades prisionais” (MP..., 2017). Assim, a “linha dura” adotada pelas empresas colocava a reabilitação dos detentos em segundo plano, sem atentar-se para as condições de privação na origem das hostilidades que assolavam o sistema prisional como um todo.

As falhas dessa postura revelaram-se novamente em outubro de 2007 quando o corregedor de Justiça, João Simões, realizou uma inspeção-surpresa junto a representantes da OAB-AM e do Ministério Público no Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT), inaugurado no ano anterior sob administração da CONAP (ADOLFO, 2007). Ao apurar os motivos de uma rebelião ocorrida algumas semanas antes, levando à morte de dois detentos, a culpa foi atribuída diretamente à empresa. De acordo com Simões,

[...] a atuação da CONAP nessa cadeia é péssima. Não há treinamento adequado, falta assistência médica e de higiene. Ouvimos vários detentos e o que ouvimos e vimos nos leva a constatar que a rebelião foi culpa da falta de preparo de agentes da CONAP. [...] Isso é dinheiro público. Os presos que estão aguardando julgamento perderam sua liberdade, mas não perderam o direito de ser tratados como seres humanos (ADOLFO, 2007).

O COMPAJ também surgiu como exemplo emblemático do alto preço assumido pelo Estado por serviços ineficazes e até negligentes das empresas privadas. Entre agosto e outubro de 2014, 28 agentes terceirizados que atuavam no Complexo “foram afastados sob suspeita de facilitar a fuga de seis detentos em julho” e, nesse período, vazou no jornal *A Folha de São Paulo* um vídeo mostrando uma “fila de pelo menos dez detentos em um corredor do presídio para consumir cocaína” (REIS, 2014). Em meados de 2014, a empresa Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda. assumiu a gestão do COMPAJ e, em março de 2015, ganhou uma

licitação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) para administrar outras cinco unidades prisionais, por 27 anos, com orçamento anual de R\$ 205 milhões (SIQUEIRA, 2016). No caso do COMPAJ, o custo por preso subiu até R\$ 4.700 mensais, comparado com a média nacional de R\$ 2.400 (CORRÊA; HAIDAR, 2017). Em janeiro de 2016, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), da Secretaria Nacional e Direitos Humanos, visitou três prisões geridas pela Umanizzare e pela RH Multi Serviços, deparando-se com condições extremamente precárias. Em primeiro lugar, a equipe técnica verificou que “a contratação dos agentes pela empresa [ocorria] sem necessariamente atender aos requisitos da Lei de Execução Penal [...] [sem] conhecimento técnico suficiente para exercer efetivamente o acompanhamento da execução penal” (MNPCT, 2016, p. 14). A falta de preparação e a baixa remuneração dos funcionários das unidades (em torno de R\$ 1.700 por mês) contribuíam para uma alta rotatividade “que [favorecia] a ocorrência de tortura e maus-tratos” (MNPCT, 2016, p. 14). Em termos dos serviços oferecidos nas prisões privadas, a equipe afirmou que a qualidade não se diferenciava do sistema público: “além de queixas sobre dificuldades em conseguir atendimento com profissionais médicos ou ter acesso a medicamentos, pôde-se verificar uma enorme quantidade de pessoas presas em condições precárias de saúde” (MNPCT, 2016, p. 16). Apesar de ter recomendado medidas urgentes para enfrentar a superlotação e eliminar os atos de tortura contra os detentos, o relatório serviu menos como catalisador de mudanças e mais como prognosticador da bomba-relógio gerada pela precariedade e a tensão dentro das prisões privadas. No dia 1 de janeiro de 2017, uma rebelião no COMPAJ deixou 56 mortes e expôs não só a insuficiência da fiscalização dos contratos de privatização para evitar as condições de superlotação e baixa qualidade dos serviços, como também a incapacidade do setor privado para superar os mesmos problemas que afligem as prisões públicas, tais como o tratamento desumanizador dos detentos e a influência de facções criminosas (HENRIQUES; GONÇALVES; SEVERIANO, 2017).

Depois desse escândalo amplamente noticiado na imprensa, o Ministério Público de Contas do Amazonas ordenou o encerramento do contrato com a Umanizzare (RESK; TOLEDO, 2017a). Contudo, o então governador Amazonino Mendes (PDT) resolveu prorrogar múltiplas vezes os acordos referentes outros presídios – em 2017, a empresa obteve R\$ 214 milhões do governo e até agosto de 2018 havia recebido mais R\$ 130 milhões (CASTRO; COUTO, 2018). Wilson Lima, o governador eleito em 2018 pelo Partido Social Cristão (PSC), afirmou que pretendia reavaliar os contratos com a Umanizzare, mas a empresa continua operando até hoje no estado (PAGNAN; MAISONNAVE, 2019).

De fato, hoje em dia o Amazonas se encontra em uma situação contraditória, entre a denúncia e a tolerância do modelo. Exemplo disso foi o ocorrido nas chacinhas de maio de 2019 no COMPAJ, IPAT e UPP COMPAJ, causando a morte de 55 detentos (BRIGA..., 2019). Três dias antes, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas tinha proibido a renovação dos contratos com a Umanizzare à luz do “cenário de violação generalizada e sistêmica aos direitos fundamentais” (RIBEIRO; DANTAS, 2019). Contudo, a SEAP aparentemente pretende seguir em frente com a ampliação da participação de empresas privadas na contratação de guardas de muralha, no intuito de substituir centenas de policiais (PAGNAN; MAISONNAVE, 2019). Dessa forma, apesar das falhas da gestão da Umanizzare, a privatização ainda ocupa um lugar de destaque nos planos para o sistema prisional do estado.

1.3.4 Alagoas

Em Alagoas, a privatização carcerária foi elemento central na agenda do governo Teotonio Vilela (PSDB) para modernizar o sistema penitenciário do estado. Ao inaugurar o Presídio de Segurança Máxima do Agreste em novembro de 2013, Vilela elogiou não só os “padrões de segurança e gerenciamento inovadores” da empresa baiana Reviver, mas também fez um apelo à missão humanizadora que haveria motivado a cogestão da unidade com capacidade para 789 presos masculinos:

Estamos dando mais um passo [na luta contra a violência]. São muitas ações e hoje inauguramos mais uma. Esse é um presídio moderno e que segue os princípios da ressocialização, contemplando a assistência aos presos, de modo que Alagoas possa entregar à sociedade homens de bem (ALAGOAS..., 2013).

Supostas economias orçamentárias também entraram no rol de louvores, entre elas a construção de celas pré-fabricadas com materiais altamente resistentes e com isolamento térmico para diminuir os gastos com eletricidade (ALAGOAS..., 2013). De acordo com o contrato de seis meses, totalizando R\$ 15,4 milhões, a Reviver forneceria atendimento aos presos no que tange à alimentação, vestuário, educação e assistência médica e jurídica, enquanto o transporte, escolta, remoção e supervisão dos mesmos continuaria sob responsabilidade da Superintendência Geral de Administração Penitenciária (SGAP) (GOMES, 2014a). O diretor-presidente da Reviver (2013) citou a experiência da empresa na gestão de outras oito prisões no Brasil e expressou “a mais absoluta certeza que em pouco tempo o Presídio do Agreste [seria] a unidade modelo do estado de Alagoas e uma referência para todo o Brasil”.

Apenas duas semanas depois, o Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

[...] inspecionou o Presídio do Agreste, onde constatou que o racionamento de água obriga os presos a passar sede por até 5 horas. Os detentos também denunciaram sofrer agressões e ter acesso precário a itens de higiene, à assistência à saúde e a uniformes – muitos ficam com a mesma roupa por até 5 dias (VASCONCELLOS, 2013).

Além disso, constatou-se o preenchimento de menos da metade (350) das vagas disponíveis, a um custo para o governo de mais de R\$ 3.200 mensais por preso (VASCONCELLOS, 2013). Após a visita, o juiz auxiliar Douglas de Melo Martins também criticou a localização da prisão na zona rural como impedimento à ressocialização dos presos (VASCONCELLOS, 2013). Embora o vice-governador José Thomaz Nonô (PDSB) tivesse elogiado o local por não se encontrar “nem em uma área totalmente isolada e nem no meio da cidade” (REVIVER, 2013), o juiz apontou que o Presídio do Agreste estava sendo utilizado para abrigar presos da capital e não da região em que foi construído (VASCONCELLOS, 2013). Assim, a privatização no estado de Alagoas teve um início desfavorável que pouco correspondeu ao *marketing* em torno da sua implementação.

Em junho de 2014, o deputado Ronaldo Medeiros (PT) conseguiu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por membros indicados pelo PT, PMDB, PDT e Democratas (GOMES, 2014b). No mês seguinte, um detento foi torturado por doze funcionários da Reviver, levando o promotor de Execuções Penais, Cyro Blatter, a comentar que:

Os agentes prestadores de serviço, efetivos ou contratados por uma empresa de gestão não podem se valer do cargo para usar do abuso de autoridade para torturar os presos. [...] Não importe se é uma empresa contratada. Ela não pode fugir dos parâmetros impostos pelo Poder Judiciário (GOMES, 2014c).

O acontecimento reafirmou a avaliação da Pastoral Carcerária (2014) após visita realizada no mês de janeiro, expondo relatos de violência por parte dos funcionários da Reviver, não documentados em outras unidades. Por mais que o contrato estipulasse que a segurança e uso da força fossem responsabilidade dos agentes da SGAP, “só a empresa está dentro da unidade [e] os agentes do estado [...] não participam de forma nenhuma da dinâmica interna e nem sequer recebem informações do que se passa lá dentro” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2014, p. 85). Contudo, apesar das evidências de maus tratos e da investigação oficial em torno do alto custo e da morosidade em preencher as vagas da prisão, em outubro do mesmo ano a Reviver venceu as empresas INAP e Socializa em nova licitação para gerir o Agreste por mais cinco anos, com valor global de R\$ 185 milhões (SOUZA, 2014).

Em anos recentes, o governo alagoano tem se mostrado favorável à expansão do papel do setor privado na gestão penitenciária. Em 2017, abriu-se processo licitatório para gerir um novo presídio de segurança máxima com 700 vagas, do qual participaram as empresas

Montesinos, Socializa, Reviver e Umanizzare (SERQUEIRA, 2017). Embora a contratação não tenha sido concretizada neste processo específico, a superlotação e os problemas com a segurança das unidades públicas fazem com que servidores como o juiz José Braga Neto, da Vara de Execuções Penais, continuem defendendo a aceleração do “processo licitatório, para que seja feita a cogestão, como acontece atualmente no Presídio do Agreste” (CARVALHO, 2017). Porém, o exemplo deste presídio evidencia que, mesmo com uma estrutura “inovadora”, não há garantia que as empresas sejam capazes de superar esses desafios. Em outubro de 2016, sete presos fugiram do Agreste após cavar buraco pelo esgoto e a Reviver foi obrigada a apresentar relatório explicando “as razões que pudessem explicar a facilidade que esses presos tiveram para fugir [de um presídio de segurança máxima] sem que ninguém percebesse” (GOMES, 2016). Em Alagoas, portanto, a privatização carcerária mantém-se como alternativa politicamente viável apesar do custo comparativamente alto e as falhas comprovadas na segurança e no tratamento de presos pela empresa contratada.

1.3.5 Sergipe

Em abril de 2009, o governo de Marcelo Déda Chagas (PT) inaugurou a primeira PPP junto à empresa Reviver, com base na Lei Estadual 6.299/2007, que reafirmou a estipulação da Lei Federal sobre a indelegabilidade “do exercício do poder da polícia, da defesa jurídica [e] da segurança pública”, mas também classificou o “sistema penitenciário e unidades de medida sócio-educativas” como objetos válidos de parceria público-privada (SERGIPE, 2007). Com 476 vagas, o Complexo Penitenciário Antônio Jacintho Filho (COMPAJAF) foi caracterizado pelo governo como marco do seu compromisso não só com o enfrentamento da superlotação carcerária, mas também com “o social, [com] as pessoas que precisam de emprego” (GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE, 2009). O modelo despertou o interesse de servidores da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, que visitaram o Complexo em outubro de 2012 e cujas falas reproduziram as promessas sedutoras da entrada da iniciativa privada no sistema prisional. Segundo João Carvalho, então diretor de Segurança Prisional de Goiás, “a estrutura e organização do presídio são um modelo de gestão para qualquer administração prisional. Todo o trabalho, que é pautado nos direitos e deveres do preso, é realizado em estrita consonância com o que reza a Lei de Execução Penal” (DGAP, 2012). Outro servidor acrescentou que o modelo “agrega a experiência privada de administração às necessidades de especialização da gestão pública, que busca parcerias para melhorar sua competência e atender com eficiência a sociedade” (DGAP, 2012). Curiosamente, nessas falas também foi elogiada a

atuação da Reviver tanto no fornecimento de assistência jurídica quanto na disciplina dos presos dentro dos muros, o que parece estar em desacordo com a própria Lei 6.299/2007. De qualquer forma, os anos iniciais do COMPAJAF exemplificam a prontidão da parte do poder público para delegar amplas responsabilidades à Reviver.

Entre 2012 e 2013, aumentou o nível de tensão, começando com reclamações de mães e filhas dos detentos sobre humilhações sofridas durante revistas rigorosas em todas as visitas ao COMPAJAF (FONTENELE, 2012). Essas queixas somaram-se às reivindicações dos presos para acabar com maus-tratos recebidos por parte de funcionários da Reviver e melhorar a qualidade das refeições (FONTENELE, 2012). Em abril de 2012, uma rebelião de 26 horas no COMPAJAF terminou após negociações com o secretário da Segurança Pública, João Eloy, que negou o pedido pela saída da Reviver, defendendo a “rigidez do regime disciplinar” como “algo que só contribui para a segurança e a ressocialização com dignidade” (NAVARRO; ANTUNES, 2012). Entretanto, o argumento de Eloy foi contrariado pelo relato anônimo de um funcionário do Complexo, que acusou “tanto a Secretaria de Justiça, quanto a Reviver [de omitir] a forma de trabalho árduo, perigoso e sem reconhecimento ao qual somos submetidos. O presídio é um barril de pólvora prestes a explodir” (ROCHA, 2013). De acordo com o funcionário, os representantes do Departamento de Sistema Penitenciário presentes no COMPAJAF mandavam os agentes da Reviver executar as funções dos agentes penitenciários, em particular as intervenções nas brigas “constantes” entre presos (ROCHA, 2013). O funcionário também alegou que

[...] quando é feita alguma inspeção de órgãos externos, a exemplo do Ministério do Trabalho ou de algum juiz, todos os procedimentos do presídio são interrompidos e os agentes são levados para uma sala interna, para não serem exibidos como agentes penitenciários, pois não são enquadrados como tal, mesmo desenvolvendo as atribuições da função (ROCHA, 2013).

Apesar do fato de que a Reviver tenha negado as acusações e embora do ponto de vista jurídico uma denúncia dessa natureza precise ser analisada com cautela, as queixas tanto dos detentos quanto do agente revelam certo nível de disfunção dentro do COMPAJAF nessa época.

Posteriormente surgiram outras evidências de falhas na segurança prestada pela Reviver no COMPAJAF. Em março de 2016, por exemplo, uma briga entre presos deixou vinte feridos e levou o diretor do Sindicato dos Agentes Penitenciários e Servidores, Luciano Nery, a comentar: “Sabemos que a segurança ficou fragilizada, mas estamos sem saber como essa briga de presos aconteceu em uma unidade que tem mais de 80 câmeras e 3 centrais de monitoramento” (DAMÁSIO, 2016). Em dezembro do mesmo ano, um detento de alta periculosidade foi solto por engano no lugar de outro preso (PRESO..., 2016). Segundo a

assessoria encarregada de investigar a liberação equivocada, houve suspeitas do envolvimento de uma agente penitenciária no “cartório” da prisão e de um agente da Reviver (PRESO..., 2016). No ano seguinte, uma revista das celas resultou na apreensão de oito telefones celulares e mais de um quilograma de maconha, apesar da unidade de segurança máxima possuir escâner corporal (*body scanner*) e bloqueador de celular (INSPEÇÃO..., 2017). Alguns meses depois, outra revista geral encontrou mais um celular, cem gramas de maconha e uma chave de algema (CELULAR..., 2017). Esse resultado foi caracterizado pelo diretor da unidade como “sinal de que estamos trabalhando bem, apesar de ainda precisarmos de algumas melhoras” (CELULAR..., 2017). Ainda assim, continua sendo questionável a entrada de objetos ilícitos em uma prisão com equipamentos modernos que alegam aumentar a eficiência da segurança do COMPAJAF.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pela Reviver para comprovar as vantagens da privatização, o seu papel no sistema prisional do estado tem crescido em anos recentes. Isso se deve parcialmente à decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, que em 2014 indeferiu um pedido do Ministério Público do Estado para anular o contrato com a empresa e classificar definitivamente a gestão prisional como atividade-fim estatal (REVIVER..., 2015). Com esse respaldo jurídico, a Reviver começou a administrar a Cadeia Pública de Estância com capacidade para 196 detentos, por um custo anual de R\$ 11 milhões (PRESOS..., 2016) e assumiu também a gestão da Cadeia Pública de Areia Branca em 2017, com capacidade para 392 detentos (ANDRADE ET AL, 2018). O volume de dinheiro pago pelo governo do estado à empresa não escapou ao escrutínio da Assembleia Legislativa, onde o deputado George Passos (na época do PTC, atualmente da Rede Sustentabilidade) criticou o investimento na terceirização da gestão prisional em detrimento dos agentes penitenciários concursados. Passos também questionou o custo-benefício dessas contratações:

Chama a atenção o volume de dinheiro que já foi pago à mencionada empresa, mais de R\$ 16 milhões de reais só este ano, praticamente o dobro de 2015. E o pior, por dispensa de licitação, em sua grande maioria. Ademais, o custo do preso em Sergipe (com a cogestão) é quase o dobro do gasto em outros Estados (GOVERNO..., 2016).

Embora naquele momento fosse cogitada a criação de uma CPI para investigar o envolvimento da Reviver no sistema prisional estadual, a mesma não chegou a ser implantada.

Perante esse cenário de contratos onerosos e níveis de segurança insuficientes, vale encerrar a discussão sobre Sergipe com os achados de um estudo divulgado em março de 2018 pela OAB-SE sobre as prisões do estado. Segundo a publicação, as três prisões sob gestão da Reviver estavam superlotadas, com 565 presos masculinos no COMPAJAF, 235 na Cadeia

Pública de Estância e 477 na Cadeia Pública de Areia Branca (ANDRADE ET AL., 2018).

Concluem os pesquisadores:

Embora estas unidades prisionais terceirizadas apresentem em tese melhores condições de higiene e estrutura, vale ressaltar o elevado custo pago pelo Estado, uma média de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por preso mensalmente, sem que tal custo reflita no principal objetivo da prisão, ao nosso ver a ressocialização, tendo essas unidades o índice de zero por cento em ressocialização (ANDRADE ET AL, 2018, p. 13).

1.3.6 Minas Gerais

As PPPs estabelecidas no sistema prisional mineiro representam a implementação mais conhecida desse modelo e, portanto, merecem uma discussão mais aprofundada. Em primeiro lugar, a elaboração do projeto foi mais organizada e planejada do que as contratações relâmpago firmadas em “situação emergencial” pelos estados supracitados. A iniciativa teve amparo na Lei Estadual N° 14.868/2003 (art 5º, §1º, IV), que resolveu os questionamentos sobre a indelegabilidade da função de execução penal ao declarar que “podem ser atividades objeto de PPP aquelas desenvolvidas na área de segurança, sistema penitenciário, defesa e justiça” (MINAS GERAIS, 2003). Tendo em vista os problemas de superlotação e infraestrutura das prisões públicas de Minas Gerais, os proponentes do modelo entenderam que era preciso “vender a ideia’ da PPP como aplicável em um complexo penal”, argumentando a diminuição de custos (FIGUEIREDO; CRUZ, 2016, p. 14). Para isso, as administrações dos governadores Aécio Neves e Antônio Anastasia (ambos do PSDB) adotaram um discurso gerencialista que exemplifica o uso da racionalidade de mercado para tornar a privatização carcerária palatável frente a determinados públicos.

Em meados de 2005, apenas um ano depois da ratificação da Lei nº 11.079/2014, o governo contratou uma empresa de consultoria para investigar a possibilidade de lançar uma PPP prisional que visava a “redução de custos e aumento da qualidade de serviços, além de representar fonte de inovações gerenciais com grande potencial de multiplicação dentro do sistema tradicional” (MORAES, 2010, p. 207 *apud* FIGUEIREDO; CRUZ, 2016, p. 14). Dois anos depois, uma primeira versão do edital de licitação foi divulgada para consulta pública e recebeu “mais de 200 sugestões que auxiliaram no aperfeiçoamento da estrutura financeira e do modelo operacional” (MORAES, 2010, p. 207 *apud* FIGUEIREDO; CRUZ, 2016, p. 15). Em 2009, foi assinado contrato com a Concessionária Gestores Prisionais Associados (GPA) para construir e administrar um complexo penal no município de Ribeirão das Neves, com 3.360 vagas divididas em 5 unidades (3 de regime fechado e 2 de regime aberto). De acordo com as

estipulações da PPP, a GPA administraria o complexo por 27 anos (prorrogável até 35 anos) com remuneração mensal de R\$ 2.700 por preso e a garantia “de demanda mínima de 90% da capacidade do complexo penal” (SACCHETTA, 2014). A Secretaria de Estado de Defesa Social também contratou a consultoria Accenture para implementar um “Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade” composto por 380 indicadores cujo descumprimento implicaria em multas contra a GPA (SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO, 2016, p. 13). Com preocupação especial para que “os níveis adequados de retorno [fosse] garantidos tanto ao operador quanto ao investidor”, Neves elogiou o complexo prisional como “exemplo de eficiência, planejamento e ousadia” (ZANINI, 2017, p. 2). De fato, o governo mineiro conseguiu transformar a gestão carcerária em uma oportunidade de negócios altamente atrativa, ganhando o aval da Corporação Internacional Financeira e do Banco Mundial como um dos projetos mais promissores da América Latina e o Caribe (KENNY; LAVANCHY, 2013). Meses depois da inauguração da prisão em 2013, o estado foi obrigado a aplicar as regras de *accountability* exigidas pelo contrato: a primeira fuga registrada no presídio implicou no corte imediato de R\$ 10.108,31 no repasse à GPA (BRAGON, 2013).

Apesar do otimismo inicial em relação à parceria, em 2014 a Justiça do Trabalho do Estado resolveu anular as contratações feitas pela GPA. Segundo o procurador do Trabalho Geraldo Emediato de Souza,

Entre os postos de trabalho terceirizados estão atividades com custódia, guarda, assistência material, jurídica e à saúde, uma afronta à Lei 11.078/04 que classifica como indelegável o poder de polícia e também a outros dispositivos legais. Além de ser uma medida extremamente onerosa para os cofres públicos, poderá causar abusos sem precedentes (OLIVEIRA; GOMES, 2015).

A sentença determinou prazo de 365 dias para a promoção de concurso público pelo governo do estado com vistas a substituir os funcionários irregulares e “vedou a assinatura de novos contratos [pela GPA], sob pena de uma multa de R\$ 500 mil por cada um” (SOUTO; MACIEL, 2014).

Os questionamentos à privatização também vieram da Defensoria Pública de Minas Gerais, que identificou o conflito de interesse existente no fornecimento de assistência jurídica aos presos por advogados contratados pela própria GPA. Até esse momento, os serviços de assistência jurídica tinham sido abraçados como mais um diferencial da entrada da iniciativa privada na esfera penal. No entanto, há precedentes que justificam o ceticismo suscitado pela participação das empresas privadas nas deliberações jurídicas que definem a trajetória dos presos dentro do sistema. Isto considerando que o retorno da empresa depende da manutenção de indivíduos nas unidades prisionais sob sua gestão. Nos Estados Unidos, por exemplo, a

empresa CoreCivic gravou 1.300 conversas sigilosas e entregou-as à procuradoria do estado do Kansas, em violação dos direitos dos detentos (MARGOLIES, 2018). Embora esse tipo de comportamento não tenha sido observado no contexto brasileiro, o caso mostra que há motivos para suspeitar das perversões da justiça que podem resultar do arranjo previsto na PPP.

Perante as intervenções da Justiça do Trabalho e os questionamentos relacionados à assistência jurídica, a Advocacia Geral do Estado recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho, que suspendeu a decisão de anular as contratações feitas pela empresa (COSTANTI; MENEZES, 2014). Desde então, a GPA tem administrado o Complexo Penal sem interrupção, com resultados dúbios. Em visita ao Complexo em agosto de 2013, a Pastoral Carcerária (2014) documentou a vontade unânime de voltar para as prisões públicas expressada entre os presos, devido à sua insatisfação com a maneira como eram tratados. No mesmo relatório, apontou-se que os presos eram obrigados a usar algemas para dirigir-se a qualquer tipo de atendimento, seja psicológico, social, médico ou jurídico. Além de aumentar o risco de revoltas gerais e retaliações pontuais, a “rigidez exacerbada na disciplina” manifesta a falta de

[...] qualquer preocupação com a preservação da integridade física e mental dos presos, que apenas é [utilizada] para conveniência dos profissionais envolvidos. É possível, inclusive, que essa seja uma estratégia para evitar conflitos entre os funcionários e os presos, pois o funcionário não poderia usar de força contra o detento; porém essa situação seria absolutamente inconstitucional, na medida em que não deve o preso arcar com o ônus da privatização realizada pelo estado (PASTORAL CARCERÁRIA, 2014, p. 35).

A ênfase na incapacitação dos presos, que domina a visão institucional da gestão prisional, foi aprofundada por Figueiredo e Cruz (2016, p. 24) por meio de entrevistas com a diretoria da GPA:

A quase inexistência, no discurso dos entrevistados, da dimensão substantiva da ressocialização e do sentido subjetivo do cumprimento da pena (substituídos pelas preocupações instrumentais com indicadores de hotelaria física) já diz sobre o (não) lugar que esse aspecto que deveria ser o central da discussão, ocupa das preocupações do sistema prisional e dos novos atores inseridos nesse arranjo de parceria público-privada no sistema prisional mineiro.

Em 2018, o presidente da GPA, Rodrigo Garga, comentou “Alguns presos não gostam de vir para cá porque aqui somos mais rígidos. Mas é isso que garante o sucesso” (ANDRADE, 2018). À luz dos achados das pesquisas empíricas, permanece incerto se esse “sucesso” estaria vinculado à reabilitação efetiva dos presos ou à satisfação das obrigações contratuais para garantir o repasse dos fundos para o grupo empresarial.

Em relação aos aspectos gerenciais, a análise das estruturas e obrigações da PPP realizada por Figueiredo e Cruz (2016, pp. 23-24) sugere que o modelo não

[...] propiciou um avanço na gestão do sistema prisional de Minas Gerais como um todo, uma vez que não há canais de sinergia entre o ente estatal e o ente privado; seja

pela complexidade do modelo, sua pouca maturação, as dificuldades de governança por parte do ente público; ou ainda a falta de comparabilidade pela ausência de experiências similares no país.

Sobre o Sistema de Monitoramento supracitado, os mesmos autores apontaram que:

Estes instrumentos, superdimensionados e produtores de um “saber” quase monopolista de seus operadores, ganham sentido em si mesmos, são complexos e pretensamente garantistas, mas com efeito prático contrário – tornando o entendimento das obrigações e das prerrogativas de desempenho pouco palatável e *accountable*, o que, em última instância, produz distorções que desviam o que deveria ser a discussão principal do projeto, qual seja, a averiguação, na prática, dos limites da transferência da gestão da execução penal, função *a priori* eminentemente pública, para um particular (FIGUEIREDO; CRUZ, 2016, p. 24).

Atualmente, o Complexo Penitenciário Público-Privado continua operando com 2.164 detentos. Enquanto 800 deles estão matriculados em cursos regulares (ensino fundamental e médio) e profissionalizantes, outros 600 trabalham para 13 empresas instaladas dentro do complexo (BATISTA, 2019). Em março de 2018, a então presidente do CNJ e ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, deu seu aval positivo à privatização carcerária após visita realizada à unidade. Embora caracterizasse a PPP como “um processo que vamos avaliar”, também referiu-se à experiência mineira como “um caso especial que colabora para a socialização efetiva do preso. Vamos ver se dará certo para replicar em todo o País” (ANDRADE, 2018). Dessa forma, apesar dos questionamentos e preocupações enumerados nessa seção, a PPP em Ribeirão das Neves se destaca no imaginário político do país como a vanguarda de um futuro possível para encarar os desafios do sistema penal.

1.3.7 Cenário atual

Atualmente, há prisões privadas em oito estados da federação: Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Também são oito as empresas que gerem essas unidades: Auxílio, GPA, INAP, Montessinos, Reintegra Brasil, Reviver, Socializa e Umanizzare. Frente às diversas formas de participação da iniciativa privada nesses estados, o Congresso Nacional tem buscado estabelecer normas gerais para PPPs que visam a construção e a administração de prisões.

Após a derrota do PL 3.123/2012, de autoria do deputado Alexandre Leite (DEM), por falta de respaldo jurídico, a legislação mais relevante no que tange à privatização carcerária foi apresentada pelo senador Vicentinho Alves (Partido da República) no PL 513/2011, que prevê o fornecimento de serviços educacionais e médicos, bem como a garantia da segurança interna e externa dos presídios pela empresa contratada (BRASIL, 2011, p. 1). O PL também propõe

que “o concessionário [tenha] liberdade para explorar o trabalho [obrigatório] dos presos”, pagando no mínimo três quartos do salário mínimo (BRASIL, 2011, p. 3). O texto estipula que a remuneração da empresa parceira seja calculada “com base na disponibilidade de vagas do estabelecimento penal, no número de presos custodiados e na prestação de serviços requerida pelo contrato” e permite “a participação de empresas ou grupos com capital estrangeiro nos contratos” (BRASIL, 2011, p. 4). Assim, a proposta torna palatável a transformação dos detentos naquilo que “Foucault chamava de delinquência útil, enfim a possibilidade dos ilegalismos pela própria delinquência [...] a uma nova modalidade ou forma de uma economia legalizada da delinquência” (CESAR, 2006, p. 29).

Em março de 2016, o PL foi uma das medidas incluídas na “Agenda Brasil”, que tramitaria com urgência no Senado Federal. Contudo, a mobilização liderada por organizações da sociedade civil, sindicatos de agentes penitenciários e órgãos como a Defensoria Pública de São Paulo levou à sua retirada da pauta e ao encaminhamento do projeto para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (onde recebeu parecer favorável em novembro de 2016) (RIBEIRO, 2016). O contraste entre a inclusão da privatização carcerária no pacote de medidas prioritárias para o Brasil e a posterior resistência de diversos grupos sociais reforça a importância de investigar a proposta como resultado da evolução do senso comum sobre questões como lei e ordem, direitos humanos, justiça e o Estado.

Apesar do arquivamento do PL 513/2011 ao final da legislatura em dezembro de 2018 (por não ter recebido ainda um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), já há indícios de que a privatização carcerária de fato está prestes a ganhar um maior destaque no cenário nacional. Por exemplo, o assunto teve visibilidade inédita nas campanhas eleitorais de 2018, com três candidatos à Presidência (Jair Bolsonaro [PFL], Henrique Meirelles [MDB] e João Amoêdo [NOVO]) se posicionando abertamente a favor da proposta. Também apareceu nos planos de segurança pública de vários governadores eleitos no mesmo ano. Em São Paulo, João Doria (PSDB) retratou as PPPs no sistema penal como indo “ao encontro da defesa de um Estado mais eficiente” e, em janeiro de 2019, anunciou que quatro novas penitenciárias seriam concedidas à iniciativa privada (PINHONI, 2019). Eduardo Leite (PSDB), o novo governador do Rio Grande do Sul, declarou que implementaria PPPs “sem dúvida nenhuma” para poder “alongar no tempo” as obrigações financeiras do estado (EDUARDO..., 2018). Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (NOVO) declarou que investiria na expansão de PPPs no estado (COTRIM, 2018) e, no Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel (PSC) afirmou que as utilizaria para criar mais vagas e aumentar o salário de agentes penitenciários (SATRIANO 2018). Além disso, no Rio Grande do Norte, a privatização carcerária está sendo cogitada pelo

governador Robinson Faria (Partido Social Democrático) desde 2015, apesar da oposição da sede estadual da OAB (GOVERNO..., 2015). Mais recentemente, em agosto de 2019, a administração do presidente Bolsonaro “informou que irá estudar a estruturação de [um número indeterminado de] projetos pilotos de unidades prisionais nos estados” como parte do Programa de Parcerias e Investimentos (VENTURA, 2019).

Inclusive o governo do Paraná, pioneiro na experiência de privatização, reabriu a possibilidade de implementar o modelo. Em dezembro de 2018, o governo de Cida Borghetti (Progressistas) encaminhou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 586/18, a ser votado em regime de urgência. O PL cria o Programa de Parcerias do Paraná, que visa implementar

[...] medidas de desestatização e de parcerias com a iniciativa privada, com vista a propiciar a racionalização dos ativos públicos, a ampliação da eficiência e da qualidade dos empreendimentos públicos e dos serviços estatais e a atração de investimentos para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Inicialmente, o Artigo 55 do Projeto admitia, “no âmbito das PPPs, a transferência de [...] serviços gerais de suporte ao funcionamento de penitenciárias, inclusive aqueles atinentes à segurança interna do presídio”. Contudo, após os protestos do sindicato de agentes penitenciários, o PL foi aprovado com a seguinte emenda ao Artigo 55:

Não são permitidas PPPs das funções indelegáveis do Poder Público, exercidas exclusivamente por servidores públicos penitenciários de carreira, essenciais à execução da pena e ao poder de polícia no âmbito do sistema prisional, as atribuições de segurança externa e interna dos estabelecimentos penais.

Mesmo com essa mudança na legislação, os vários episódios de abuso por parte de funcionários terceirizados relatados nesse capítulo sugerem que, na prática, a questão do uso de força não será resolvida tão facilmente.

1.4 Conclusão

A trajetória da privatização carcerária reconstituída neste capítulo revela que a implementação do modelo em diversos estados tem ocorrido de forma errática e sob circunstâncias opacas para contornar os procedimentos jurídicos esperados em contratos dessa natureza. A introdução da proposta em um contexto político e social altamente favorável, caracterizado pela precarização do Estado, a intensificação do encarceramento em massa e o clamor da opinião pública em favor da severidade da punição, levou governadores e congressistas de quase todo o espectro político (com ênfase nas correntes de centro-direita) a enxergar na privatização carcerária uma medida conveniente e apelativa para enfrentar a

situação “emergencial” das cadeias públicas, deixando de lado os fatores estruturais por trás da criminalidade bem como as contradições inerentes ao espaço prisional.

Apesar de sua aceitação inicial, a entrada de empresas privadas na gestão prisional sempre foi alvo de polêmica e contestação. Seja pelo alto custo gerado aos cofres públicos, pelas alegações de inconstitucionalidade ou pelas falhas de segurança, a privatização carcerária não tem demonstrado vantagens consistentes frente aos desafios do sistema penitenciário brasileiro. Dado que o modelo permanece na agenda do Congresso Nacional e de vários estados apesar das evidências da sua ineficiência, a disputa pela sua legitimidade se torna fundamental para entender a persistência da proposta desde os anos 90 até o momento atual.

Após examinar a redação dos Projetos de Lei, as declarações esperançosas dos defensores e as críticas levantadas pelos opositores da privatização, podemos identificar os principais discursos empregados no debate: a racionalidade de mercado (custo-benefício, eficiência como resultado do incentivo ao lucro, etc.); a preocupação com os direitos humanos dos detentos; a garantia da segurança dentro das prisões; e a responsabilidade exclusiva (ou não) do Estado de cuidar da segurança pública. Dito isto, vale notar que ao longo desse período houve bastante sobreposição entre os argumentos pró e contra, já que o mesmo enquadramento foi utilizado tanto para enaltecer quanto para atacar a proposta de privatização carcerária. Por exemplo, o discurso que zela pelos direitos humanos dos detentos foi utilizado pelos defensores do modelo para enfatizar as cláusulas contratuais proibindo a superlotação e exigindo maior qualidade e disponibilidade dos serviços de assistência aos presos (mesmo que tais condições não fossem garantidas na prática). Em contrapartida, os oponentes da proposta argumentaram que a transformação de seres humanos em fontes de lucro *a priori* violaria princípios políticos e jurídicos.

Diante da quantidade de discursos conflitantes em relação à privatização carcerária, é preciso considerar também a dinâmica entre esses enquadramentos interpretativos para além da esfera política. O futuro das prisões privadas no Brasil será decidido em parte pelos posicionamentos expressos pela população. Isto pelo fato de “a opinião pública [ser] o cerne de uma cultura democrática e, como tal, [ter] papel crucial na ‘autorização’ e censura [das] ações que os governos executam em nosso nome” (GRAY, 2009, p. 45, tradução nossa). Como observa Minhoto (2002, p. 154),

No Brasil *privatizado* de hoje [...] o apelo das prisões privadas não parece residir apenas em sua auto-apresentação como panaceia supostamente eficiente para o enfrentamento da crise do sistema penitenciário, nos termos da ortodoxia ideológica neoliberal. Antes, o fascínio pela privatização parece derivar também de sua funcionalidade a um *continuum* de práticas autoritárias formais e informais do controle da violência, do crime e da punição, que demandam soluções privadas como

extensão e reposição de um processo histórico preexistente que – em tempo de capitalismo global – teima em reinscrever por aqui as marcas da barbárie.

Por isso, para entender a trajetória da privatização das prisões no Brasil, é preciso considerar não apenas o desempenho institucional, mas também a formação e evolução da opinião pública, que em sociedades de alta criminalidade “torna-se um ponto de referência chave para avaliar opções” (GARLAND, 2001, p. 172, tradução nossa). No capítulo a seguir, será analisado o papel dos principais jornais do Brasil no estabelecimento dos contornos do debate em uma sociedade permeada pelo medo do crime e por uma “sociabilidade autoritária” hostil à ideia dos presos como detentores de direitos. Entende-se que, nesse processo, as reportagens sobre a privatização carcerária representam menos um “espelho” da cronologia dos fatos detalhados neste capítulo e mais uma série de “práticas e decisões jornalísticas que constituem coletivamente a elaboração de notícias” (COHEN; YOUNG, 1981 *apud* RIFFE; LACY; FICO, 2014, p. 9, tradução nossa). Estas, por sua vez, são o pano de fundo para as decisões tomadas pelos formuladores de políticas públicas em momentos considerados mais ou menos oportunos, conforme detalhado neste capítulo.

2 O DEBATE NA GRANDE IMPRENSA

2.1 Relevância da mídia

Segundo Castells (2002, p. 368), nas sociedades contemporâneas, a mídia desempenha um papel fundamental na definição do que é legítimo e/ou prioritário no debate público, já que ao se apropriar de questões políticas “causa um impacto não só nas eleições, mas na organização política, processos decisórios e métodos de governo, em última análise alterando a natureza da relação entre Estado e sociedade”. Dada a capacidade da mídia de influenciar o senso comum e captar a atenção dos leitores e espectadores, os legisladores precisam considerá-la para evitar que sua agenda seja relegada à “marginalidade política” (CASTELLS, 2002, p. 368). No Brasil, a centralidade da mídia é reforçada pela “desconfiança e o descrédito nas instituições políticas do Estado de Direito Democrático [...], inversos à percepção sobre a mídia, [que] é considerada pelas populações uma das ‘instituições’ mais críveis” (FONSECA, 2011, p. 45). Ao mesmo tempo, isso não significa que as decisões tomadas pela mídia simplesmente “traduzem a agenda pública e retratam a natureza [verdadeira] da opinião pública” de forma neutra (ROBERTS, 2003, p. 85, tradução nossa). Afinal, as instituições da grande imprensa são empresas capitalistas cujos interesses organizacionais e profissionais respondem à busca de lucro. Portanto,

Por mais que intentem atuar numa perspectiva “pública” – o que implica a existência de vários lados e interesses contrastantes –, estarão sempre presos, os meios de comunicação privados, a interesses, compromissos e visões de mundo privados e mercantis e, o que é essencial, tal atuação será desprovida de responsabilizações e contrapartidas efetivos pela sociedade e pelo Estado (FONSECA, 2011, p. 54).

De acordo com Fonseca (2011, p. 48), o viés da mídia brasileira no período pós-ditadura tem favorecido a manutenção do status quo por meio da propagação simultânea de discursos neoliberais “tais como a privatização, a diminuição do papel do Estado, a flexibilização do mercado de trabalho [e] o individualismo”, bem como de argumentos conservadores sobre a “futilidade” ou “ameaça” representada pela introdução de novos direitos sociais. Por isso, torna-se importante verificar de que forma a grande imprensa tem privilegiado certas perspectivas e racionalidades na cobertura da experiência brasileira com a privatização das prisões.

Segundo McCombs e Shaw (1972, p. 177, tradução nossa), embora “a imprensa nem sempre consiga dizer às pessoas o que pensar, é incrivelmente bem-sucedida ao lhes dizer sobre o que pensar”. Castells (2009) identifica três processos na comunicação das notícias que estruturam a maneira como os indivíduos interpretam os acontecimentos do mundo ao seu

redor. O primeiro, *agenda-setting*, refere-se à seleção pela mídia de eventos, tópicos e argumentos que, em última instância, afeta a percepção pública sobre a prioridade ou relevância de um conteúdo. Essa representação de questões, muitas vezes polêmicas ou complexas, cria a ilusão de uma opinião pública “monolítica” que exerce pressão sobre os governantes e delimita as possibilidades de ação política.

O segundo processo, conhecido como *priming*, concerne à influência exercida pela cobertura de um tema sobre as opiniões e atitudes do público em relação a outros assuntos que o tangenciam. Por exemplo, segundo Fonseca, a acumulação de reportagens que destacam argumentos a favor da privatização de utilidades públicas como água e energia elétrica cria pontos de referência a serem considerados na avaliação da privatização das prisões. Apesar de sua potencial utilidade para mapear a forma como a mídia contribui para construir uma representação mais ampla sobre a privatização ou sobre questões de segurança pública, uma investigação baseada no conceito de *priming* se encontra fora do escopo desta dissertação.

O terceiro e mais relevante processo, *framing* ou “enquadramento”, consiste na disseminação de “uma ideia central que organiza e contextualiza o conteúdo das notícias e sugere uma interpretação da questão através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração” (TANKARD, 2001, pp. 110-111, tradução nossa). Castells (2009) observa que o poder dos enquadramentos se baseia nas redes neurais do cérebro, na medida em que os discursos veiculados pela mídia se convertem em modos de pensamento e ação que organizam a realidade de forma internamente coerente. No caso do pensamento neoliberal, Preston e Silke (2011, p. 48, tradução nossa) identificaram quatro enquadramentos principais utilizados na mídia de massa dos Estados Unidos: individualismo (livre escolha, responsabilidade), competição (foco na racionalidade de mercado), o Estado (cuja capacidade de gestão seria inferior àquela do setor privado) e “silêncios significativos” (a ausência de considerações sobre a desigualdade, moralidade e justiça social). Contudo, os enquadramentos não servem unicamente para justificar ou condenar uma decisão política, mas podem contemplar posições conflitantes que usam a mesma linguagem para expor seus argumentos (BURKHARDT, 2018). Uma vez que o enquadramento sobre uma determinada questão se torna dominante, o mesmo “consegue impor um grau de legitimidade cognitiva, naturalizando e limitando os contornos relevantes do debate e escondendo assuntos fora do quadro” (BURKHARDT, 2018, p. 19, tradução nossa). Junto ao poder de *agenda-setting* e *priming*, então, os enquadramentos ilustram os “efeitos dos meios da comunicação a longo prazo: não mais mudança robótica de comportamento e atitude, mas contínua construção da visão de mundo” (RAMOS, 2014, pp. 150-151).

No contexto brasileiro, há um aparente consenso de que os meios de comunicação cumprem a função de solidificar o controle social baseado no uso do sistema penal (ZAFFARONI, 1997) e perpetuar os “estereótipos sobre o crime que concorrem para a manutenção das relações de desigualdade” (BUDÓ, 2015, p. 189). Neste sentido, a mídia tende a amplificar o discurso do populismo penal, caracterizado pela

[...] dramatização e emocionalização dos fatos, a condenação sumária do criminoso, o estímulo à descrença no Estado, a aliança com os políticos partidários da lei e da ordem, [e] o espaço privilegiado para que as vítimas expressem o seu ódio e peçam vingança (GAIO, 2011, p. 23).

Segundo Caldeira (2003), a comoção provocada pela mídia aumenta a pressão pela implementação de estratégias extremas para diminuir a criminalidade, como o aumento das penas, a redução da maioria penal e a instituição da pena de morte. Neste contexto de alarme social sobre a “impunidade” de criminosos, Choukr (2002, p. 48) considera “inegável o papel da mídia na adoção de medidas emergenciais, otimizando o emprego promocional e simbólico do sistema repressivo”. Assim, continua sendo sustentada “a ilusão da punição como melhor resposta à infração” (BUDÓ, 2015, p. 191), criando uma abertura para a assimilação de soluções como a privatização carcerária, que fortalecem a centralidade da prisão no enfrentamento da criminalidade. Contudo, da mesma forma que a opinião pública envolve ambivalências e inconsistências, os discursos hegemônicos não são fixos e a mídia “possui o mesmo potencial para emancipação do que para repressão” (FUCHS, 2009, p. 18, tradução nossa). Portanto, a análise a seguir procura verificar o equilíbrio entre essas tendências na cobertura da privatização carcerária pelos jornais.

Antes de investigar o conteúdo das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, Riffe, Lacy e Fico (2014, p. 61, tradução nossa) recomendam que o pesquisador “[consulte] as definições conceituais e operacionais utilizadas em estudos anteriores relevantes” para contribuir de forma “eficiente e eficaz” ao *corpus* de conhecimento sobre um determinado tema. Nesse intuito, a abordagem deste estudo é inspirada em trabalhos feitos por Boyle (2016) e Burkhardt (2018) sobre a cobertura midiática das prisões privadas na Nova Zelândia e nos EUA, respectivamente. No primeiro caso, Boyle (2016) analisou 648 artigos publicados em um jornal impresso e dois portais *online* entre 2009 e 2016, ano em que vídeos de lutas organizadas entre detentos de uma prisão privada circularam no YouTube. O autor se propôs a verificar o impacto desse escândalo no processo de legitimação das prisões privadas no país. Para isso, realizou um levantamento quantitativo das fontes e enquadramentos utilizados pelos autores das matérias, bem como uma análise qualitativa dos discursos veiculados, com vistas a entender o desenvolvimento e a validação de certos argumentos na esfera pública. No caso da Nova

Zelândia, o debate antes do escândalo era dominado por políticos e outros servidores públicos, bem como representantes da indústria de prisões privadas. Além disso, 62% dos artigos utilizavam um enquadramento “gerencialista” baseado na lógica da eficiência comparada (BOYLE, 2016). As reportagens, de modo geral, avaliavam positivamente a privatização carcerária e raramente discutiam suas implicações para o uso legítimo da violência dentro das prisões. Além disso, a cobertura aproveitava-se do medo do crime para apresentar a alternativa privada como a “salvação” do sistema penal, capaz de aumentar a segurança pública e reabilitar os detentos (BOYLE, 2016, p. 56, tradução nossa). Mesmo depois do escândalo, o gerencialismo continuou como o enquadramento mais utilizado (41% dos artigos) para retratar as necessidades de reforma do sistema, limitando o escopo das mesmas ao pagamento de “multas” e à elaboração de “cláusulas contratuais de intervenção” (BOYLE, 2016, p. 86, tradução nossa). Embora a utilização do enquadramento que reconhece os direitos humanos dos detentos tenha aumentado de 9% para 37% dos artigos após o escândalo, as matérias pouco estimularam reflexões sobre o papel do encarceramento em massa na estratégia nacional de segurança pública, já que caracterizaram como episódicas as falhas que conduziram à violência registrada no presídio (BOYLE, 2016). Assim, o caso da Nova Zelândia evidencia que, ao priorizar fontes de informação que representam o poder político e econômico, as matérias reforçaram o discurso neoliberal, inclusive depois de acontecimentos que colocaram em questão a imagem da privatização carcerária como uma inovação positiva para o sistema penal.

Burkhardt (2018), por sua vez, analisou a cobertura da privatização das prisões entre 1985 e 2008 por quatro dos principais jornais dos Estados Unidos: o *New York Times*, o *Los Angeles Times*, o *Chicago Tribune* e o *Houston Chronicle*. Diferentemente do levantamento feito por Boyle (2016), o trabalho de Burkhardt (2018, p. 2, tradução nossa) centrou-se no enquadramento da racionalidade de mercado, descrevendo-o como “o uso de indicadores baseados no mercado (e.g. custos, preços de ações), relações (e.g. contratos, concorrências) e lógicas (e.g. mercantilização) para facilitar o fornecimento de bens e serviços”. A pesquisa mapeou a evolução do uso da racionalidade de mercado ao longo desse período, com vistas a identificar se houve mudanças na composição das fontes citadas ou se as mesmas fontes passaram a utilizar novos enquadramentos. Ao invés de definir o artigo como unidade de análise, Burkhardt (2018) examinou 5.210 “falas” que mencionavam a privatização das prisões. Para cada fala (“unidade discreta de texto atribuída a um mesmo locutor, sem interrupção por parte de outro”), o autor classificou a fonte e verificou a presença ou não de uma série de palavras-chave características da racionalidade de mercado (BURKHARDT, 2018, p. 6, tradução nossa). A análise revelou que esse enquadramento foi utilizado em 44% das falas sobre

prisões privadas e que os principais locutores citados (depois dos próprios jornalistas) foram gestores do sistema penitenciário público, representantes da indústria de prisões privadas e políticos, reforçando o achado de Boyle (2016) sobre a forte influência desses atores no debate sobre a privatização. Embora a racionalidade de mercado fosse invocada em pouco menos da metade das falas incluídas na pesquisa, o uso desse enquadramento diminuiu ao longo do tempo e cedeu espaço a uma preocupação com os direitos humanos de “famílias” e “crianças”, em resposta a escândalos recentes em torno das condições precárias dos centros de detenção de imigrantes sob gestão de empresas privadas. Apesar dessa polêmica, a persistência das prisões privadas nos Estados Unidos para além do período estudado por Burkhardt (2018) reforça o desafio de transformar o rumo do debate, uma vez que o discurso neoliberal continua predominante e exerce grande influência tanto sobre a opinião pública quanto sobre os governantes. As referências de Boyle (2016) e Burkhardt (2018) fornecem as diretrizes metodológicas do presente estudo sobre o caso brasileiro, que se propõe a investigar em que medida a grande imprensa tem privilegiado o discurso neoliberal reproduzido por fontes em posições de autoridade, em detrimento de considerações políticas levantadas por atores contrários à privatização.

2.2 Metodologia

Neste capítulo, pretende-se analisar a cobertura da privatização carcerária no Brasil pelos três jornais mais antigos do país e com maior alcance nacional: *O Estado de São Paulo* (fundado em 1875), *A Folha de São Paulo* (1921) e *O Globo* (1925). Em março de 2019, considerando a circulação digital e impressa, a *Folha* possuía 332.415 exemplares diários, seguido por *O Globo* com 319.785 e o *Estado* com 245.022. Segundo a Métrica Única de Audiência da Associação Nacional de Jornais, em 2016 a *Folha* alcançava uma média mensal de 20,2 milhões de brasileiros, seguida por *O Globo* com 14,3 milhões e o *Estado* com 10,6 milhões (COM..., 2019).

A evolução histórica desses jornais é um pano de fundo relevante para o presente estudo. Na década de 1960, por exemplo, *A Folha de São Paulo* apoiou explicitamente o golpe militar e “assumiu, por um tempo, uma linha combativa contra os militantes e simpatizantes da luta armada contra a ditadura” (BARBOSA, 2016, p. 95). Em 1983 e 1984, no entanto, passou a ser um dos “principais arautos” da campanha das Diretas Já (AZEVEDO, 2006, p. 104) e hoje “se enquadraria no marco de liberalismo, não só pela defesa incondicional do livre mercado, como também pela defesa do pluralismo e das liberdades individuais” (BARBOSA, 2016, p. 96). *O*

Estado de São Paulo também “evoluiu de um apoio entusiasmado à implantação do regime militar para uma oposição liberal e moderada” ao mesmo (AZEVEDO, 2006, p. 104). Sua linha editorial atual tende a representar a junção entre “conservadorismo político e liberalismo econômico” (BARBOSA, 2016, p. 94). A *Rede Globo*, por outro lado, “[escondeu] do público as grandes manifestações populares e [ignorou] o debate nacional pelas eleições diretas para Presidência da República” (AZEVEDO, 2006, pp. 104–105). Na época das privatizações dos governos Collor e Cardoso, segundo Arêas (2012, p. 328), o jornal “sustentou que a ‘iniciativa privada’, liberada dos entraves burocráticos e protecionistas, geraria dinamismo econômico, ‘modernizaria’ o país e resolveria os problemas sociais”. Mais recentemente *O Globo* tem se caracterizado por um certo pragmatismo, ou seja, pela “capacidade de se adaptar politicamente a conjunturas que se alteram ao longo do tempo”, preservando “valores nucleares, sobre tudo vinculados à ‘livre iniciativa’ e ao veto aos direitos sociais” (FONSECA, 2011, p. 59). Juntos, esses três jornais contribuem para uma “nova hegemonia, [...] que [valoriza] a ‘iniciativa privada’ pela via do ‘mercado livre’” (FONSECA, 2003, p. 76). No presente estudo, verifica-se de que forma essas tendências têm influenciado a cobertura sobre a privatização carcerária.

Entre fevereiro de 1984 e agosto de 2019, foram publicados 405 artigos discutindo o assunto (Gráfico 1). O salto dramático de 10 artigos em 2016 para 98 em 2017 pode ser atribuído ao massacre ocorrido no complexo prisional gerenciado pela empresa Umanizzare no Amazonas, conforme descrito no capítulo anterior. O total geral inclui reportagens de dois veículos adicionais do Grupo Globo: o jornal *Valor Econômico* (10) e a revista *Época* (12). Dado que são regidos pelos mesmos princípios editoriais e, desde março de 2018, distribuídos junto ao jornal *O Globo*, entende-se que desempenham um papel relevante na atuação do Grupo com respeito ao tema da privatização carcerária.

Gráfico 1 – Artigos sobre privatização carcerária publicados nos jornais estudados, por ano

Fonte: Elaboração própria

Esta quantidade é inferior àquela observada por Burkhardt (2018) nos Estados Unidos, onde quatro dos principais jornais publicaram 1.491 artigos sobre a privatização carcerária no período de 1985 a 2008. Isso se deve em parte à implementação mais abrangente do modelo no território norte-americano, mas também vale considerar a relação entre a baixa cobertura do assunto no Brasil e a ampla divulgação de outros aspectos da segurança pública, onde predomina a visibilidade imediata de atos de violência ocorridos nas ruas ou dentro das prisões, alimentando a percepção da necessidade de práticas punitivas mais duras. Com base nos argumentos de Salla (2003, p. 420), é possível atribuir o escasso escrutínio do modelo ao desejo dos governantes de “evitar que a área esteja em constante exibição” para não provocar “uma exposição desfavorável [...] especialmente na mídia”. O interesse em atuar com discrição também se aplicaria às empresas envolvidas, que procurariam restringir a própria visibilidade, exceto em ocasiões vantajosas, para evitar contestações sobre sua legitimidade. Nesse sentido, o acompanhamento jornalístico da experiência brasileira com a privatização pode ter sido dificultado pela falta de transparência nas licitações e contratações na gestão penal, conforme detalhado no capítulo anterior.

No entanto, apesar da quantidade reduzida de artigos, ainda há de se reconhecer o papel da mídia na formulação e apresentação do tema à população brasileira. Embora os jornais não necessariamente transformem a opinião das pessoas, exercem influência sobre aquilo que é levado em consideração no que tange a um determinado assunto (FREUDENBERG; ALARIO, 2007). Isto guarda relação com dois pressupostos: 1) “o espaço e tempo alocados a um conteúdo são sistemáticos e não aleatórios”; e 2) “quanto maior o espaço ou tempo dedicado a alguma questão, tema ou pessoa, maior o impacto do conteúdo sobre o público” (RIFFE; LACY; FICO, 2014, p. 58, tradução nossa). Portanto, a influência da grande imprensa na definição dos contornos do debate público sobre a privatização faz com que seja tão importante estudar as “*perguntas*” veiculadas sobre o tema quanto as “*respostas*” dadas pelos vários interlocutores (FREUDENBERG; ALARIO, 2007, p. 160, *italico dos autores*). A análise a seguir busca iluminar em que medida o uso de enquadramentos específicos ao longo do tempo nos jornais estudados tem resultado na marginalização ou minimização de ideias que ameaçam o processo de legitimação do projeto político da privatização das prisões.

Para tanto, foram definidos quatro períodos-chave na história recente das prisões privadas no Brasil:

- a) *1984 a 1998*: começo do debate sobre a possível adoção do modelo;
- b) *1999 a 2004*: primeiras experiências com a implementação de prisões privadas;
- c) *2005 a 2016*: aumento no número de prisões privadas sem grandes escândalos;

- d) *2017 a 2019*: primeiros grandes escândalos ligados à gestão privada de prisões, especificamente depois do massacre no Amazonas.

O levantamento empírico seguiu a metodologia utilizada por Burkhardt (2018), que definiu “falas” como a unidade de análise – trechos de texto atribuídos a um locutor, sem interrupção, que podem incluir citações diretas, bem como paráfrases. Nas colunas de opinião, porém, considerou-se cada parágrafo uma fala distinta, “com base no pressuposto de que uma mudança de parágrafo sinaliza uma mudança no foco ou tema do discurso” (BURKHARDT, 2018, p. 20, tradução nossa). As 1.039 falas selecionadas fizeram alguma referência a prisões ou presídios gerenciados por empresas privadas no Brasil ou em outros países (BURKHARDT, 2018). O Gráfico 2 mostra a progressão da quantidade de falas ao longo dos períodos estudados.

Gráfico 2 – Falas identificadas nos artigos, por período

Fonte: Elaboração própria

Para cada fala, foram analisados três aspectos de interesse teórico: fonte, enquadramento e discurso. Em consonância com Boyle (2016, p. 42, tradução nossa), este trabalho considera que um indivíduo se torna uma fonte ao “falar, confirmar ou revelar alguma coisa” relacionada à privatização carcerária. Uma lista das principais fontes foi elaborada ao longo do levantamento das reportagens:

- a) Advogado;
- b) Analista financeiro;
- c) Conselho Editorial;
- d) Detento (e parentes);

- e) Funcionário de prisão pública;
- f) Funcionário de prisão privada;
- g) Funcionário público (genérico);
- h) Gestor do sistema penal;
- i) Jornalista;
- j) Juiz;
- k) Leigo;
- l) Político;
- m) Professor universitário;
- n) Promotor;
- o) Representante de grupo de direitos humanos;
- p) Representante da indústria de prisões privadas.

Após a categorização das fontes, foram identificados os enquadramentos contidos nas falas, que representam “esquemas narrativos” compostos por valores, crenças e ideias para interpretar os acontecimentos que marcam a trajetória da privatização das prisões no Brasil (MIGUEL, 2002, p. 171). A construção dos principais enquadramentos (em termos de frequência) tomou como ponto de partida as categorias identificadas por Boyle (2016), mas também incluiu uma abordagem indutiva sensível à necessidade de acrescentar outras perspectivas que surgissem como particularmente relevantes para o contexto brasileiro.³ A seguir, a Tabela 1 apresenta as definições adotadas para cada enquadramento, enquanto o Gráfico 3 mostra a distribuição dos mesmos nos quatro períodos.

³ No levantamento de reportagens sobre a privatização carcerária na Nova Zelândia, Boyle (2016, p. 44, tradução nossa) identificou cinco enquadramentos: Gerencialismo, Direitos humanos, Segurança, Menor elegibilidade para privilégios e Política. No presente estudo, verificou-se a baixa relevância desses dois últimos enquadramentos, bem como a necessidade de acrescentar “Responsabilidade do Estado” e “Internacional” como categorias de análise. De modo geral, “Menor elegibilidade para privilégios” significa que as melhores condições nas prisões privadas seriam dignas de críticas por oferecer aos detentos um padrão de vida igual ou melhor daquele dos cidadãos cumpridores da lei.

Tabela 1 – Principais enquadramentos nas reportagens dos jornais

Enquadramento	Descrição
Direitos humanos	Preocupação com as condições de encarceramento, a ressocialização dos presos e as implicações políticas da privatização das prisões
Internacional	Referências às experiências de outros países com a privatização carcerária
Racionalidade de mercado	Falas com uma ou mais das seguintes palavras: “custo”, “negócio”, “lucro”, “juro”, “orçamento”, “finanças”, “pago”, “financeira”, “receita”, “investimento”, “mercado”, “eficiência”, “despesa”, “investidor”, “econômico”, “preço”, “contrato”, “barato”, “R\$”, “faturamento”, “cláusula”, “cliente”, “multa”.
Responsabilidade do Estado	Referências à atuação do Estado, em termos da divisão de responsabilidades com empresas privadas ou dos deveres indelegáveis na esfera penal
Segurança	Referências à estrutura de segurança dentro e fora da prisão, ao nível de violência dentro da prisão ou à preparação e à capacidade técnica dos agentes penitenciários

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3 – Distribuição das falas, por enquadramento

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, foram analisados qualitativamente os discursos empregados pelas fontes. Além de permitir uma investigação mais minuciosa da linguagem utilizada, a análise possibilitou a caracterização das falas como “Positivas” ou “Negativas” com respeito à privatização carcerária. Outras foram classificadas como “Neutras”, no caso de relatar acontecimentos sem denotar alguma polaridade, ou de discutir os pros e contras da privatização sem chegar a articular uma conclusão sobre o modelo. O Gráfico 4 mostra a distribuição das falas entre essas perspectivas ao longo dos diferentes períodos:

Gráfico 4 – Distribuição das falas, por perspectiva

Fonte: Elaboração própria

2.3 Começo do debate sobre a privatização (1984-1998)

Neste primeiro período, a discussão da privatização carcerária nos três jornais foi marcada por otimismo sobre os potenciais benefícios de implementar o modelo no Brasil. Das 163 falas registradas, 59% foram positivas, enquanto apenas 26% foram negativas. Além de conter a maior quantidade de falas neste período (65, ou 40% do total), as reportagens de *O Estado de São Paulo* se destacaram pelos argumentos a favor da privatização, com três falas a favor para cada fala contrária. Isso se deve em parte à maior cobertura das primeiras experiências nos Estados Unidos com o modelo (28 falas utilizando o enquadramento “Internacional”).

Ainda que uma proporção menor das falas em *O Globo* tenha sido positiva, o conselho editorial do jornal se mostrou receptivo à proposta. Em 1992, caracterizou a privatização das prisões como “solução ideal”, reconhecendo apenas a necessidade de “aferir o real interesse de capitais privados pelo negócio” (A CRISE..., 1992). Três anos depois, posicionou-se de forma mais resoluta a favor do modelo:

[Conselho editorial:] Entre elas, está a privatização, ou terceirização de serviços penitenciários, que às vezes só existem no papel; e cuja realidade, no entanto, depende o vigor das sanções penais. Por que não pode o Governo se limitar à direção e segurança dos presídios, apenas supervisionando a oferta aos presos, pela iniciativa

privada, de trabalho profissional, educação, lazer e assistência médica? (O REMÉDIO..., 1995).

Em termos das fontes mais citadas nas reportagens deste período, além dos próprios jornalistas (19% das falas), destacaram-se os gestores do sistema penal público (26% do total de falas, com 63% destas sendo positivas) e os representantes da indústria das prisões privadas (12% das falas). Esses atores tiveram a oportunidade privilegiada de delinear os contornos iniciais do debate público sobre o assunto de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

2.3.1 “Ágil e eficiente” (*Racionalidade de mercado*)

Dos enquadramentos utilizados, predominou a racionalidade de mercado, presente em metade das falas analisadas neste período. Contudo, essa perspectiva não foi utilizada de forma equitativa pelos proponentes e críticos da privatização – o enquadramento foi identificado em 60 das 96 falas a favor (63%) e apenas 8 das 42 falas contrárias (19%). Assim, vale notar que, em grande parte, os argumentos inicialmente veiculados pelos jornais em oposição ao modelo se baseavam em ideias e conceitos fora do escopo e vocabulário da visão gerencialista de administração pública, o que não foi o caso em períodos posteriores.

Nas falas que utilizaram esse enquadramento, observa-se a repetição de palavras-chave equiparando a entrada de empresas privadas na gestão penal à afirmação do ideal neoliberal de um aparato estatal mais enxuto e regido pela lógica do mercado.

[Político:] A solução ideal para o problema seria a construção de mais, menores e melhores presídios [...] Isto poderá ocorrer de forma mais ágil e eficiente, eliminando-se uma série de etapas burocráticas relativas a concurso de pessoal e construção física dos prédios, com a privatização dos presídios, a solução já vitoriosa nos EUA e em estudos na França, Inglaterra, Austrália, México e Canadá (MANOEL, 1993).

[Gestor do sistema penal:] De qualquer sorte, sempre lucra a Administração, porque se livra ou do enorme investimento que constitui a construção de cadeias ou economiza só no seu “gerenciamento”, posto que livre ficará do pagamento de férias, de gratificação de Natal, de atendimento médico e, acima de tudo, da aposentadoria vitalícia do funcionário público (FILARDI LUIZ, 1991).

[Gestor do sistema penal:] Com essa solução, o Estado poderia ficar aliviado de pesados investimentos, e retiraria de seus ombros os incontáveis inconvenientes derivados do inchamento da máquina estatal (MELLO, 1991a).

Na linguagem da racionalidade de mercado, a aplicação do incentivo ao lucro no sistema penal resultaria em uma panaceia para várias partes interessadas. Por exemplo, os agentes penitenciários “seriam mais eficientes, pois receberiam melhores salários” (AUTORIDADES..., 1990) e “o material humano a ser contratado [seria] melhor” (LOMBARDI, 1992). Os detentos, em seguida, “[lucrariam] [...] com o permanente

oferecimento de trabalho mediante paga condigna e a remição da pena” (FILARDI LUIZ, 1991), o que levaria a “uma real reeducação” (O BRASIL..., 1988) e à erradicação da “violência institucionalizada nos presídios” (SILVA, 1991). Dessa forma, os encarcerados se tornariam úteis, tanto para “dar lucro ao Estado” (AUTORIDADES..., 1990), quanto para gerar retorno às empresas, “sem que lhe seja outorgado o direito de explorar a mão-de-obra” (SILVA, 1991). Assim, naturalmente, a privatização das prisões traria benefícios à sociedade em geral, sem “[comprometer] a segurança da penitenciária” (PRIVATIZAÇÃO..., 1995) e conduzindo a uma redução no número de fugas (SILVA, 1991).

Dessa maneira, antes da implementação do modelo no Brasil, a racionalidade de mercado foi utilizada quase exclusivamente para estimular a sua adoção com base em promessas de maior eficiência e aumento de lucros que resultariam num melhor sistema prisional para todos. Além de estar presente em metade das falas deste período, a convicção nas vantagens do modelo transmitida por essas afirmações fez com que a racionalidade de mercado cumprisse um papel proeminente na formulação das preocupações públicas em relação ao assunto. Como observa Miguel (2002, p. 171), o destaque dado à racionalidade de mercado na definição de agenda influiu

[...] não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se veem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões.

2.3.2 “Tudo isso parece extremamente perigoso” (*Direitos humanos*)

Como mencionado anteriormente, o enquadramento de direitos humanos apareceu em 25% das falas registradas neste período e foi utilizado em proporção idêntica por interlocutores nos dois lados do debate (29% tanto das falas a favor quanto das falas contrárias ao modelo).

Embora pouco citado no discurso dos representantes das empresas interessadas na privatização carcerária, já havia sinais de que essa perspectiva poderia ser apropriada para apoiar a implementação da privatização no Brasil:

[Representante da indústria de prisões privadas:] A prisão será clínica onde se ensaiará a mudança da vida interior. Não falte aí a religião. [...] A prisão privatizada deve ser encarada como prêmio aos bons condenados. [...] Instituído o sistema, [os empresários] poderão dar prova inequívoca de ser [sic] modernos, inteligente e filantropos (BOTELHO, 1992).

Essa afirmação é relevante por duas razões. Primeiro, caracteriza a passagem pela prisão privada como uma jornada espiritual capaz de recuperar a alma dos detentos e, ao mesmo

tempo, legitimizar o suposto altruísmo das empresas que optariam por assumir a gestão prisional. Assim, revela-se um entendimento por parte do setor privado de que a população não aprovaria o modelo automaticamente, tornando necessária a alternância entre a fria racionalidade de mercado e o apelo a princípios humanizadores em situações estratégicas para garantir a legitimação da proposta. Além disso, a descrição da prisão privada como “prêmio aos bons condenados” anuncia uma importante ressalva frente às ambiciosas expectativas acima mencionadas. Ao estabelecer critérios de seleção para impedir a entrada de condenados que pudessem ameaçar o bom funcionamento da prisão privada, a fala expõe os limites do suposto altruísmo dessas empresas e a inconsistência dos argumentos mobilizados a favor da privatização. Isto é, embora os jornais apresentem a iniciativa privada como “a solução para a falência” do sistema penitenciário (PRIVATIZAÇÃO..., 1995), as empresas não compartilham a pretensão de transformar o sistema em sua totalidade, pois se contentariam com estabelecer ilhas de excelência que pouco aliviarão a superlotação nos presídios públicos. A intenção declarada pelas empresas de evitar detentos problemáticos também reforça a natureza enganosa da comparação do desempenho e das condições em prisões públicas e privadas, já que não possuem o mesmo ponto de partida em termos do perfil dos presos.

Outros interlocutores utilizaram o mesmo enquadramento para manifestar opiniões diametralmente opostas aos defensores da racionalidade de mercado:

[Jornalista:] Tudo isso parece extremamente perigoso. A ideia de fazer lucro com uma instituição penal tem alguma coisa de sinistro. E o perigo de os detentos serem espartanamente tratados (pondo a coisa em termos literários...), para aumentar os lucros, parece ser inevitável (NOGUEIRA, 1987).

[Professor universitário:] No fundo, o lucro, que tudo santifica, seria o combustível do projeto de privatização. Dentro desse espírito, o preso seria uma pessoa escrava a ser leiloada (MAGELA, 1992).

[Representante de grupo de direitos humanos:] A proposta contém tão somente o objetivo de explorar a mão-de-obra do preso, catalogando esta atividade coercitiva como laborterápica. É o capitalismo impondo-se sem propiciar ao trabalhador, no caso o preso, condições de optar pelo serviço que melhor atenda a sua vocação, além de lhe impor remuneração, de interesse exclusivo do empregador (OTTOBONI, 1991).

Além de desconfiar da influência corrompedora do lucro na esfera penal, os críticos utilizaram esse enquadramento para questionar até que ponto a privatização carcerária seria vantajosa para a gestão de dinheiro público:

[Professor universitário:] Países como o Brasil, que precisam investir na redução da pobreza e das miseráveis condições de vida de parcelas tão grandes da população, não podem se deixar iludir pelo falso fascínio das prisões privadas. Privatizar prisões é permitir que o dinheiro dos impostos encha os bolsos de aventureiros que vendem prisões privadas (LEMGRUBER, 1998).

Nesse contexto, apesar de ser invocado com menor expressividade em comparação à racionalidade de mercado, o enquadramento de direitos humanos exemplifica o que está em jogo para o debate público da privatização no Brasil. De um lado, o lucro “tudo santifica”; de outro, inevitavelmente escraviza. Enquanto alguns interlocutores retratam as empresas interessadas como atores alinhados com o interesse público, outros as denunciam como “aventureiros” com motivos duvidosos. Embora os jornais tenham dado algum espaço para esse tipo de crítica, a sua subordinação aos argumentos gerencialistas coincide com o argumento de Batista (2002, p. 274) de que

O compromisso da imprensa [...] com o empreendimento neoliberal é a chave da compreensão dessa especial vinculação mídia-sistema penal, incondicionalmente legitimante. [...] Nenhuma teoria e nenhuma pesquisa questionadora do dogma penal, da criminalização provedora ou do próprio sistema penal são veiculados em igualdade de condições com suas congêneres legitimantes.

2.3.3 “*Bem-sucedida realidade em países desenvolvidos*” (Internacional)

Foi neste primeiro momento que o enquadramento da privatização carcerária no cenário internacional aparece com mais frequência. Presente em 40% das falas deste período, foi utilizado pelos jornalistas principalmente para relatar as experiências de implementação do modelo em países como os Estados Unidos e a França. Apesar de a maioria dos fatos serem narrados de forma neutra, há instâncias em que se verifica um grau sutil de editorialização capaz de influenciar a postura do leitor em relação à proposta:

[Jornalista:] Se a França realmente privatizar suas prisões, os detidos usufruirão de conforto, segurança e higiene desconhecidos nos cárceres onde estão atualmente. As cadeias administradas pela [National Correction Construction Incorporation] parecem verdadeiros hotéis de três estrelas, com salas de ginástica, campos de esporte, mesas de sinuca, salas com televisores, parques com gramados e árvores frondosas (BOURRIER, 1986).

Ao mesmo tempo, vale notar que em nenhum momento foi detectado o enquadramento de “menor elegibilidade para privilégios”, que teve lugar central na análise de Boyle (2016, p. 20, tradução nossa) sobre a cobertura midiática da privatização das prisões na Nova Zelândia. Neste enquadramento, as prisões privadas mereceriam críticas por oferecer aos detentos um padrão de vida igual ou superior àquele garantido aos cidadãos cumpridores da lei. No entanto, as falas citadas nos jornais brasileiros indicam que as melhorias na qualidade das prisões ao estilo estadunidense ou francês seriam vistas com bons olhos, sem receio de que pudessem enfraquecer o efeito dissuasivo da prisão (SPARKS, 1994). Por exemplo, de acordo com

representantes da indústria das prisões privadas, o Brasil só teria a ganhar se seguisse o exemplo de outros países:

[Representante da indústria de prisões privadas:] Botelho argumenta que se a experiência deu certo nos Estados Unidos, Austrália e México, não vê por que não funcione no Brasil. “Além disso, as vantagens são grandes. Nos EUA, um preso custa ao governo US\$ 50, enquanto nas empresas privadas o custo cai para US\$ 30” (EMPRESÁRIO..., 1991).

Nas falas que utilizaram este enquadramento para promover a privatização, também se constata uma visão edificante segundo a qual a adoção do modelo contribuiria ao progresso nacional. Na transição da ditadura militar para a democracia, as mudanças possibilitadas pela entrada do setor privado na gestão prisional encaminhariam o país rumo à modernidade.

[Advogado:] A privatização há de mudar a faceta do regime semi-aberto. A iniciativa privada deverá dar trabalho a todos os reeducandos. [...] A privatização de presídios é uma bem-sucedida realidade em países desenvolvidos e não haverá de ser diferente em nosso Terceiro Mundo (SILVA, 1991).

2.3.4 “*As fugas com certeza diminuirão*” (Segurança)

Este enquadramento foi detectado em 17% das falas documentadas neste período, sendo 60% das mesmas a favor da privatização. Porém, na maioria dos casos foi utilizado junto a outros argumentos (por exemplo, a redução de fugas como prova da superioridade da gestão privada). Por essa razão, não será analisado em profundidade.

2.3.5 “*Conquista da humanidade*” (Responsabilidade do Estado)

Embora tenha aparecido em apenas 13% das falas, este enquadramento foi utilizado quase exclusivamente para criticar o modelo da privatização carcerária, como era de se esperar. Muitas vezes sobrepondo-se ao enquadramento de direitos humanos, as fontes aqui citadas enfatizaram o papel do Estado na aplicação da justiça penal:

[Advogado:] A estatização da Justiça foi uma conquista da humanidade e o reconhecimento dos direitos humanos, uma garantia do cidadão. O preso tem que ser tratado como ser humano, mais um empurrãozinho e chegaremos à vingança privada (SECRETÁRIOS..., 1992b).

[Político:] A função primordial do Estado é promover a justiça e a liberdade, depois a eficiência. Cadeias privadas faturam com o preso e poderiam dificultar prerrogativas como a liberdade condicional por bom comportamento (COVAS..., 1995).

Além disso, o enquadramento também foi utilizado para contestar a pretensão de emular a experiência de outros países:

[Professor universitário:] A segurança e a justiça se inserem, desde o advento do Estado liberal, entre as funções precípua do setor público [...] A privatização das prisões envolve homens – isto é, seres vivos e entes morais – e seus direitos [...] Invocada como argumento de autoridade pelos defensores da privatização das prisões, a experiência internacional revelou-se minimamente eficaz, no início, e um fracasso, em seguida (FARIA, 1992).

Embora as reportagens nos três jornais tenham incluído algumas perspectivas mais críticas à privatização das prisões, a análise das falas revela que o começo do debate público na esfera da grande imprensa foi fortemente influenciado pelo enquadramento da racionalidade de mercado. Sob uma linguagem de “eficiência” e “inovação”, a cobertura neste período deu amplo espaço para que fontes da elite política e empresarial amplificassem seus prognósticos sobre as vantagens do modelo em comparação com o sistema prisional público. Na ausência de evidências empíricas para confirmar ou desmentir a eficácia da implementação do modelo no Brasil, os contornos do debate foram moldados pela suposição de que a gestão privada garantiria melhor qualidade, o que por si só legitimaria a delegação de certas responsabilidades para esses novos atores.

2.4 Primeiras experiências com a privatização (1999-2004)

Neste período de 6 anos, foram identificadas 159 falas, quantidade quase idêntica à registrada nos 14 anos anteriores. Com a implantação de prisões privadas em alguns estados brasileiros, os jornais puderam elaborar reportagens com informações mais concretas sobre o desempenho do modelo na prática. Tal como no período anterior, foi dado maior destaque a avaliações positivas da privatização (exatamente 50% das falas), em comparação com 36% de falas negativas e 14% neutras.

Entre os jornais, *A Folha de São Paulo* e *O Globo* deram mais espaço para falas positivas (53% e 54%, respectivamente) do que negativas (34% e 27%, respectivamente), enquanto as citações nos artigos de *O Estado de São Paulo* foram mais equilibradas (43% positivas vs. 44% negativas). O conselho editorial de *A Folha* em particular se mobilizou para defender a privatização:

[Conselho editorial:] A [Penitenciária Industrial de Guarapuava] é uma prisão-modelo. Isso significa que as coisas tendem a funcionar melhor lá do que nas cadeias comuns [...] No longo prazo, esse custo adicional vale a pena. Como o preso que trabalha tem remição da pena, o interno fica sob a tutela do Estado por um tempo menor, o que significa economia para o poder público (PRISÃO..., 2001).

Nessa fala, os editores revelam uma postura favorável à privatização mesmo diante da possibilidade de o modelo não gerar tanta economia para o Estado quanto havia sido prometida até então. Tendo em vista a inconsistência dos resultados que surgiriam à vista mais adiante, conforme detalhado no capítulo anterior, a afirmação de *A Folha* reflete uma certa visão de mundo empresarial relacionada ao fato de os grandes jornais serem “empresas capitalistas de comunicação, que, dessa forma, objetivam [e neste caso veneram] o lucro” (FONSECA, 2011, p. 46). Na mesma coluna, o conselho também afirmou:

[Conselho editorial:] O que realmente importa aqui é o perfil do preso. Se ele for um criminoso eventual, disposto a reintegrar-se, o modelo funcionará. Infelizmente, porém, apenas parte da população carcerária se enquadra nesse perfil (PRISÃO..., 2001).

O reconhecimento de que, do ponto de vista da indústria das prisões privadas, não seria vantajoso tentar melhorar o sistema prisional como um todo, ecoa uma das falas citadas no período interior. Contudo, em vez de problematizar a seletividade das empresas perante a crise urgente de superlotação e condições insalubres no sistema público, o jornal optou por transferir o ônus para os detentos em um movimento retórico que lembra ao que Batista (2002, p. 279) chama de a “moralização” do delito, já que “no reino do individualismo, só o indivíduo pode ser responsável por estar na penitenciária”.

O conselho editorial de *O Globo* foi um pouco mais cauteloso na sua avaliação da privatização:

[Conselho editorial:] Nos presídios citados, não tem havido levantes dos presos, reclamações referentes a maus-tratos ou quaisquer outros problemas. [...] A terceirização em si, entretanto, não garante melhoria, a menos que seja acompanhada por um grau de exigência e controle bem mais rigoroso do que o atual que existe hoje, por exemplo, para os serviços particulares de segurança (COM..., 2001).

No ano seguinte, voltou a lembrar “a necessidade de fiscalização permanente da administração dessas penitenciárias. Porque nelas lucro e prejuízo podem depender de maior ou menor respeito aos direitos humanos básicos, tanto quanto da eficiência em impedir fugas ou sufocar motins” (PRISÕES..., 2002). Assim, o jornal oferece ressalvas importantes sobre a proteção dos direitos dos detentos, enfatizando conceitos alinhados com “teorias criminológicas neoconservadoras (atuarismo, gerencialismo e funcionalismo-sistêmico)”, tais como “controle” e “fiscalização” (CARVALHO, 2010, p. 9).

O conselho editorial de *O Estado de São Paulo*, por sua vez, não se posicionou publicamente sobre a privatização carcerária neste período. Somente veiculou uma reportagem, em 2001, sobre os resultados de uma sondagem realizada pela Unidade de Pesquisa do jornal junto a 1.020 respondentes. Segundo a manchete da publicação, a “maioria dos paulistanos

[seria] favorável à privatização de presídios” (LOUZAS, 2001), apesar de o nível de apoio registrado ser 54,6%, com uma margem de erro de 3,2% (isto é, o nível de apoio poderia chegar a 51,4%). Embora fosse tecnicamente correto utilizar o termo “maioria”, pode-se argumentar que a manchete pretendia comunicar a noção de que haveria um consenso mais definitivo sobre a proposta da privatização. O exemplo alude à caracterização gramsciana dos jornais como “aparelhos privados de hegemonia” que “[participam] da construção do ‘consenso’ na relação entre Estado e sociedade” (FONSECA, 2011, p. 42). Nesse sentido, estaria produzindo o “efeito fundamental do inquérito de opinião: constituir a ideia de que existe uma opinião pública unânime, e portanto [sic] legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível” (BOURDIEU, 2003, pp. 235–236).

Em termos das fontes citadas neste período, gestores do sistema penal público foram responsáveis por pouco menos de um terço das falas, sendo 62% das mesmas positivas em relação à privatização carcerária. Um quarto das falas originou dos próprios jornalistas, que se mostraram mais parciais em favor do modelo – enquanto 58% de suas falas no primeiro período foram neutras, 50% no segundo foram positivas. Chama atenção o fato o baixo número de falas provenientes de funcionários ou gestores de prisões privadas (apenas 12, o que equivale a 7% do total).

2.4.1 “Resultado bom para o empresário” (*Racionalidade de mercado*)

O uso do enquadramento da racionalidade de mercado diminuiu ligeiramente em relação ao período anterior (de 51% para 44%), mas se manteve como o mais acionado pelos jornais. De um total de 70 falas, 31 foram positivas (44%) enquanto 22 foram negativas (31%). Entre as positivas, constatou-se a presença de argumentos similares àqueles veiculados no primeiro período, mas acrescentando novos indicadores das vantagens que o modelo traria para o Estado e a sociedade:

[Jornalista:] Os ganhos financeiros são óbvios. O custo operacional é o mesmo, mas o Estado deixa de arcar com um passivo futuro dos mais pesados – a aposentadora do funcionário contratado [...] Nestes três anos não houve nem crise nem esboço de crise, nenhum motim. O índice de reincidência é de 2%, o mais baixo que o secretário conheceu em 33 anos de experiência [...] Mas todos são tratados como gente, com roupa adequada, tratamento adequado (NASSIF, 2002).

[Gestor do sistema penal:] No sistema de terceirização, os custos com os presos podem aumentar até 40%. Mas, para a secretária, esse aumento pode compensar, já que o contrato prevê diversos serviços que não fazem parte do custo médio com um preso em uma penitenciária tradicional, em torno de R\$ 660,00. A secretária lembrou ainda que o sistema estabelece pagamento de um salário mínimo para os presidiários, já que o sistema de terceirização cria ocupação remunerada para todos os presos (SECRETÁRIA..., 2001a).

Um novo elemento que surgiu nesse período foi o uso da linguagem do mercado para conscientizar a comunidade empresarial sobre a promissora oportunidade de negócios representada na privatização carcerária. Com a expansão do modelo, tornou-se necessário atrair investidores e as partes interessadas aproveitaram-se dos grandes jornais como veículos formadores de opinião das elites econômicas.

[Gestor do sistema penal:] Já as penitenciárias de segurança máxima oferecem maiores perspectivas [...] “É um investimento que exige equipamentos, controles e softwares mais sofisticados. E isso interessa a fornecedores e investidores, que contam com linhas de crédito mais competitivas” (BRESSAN, 2004a).

[Leigo:] “A mão-de-obra do preso é farta e barata”, afirmou Lenice Matarelli, gerente da Azulbrás. A empresa emprega 280 funcionários em Arapongas [Paraná] (OLIVEIRA, 1999).

[Gestor do sistema penal:] As empresas duvidam da produtividade dos presos e têm medo de instalar seus equipamentos nas penitenciárias, mas estamos selecionando os detentos de melhor comportamento para essas unidades (MATEOS, 1999).

[Representante da indústria de prisões privadas:] Funciona como hotelaria e tem dado um resultado bom para o empresário, que eles estão ampliando o número de convênios. Além disso, a melhoria dos serviços reduz o número de fugas (BRESSAN, 2004a).

Neste último caso, chama atenção o uso da palavra “hotelaria”, que reduz o desafio da função ressocializadora da pena à prestação aparentemente simples de “serviços de custódia”. Ao comparar o sistema prisional a um setor econômico “convencional”, o discurso banaliza a entrada de empresas privadas na esfera penal, enfatizando sua caracterização como qualquer outro investimento.

Nesse sentido, a reformulação do assunto em termos financeiros também gerou opiniões contrárias à sua adoção, utilizando o mesmo enquadramento: “Como ainda não é um negócio atrativo, os juros são altos e o negócio não compensa nem para o empresário e nem para o governo” (BRESSAN, 2004a).

Em linhas gerais, as demais falas se referiram ao andamento das negociações contratuais com as empresas, bem como às primeiras discussões sobre a comprovação de maior custo-benefício para o Estado. Assim, constatou-se que neste período não houve intensificação no uso da racionalidade de mercado no debate público veiculado pela grande imprensa, algo que mudaria em anos posteriores.

2.4.2 “*Serviços que sempre sonhamos*” (*Direitos humanos*)

Embora a frequência do enquadramento dos direitos humanos tenha se mantido mais ou menos estável (30% das falas do segundo período vs. 25% no primeiro), o período de

inauguração das primeiras prisões no Brasil foi marcado pela sua utilização para defender o modelo. Das 48 falas que recorreram a esse discurso, 31 (71%) foram favoráveis à privatização carcerária. Em um país já acostumado com relatos sobre as condições insalubres das prisões públicas, a ênfase das falas na limpeza e organização dos estabelecimentos privados desafiava as expectativas do leitor comum ao apresentar uma outra realidade dentro dos muros da prisão, que supostamente o Estado não estaria em condições de oferecer.

[Jornalista:] A diferença da PIG [Penitenciária Industrial de Guarapuava] para uma unidade convencional pode ser notada do lado de fora: não há muros, e sim telas ao redor da penitenciária. Na parte interna, o estado de conservação das instalações também é mantido de forma impecável. Nem mesmo dentro das celas visitadas o preso rabisca as paredes – existe um quadro negro em cada cela, onde o detento pode fazer inscrições com giz. Outra norma rígida é a proibição do fumo dentro da PIG, restrição imposta tanto aos presos quanto aos funcionários. Cada cela da PIG tem 7 m² e capacidade para dois presos – em contraste com celas com menos de 1 m² em cadeias paulistas, por exemplo. Os internos de bom comportamento têm direito a visitas íntimas duas vezes por mês – realizadas em uma ala específica, equipada com suítes e *kits* para o casal contendo toalha, lençol, fronhas e camisinhas (AGENTE..., 2001).

[Jornalista:] Ao contrário da maioria dos presídios brasileiros, [a Penitenciária Industrial e Regional do Cariri] impressiona pela limpeza e organização. Cada detento recebe um *kit* com escova e pasta de dentes, sabonete, toalha, uniforme, colchão, lençol e travesseiro. Em seguida, passa por um treinamento para conhecer as regras internas. Só então pode escolher um trabalho: oficina de joias, fábrica de sapatos, padaria ou lavanderia. Até hoje, não houve fuga ou assassinato. Cada preso custa ao estado R\$ 1.158 – no Brasil, o gasto médio mensal com um detento é de R\$ 1.2 mil. Quando todas as vagas estiverem ocupadas, o custo cairá. A penitenciária do Cariri tem médicos e dentistas e oferece assistência às famílias (LEALI, 2002a).

[Gestor do sistema penal:] São serviços que sempre sonhamos, mas que o Estado não tem como prover (GOVERNO..., 2001).

Este período também é notável pela inclusão de comentários de detentos, algo que quase não ocorreu nos outros períodos. Embora pouco expressivas em termos de quantidade, por meio dessas falas, buscava-se corroborar as afirmações dos jornalistas e gestores sobre as novas unidades prisionais:

[Detento:] Eu vivia como um bicho na delegacia, com o cabelo grande e feridas pelo corpo. Aqui estou com a mente ocupada no trabalho e ainda ganho o meu dinheiro (OAB..., 1999).

[Detento:] Aqui, ganho salário e é muito melhor do que onde eu estava. Lá eu não sabia se ia estar vivo no outro dia (GODOY, 2000a).

[Detento:] [...] na PIG [somos] tratados “como seres humanos”. [...] “Temos remédio, acompanhamento médico, tudo. Eu, que tenho problema de saúde, recebo minha comida sem sal” (AGENTE..., 2001).

Ao mesmo tempo que o discurso de direitos humanos aparentemente visava priorizar o bem-estar dos detentos, em alguns casos também foi mobilizado para apoiar o esforço de captação de investimentos. Na seguinte fala, por exemplo, o dono de uma empresa que pretendia se associar a uma prisão privada para utilizar a mão-de-obra prisional em suas

operações descreve as condições que observou: “Tem departamento médico, quadra esportiva; senti que estava num presídio de primeiro mundo, voltado realmente para a recuperação dos criminosos” (MATEOS, 1999). Além de elogiar o tratamento humano dos detentos, essa fala também teria a função de apaziguar a insegurança de outros empresários sobre o potencial risco de entrar na esfera penal. E, mais uma vez, a invocação do contraste entre primeiro e terceiro mundo reforça a ideia da prisão privada como marcador de progresso e modernidade em que qualquer empreendedor de bom senso apostaria.

2.4.3 “O exemplo dos EUA não é animador” (Internacional)

Com o advento da privatização carcerária no Brasil, diminuiu a frequência de falas que fizeram menção às experiências de outros países (de 40% no período anterior para 16%). As mesmas se dividiram de forma proporcional entre perspectivas positiva e negativa em relação ao modelo.

Talvez o aspecto mais interessante do uso desse enquadramento neste período seja a tendência a generalizar a aplicabilidade das experiências de outros países, apesar de o Brasil já ter iniciado uma trajetória própria com a privatização carcerária. Por exemplo, uma reportagem citou o caso da Inglaterra para ilustrar como a privatização poderia solucionar a superlotação nas prisões:

[Jornalista:] A falta de vagas nos presídios foi um dos problemas enfrentados pela Inglaterra e resolvido com a privatização. Sem condição para construir novos presídios, o governo assinou contratos com consórcios de empresas privadas para a construção de nove penitenciárias (LOMBARDI, 2001).

A privatização no Brasil, entretanto, nunca visou à resolução da falta de vagas no sistema prisional como um todo.

Neste enquadramento também houve reportagens sobre abusos de poder cometidos em prisões privadas nos Estados Unidos, bem como a falta de provas que atestassem o desempenho superior das empresas:

[Jornalista:] Mas, se alguém no Brasil acredita que a medida é parte da solução para problemas como déficit de vagas e rebeliões, o exemplo dos EUA não é animador. [...] Outros levantamentos mostram que não há diferença significativa entre os dois sistemas quanto ao número de motins de prisioneiros, maus-tratos e mortes de detentos em circunstâncias suspeitas. A maioria já teve de pagar enormes somas em processos de indenização iniciados por parentes de detentos mortos. Essas informações alimentam o debate sobre a moralidade de se permitir que companhias e investidores lucrem com a atividade carcerária (SOTERO, 2001).

Essa fala em particular mostra a defasagem temporal da implementação da proposta em ambos países. Como veremos mais adiante, no Brasil a privatização só ganharia esse nível de

destaque em escala nacional anos depois, em resposta à ocorrência de massacres que tornaram incontornáveis as preocupações sobre direitos humanos minimizadas até então.

2.4.4 “Nestes três anos, não houve nem esboço de crise”⁴ (Segurança)

Este enquadramento foi detectado em 28% das falas deste período, com 67% das mesmas sendo a favor da privatização. Como a utilização foi relativamente uniforme, com forte ênfase na inexistência de fugas nas prisões privatizadas, não será analisado em maior detalhe.

2.4.5 “Várias razões para não adotarmos as prisões privadas” (Responsabilidade do Estado)

Ao passo que o enquadramento de direitos humanos era apropriado por defensores da privatização carcerária, alguns interlocutores continuaram a utilizar argumentos jurídicos para criticar o modelo:

[Advogado:] Em vez de pensarmos no recurso à privatização de uma atuação que é própria do Estado, deveríamos partir para uma reforma da polícia, unificada e civil, profissionalizada, atuando permanentemente, a partir do distrito; para um Judiciário mais próximo do povo, atuando nos mesmos módulos de base; em extensão, um pequeno presídio, no qual os réus condenados tenham sua pena acompanhada pelo mesmo juiz que presidiu o processo e determinou a condenação. Nesse sistema não haveria lugar para os juízes de execução, apenas burocratas no exame da situação dos detentos (BICUDO, 2003).

[Leigo:] Há várias razões para não adotarmos as prisões privadas. A primeira delas é de natureza filosófico-ética: o Estado, segundo Max Weber, é o único que detém o monopólio legítimo da violência física e de encarcerar pessoas. Em consequência, outra questão é levantada: qual é o tamanho mínimo do Estado que queremos? O que pode e o que não pode ser privatizado [...] Deve ficar claro que as empresas que administram prisões não o fazem de graça. A diferença é que o Estado, que antes destinava poucos recursos aos presídios, com a privatização passará a pagar mensalmente a fatura (FREITAS, 2003).

Embora esse enquadramento representasse a oposição mais forte à privatização nesse período, em termos numéricos, foi relegado às margens do debate, com apenas 20 das 159 falas publicadas nos três jornais (13%).

A cobertura dos principais jornais na época da inauguração das primeiras prisões privadas no Brasil foi marcada por um esforço de *marketing* voltado a despertar o interesse do

⁴ NASSIF, 2002.

setor privado com promessas de lucratividade e de melhorias na estrutura e atendimento aos detentos, em comparação com o sistema prisional público. De certa forma, a apropriação do enquadramento de direitos humanos para defender a privatização carcerária representou um empobrecimento do debate sobre o assunto, pois na sombra da racionalidade de mercado prevalecente, criou-se a impressão de que existia um consenso em relação à inépcia dos governantes, favorecendo a aceitação da entrada de empresas na esfera penal.

2.5 Privatização na ausência de grande escândalo (2005-2016)

Este terceiro período compreende doze anos em que, apesar das denúncias de abusos e má administração nas prisões privadas em vários estados (detalhadas no capítulo anterior), nenhum grande escândalo conferiu visibilidade ao tema em nível nacional. Na medida em que foram surgindo diferentes experiências de implementação do modelo, a imprensa poderia ter incorporado em sua cobertura mais evidências do que nunca sobre a privatização das prisões no Brasil. Por um lado, os resultados contraditórios sobre o custo-benefício para o Estado e a qualidade da gestão das empresas privadas levaram a uma distribuição mais equilibrada em termos das perspectivas das falas presentes nas reportagens desse período – das 326 falas registradas, 129 foram positivas (40%) e 118 foram negativas (36%). Por outro lado, o enquadramento da racionalidade de mercado predominou mais ainda, em 6 de cada 10 falas, exatamente o dobro da frequência com que foi utilizado o enquadramento de direitos humanos.

A tendência a enfatizar questões orçamentárias em detrimento de considerações políticas e jurídicas é exemplificada em duas colunas publicadas pelos conselhos editoriais dos jornais. A primeira, de *A Folha de São Paulo*, definiu a “eficiência” como prioridade para o sistema prisional, justificando a aceitação de custos mais elevados desde que as prisões privadas cumprissem suas funções básicas:

[Conselho editorial:] Assim, é urgente encontrar modelos que permitam aos Estados construir mais presídios e administrá-los com mais eficiência. Pernambuco e Minas Gerais pretendem licitar, ainda neste ano, Parcerias Público-Privadas (PPPs) pelas quais empresas ergueriam novas unidades prisionais e as administrariam por prazos dilatados, recebendo um pagamento do Estado. A experiência brasileira é maior com o sistema de co-gestão, no qual são terceirizados serviços como vigilância, limpeza, saúde, hotelaria. Observa-se uma melhoria da qualidade dos serviços, mas também o aumento dos custos. Em Santa Catarina, um detento em presídio terceirizado sai por R\$ 1.600 ao mês, contra R\$ 1.400 em prisões administradas pelo Estado. Se, entretanto, as experiências de co-gestão resultarem em melhores índices de ressocialização do preso, pode valer a pena (INOVAÇÕES..., 2008).

Responsável por 61% das falas publicadas nesse período, *O Globo* também declarou seu apoio ao modelo, valendo-se de argumentos similares:

[Conselho editorial:] Neste sentido, a criação de um complexo penitenciário em Ribeirão das Neves [Minas Gerais], em andamento, com capacidade para 3 mil presos, não só ajuda a contornar o problema do déficit de vagas nas cadeias mineiras, mas – e principalmente –, ao usar o modelo de Parceira Público-Privada na construção e administração dos presídios, aponta um caminho concreto entre as iniciativas para melhorar o perfil do sistema prisional. A fórmula não tira da alçada do Estado a responsabilidade pelo controle da execução penal, mas alivia o orçamento do poder público: os custos para erguer novas unidades são elevados, em torno de R\$ 40 mil por vaga. Com a PPP, a iniciativa privada arca com o ônus, em troca de contratos de gestão das penitenciárias, por tempo determinado, e com obrigações que, se não cumpridas, tornam as empresas administradoras passíveis de punições pecuniárias. [...] Mas o modelo sinaliza um sistema de gestão moderno, adotado com sucesso em diversos países – e cuja avaliação não pode ser contaminada por preconceitos ideológicos que inviabilizem a positiva participação do setor privado na busca de soluções para um problema dramático, com uma dimensão que cresce assustadoramente (PPP..., 2012).

Porém, constata-se nesta fala o uso de mais de um enquadramento para defender a privatização, desde a citação do “sucesso [do modelo] em diversos países” até o alívio proporcionado aos cofres públicos. Também chama atenção a incorporação de uma visão gerencialista da administração penal, que reduz a avaliação da efetividade da privatização a indicadores de gestão pelos quais se recompensa ou pune a entidade prisional em termos monetários, sem admitir “preconceitos ideológicos” que pudessem colocar em xeque a constitucionalidade ou o significado político da privatização da gestão prisional. Assim, está implícito que, perante o “problema dramático” da superlotação do sistema prisional e a sensação de medo causado pela crescente onda de violência, seria necessário intensificar o uso da prisão, ao invés de “solucionar os problemas sociais que, de fato, constituem a base das situações que promovem a criminalidade” (BARBOSA, 2016, p. 51). A linguagem utilizada pelo conselho editorial de *O Globo* também reforça a afirmação de Choukr (2002, p. 48) sobre o papel da mídia “na adoção de medidas emergenciais, otimizando o emprego promocional e simbólico do sistema repressivo”. Dado que a implementação da privatização carcerária foi justificada em vários estados como medida emergencial, o argumento veiculado por *O Globo* para defender o modelo se torna mais relevante ainda como evidência da supremacia da racionalidade de mercado na cobertura midiática do tema.

Em termos das fontes citadas nas falas deste período, quase metade originou seja de jornalistas (25%), seja de gestores do sistema penal público (22%). É interessante notar que houve mais falas de professores universitários (13%) do que de representantes da indústria das prisões privadas (9%). Embora as proporções sejam relativamente baixas, em linhas gerais pode-se supor que as empresas de gestão prisional preferiram não se expor ao debate público, o que abriu espaço para opiniões mais críticas advindas da comunidade acadêmica.

2.5.1 “A sociedade é o cliente da segurança pública” (*Racionalidade de mercado*)

O enquadramento da racionalidade de mercado apareceu com mais frequência (59%) nas reportagens deste período do que em momentos anteriores e foi utilizado prioritariamente em uma perspectiva favorável à proposta (43% das falas citadas foram positivas vs. 27% negativas). É possível identificar ecos dos argumentos apresentados pelo conselho editorial de *O Globo* – a saber, que o incentivo ao lucro condicionado a indicadores de desempenho faria com que a privatização conseguisse resolver a situação precária do sistema prisional brasileiro, tornando-se “um negócio em que tanto a iniciativa privada quanto os governos, e principalmente os presos, [sairiam] ganhando” (SCOFIELD JR., 2012c):

[Jornalista:] Além disso, ao oferecer serviços básicos como alimentação, higiene, atendimento médico, odontológico e jurídico, as empresas dizem reduzir os índices de insatisfação e eventuais rebeliões. Em caso de quebra-quebra dentro do cárcere, cabe à prestadora de serviços públicos repor materiais danificados, sem qualquer custo ao Estado. Um choque no bolso das empresas, que elas tentam evitar a qualquer custo (BARBIERI, 2008b).

[Jornalista:] Faltam 240 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro hoje. Isso é para ontem, é emergencial. E a Parceria Público-Privada oferece o dinamismo e a velocidade para implementação desses investimentos. Pode ser a solução a curto prazo para a crise no sistema penitenciário no Brasil (PRIMEIRA..., 2013).

[Gestor do sistema penal:] Nesse primeiro relatório da Accenture, não foi apontado nenhum problema, nenhuma falta grave. Ainda é muito cedo para avaliarmos, mas nesse primeiro mês brilhamos (SOUZA, M., 2013).

[Analista financeiro:] Pelo que temos visto, a iniciativa privada acaba cumprindo a lei com mais rigor, uma vez que está sujeita a multas pesadas (PAES MANSO, 2008).

Esse *marketing* caracterizou o modelo como um projeto economicamente vantajoso, a escolha “lógica” de uma sociedade de consumidores. Afinal, de acordo com um analista financeiro em *O Globo*,

[Analista financeiro:] A partir do momento que você identifica que o problema essencial é de gestão, por excelência é uma atividade de iniciativa privada. [...] Segurança pública não é só um problema de polícia. A sociedade é o cliente da segurança pública (BARROS; ARAÚJO, 2008).

A normalização da entrada do setor privado nessas falas gera a impressão de que nem seria necessário debater a sua legitimidade. Por exemplo, segundo o gerente-executivo do Programa de PPPs de Minas Gerais, o novo arranjo institucional seria “revolucionário” para a eficiência e o retorno do investimento do Estado na esfera penal, mas não poderia ser chamado de “privatização”, tratando-se apenas de uma “[contratação] de forma inteligente” (SCOFIELD JR., 2012a). Ao reduzir os problemas do sistema penitenciário à falta de “serviços de qualidade”, insistiu-se na noção de que a implementação do modelo de privatização seria uma

escolha racional e não ideológica, em clara oposição a outros atores que impediriam o progresso nacional por motivos duvidosos (PENITENCIÁRIA..., 2010).

De acordo com a racionalidade de mercado privilegiada nas reportagens dos três jornais, os avanços proporcionados pela privatização se tornariam evidentes ao contrastar a celeridade e flexibilidade das empresas com a “absoluta ausência de capacidade do poder público de atender à demanda crescente [de vagas]” (FELÍCIO, 2009). Nessa visão, a resposta adequada ao rápido aumento da população prisional não seria uma deliberação sobre os efeitos da política de encarceramento em massa e sim o aproveitamento do potencial do setor privado para catalisar a expansão do Estado Penal. Além de possuir maior capacidade de investimento na construção de novas unidades prisionais, as empresas conseguiriam diminuir a “burocracia” e morosidade do poder público na contratação de funcionários e manutenção de equipamentos:

[Gestor do sistema penal:] É praticamente impossível demitir um funcionário público que comete um abuso contra um preso. Além disso, não há recursos para a construção de presídios porque os custos são elevados, na base de R\$ 40 mil por vaga. Decidimos criar uma PPP que deixasse nas mãos da iniciativa privada a construção e a administração do presídio enquanto tomamos conta da obrigação constitucional de administrar a execução da pena (SCOFIELD JR., 2012a).

[Gestor do sistema penal:] Se quebra uma torneira, eles trocam logo. Num presídio do Estado, tem de haver licitação e, quando a torneira chega, dez já estão quebradas. Em relação às outras unidades, elas estão muito avançadas (FERNANDES, 2007).

[Gestor do sistema penal:] Um agente penitenciário corrupto, se for público, no máximo é transferido. Se for privado, é demitido na hora. Há quem diga que custam mais, mas isso só acontece porque oferecem mais (FERNANDES, 2007).

Cabe ressaltar que, nesse período, o enquadramento da racionalidade de mercado não foi aplicado exclusivamente para promover a privatização. Assim, o modo de operação das empresas virou alvo específico de contestação. Na defesa do modelo, as empresas já contratadas pelas gestões estaduais fizeram promessas ousadas sobre os benefícios da sua implementação. Segundo um sócio da empresa Reviver, a população local ganharia com a prisão privada enquanto “fonte importante de empregos e geração de renda” (BARBIERI, 2008c). E, de acordo com um representante da Yumatã na Bahia, apesar dos baixos salários, a qualidade dos serviços não seria afetada, tendo em vista a grande demanda pelas vagas (BARBIERI, 2008c). Essa última afirmação desconsidera totalmente as evidências registradas no capítulo anterior sobre a incidência dos mesmos tipos de corrupção e abusos de poder nas prisões privadas tanto quanto nas públicas. Diante dessas contradições, alguns poucos interlocutores passaram a apontar os efeitos negativos da privatização: “são duas as principais desvantagens de terceirizar: o custeio é mais alto e os funcionários ficam mais vulneráveis porque ganham menos” (DINIZ, 2006).

Com o surgimento de evidências de que, na prática, a privatização carcerária não geraria tanto custo-benefício, o debate sobre as implicações financeiras para o Estado ganhou força. Os críticos do modelo questionaram até que ponto a delegação da administração prisional para as empresas privadas seria um uso consistente do dinheiro público. Em algumas falas, esses interlocutores estabeleceram comparações com outras políticas públicas, para dimensionar o investimento do Estado nesse arranjo e problematizar se os detentos seriam mais merecedores do auxílio financeiro da população brasileira do que os alunos das escolas públicas ou outras populações vulneráveis.

[Gestor do sistema penal:] O mais difícil foi aferir a composição de custos dos contratos. Um preso do sistema privado custa em média R\$ 3 mil mensais, o que daria uma despesa anual de R\$ 21 bilhões (quase um Bolsa Família) ao erário se o modelo englobasse toda a população carcerária brasileira (FERNANDES, 2015).

[Funcionário de prisão pública:] Pelo contrato com a Verdi no projeto, as 1.800 novas vagas nos presídios custariam R\$ 9 milhões por mês, com cada detento custando R\$ 4.850 mensalmente. É um alto preço que a população paga desnecessariamente. Um aluno do sistema público de educação custa isso para o governo? (SOUZA, N., 2013).

[Político:] Quero saber porque [sic] estão sendo gastos milhões, se o presídio [do Agreste, administrado pela empresa Reviver] não está com sua capacidade máxima. O dinheiro do povo está sendo jogado fora e por isso quero que os contratos sejam investigados (FARIAS, 2014).

Nessa visão, não seria justo que os “cidadãos de bem”, contribuintes de impostos, sustentassem os culpados de ter cometido crimes. Essa perspectiva revela que, mesmo na ausência de um grande escândalo, já havia polêmica sobre a noção equivocada de que a privatização carcerária representaria um alívio do ônus financeiro para o Poder Público.

Em resposta, os defensores da política retrataram o alto custo como um “investimento” alinhado com o interesse público de construir uma sociedade mais segura:

[Gestor do sistema penal:] Hoje, um preso que está aí, ele custa cerca de R\$ 1,5 mil por mês. Com o novo sistema ele vai custar R\$ 2 mil. Nós entendemos que isso é um investimento. Isso vai propiciar ressocialização. Se ele é lá ressocializado ele vai voltar melhor e nós vamos baixar os índices de reincidência criminal (ADMINISTRAÇÃO..., 2014).

[Representante da indústria de prisões privadas:] Só que esses custos não levam em conta os devidos investimentos na construção do presídio. [...] Um valor mais correto seria de R\$ 2.500 por preso (LACERDA; KATTAH; PAES MANSO, 2008).

Assim, quando confrontados com fatos sobre a implementação efetiva da privatização em diversos estados, os proponentes começaram a misturar a racionalidade de mercado com outros argumentos sobre a suposta reabilitação mais eficaz do preso e o nível superior de segurança nas prisões privadas. Sob a ótica do cidadão e do governante como “investidores”, a privatização seria um empreendimento capaz de gerar retorno tanto concreto (na forma do ex-detento ressocializado) como intangível (maior sensação de segurança).

2.5.2 “Cinco estrelas” (Direitos humanos)

Em comparação com o período anterior, o enquadramento de direitos humanos apareceu nas reportagens deste período de forma mais equilibrada – das 96 falas em que esse tipo de argumento foi detectado, 40 (42%) foram a favor da privatização, enquanto 41 (43%) foram críticas ao modelo. Isso sugere que, com base na experiência de privatização em diferentes estados, tornou-se mais difícil mobilizar os princípios de direitos humanos para defender a entrada do setor privado na administração prisional. Ao mesmo tempo, a persistência do uso deste enquadramento para apoiar a privatização revela seu duplo potencial para convocar ou desviar a atenção da população de questões políticas e jurídicas.

Neste período, a Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto (PIJC), em Santa Catarina, foi caracterizada como a “prisão dos sonhos de qualquer detento” (FUCS, 2014). Segundo os repórteres, a prisão era conhecida entre os encarcerados como “creche”, “spa”, “colônia de férias” e “cinco estrelas”, destacando-se “pelo tratamento humano e pela perspectiva de reintegração social que oferece, por meio da educação e do trabalho” (FUCS, 2014). Um dos poucos detentos citados nos jornais chegou a descrever a cogestão como uma “conquista história dos presos” (SALGADO; MANDL, 2008a), reforçando a ideia de que a privatização seria capaz de superar o caos dos “complexos estatais, verdadeiros depósitos desumanos de gente” (EMPRESAS..., 2012).

Em artigo publicado pela revista *Época* (do Grupo Globo) em 2014, foi adotado um tom subjetivo para retratar a penitenciária catarinense como um local que o cidadão comum quase teria prazer em visitar:

[Jornalista:] O êxito de Joinville tem a ver, em boa medida, com as boas condições da prisão. As celas têm, no máximo, quatro presos, acomodados em dois beliches. Quase todas têm TV, muitas de LCD, consideradas mais fáceis de vistoriar e mais difíceis de usar como esconderijo. As instalações são limpas. A comida é melhor que na média das prisões brasileiras. No último dia 21 de maio, o jantar, servido no final da tarde, tinha como prato principal uma porção de arroz e uma “minifeijoada”. Parecia apetitoso. Ao chegar lá, os novos presos costumam ser tratados de forma respeitosa pelos funcionários, segundo relato dos próprios presos. Na “eclusa”, como é chamada a área de triagem, eles cortam o cabelo e recebem o uniforme e o kit de higiene pessoal, com papel higiênico, pasta de dente, escova de dente, aparelho de barbear e sabão em pedra. Surpreendentemente, não há filas intermináveis de visitantes nos portões. As visitas podem ser feitas uma vez por semana, em qualquer dia. São agendadas com antecedência por telefone. Para as visitas íntimas, também limitadas a uma por semana, há dez quartos com cama de casal, radiorelógio e banho quente (FUCS, 2014).

O texto parece indicar que o setor privado seria a única opção para tornar realidade esse nível de estrutura, organização e conforto que “[prepararia] o preso para o retorno à sociedade”

(ESPÍRITO..., 2012). Na mesma linha, outras falas enfatizaram o potencial do modelo privado para assegurar os direitos “básicos” dos presos:

[Político:] Temos um caos no sistema carcerário. Um bandido, por mais terrível que seja, não pode ficar nas condições sub-humanas em que fica hoje. Devemos privatizar presídios para cuidar disso aí. Tem dado certo no mundo e no Brasil (LOYOLA, 2014).

O *marketing* da privatização que visava transmitir uma imagem de preocupação com o tratamento dos detentos não tomou como exemplo apenas a PIJC. Em Minas Gerais, um jornalista registrou a sua avaliação do Complexo Prisional Público-Privado em Ribeirão das Neves nas páginas da revista *Valor Econômico* (do Grupo Globo):

[Jornalista:] As instalações do Complexo Prisional Público-Privado, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, são limpas, as celas têm no máximo quatro ocupantes, a alimentação é balanceada e nos fins de semana familiares podem esperar a hora da visita em um amplo e arejado salão com cadeiras ergonômicas. Junto com essa mudança nas condições de vida no presídio, vieram regras mais rígidas, com maior controle de drogas, a proibição de fumar, a ausência de celular, e, inclusive, celas sem televisão (SOUZA, M., 2013).

Nessa fala, a “limpeza” da prisão privada novamente ganha destaque, mas o que salta aos olhos é a menção de elementos secundários como a “alimentação balanceada” e as “cadeiras ergonômicas” da sala de visitas. Além disso, a escalada das medidas disciplinares é apresentada de forma pouco crítica, como se fosse mais um aspecto relacionado ao tratamento “justo e humano” dos criminosos. Esse retrato diverge do relato da Pastoral Carcerária (2014, p. 103) que verificou o uso de algemas de forma excessiva na unidade, podendo “gerar revolta e colocar em risco a segurança tanto de presos quanto dos agentes”.

A apropriação contínua do enquadramento de direitos humanos pelos proponentes da privatização não passou despercebida por interlocutores do mundo acadêmico. Por exemplo, o professor Conrado Hübner Mendes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) argumentou que havia uma falta de senso crítico na cobertura midiática desse período:

[Professor universitário:] Sobre essa controvérsia as reportagens nada disseram. Nenhuma pergunta sobre os riscos jurídicos, nenhuma suspeita sobre as vantagens financeiras, nenhum olhar desconfiado em relação à extravagante fonte de lucro escolhida pelos parceiros privados. Ao comprarem, passivamente, a imagem da hotelaria prisional, sonegaram ao público a possibilidade da reflexão crítica. Antes que embarquemos nesse modelo, porém, precisamos testá-lo com maior clareza do que está em jogo. [...] O monitoramento, pela mídia, dos novos modelos de gestão prisional é essencial para avanços concretos. Para tanto não se pode deslumbrar precipitadamente com a retórica da inovação gerencial ou com atos de marketing político (MENDES, 2013).

Outros procuraram deixar claro que a oposição à privatização não implicaria tolerância diante das condições insalubres das prisões públicas, mas representaria uma preocupação com a possível perversão da administração da pena:

[Representante de grupo de direitos humanos:] Sou contra a prática, apesar do estado lastimável dos presídios públicos no Brasil. Vejo um potencial grande de corrupção, como políticos que são cooptados por indústrias de armamentos e que podem ser cooptados por empresas de administração de presídios. Além disso, quando o sistema prisional vira um negócio, há uma tendência de endurecimento da legislação para aumentar a população carcerária, o que vai no sentido contrário do que estão fazendo países mais desenvolvidos, de estabelecer punições alternativas ao encarceramento (SCOFIELD JR., 2012b).

Por último, alguns poucos relatos evidenciaram a variabilidade na qualidade dos serviços prestados pelas empresas privadas, bem como as limitações da redução dos quadros contratados para trabalhar nas prisões. Por exemplo, após visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, o senador João Capiberibe (PSB) comentou que:

[Político:] O que encontramos ali foi um depósito de seres humanos. Não é uma penitenciária. É um local degradante e sub-humano, sem qualquer higiene. Há até paciente mental no local, que não deveria estar ali. É um lugar sem regra. Em todos os pavilhões há pouquíssimos agentes penitenciários. Esse é o resultado da privatização (ÉBOLI; VIVIANI, 2014).

Essas últimas falas reforçam a importância do enquadramento de direitos humanos para apresentar uma perspectiva mais crítica no debate sobre privatização. Contudo, o baixo número de ocasiões em que foram registradas neste período reflete a posição subalterna desse discurso em relação à lógica da racionalidade de mercado, além do espaço privilegiado dado a episódios pontuais que serviram para reiterar a superioridade das prisões privadas na disponibilização de estrutura e atendimento aos presos.

2.5.3 “Se fosse boa, os EUA não teriam tão poucas unidades privatizadas”⁵ (Internacional)

O uso deste enquadramento se manteve estável em relação ao período anterior, sendo detectado em 16% das falas. Divididas de forma equiparada entre as perspectivas positiva e negativa frente à privatização, as falas evidenciam uma percepção cada vez mais apurada das deficiências da gestão privada das prisões nos Estados Unidos e citam exemplos de outros países para sinalizar a necessidade de cautela na elaboração dos contratos e acordos que iriam reger essa nova prática penal:

[Representante de grupo de direitos humanos:] Sou simpático ao tema das parcerias público-privadas a depender do contrato de gestão. Temos uma experiência americana de privatização de presídios que foi um desastre, acabou criando o mercado do encarceramento e agenciou mais prisões para preencher vagas em cadeias privadas. Temos também a experiência da Inglaterra, com um conceito de administração prisional que foi um sucesso e garantiu remuneração para os donos do negócio a partir da queda dos indicadores de reincidência. Então, dependendo do conceito de

⁵ FERNANDES, 2007.

pagamento que tu vais ter do negócio, pode funcionar muito bem, desde que o contrato de gestão promova uma execução penal decente (SOPRANA, 2016).

2.5.4 “Com ares futuristas” (Segurança)

As menções à segurança interna das prisões privadas em algumas das falas supracitadas ilustram a crescente relevância desse enquadramento. Antes desse período, a questão da segurança era abordada de forma superficial, restringindo-se a afirmações genéricas sobre a superioridade da gestão privada na diminuição do nível de violência e do número de fugas entre os detentos. Com a implementação do modelo em diversos estados, o tema passou a ser inserido no debate de forma mais detalhada, porém visando justificar os custos elevados da privatização.

É possível notar semelhanças entre as falas que utilizaram esse enquadramento e aquelas baseadas no discurso dos direitos humanos. Por exemplo, também houve relatos em primeira pessoa buscando impressionar o leitor com a caracterização da estrutura das prisões privadas:

[Jornalista:] O investimento em segurança foi alto. Colchões antichamas, lâmpadas de baixa voltagem e paredes sem tomadas para que nenhum celular seja recarregado são medidas de segurança. Duas torres funcionam como centrais de monitoramento e recebem imagens de quase 300 câmeras dia e noite. Das torres são disparados os comandos para abertura e fechamento de portões, funcionamento ou não de energia elétrica e dos chuveiros (PRIMEIRA..., 2013).

[Jornalista:] Nas celas já prontas da unidade, que será entregue em dezembro, os catres (no máximo quatro por cela) são de chapa de aço inteiriça. Os vasos sanitários, de aço inox, com um sistema de sucção que evita que os presos escondam ali algum objeto vetado. Para minimizar que os presos tentem fugir por túneis, o piso das celas tem duas camadas de concreto de 15 cm e, entre elas, uma chapa de aço de sete polegadas. O circuito fechado de TV terá 1,6 mil câmeras, sensores de movimento e temperatura. Na entrada de cada unidade, será instalada um *bodyscan*, o que a GPA aposta ser a melhor forma e evitar a entrada na prisão de telefones ou armas. Portões e portas das celas terão sistema eletrônico de abertura (SOUZA, 2012).

[Jornalista:] Sistemas digitalizados para abrir portas, sensores de calor para detectar movimentos, pisos de celas feitos com uma estrutura semelhante à do Banco Central, colchões que não produzem chamas e paredes sem tomadas para que celulares não possam ser carregados. [...] Com ares futuristas, a primeira penitenciária construída por meio de uma PPP (parceria público-privada) do país, em Ribeirão das Neves [Minas Gerais], recebeu nesta sexta-feira (18) seus primeiros 75 presos (BANDEIRA, 2013).

Apesar destas falas serem neutras em relação à validade da privatização em si, o nível de detalhamento oferecido nas matérias acentua a imagem das prisões como estabelecimentos modernos e seguros que apenas as empresas seriam capazes de implementar no sistema penitenciário brasileiro.

Por outro lado, a fim de tranquilizar os leitores desconfiados de que as prisões privadas ofereceriam “regalias” aos detentos, os interlocutores que recorreram à questão da segurança

procuraram reafirmar que a disciplina e a rigidez fariam com que “em nenhum momento os presos [deixassem] de se sentir numa prisão” (FUCS, 2014). Para este fim, em várias falas de gestores públicos e representantes de prisões privadas, o descontentamento dos encarcerados foi apresentado como um ponto positivo:

[Gestor do sistema penal:] É caro, mas não há fugas, rebeliões e a disciplina é mais rígida. [...] Tanto que os presos preferem ir para penitenciárias administradas pelo Estado, que não têm tantos recursos, mas têm moeda de troca como cigarros e um sistema menos severo (BARBIERI, 2008a).

[Advogado:] O presidente da comissão de assuntos carcerários da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Minas Gerais, Adilson Rocha, diz que a rigidez incomoda alguns presos, que “reclamam”. “O preso chega lá [na prisão da PPP] e é apresentado a um planejamento de trabalho, de estudo, tem atendimento médico”, diz ele. “As condições são mil vezes melhores, mas lá não está entrando nada de droga, não podem fumar em nenhuma parte da prisão, estão sem celular, sem TV nas celas, enquanto no resto do sistema prisional eles conseguiam tudo isso”, diz Rocha. “Muitos não estão se adaptando” (SOUZA, M., 2013).

Assim, o enquadramento de segurança proporcionou aos defensores da privatização uma maneira de demonstrar seu compromisso com a proteção da sociedade em geral, uma vez que “a preocupação [seria] com a redução da criminalidade [...] [pois] não estamos aqui para passar a mão na cabeça dos presos” (FUCS, 2014). Nessa visão das prisões privadas como nova referência para a promoção da segurança pública, os altos custos do modelo estariam justificados (neste caso sem maior contextualização sobre o cálculo das taxas de reincidência – uma métrica notoriamente difícil de medir):

[Representante da indústria de prisões privadas:] O custo dos presos nas penitenciárias administradas pela iniciativa privada varia em torno de R\$ 3 mil, enquanto os presídios federais gastam entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil por preso, incluindo o custo da construção dos presídios. Os índices de reincidência no crime, entre presos advindos das penitenciárias públicas, são em torno de 60%, enquanto entre as penitenciárias administradas pela iniciativa privada a taxa cai para cerca de 15% (SCOFIELD JR., 2012b).

Na ausência de grandes escândalos, a segurança foi, portanto, um contraponto para os argumentos baseados nos direitos humanos dos detentos, tornando a privatização palatável para um leque mais amplo de interlocutores.

2.5.5 “É uma falácia que o Estado não sabe administrar nada” (Responsabilidade do Estado)

Tal como em períodos anteriores, a questão da delegação da administração penal do Estado foi relegada a um segundo plano no debate sobre privatização: o enquadramento apareceu em apenas 9% das falas e foi utilizado principalmente para criticar o modelo:

[Professor universitário:] Há uma ideia firmada de que o Estado não sabe administrar nada, o que é uma falácia. A prerrogativa da garantia da segurança é do Estado pela

Constituição, então, não se pode colocar o sistema prisional, que faz parte disto, em mãos privadas (SCOFIELD JR., 2012b).

Contudo, vale considerar a maneira como um representante da GPA respondeu ao argumento supracitado:

[Representante da indústria de prisões privadas:] É uma prestação de serviço como qualquer outra. A argumentação de que não se pode privatizar o sistema carcerário porque lida com vidas humanas não resiste a uma análise do que ocorre diariamente no Brasil. Se a lógica fosse válida, não poderíamos ter hospitais e escolas privadas, porque garantir Saúde e Educação de qualidade são prerrogativas de governo (SCOFIELD JR., 2012c).

Ao equiparar o sistema penal a outras esferas de atuação do poder público, rejeita-se a relevância das discussões acadêmicas e jurídicas que salientam o potencial para a aplicação de violência pelos gestores prisionais como marcador da singularidade dessa função do Estado.

Em suma, a análise exemplifica a persistência da racionalidade de mercado como o principal enquadramento utilizado para discutir a privatização carcerária nos jornais, apesar de ter registrado maior equilíbrio entre as falas dos proponentes e dos críticos do modelo. Nesse período, a defesa da privatização mostrou-se extremamente flexível, valendo-se de argumentos baseados em enquadramentos diferentes de acordo com o contexto e o perfil do leitor. Seja nos posicionamentos explícitos dos conselhos editoriais ou nos relatos das visitas realizadas por jornalistas às unidades prisionais, a cobertura dos três jornais estudados foi caracterizada por um olhar favorável à proposta da privatização. Essa postura se tornaria mais difícil de sustentar no período seguinte, que se inicia de forma sangrenta com o massacre ocorrido no COMPAJ no estado do Amazonas na virada do ano de 2017.

2.6 Privatização após massacre no Amazonas (2017-2019)

Em coluna publicada em *A Folha de São Paulo* poucos dias depois da chacina, o jornalista Fábio Zanini (2017) observou que “Manaus agora talvez [obrigasse] a uma nova recalibragem do discurso”. Somente no recorte correspondente aos últimos três anos, no contexto de uma privatização “desmoralizada” (DAMASCO, 2017), a perspectiva negativa com respeito à privatização superou a positiva em termos do número de falas. De um total de 399, 163 (41%) foram negativas, em comparação com 138 (35%) positivas. Entre os jornais, *O Estado de São Paulo* e *A Folha de São Paulo* veicularam um número menor de falas (22% e

20% do total, respectivamente), mas uma proporção maior destas foi negativa (51% em ambos os casos). A cobertura de *O Globo*, por sua vez, foi responsável por quase 6 de cada 10 falas registradas neste período, distribuídas de maneira equiparada entre as perspectivas (34% positiva e 34% negativa).

Em termos das fontes citadas nas reportagens, os jornalistas ainda ocuparam o primeiro lugar no número de falas, mas observou-se a crescente relevância de políticos – desde deputados e governadores já eleitos, até candidatos na eleição presidencial de 2018. O número de falas divulgadas por este tipo de interlocutor aumentou de 6% para 15% nesse período, sendo 70% das mesmas favoráveis à privatização. Essa proporção traduz o destaque sem precedentes do modelo em campanhas eleitorais e plataformas políticas, impulsionando sua expansão.

Também aumentou a presença de representantes das prisões privadas na discussão sobre o assunto, totalizando 15% das falas neste período (comparado com 9% entre 2005 e 2016 e 3% entre 1999 e 2004). Isso se deve em grande parte ao fato da empresa Umanizzare ter sido efetivamente obrigada a se defender no tribunal da opinião pública, por meio da divulgação de notas declarando que “A empresa cumpre integralmente os termos dos contratos assinados com o Governo do Estado do Amazonas, demonstrando, por meio de relatórios, todo o conjunto de serviços prestados nas seis unidades prisionais sob regime de cogestão” (HISAYASU, 2017).

Diante desse cenário, surge na cobertura uma nova fonte de informação: os promotores de órgãos públicos como o Ministério Público de Contas do Amazonas e o Ministério Público do Tocantins. Embora só tenham sido responsáveis por 8% das falas, seus pronunciamentos sobre a fiscalização dos contratos firmados pelos estados com as empresas privadas deram maior visibilidade às contradições destes arranjos. Por exemplo:

[Promotor:] O governo do estado paga à Umanizzare R\$ 4.709,78 por mês por preso que está no Compaj [sic], “sem a devida contrapartida de serviços proporcionais, inclusive por presos extras, que respondem por superlotação carcerária, denotando assim intolerável conflito de interesses empresarial e má aplicação do dinheiro público” (STOCHERO, 2017).

Finalmente, mesmo no contexto de um escândalo que deveria ter estimulado maior debate sobre a privatização, grupos de direitos humanos foram responsáveis por apenas 6% do total das falas documentadas neste período. O baixo número de contribuições desse tipo de fonte remete àquilo que Preston e Silke (2011, p. 56 *apud* BOYLE, 2016, p. 45, tradução nossa) denominaram “silêncios significativos”, isto é, a tendência da mídia a priorizar narrativas e fontes mais alinhadas com a agenda do mundo de negócios.

2.6.1 “O Estado ainda é refém deste contrato” (*Racionalidade de mercado*)

Neste período, a racionalidade de mercado permaneceu o enquadramento mais comum, aparecendo em 59% das falas. Diferentemente dos períodos anteriores, contudo, sua utilização teve mais conotações negativas (38% das falas com este enquadramento) do que positivas (33%).

Segundo essa visão, o episódio no COMPAJ teria sido resultado da gestão ineficiente da Umanizzare, que permitiu um “descontrole de segurança” apesar de ter “presos que custam mais do que em outros estados” (RESK; TOLEDO, 2017a). Assim, a experiência do Amazonas serviria como advertência sobre as promessas de maior custo-benefício e segurança articuladas pelos defensores da privatização:

[Gestor do sistema penal:] Na prática, o modelo de terceirização que foi utilizado ali se mostrou mais caro, pois o custo individual do preso por mês ali no Compaj [sic] (Complexo Penitenciário Anísio Jobim) era de aproximadamente R\$ 4,3 mil, e com diversas falhas. Evidentemente, quando você tem a morte de 60 pessoas dentro de uma unidade que deve ser gerida pelo Estado, isso é um indicativo de que não funcionou bem. No caso concreto, este modelo de privatização parece não atender ao que se espera de um modelo de padrão para a gestão prisional (PIRES, 2017).

A explosão de violência no COMPAJ também demonstrou que as prisões privadas não eram imunes aos confrontos entre organizações criminosas tão comuns nos estabelecimentos públicos. À luz dessa nova preocupação, alguns interlocutores passaram a questionar os salários baixos e a facilidade de substituição da mão-de-obra nos presídios sob gestão privada pela fragilidade que representariam para o sistema.

[Representante de grupo de direitos humanos:] [...] o modelo trará custo extra, por embutir o lucro das empresas sobre um serviço que o Estado já paga. “E vai mercantilizar um sistema que não pode trabalhar na lógica da oferta e procura”, diz. [...] Ele alerta para o risco do contato entre empresas privadas e facções criminosas. “Como o estado pode transferir para uma empresa privada o controle do crime organizador dentro dos presídios?” (RODRIGUES, 2018).

[Advogado:] [...] acredita que as empresas buscam o lucro e tendem a precarizar a formação dos trabalhadores nos presídios, o que pode ampliar o despreparo de agentes (BATISTA, 2019).

Porém, as empresas não foram o único alvo das críticas baseadas nesse enquadramento. Contrariando o pronunciamento do então presidente Michel Temer de que “não [teria havido] uma responsabilidade objetiva, clara e definida dos agentes estatais” (ZANINI, 2017), algumas fontes argumentaram que o massacre também se deveria a falhas do Poder Público.

[Professor universitário:] Além das cenas bárbaras que remontam à Idade Média, as carnificinas nos presídios brasileiros revelam um problema crônico da administração pública brasileira: a incapacidade de gerenciar contratos de concessões de serviços públicos à iniciativa privada. [...] Outro aspecto que chama a atenção negativamente no caso amazonense é o desenho contratual inadequado, uma vez que o modelo adotado para remuneração do ator privado, por interno custodiado, não impõe freios à superlotação carcerária, minando assim as possibilidades de uma operação prisional

segura e capaz de promover programas de reinserção social dos internos (CABRAL, 2017).

[Político:] O Estado ainda é refém deste contrato. A partir do momento que nós tenhamos realizado o concurso e preparado os agentes penitenciários, aí o sistema voltará por inteiro para a mão do nosso Estado. [...] O Estado falhou naquele momento. Sem nenhuma dúvida, o povo sabe disso. Há uma percepção clara com relação a esta situação. O importante é que medidas foram tomadas para nunca mais isso ocorra (HISAYASU, 2017).

Dessa forma, a chacina no COMPAJ estimulou uma reavaliação importante sobre a delegação da gestão prisional para entidades privadas. No entanto, os questionamentos relativos aos custos, às práticas de recrutamento e às condições estabelecidas nos contratos de licitação pouco contribuíram para contestar a legitimidade já atingida pela privatização carcerária. Sob o enquadramento da racionalidade de mercado, o simples aprimoramento dos instrumentos contratuais seria capaz de tornar a privatização uma alternativa novamente atraente e aceitável para a população. Essa lógica gerencialista contribuiu para o esvaziamento da dimensão política do assunto, materializada em falas como a de um representante da Secretaria de Administração Prisional, três dias após os acontecimentos no COMPAJ:

[Gestor do sistema penal:] a empresa apresenta relatórios de atividades desenvolvidas, previstos em contrato. [...] [Não vejo] problemas na prestação dos serviços ao estado” (BERTA; HERDY, 2017).

A resposta do setor público foi quase idêntica à da própria Umanizzare, procurando minimizar a magnitude do problema e descartar a necessidade de um debate mais ponderado sobre a adequação do modelo ao contexto brasileiro.

[Representante da indústria de prisões privadas:] [...] a empresa vem cumprindo todas as suas obrigações contratuais. [...] Estamos prestando todos os serviços previstos nos nossos contratos de cogestão e somos fiscalizados diariamente através do Ministério Público. Existem promotores da Vara de Execução Penal verificando item a item (desses termos). Para nós, isso é ótimo (RIBEIRO; DANTAS, 2019).

Em nível federal, o DEPEN preferiu não se posicionar sobre a legitimidade da privatização e limitou-se a oferecer uma perspectiva pragmática baseada em considerações financeiras:

[Gestor do sistema penal:] “O Depen [sic] não estimula essas alternativas de gestão, mas entende que ela é uma saída para Estados que, por questões fiscais, estão limitados para contratar pessoal”. [...] [Ainda] que os custos sejam maiores nos formatos de cogestão e PPP, como não incidem sobre os gastos com pessoal das máquinas públicas, limitados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, esses modelos podem ser opção para alguns Estados (MENA, 2017a).

Após esse baque temporário, o esforço para implementar a privatização carcerária foi retomado com mais potência do que nunca. Em primeiro lugar, os defensores enfatizaram que a atuação da Umanizzare no Amazonas era um caso isolado e que a aplicação de incentivos fiscais garantiria o sucesso do modelo em outros estados.

[Jornalista:] O projeto de privatização de presídios colocado em prática nos governos tucanos em Minas Gerais vem dando certo a um custo por prisioneiro que é praticamente a metade do que custa o de Manaus, por exemplo (PEREIRA, 2017b).

[Jornalista:] Não há carcereiros, mas monitores, que trabalham com colete, sem armas letais. Os policiais, com armamento pesado, estão nas muralhas e no entorno do complexo. A segurança, em qualquer ocorrência, é feita pela [Polícia Militar], que faz a escolta dos presos – ações previstas no contrato da PPP. Os administradores têm de prestar contas bimestrais ao governo e são avaliados permanentemente: têm de manter o bom desempenho em 380 indicadores avaliados por consultoria independente. Em caso de irregularidades, estão sujeitos a multas, suspensão de pagamentos e podem até perder a concessão (BERGAMASCHI, 2017a).

Como mencionado no início desta seção, os políticos se tornaram protagonistas do *marketing* da privatização como solução para os problemas do sistema penitenciário. Por exemplo, o candidato à presidência, João Amoêdo, justificou o alto custo da privatização com base nas supostas economias geradas a longo prazo:

[Político:] Quando o assunto foi sistema prisional, o presidenciável disse que é preciso trabalhar muito na repressão e no encarceramento que “é mais barato”. Ele defende parcerias público-privadas para a construção de presídios. Amoêdo citou o exemplo de presídios administrados por PPP em Minas Gerais, onde o custo por detento é alto [sic] mas, segundo ele, eficaz. “O índice de socialização é mais alta [sic]. Você gasta uma vez e não gasta duas para trazer ele de volta”, explicou (O IDEAL..., 2018).

Dessa maneira, a fala do presidenciável representa uma espécie de “adaptação” do argumento sobre o baixo custo da privatização para um novo contexto que já dispunha de números concretos sobre os repasses efetuados às empresas privadas. No caso do Amazonas, por exemplo, a Umanizzare havia se tornado “a principal recebedora de recursos do estado” (GONÇALVES, 2017).

Contudo, nem todos os políticos de centro ou direita aderiram a esse ponto de vista. Segundo Rodrigo Garcia (DEM), atual vice-governador de São Paulo, nos presídios a serem administrados pela iniciativa privada “o custo por preso [teria] que ser necessariamente menor do que o estado gasta hoje. ‘As empresas vão lucrar na eficiência dos serviços prestados, na diminuição dos seus custos desses serviços’” (LINHARES, 2019). Assim, estabeleceu-se a faixa de preço como indicador determinante do “êxito” da privatização, sem considerar as possíveis consequências de uma redução de custos para o nível de capacitação dos agentes e o subsequente tratamento dos presos (conforme destacado pela Pastoral Carcerária).

Apesar das preocupações levantadas, na visão de João Doria, governador de São Paulo, “não [haveria] nenhuma situação de risco de nenhuma espécie” (RODRIGUES, 2019). Assim como em períodos anteriores, o argumento de que a privatização carcerária representaria a entrada do sistema penal brasileiro na modernidade ia “ao encontro da defesa de um Estado mais eficiente” (RODRIGUES, 2018) e não do sucateamento do mesmo, como alegado por

alguns oponentes. Segundo o atual governador, a inauguração de presídios construídos com “forma arquitetônica e engenharia de primeiro mundo”, sob gestão da iniciativa privada, beneficiaria a sociedade em geral, liberando o orçamento paulista de obrigações como a aposentadoria dos agentes penitenciários (RODRIGUES, 2019):

[Professor universitário:] Com essa guinada na condução da política penitenciária, haverá economia e maior eficiência na construção e manutenção das unidades prisionais, possibilitando alocar a sobra de recursos em educação, saúde, infraestrutura, além da própria segurança pública (TUCCI JUNIOR, 2018).

Dessa maneira, não obstante a polêmica das despesas com a privatização no Amazonas, o enquadramento da racionalidade de mercado continuou sendo instrumental na defesa do modelo, criando “um ambiente para que as empresas se sintam atraídas a participar desse processo” (NEIRA, 2018).

2.6.2 “Mais violência, mais presos; mais presos, maior o faturamento” (Direitos humanos)

Dada a maneira como a violência no COMPAJ expôs o fracasso da gestão privada da unidade prisional, teria sido razoável esperar que o enquadramento de direitos humanos ganhasse mais relevância no debate sobre a privatização carcerária nos anos subsequentes. Com base nos números analisados, no entanto, parece que não foi levada a cabo a “recalibragem do discurso” imaginada por Zanini. Além de uma diminuição na proporção geral de falas com este enquadramento (passou de 29% a 24%), os direitos humanos voltaram a ser invocados com mais frequência pelos defensores da privatização – 49 falas (51% do total) vs. 40 (42%). Essa tendência reforça não só a marginalização dos questionamentos políticos sobre a privatização, como também a apropriação do apelo aos direitos humanos para legitimar o modelo.

Dito isso, é importante reconhecer que a cobertura do massacre pelos jornais deu espaço a fortes críticas aos efeitos da privatização. Na seguinte fala, por exemplo, repreende-se o descaso do Governo do Estado e da Umanizzare, que permitiram a deterioração das condições de segurança no COMPAJ:

[Jornalista:] O que aconteceu em Manaus foi um absurdo. Uma empresa privada administrando o presídio e deixar da maneira como estava. Já deveria ter sido encerrado o contrato. Não adianta privatizar e deixar naquele estado, sem fiscalização nenhuma, com celas superlotadas e pessoas jogadas como animais (PEREIRA, 2017a).

Em reportagem publicada em *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, a colunista Adriana Carranca interrogou a pressuposta compatibilidade entre o propósito ressocializador da pena e a estratégia de negócios das empresas privadas de gestão prisional. A conclusão da matéria é

um contra-argumento para a ideia de que o custo-benefício prometido pelas empresas (potencial ou real) seria motivado por uma preocupação com o interesse público:

[Jornalista:] A privatização dos presídios funciona assim: cria-se uma empresa em que a principal missão (reabilitar os presos, com o objetivo de reduzir a reincidência e, assim, melhorar a segurança pública), em última instância, levaria a mesma empresa à falência. É um modelo de negócios que só funciona se as prisões continuarem cheias e os ex-internos, voltando... Nas mãos do setor privado, no entanto, a lógica é reversa: o investimento em programas de reabilitação de presos não implica apenas em mais gastos, como em menos ganhos no longo prazo, já que estes presos não retornariam ao sistema. Há óbvio conflito de interesses e implicações éticas na privatização dos presídios. A primeira: a responsabilidade do setor privado não é com a sociedade, mas com os investidores. Mais violência, mais presos; mais presos, maior o faturamento (CARRANCA, 2017a; CARRANCA, 2017b).

O seguinte comentário do professor de Direito Constitucional da Universidade Federal de Minas Gerais, José Luiz Quadros de Magalhães, apoiou essa perspectiva e foi além, chegando a questionar o uso da prisão para reabilitar infratores da lei:

[Professor universitário:] Acho muito perigoso, porque está mexendo com uma atividade privada, que envolve lucro, ou seja, o objetivo de uma empresa privada é o lucro, ela vive do lucro. Se não tiver lucro, ela fecha. E esse lucro depende do encarceramento. E encarceramento depende da criminalidade. Nós temos que esvaziar essas penitenciárias de outra maneira. Temos que ter políticas inteligentes de combate à criminalidade, de combate às drogas e outra forma de ressocializar essas pessoas porque presídio não ressocializa ninguém (MG..., 2017).

Diante de críticas como estas, a Umanizzare adotou uma postura proativa e divulgou várias declarações preparadas para reafirmar o seu compromisso com a ressocialização dos detentos. O fato de a empresa ter preferido publicar comunicados de imprensa em vez de conceder entrevistas reflete a sua preocupação com a definição da narrativa e o esforço de “controle de danos” para sustentar a sua legitimidade. Os jornais, que não citaram nenhum detento em primeira mão, anexaram às suas reportagens várias dessas notas na íntegra, dando à Umanizzare amplas oportunidades para defender-se com base em argumentos sobre os aspectos humanizadores da sua gestão:

[Representante da indústria de prisões privadas:] Seguindo como exemplo de instituições em países onde até 80% dos detentos podem ser reabilitados, a Umanizzare acredita que para reabilitar, além de boas condições físicas, o detento precisa de atividades que ofereçam um futuro de volta à sociedade. Por isso, investe em ações e projetos para o melhor bem-estar e otimização do atendimento aos detentos, bem como às suas famílias (AFFONSO; MACEDO, 2017a).

[Representante da indústria de prisões privadas:] A empresa informou ainda que as unidades em regime de cogestão com o Estado executam “uma série de programas e projetos” além do previsto em lei, que buscam a reeducação e ressocialização dos presos. Destacou ainda que a estrutura oferecida pela empresa, “bem como os programas desenvolvidos nas suas unidades, não permitem [sic] comparação com valores praticados nos presídios geridos exclusivamente pelo poder público, já que nessas unidades o preso geralmente não dispõe de tais atividades e estrutura”. Destaca ainda que “cada unidade prisional possui um custo específico, variando de acordo com o tamanho da unidade e o tipo de regime: aberto, semiaberto e fechado” (RESK; TOLEDO, 2017a).

Este enquadramento continuou a ser utilizado pelos defensores da privatização para elogiar a PPP em Minas Gerais e estabelecer o bem-estar do preso como objetivo central da futura implementação do modelo no estado de São Paulo. Numerosas vezes a “experiência mineira” foi apresentada como contraponto à situação do COMPAJ, com menções à infraestrutura disponibilizada aos detentos: “salas de aula, oficinas de informática e de trabalho, núcleo de saúde e projetos de ressocialização” (RIBEIRO; RESK, 2019). Segundo o senador Aécio Neves, essas “condições humanizadas” seriam fundamentais para a reintegração do preso uma vez cumprida a sentença (AÉCIO..., 2017a). No caso da trajetória da proposta no estado de São Paulo, o enquadramento de direitos humanos foi fortemente utilizado na mais recente campanha em favor da privatização. De acordo com o secretário de Administração Penitenciária, Coronel Nivaldo Restivo, por exemplo:

[Gestor do sistema penal:] “Nosso modelo é focado na ressocialização do apenado, oferecendo a ele condições de trabalho, que, hoje, apenas 25% da população carcerária tem”, disse Restivo. A PPP, segundo ele, seria para “a operação completa do presídio, mas com ênfase nesse binômio trabalho e educação como forma de preparar o indivíduo para seu retorno à sociedade” (RIBEIRO; RESK, 2019).

Dessa forma, mesmo após um escândalo que pôs em xeque a capacidade do setor privado de garantir os direitos dos presos, a privatização das prisões foi justificada e legitimada com base em argumentos dessa natureza. Perante um Estado incapaz de fornecer oportunidades de trabalho e educação a uma população carcerária cada vez mais numerosa, espalhou-se no debate público a ideia de que, não obstante alguns “tropeços” pontuais, as empresas privadas conseguiriam reverter esse quadro, tornando-se referências do tratamento humanizado dentro da prisão.

2.6.3 “Na prática, não funciona” (Segurança)

Dadas as circunstâncias que levaram ao episódio de violência no COMPAJ, não é surpreendente que neste período o enquadramento de segurança passasse a ser utilizado com mais frequência do que o de direitos humanos (29% das falas vs. 23%, respectivamente). Em termos numéricos, porém, chama atenção seu uso prioritário para defender a privatização (49 falas, 42% do total) mais do que para criticá-la (40 falas, 34% do total).

Na cobertura dos jornais sobre questões de segurança nas prisões privadas, verificam-se dois debates principais. O primeiro trata da atribuição de responsabilidade pelas falhas que levaram à matança no COMPAJ. Segundo o pesquisador Ítalo Lima, da Universidade Federal

do Amazonas, “o trabalho do agente penitenciário foi precarizado” como resultado das práticas de recursos humanos da Umanizzare (MENA, 2017a). Nesse contexto:

[Professor universitário:] O contingente de funcionários, mal remunerados e sem treinamento, é baixo, o que piorou a segurança interna das prisões, com denúncias de tortura. [...] Agora, vivemos a falência do sistema já privatizado, cuja solução não será de curto prazo (MENA, 2017a).

Essa perspectiva expressa por uma fonte proveniente da esfera acadêmica foi respaldada pelo posicionamento do Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, que declarou que:

[Gestor do sistema penal:] A responsabilidade vai ser analisada pela força-tarefa que realiza a investigação, mas o presídio é terceirizado. De cara, basta verificar que houve falha da empresa. Não é possível que entre armas brancas e de fogo na unidade prisional. [...] Quem tem a responsabilidade imediata e quem tinha de verificar a entrada das armas é a empresa que fazia a segurança (GESTORA..., 2017; URIBE, 2017).

A Umanizzare, em contrapartida, argumentou que “a lei explicita, sem dar margem a dúvida, a contenção de rebeliões como prerrogativa exclusiva do poder público” (COMANDO..., 2017). Assim, segundo os termos do contrato que “contempla serviços como limpeza, fornecimento de alimentação, assistência material, acompanhamento jurídico e monitoramento eletrônico”, a empresa não podia ser responsabilizada pela não aplicação do uso da força para garantir a segurança da unidade (CUSTO..., 2017). Ou seja, a falta de precisão sobre a divisão de responsabilidades dentro da prisão permitiu que o debate ficasse em aberto, já que não houve um entendimento claro sobre a origem das fragilidades que levaram à chacina: se foi a estratégia geral da privatização na esfera penal ou o fracasso de uma gestão específica (seja por parte da Umanizzare ou pelo próprio governo do Amazonas).

O segundo debate centrou-se na futura implantação de unidades prisionais sob gestão privada em nível estadual. Ao mesmo tempo que o Palácio do Planalto citou a “superlotação, a necessidade de criação de vagas e a baixa capacidade de investimentos dos estados” para justificar o modelo (VENTURA, 2019), em São Paulo, o vice-governador Garcia admitiu que os detentos que ocupariam esses novos presídios teriam que ser “de baixa periculosidade, para evitar que as cadeias privadas também [fossem] dominadas por facções criminosas” (RIBEIRO; RESK, 2019). A declaração provocou críticas que sublinharam as consequências negativas dessa fragmentação do sistema prisional. Nesse sentido, por mais que a seleção dos detentos contribua para que a prisão privada não se transforme em uma “escola do crime” (LINHARES, 2019), trata-se de “uma forma de premiação que torna outros presídios ainda mais superlotados” (BATISTA, 2019). De acordo com várias fontes, tal mecanismo invalidaria o uso de futuras comparações com o sistema público para legitimar a privatização. Por exemplo, Renato de Vitto, ex-diretor do DEPEN, argumentou que “Sem superlotação, com estas condições,

presídios estatais também teriam bons resultados, talvez com custos menores” (BATISTA, 2019), enquanto Valdir João Silveira, coordenador nacional da Pastoral Carcerária, acrescentou que essa filtragem produziria “propaganda enganosa” sobre os motivos da redução do índice de reincidência criminal em prisões privadas (MENA, 2017a). Por fim, a professora Camila Nunes Dias, do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC, contestou a viabilidade da proposta, exigindo planos mais específicos dos governantes: “Vai ser por facção? Vai ser primário por reincidente? Vai ser por tipo penal? Na prática, não funciona” (RIBEIRO; RESK, 2019).

Embora menos expressivas em termos numéricos, as falas críticas à privatização ganharam espaço e força por meio do enquadramento de segurança nesse período. Como observado por Boyle (2016, p. 80, tradução nossa) na Nova Zelândia, “os escândalos não só puseram em xeque a legitimidade moral das prisões privadas, mas também levantaram suspeitas sobre a legitimidade instrumental da privatização”.

2.6.4 “Mais mito do que business” (*Internacional*)

Apesar da baixa utilização deste enquadramento no período (9% do total), a maioria das 36 falas transmitiu uma impressão negativa da privatização carcerária. Contra o pano de fundo do caso amazonense, tornaram-se mais relevantes ainda as evidências de falhas inesperadas do modelo em outros países, particularmente nos Estados Unidos. O conselho editorial de *O Estado de São Paulo* baseou-se nessas referências para aconselhar cautela ao novo governo paulista:

[Conselho editorial:] Com origem nos Estados Unidos, a privatização de estabelecimentos penais, por mais importante que seja para aliviar os vultosos gastos do poder público com o sistema prisional, é uma iniciativa que tem de ser implementada com cuidado. [...] Diante disso, se de um lado vale a pena experimentar uma nova política para uma das áreas mais problemáticas da administração pública, de outro é preciso tomar cuidado para evitar que ocorra nos presídios paulistas o que aconteceu com algumas prisões americanas privatizadas (AS PPPS..., 2019).

Em coluna de opinião no mesmo jornal dias após o episódio no COMPAJ, o professor José Eduardo Faria (2017) da Faculdade de Direito da USP caracterizou a experiência americana como “mais mito do que *business*”, considerando o “fracasso em matéria de redução da reincidência criminal, incorporação de egressos das prisões ao mercado de trabalho e redução de custos na gestão de estabelecimentos penais”.

Essas falas refletem a maneira como a invocação do exemplo dos Estados Unidos perdeu força como ferramenta discursiva para defender a implementação da privatização no

Brasil. Se nos anos 90 o modelo norte-americano era elogiado como “solução já vitoriosa” (MANOEL, 1993), o mesmo passou a servir como advertência para a possibilidade de “tragédias anunciadas” tais como as matanças no COMPAJ em 2017 e 2019 (FIGUEIREDO, 2017).

2.6.5 “Não há uma normativa nacional nesse aspecto” (*Responsabilidade do Estado*)

Conforme foi discutido em relação a outros enquadramentos, o escândalo do COMPAJ deu novo vigor ao debate sobre a indelegabilidade da gestão prisional para o setor privado. Mesmo tendo aparecido em apenas 9% das falas deste período, observou-se mais nuance nos argumentos sobre essa questão.

A violência cometida dentro da prisão levou alguns interlocutores a reafirmar que só o Estado teria a legitimidade para se responsabilizar pela administração da pena:

[Promotor:] A responsabilidade da construção de presídios e da gestão penitenciária (o episódio de Manaus, ao que parece, sepultou a equivocada ideia de privatização de presídios, ao menos no que se refere à segurança interna) é do Poder Executivo, assim como a eventual existência de leis excessivamente duras (o que, para dizer o mínimo, é discutível) é do Poder Legislativo. Ao Judiciário cabe apenas ser célere nas decisões (LIMONGI, 2017).

[Professor universitário:] O abandono da questão penitenciária pelo Estado chega a tal ponto em que ele quer se despir dessa obrigação. O poder de punir é elemento essencial do Estado, assim como não se pode privatizar a Justiça (RAMALHO, 2017a).

Segundo outras fontes, apesar de o COMPAJ estar sob a gestão “ineficiente” da Umanizzare, “é necessário destacar também as responsabilidades do Estado” (AFFONSO, 2017a). Ao ser multada pelos acontecimentos, a Umanizzare argumentou que o Estado teria operado a partir de uma “equivocada interpretação [do] papel do Estado e da empresa privada no modelo de cogestão no sistema prisional” (SILVA, 2017). A senadora Vanessa Grazziotin (2017), do Partido Comunista do Brasil, também afirmou que “a chacina ocorreu por absoluto descaso do governo com o sistema prisional e é de sua inteira responsabilidade, a qual não pode ser terceirizada ou privatizada”.

No final das contas, em termos do debate jurídico e constitucional, a privatização tem permanecido em uma espécie de “área cinzenta”. Conforme reiterado pelo professor da Faculdade de Direito da USP Alamiro Velludo Salvador Netto em reportagem de *O Globo*, “Não há uma normativa nacional nesse aspecto. A Lei de Execução Penal também não prevê absolutamente nada” (RAMALHO; GARCIA, 2017). Em consequência, o modelo tem

persistido apesar do acúmulo de evidências sobre as falhas de sua implementação, tanto no Brasil quanto em outros países.

Embora as chacinas no COMPAJ tenham levado alguns observadores a caracterizar a ideia da privatização carcerária como “sepultada” e “desmoralizada”, as falas de políticos de diversos partidos e de gestores do sistema penal têm contribuído para que o modelo persista como uma alternativa viável na discussão sobre reformas penitenciárias no Brasil. Por mais que este período fosse o primeiro em que a cobertura dos jornais veiculou mais falas negativas do que positivas, também chama atenção a facilidade com que o enquadramento de racionalidade de mercado continuou definindo os termos do debate sobre a legitimidade da privatização, efetivamente silenciando as vozes que procuraram problematizar suas “implicações éticas”. Segundo o discurso neoliberal, um fator-chave na prevenção de futuras “crises” como a do estado do Amazonas residiria não em uma reavaliação crítica da estratégia de encarceramento em massa, mas no simples aprimoramento dos instrumentos contratuais que regulam a atuação das empresas privadas no sistema prisional.

2.7 Conclusão

Ao compilar reportagens dos três principais jornais do Brasil sobre a privatização carcerária desde os anos 1980, essa análise procurou determinar em que medida o *agenda-setting* e o enquadramento das notícias sobre o tema seguiu “padrões persistentes e politicamente relevantes” (ENTMAN, 2007, p. 164, tradução nossa), delimitando os parâmetros do debate público.

De forma geral, as fontes com maior destaque ao longo dos quatro períodos ocupavam posições de autoridade, seja na transmissão de informações (jornalistas), na definição de prioridades políticas (gestores do sistema penal público, políticos, etc.) ou no *marketing* para aumentar a visibilidade do modelo (representantes da indústria de prisões privadas). Como resultado, a cobertura exemplifica a tendência de a mídia assumir uma perspectiva “predominantemente ‘establishment’ do mundo” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 49, tradução nossa), influenciada pelo interesse dos jornalistas em manter acesso a fontes da elite empresarial e política (BELL, 1991). Dessa maneira, os achados reforçam o papel da mídia como “uma das

instituições mais eficazes quanto à inculcação de ideias em relação a grupos estrategicamente reprodutores de opinião, caracterizando-se como pólos de poder” (FONSECA, 2011, p. 50).

A forte presença desses atores contribuiu para uma avaliação positiva da proposta da privatização carcerária, especialmente no início do debate, em que a maioria das falas citadas era favorável ao modelo. Além de transmitir um senso de urgência que ajudou a legitimar a implantação de prisões privadas como medida emergencial, a cobertura dos jornais amplificou o vocabulário da racionalidade de mercado. Ao estabelecer a fria consideração de questões processuais e orçamentárias como ponto focal do debate, garantiu-se a durabilidade e supremacia retórica desse enquadramento, independentemente dos resultados da privatização na prática. Isto é, a lógica neoliberal que define o interesse público em termos de conceitos como “eficiência” e “custo-benefício” predominou tanto nas afirmações dos empresários sobre o potencial efeito benéfico do incentivo ao lucro no sistema prisional, quanto nas queixas e na indignação de funcionários públicos sobre o alto custo por preso e a improbidade contratual identificada após episódios de violência.

A análise das falas também comprovou que argumentos políticos e jurídicos contrários à privatização nunca tiveram o mesmo nível de status e visibilidade nas reportagens documentadas. No caso das preocupações sobre os direitos humanos dos presos, embora os jornais abrissem espaço para perspectivas críticas em relação à gestão privada, utilizaram este enquadramento com certa seletividade. Por um lado, destaca-se a declaração do conselho editorial de *O Globo*, publicada em 2012, depreciando tais considerações como “preconceitos ideológicos” que “[contaminariam]” o debate e impediriam o progresso do sistema penitenciário brasileiro, como se a racionalidade de mercado constituísse uma simples abordagem técnica e não uma ideologia em si. De acordo com Fonseca (2011, p. 42), esse posicionamento estaria alinhado com o desejo de “ocultar” a própria influência da mídia na organização de interesses “sob o lema do ‘dever da informação, que seria ‘neutra’, ‘independente’, ‘apartidária’ e ‘a-ideológica’”. Por outro lado, o enquadramento de direitos humanos passou a ser invocado por defensores da privatização carcerária apesar das falhas comprovadas na gestão da empresa Umanizzare no Amazonas. Ou seja, na medida em que as premissas neoliberais se tornaram mais difíceis de sustentar, revelou-se um padrão duplo de julgamento. Embora fossem desprestigiadas as críticas baseadas nesse enquadramento, os jornais admitiram que os proponentes do modelo recorressem estrategicamente a ele, afirmando publicamente seu compromisso com a função ressocializadora da pena privativa de liberdade.

Em certos momentos, os enquadramentos da segurança das prisões e do cenário internacional também foram mobilizados para apoiar a privatização, especialmente em relação

aos avanços possibilitados pela infusão de capital privado na estrutura das unidades. A descrição dos equipamentos “futuristas” de vigilância inspirados pelo modelo estadunidense serviu como contraponto às promessas de assistência “humanizada” pelas empresas, para garantir que os presos não se esqueçam de sua condição de encarceramento. Com o passar do tempo, contudo, esses dois enquadramentos também iluminaram as deficiências da privatização na experiência norte-americana, expondo as transgressões e falhas cometidas pela gestão privada ao longo de sua implementação.

Em resumo, a análise das reportagens possibilitou a identificação dos principais enquadramentos e interlocutores na disputa pela legitimidade da privatização carcerária na grande imprensa brasileira. Porém, à luz das perguntas que motivam esta dissertação, chama atenção a ausência de argumentos neoconservadores alinhados com a corrente do populismo penal que comprovadamente existe na opinião pública. Tendo em vista o destaque conferido nos jornais à racionalidade de mercado na base do pensamento neoliberal, não surpreende que houvesse menos espaço para um enquadramento do tema em termos moralistas. Ao mesmo tempo, isso não quer dizer que o discurso neoconservador não tenha influído na trajetória cultural da privatização no país. O capítulo a seguir investigará o papel das mídias sociais na formulação do debate público sobre o tema, com atenção especial para a possível interação entre os enquadramentos neoliberal e neoconservador.

3 O DEBATE NO FACEBOOK

3.1 Relevância das mídias sociais

Neste capítulo, serão analisados os debates que ocorreram no Facebook em relação a três postagens na página do Senado Federal do Brasil que convidaram os usuários da plataforma a opinar sobre o PL 513/2011 e a possível adoção de PPPs para a administração prisional. Entende-se necessário reconhecer o papel importante da Internet e das mídias sociais na produção e disseminação de conhecimento e “ignorância” na esfera pública, assim como na criação de novas oportunidades para interação e embates discursivos. Enquanto a comunicação em massa tradicional tende a ser unidirecional (do emissor ao receptor), a Internet representa uma forma de “auto-comunicação em massa” que dá mais autonomia e influência aos próprios usuários na construção e transmissão de mensagens, símbolos e opiniões para uma comunidade virtual que transcende fronteiras geográficas e culturais (CASTELLS, 2009). O crescente acesso a diversas fontes de informação *online* também impacta no desenvolvimento de políticas de segurança pública na medida em que a comunicação virtual traz um imediatismo capaz de aumentar o senso de urgência em relação ao problema da criminalidade, bem como às falhas do Estado na manutenção do controle social (RAMOS, 2014). Além disso, o fato de as pessoas se apropriarem das mídias sociais como palco para divulgar suas próprias opiniões torna a esfera *online* cada vez mais dinâmica e determinante na circulação de discursos que influem na compreensão comum de assuntos específicos (RAMOS, 2014). Ainda assim, lembra Castells (2009), a auto-comunicação em massa possibilitada pela Internet não substitui nem a importância da comunicação interpessoal nem os efeitos de *agenda-setting* pela grande imprensa. Pelo contrário, todos esses meios se complementam no processo de mediação da informação que ocorre “dentro dos cérebros dos consumidores individuais e por meio de sua interação social com os outros” (JENKINS, 2008, p. 3, tradução nossa).

Além disso, enquanto a cobertura dos jornais estudados aqui tem servido para amplificar o discurso neoliberal, o fácil acesso e a pouca moderação das mídias sociais tende a permitir que forças conservadoras “pouco [expressivas] no próprio parlamento e na mídia tradicional, mas com forte capacidade de mobilizar o senso comum e as expressões de ódio e preconceito, [reúnam] pessoas dispersas e [avancem] na articulação de adeptos” (AMADEU DA SILVERIA, 2015, p. 229). Desse ponto de vista, os debates nas mídias sociais prefiguraram em certa medida a guinada conservadora que vem redefinindo a composição do sistema político do país. No caso do tema da segurança pública, portanto, seria nas mídias sociais que a

racionalidade expressa pela criminologia de si embate com o apelo emocional da criminologia do outro. Ademais, diferentemente das reportagens mais sólidas publicadas nos principais jornais, a comunicação social *online* está marcada pelo uso de “memes” para promover explicações simplistas da realidade (AMADEU DA SILVEIRA, 2015). A sua ampla repercussão nas mídias sociais é emblemática da “auto-comunicação em massa”, na medida em que representa “um padrão de informação produzido na memória de um indivíduo e capaz de ser copiado para a memória de outro” (HEYLIGHEN, 1999, p. 418, tradução nossa). Como resultado, é preciso reconhecer o potencial dos memes na formação de opiniões por meio de sua repetição e onipresença em fóruns *online*, bem como considerar quais lados do debate se beneficiam com a aplicação dessa estratégia.

Esse potencial para a manipulação leva certos autores a questionar se é possível estudar a opinião pública como um todo autônomo e coerente. Bourdieu (2003, p. 235), por exemplo, argumenta que a pesquisa de opinião representa um “instrumento de ação política” que promulga a “ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais”. No contexto do controle da criminalidade, Tonry (2004, p. 37, tradução nossa) afirma que “não é a opinião pública *per se* que resulta em políticas mais duras, mas as propostas e posturas dos políticos e a cobertura sensacionalista do crime pela mídia que levam a mudanças na opinião pública”.

Essas críticas importantes apontam a necessidade de estabelecer ressalvas para a análise a ser realizada a partir de dados das mídias sociais. Qualquer representação do público é “necessariamente parcial e incompleta” (MANZA; BROOKS, 2012, p. 91, tradução nossa) e “se não se quiser renunciar à ideia de opinião pública, é preciso aceitar o fato de que não há uma definição universal nem do público nem da opinião pública” (SPLICHAL, 2012, p. 31, tradução nossa). Assim, o termo adequado talvez seja “opinação em público”, já que “ênfatiza a dinâmica dos processos de (trans)formação de opiniões em grande escala, em contraste com a condição relativamente estática de uma opinião individual” (SPLICHAL, 2012, p. 31, tradução nossa). Nessa linha de pensamento, por mais que a natureza assíncrona das interações diferencie esse debate *online* de uma discussão presencial, a inclusão do nome completo (de acordo com os Termos de Uso da plataforma) e a possibilidade de “marcar amigos” introduz um elemento de “gerenciamento de impressões” pelo qual os usuários aproveitam o fórum virtual para a “construção social do eu” e para “sinalizar a filiação e a diferenciação entre diversos grupos sociais” (WAISBORD, 2016, p. 11, tradução nossa). À luz disto, o estudo das mídias sociais não pretende registrar nem uma opinião pública “autêntica”, nem representativa,

mas sim propiciar um entendimento dos embates discursivos em fóruns cada vez mais relevantes e influentes para a evolução da identidade social.

Com o uso do Facebook como ferramenta de pesquisa, postula-se que o crescimento dessas plataformas proporciona uma “oportunidade gigante, mas em grande parte inexplorada, para a sociologia da mídia” (POOLEY, 2014, p. 224, tradução nossa). A página oficial do Senado Federal é emblemática dessa tendência, com 3,2 milhões de “curtidas” em abril de 2020, cada uma das quais representa um “seguidor” que recebe notificações sobre cada postagem nova. Por ser uma página pública, qualquer um dos milhões de usuários brasileiros do Facebook pode deixar comentários nas postagens, enquanto internautas não-logados apenas conseguem visualizar esses comentários. No entanto, há que reconhecer a probabilidade de os comentaristas não serem representativos da população brasileira como um todo, já que a restrição do universo a usuários da Internet pode excluir um número considerável de membros dos grupos mais marginalizados e vulneráveis da sociedade (PRICHARD ET AL, 2015). Além disso, houve uma certa “auto-seleção” dos indivíduos que chegaram a responder às postagens no Facebook, pela qual uma série de variáveis omitidas mantêm “velados” os possíveis vieses na definição dessa amostra de usuários, possivelmente, mais politizados, engajados ou opinativos do que o cidadão médio. Finalmente, desnecessário será dizer que não se pode estabelecer relações de causalidade entre os padrões identificados na cobertura pelos jornais e as opiniões manifestadas pelos internautas, já que não há como comprovar que qualquer uma dessas pessoas teve contato com os artigos analisados no capítulo anterior.

À luz dessas limitações, a divisão numérica entre os comentários a favor e contra a privatização carcerária interessa na medida em que indica as tendências gerais no fluxo desses debates espontâneos e não como veredicto definitivo sobre a aceitação do modelo pela população brasileira. Da mesma forma, os comentários não serão tratados por meio de uma análise minuciosa da sintaxe dos argumentos e afirmações articulados por indivíduos específicos (tal como foi feito no capítulo anterior), mas sim por meio de “leitura distante” dos enquadramentos e discursos prevalentes no espaço dinâmico das mídias sociais. Segundo Moretti (2013, pp. 48–49, tradução nossa), essa abordagem “permite pôr o foco em unidades muito menores ou maiores do que o texto: dispositivos, temas, tropos – ou gêneros e sistemas”. Como reforça Waisbord (2016, p. 7, tradução nossa), isto nos deveria lembrar “das limitações do atomismo individual para fornecer análises nuançadas e abrangentes sobre a mídia e adverte os estudos da mídia sobre o constante impulso de reduzir a análise a fenômenos individuais”.

Portanto, os comentários a serem analisados aqui geralmente serão aqueles com maior número de “curtidas”, já que isso implica maior visibilidade (por padrão, o Facebook ordena a

seção de comentários por “popularidade”) e uma repercussão que transcende a expressão de uma opinião individual (independentemente da possibilidade de esses comentários serem impulsionados artificialmente).

Antes de entrar na análise do debate, entretanto, vale discutir brevemente as questões éticas envolvidas no uso de dados advindos das mídias sociais. Dada a preocupação das ciências sociais com o consentimento informado de participantes, Eysenbach e Till (2001) enfatizam a importância de considerar se os comentários foram feitos em um espaço público ou privado. Segundo o Central de Ajuda do Facebook (2019), há pouca dúvida sobre a natureza dessas comunicações, já que

As Páginas do Facebook e os grupos públicos são espaços públicos. Qualquer pessoa que puder ver a Página ou o grupo conseguirá ver sua publicação ou seu comentário. Em geral, quando você publica ou comenta em uma Página ou grupo público, uma história pode ser publicada no Feed de Notícias e em outros locais dentro ou fora do Facebook.

A empresa também avisa aos usuários que os comentários feitos nesses espaços ficam “acessíveis a qualquer pessoa que use nossas APIs [Application Program Interface]”. No presente estudo, extraiu-se os comentários por meio da Graph API fornecida pelo próprio Facebook, algo que não pode ser feito com comunicações nos espaços privados da plataforma, tais como perfis pessoais, grupos fechados e mensagens diretas. Portanto, conforme argumenta Walther (2002, pp. 206–207, tradução nossa),

[...] se a investigação envolver a coleta ou análise de dados existentes (documentos ou registros) quando essas fontes estiverem publicamente disponíveis, isso também qualifica a pesquisa para isenção de seres humanos. [...] Qualquer pessoa que utilize sistemas de comunicação publicamente disponíveis na Internet deve estar ciente de que esses sistemas são, na base e por definição, mecanismos de armazenamento, transmissão e recuperação de comentários.

Apesar da inaplicabilidade neste caso da questão da obtenção do consentimento de milhares de usuários do Facebook, optou-se por tomar medidas para manter a privacidade dos autores dos comentários citados a seguir. Por um lado, a saída do anonimato ao publicar um comentário faz com que

[...] a revelação de indícios da identidade do autor de algum dado analisado, como a URL de seu perfil ou uma frase identificável, não [signifique] violar o anonimato, mas simplesmente copiar sua identidade de uma situação pública (a web) para outra (um artigo acadêmico)” (WILKINSON; THELWALL, 2011, p. 397, tradução nossa).

Por outro lado, concordamos com Ess (2007 *apud* WILKINSON; THELWALL, 2011) que a abordagem metodológica mais adequada seria alterar a redação para que os comentários não sejam encontrados em sites de busca. Logo, os textos a seguir se encontram parafraseados para simultaneamente preservar o sentido do texto original e dificultar a identificação do autor.

3.2 “E você? O que acha?” – As postagens do Senado Federal

Entre março de 2016 e setembro de 2017, o Senado Federal (2016a, 2016b, 2017) publicou três postagens referentes ao debate em curso no Congresso sobre a regulamentação de PPPs para a administração de prisões que, somados, receberam aproximadamente 4.800 comentários e mais de 5.400 compartilhamentos (Figura 1).

Figura 1 – Postagens do Senado Federal sobre o PL 513/2011

Postagem 1, 10/03/2016

Postagem 2, 26/09/2016

Postagem 3, 17/09/2017

Fonte: Facebook

Há diferenças sutis entre as postagens em termos da linguagem utilizada para apresentar o tema da privatização carcerária. O primeiro faz referência ao Projeto de Lei em tramitação e solicita que os usuários declarem a sua posição sobre a administração de presídios pela iniciativa privada (a palavra “privatização” nem aparece). De fato, a grande maioria dos respondentes a essa postagem se posicionou sobre o assunto, com 90% dos comentários contendo um juízo de valor. As duas postagens posteriores deixam o assunto em aberto (“E você? O que acha?”), mas reformulam o contexto de uma forma capaz de influenciar a percepção dos usuários. Por exemplo, “em apuros” reforça a sensação de uma situação urgente que justifica a aceleração da implementação de medidas emergenciais como a privatização e a afirmação do “mau funcionamento” de “um gigantesco e caótico complexo de prisões” minimiza o papel das políticas de encarceramento em massa no agravamento desse cenário tão desafiador. Além disso, o uso da palavra “combatida” coloca os grupos de direitos humanos e juristas como adversários do interesse público em melhorar a funcionamento do sistema penal. Na terceira postagem, além de desconsiderar o massacre ocorrido meses antes, a eliminação da menção aos “juristas” pode dar a impressão de consenso sobre a constitucionalidade da privatização e destaca os ativistas dos direitos humanos como o único impedimento ao progresso. Seja qual for o motivo dessas mudanças nos termos de colocação da pergunta, vale considerar o possível impacto sobre os usuários.

Após a extração dos comentários pela Graph API, cada um foi analisado e classificado como “A favor” ou “Contra” a privatização carcerária. Quando o usuário não definiu sua posição sobre o tema, o comentário foi classificado como “Neutro”. Nos casos de usuários que deixaram múltiplos comentários, todos eles foram considerados na análise, já que cada um pode ter alcançado pessoas diferentes. Do total de 4.297 comentários distribuídos entre as três postagens, 3.175 (74%) expressaram um posicionamento em relação à privatização carcerária – 2.009 a favor (63%), versus 1.166 contra (37%). Na terceira postagem, a apresentação mais subjetiva aparentemente contribuiu para uma discussão menos focada no tema, já que apenas 63% desses comentários possuíram um posicionamento sobre a proposta de privatização.

Os comentários também foram categorizados em termos dos enquadramentos utilizados.⁶ Além das linhas de raciocínio definidas na análise dos jornais, foram identificados mais alguns argumentos recorrentes no debate no Facebook (Tabela 2):

⁶ O enquadramento de “Segurança” foi utilizado em apenas 3% dos comentários e, portanto, não será analisado.

Tabela 2 – Enquadramentos adicionais nos comentários do Facebook

Enquadramento	Descrição
Corrupção	Preocupação com práticas corruptas na implementação da privatização carcerária, incluindo: a) Entrada do crime organizado nas licitações sob falsos pretextos; b) Desvio de dinheiro público para políticos e seus “amigos”; e c) Suborno de juízes para garantir o maior número de mandados de prisão
Populismo penal	Refutação dos direitos humanos dos presos, uso de discurso inflamado e pejorativa para se referir a eles
Trabalho prisional	Argumento de que os presos devem trabalhar para pagar sua estadia na prisão, ressarcir a vítima, ou simplesmente para cumprir as premissas estabelecidas na LEP referentes ao trabalho prisional

Fonte: Elaboração própria

Dos comentários que tomaram uma posição sobre a privatização, pouco mais da metade (53%) não utilizaram nenhum enquadramento, limitando-se a uma declaração sucinta a favor ou contra a privatização. As proporções e a análise apresentadas a seguir incluirão *apenas* os 1.674 comentários que contêm um ou mais dos enquadramentos enumerados. O Gráfico 5 mostra a distribuição dos enquadramentos nesses comentários “válidos”:

Gráfico 5 – Distribuição dos enquadramentos, por postagem

Fonte: Elaboração própria

Após a identificação dos enquadramentos, utilizou-se o pacote “tm” do *software* estatístico R para converter o texto em um *corpus* de análise. A limpeza da base consistiu em transformar todo o texto em letras minúsculas, retirar a pontuação e palavras supérfluas (preposições, “favor”, “contra”, etc.) e manter apenas o tronco (*stem*) das palavras. Dessa maneira, tornou-se possível gerar nuvens de palavras para representar de forma visual os termos mais utilizados dentro de cada enquadramento. A seguir, os enquadramentos serão apresentados de acordo com a frequência registrada, em ordem decrescente.

3.3 “Governo e mercado são duas faces da mesma moeda” (Racionalidade de mercado)

Figura 2 – Principais palavras, Racionalidade de mercado

Fonte: Elaboração própria

Tal como na cobertura da privatização carcerária pela grande imprensa, a racionalidade de mercado aparece como o enquadramento mais frequente, presente em 26% dos 1.674 comentários incluídos na análise. O debate no Facebook também revela que, apesar das evidências contrárias oriundas da implementação do modelo no Brasil, este argumento retém um apelo intuitivo, já que 66% desses comentários o invocam para apoiar a entrada do setor privado na esfera prisional. Nesse sentido, os comentários exemplificam o fenômeno identificado por Sparks e Gacek (2019, p. 8, tradução nossa) pelo qual “A admiração da população pela iniciativa privada e a desconfiança em relação ao governo contribuem para uma suposição comum de que as prisões privadas obtêm os melhores resultados [...] do que suas contrapartes públicas”. Um dos comentários mais votados da primeira postagem demonstra essa crença na efetividade do incentivo ao lucro para garantir a eficiência e qualidade do serviço prestado na gestão prisional (287 curtidas, 31 respostas):

A favor! Tudo administrado pelo Estado não funciona direito ou serve para o contrário do que era para ser. Uma boa privatização dos presídios, com fiscalização forte por uma agência independente, será muito mais eficaz em assegurar um mínimo de dignidade humana. Só assim teremos uma ressocialização verdadeira dos detentos e menos corrupção envolvendo dinheiro público. Hoje em dia, vejo que muitas vezes o mercado e o governo são duas faces da mesma moeda. A diferença é que o governo rouba o dinheiro do povo de forma legal, e, portanto, não tem incentivo de prestar um bom serviço em troca. Se sentem protegidos pelo mandato de 4 anos e o povo mal consegue reclamar na justiça sobre as ineficiências do governo. Num mercado com ampla concorrência, se não se atende bem troca-se o prestador de serviço.

Segundo essa visão, a privatização aparece como a melhor escolha para uma sociedade que consome a segurança pública como bem de mercado, não só em termos do custo-benefício,

mas também do uso do dinheiro público e da prestação de serviços mais humanizados aos presos. Além disso, o estabelecimento de equivalência entre os setores público e privado em relação à suscetibilidade a abusos de poder e má conduta se alinha com a trajetória cultural de “paridade na punição” descrita por Burkhardt e Connor (2016, p. 88, tradução nossa), que “afirma que a identidade do ente encarregado de punir não tem implicações para os significados e interpretações da punição criminal”. Assim, a racionalidade de mercado continua como a força legitimadora mais visível no debate sobre a privatização carcerária no Brasil.

3.4 “Economicamente seria uma beleza, mas vamos refletir” (Corrupção)

Figura 3 – Principais palavras, Corrupção

Fonte: Elaboração própria

Não obstante o otimismo que caracteriza a racionalidade de mercado, muitos usuários refutaram a noção de que a privatização carcerária resolveria os problemas de corrupção. Como resultado, esse enquadramento se tornou o segundo mais utilizado (23% do total, sendo 83% desses contra a proposta). Um comentário que ganhou destaque na primeira postagem indica que essa preocupação surge, em parte, da percepção de uma falta de transparência sobre a contratação das empresas (384 curtidas, 94 respostas):

Completamente contra. Prisão é questão de justiça e não um negócio lucrativo para entidades privadas. Está na hora de parar com essa baixaria de delegar a gestão para empresas sem transparência nenhuma. O Estado tem condições de fazer o presidiário trabalhar – só não faz porque não quer.

Para outras pessoas, além de desconfiança nas motivações dos políticos, havia suspeitas mais específicas sobre as consequências da entrada de organizações privadas na gestão prisional. O seguinte comentário da terceira postagem mostra como a impressão de uma quase “inevitabilidade” de corrupção é capaz de anular o apoio à privatização segundo outros critérios (35 curtidas, 12 respostas):

Economicamente seria uma beleza, mas vamos refletir. O PCC e o Comando Vermelho têm advogados, policiais e tantos outros funcionários públicos trabalhando para eles, isso é um fato, igual somar 2 + 2. Qual seria a dificuldade de eles transformarem uma prisão privatizada em *resort* de proteção para seus membros? A ideia em si é boa e visa a diminuição do estado. Mas onde termina a gestão econômica e começa a corrupção? Difícil dizer. Infelizmente, o país não está preparado.

Finalmente, observou-se uma apreensão de que a subordinação da esfera penal à busca do lucro levaria a uma intensificação geral do encarceramento para garantir a lotação máxima das prisões e gerar rendimentos cada vez maiores. O comentário abaixo faz essa afirmação, sendo o mais votado da segunda postagem (843 curtidas, 117 respostas):

Grupos de direitos humanos já mostraram como prisões privadas vão ser altamente lucrativas para alguns e estimular o encarceramento de pessoas com crimes leves (na contramão das tendências de países desenvolvidos) Esqueceu de mencionar isso, Senado Federal.

A frequência considerável desse enquadramento nos comentários do Facebook sugere que o risco da corrupção e as consequências para a segurança pública e os cofres públicos ocupa um lugar central no imaginário social sobre o tema. Em contraste, essa questão apareceu esporadicamente na cobertura pelos jornais ao longo do período estudado e o escrutínio do comportamento das empresas gestoras de prisões privadas aumentou só a partir das revelações de violência no Amazonas. Dessa maneira, a maior relevância da corrupção no debate no Facebook reforça a ideia de que as mídias sociais merecem ser analisadas como esfera distinta (mas não isolada) da disputa pela legitimidade da privatização carcerária.

3.5 “A mudança deve ser focada no lado humano” (Direitos humanos)

Figura 4 – Principais palavras, Direitos humanos

Fonte: Elaboração própria

O enquadramento de direitos humanos apareceu em 17% dos comentários, principalmente para criticar a proposta (33% positivo vs. 67% contra). O seguinte comentário,

embora tenha recebido poucas curtidas, exemplifica a maneira como esse ponto de vista foi articulado no debate e mostra a proximidade desses argumentos com o enquadramento de “Responsabilidade do Estado” (4 curtidas):

Terminantemente contrário. O sistema prisional deve permanecer público e não privado. Cadeias devem ser centros de reabilitação social e não empresas lucrativas. A real mudança seria ter todos os detentos trabalhando dentro dos presídios e/ou fazendo cursos, com pelo menos uma parte dos custos sendo financiada pelo trabalho realizado pelos próprios detentos. Cadeia não é empresa, portanto a mudança deve ser focada no lado humano e não na busca de lucro.

Contudo, paradoxalmente, as preocupações sobre a conversão de presos em fontes de lucro e a desconfiança sobre a real capacidade e interesse das empresas em ressocializar os detentos perderam espaço no debate, uma vez que a redação do Senado Federal mencionou “direitos humanos”. No primeiro *post*, por exemplo, os usuários citaram os princípios dos direitos humanos com a mesma frequência que a racionalidade de mercado (24% dos comentários com enquadramentos). No terceiro *post*, porém, a frequência deste enquadramento diminuiu pela metade (12%). Isso demonstra o desafio significativo de reafirmar os direitos dos detentos perante um contexto social hostil, no qual o clamor dos detratores tem o efeito de abafar e marginalizar essas considerações na avaliação da medida em que a privatização carcerária opera em prol do interesse público.

3.6 “Deixar de tratar criminoso como coitadinho” (Trabalho prisional)

Figura 5 – Principais palavras, Trabalho prisional

Fonte: Elaboração própria

Esse enquadramento apareceu nas três postagens com a mesma frequência de direitos humanos (17%), com 92% desses comentários sendo a favor da proposta. De certa forma, o uso

desse argumento revela uma particularidade importante na compreensão comum do significado de “privatização” na esfera penal. Em vez de focar-se nas empresas às quais seria delegada a gestão prisional, esses usuários abraçam o Projeto de Lei pelas consequências para os detentos, que deveriam pagar por seu sustento no presídio, ressarcir a família da vítima do crime que cometeram, ou apoiar financeiramente a sua própria família.⁷ Nessa visão, a privatização realmente seria uma responsabilização dos presos em termos monetários, que alivia o ônus da “conta da bandidagem” sobre os orçamentos públicos e sobre os próprios contribuintes cumpridores da lei. Assim, a virtude do trabalho prisional não necessariamente seria a sua capacidade de “dignificar” ou ressocializar o detento, mas sim de transformar a frustração e a indignação da população em desejo de trabalho árduo que passa a representar a forma verdadeira de “pagar a dívida à sociedade”. Alguns dos comentários mais curtidos adotaram essa postura:

A favor, mas precisa mudar a Lei de Execução Penal e permitir o trabalho não remunerado de presidiários, eles têm que trabalhar para redução de pena e o sistema recebe pelos dias trabalhados como forma de ressarcimento [418 curtidas].

Concordo, preso deve trabalhar para pagar suas custas e os danos as pessoas e ao estado. O excedente deve ser repassado aos seus filhos e para melhorar as condições nas penitenciárias! [146 curtidas].

Nada administrado pelo poder público funciona efetivamente, sou a favor da privatização e colocar a vagabundagem para trabalhar, bancar os seus custos e indenizar as vítimas e familiares. [202 curtidas].

Como evidenciado por esse último comentário, esse enquadramento possui certa semelhança com o de “menor elegibilidade para privilégios” observado por Boyle (2016, p. 20, tradução nossa) no contexto da Nova Zelândia. Enquanto não foi tão presente nas falas veiculadas pelos jornais brasileiros, os usuários do Facebook entendem a “privatização” como eliminação da “mamata” e das “regalias” dos presos, bem como sinal que “acabou a festa” dentro das prisões:

Preso precisa trabalhar para custear a estada na prisão. Vamos deixar de tratar criminoso como coitadinho e fazer esse pessoal entender que prisão não é hotel. Pouco importa se isso é feito pelo estado ou passado para a iniciativa privada [23 curtidas].

Independente de público ou privado, preso tem de trabalhar e estudar na cadeia para comer e dormir. Se queima o colchão, fica sem! [15 curtidas].

⁷ Em geral, esses comentários se referem aos objetivos do Projeto de Lei 580/2015, do Senador Waldemir Moka (MDB), que atualmente está em tramitação no Senado e visa “[Alterar] a Lei de Execução Penal para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção no sistema prisional, mediante recursos próprios ou por meio de trabalho” (BRASIL, 2015).

Mesmo que esse enquadramento distorça alguns dos objetivos declarados da privatização carcerária, é justamente por essa razão que merece ser incluído neste estudo do debate público. Por um lado, os comentários revelam que um número considerável de usuários chegou a uma conclusão com base em informação incorreta ou preconceções equivocadas, o que tem implicações para a possível aceitação superficial da privatização pela população. Por outro lado, a ênfase na implementação do trabalho prisional como fonte de extração de valor aparentemente torna secundária ou até irrelevante a questão do tipo de organização que aproveita essa mão-de-obra.

3.7 “Brasil, caminhando na contramão da história” (Internacional)

Figura 6 – Principais palavras, Internacional

Fonte: Elaboração própria

Menções à privatização carcerária no cenário internacional apareceram em 14% dos comentários nas três postagens, com 76% desses sendo contra a proposta. O exemplo dos EUA evidentemente se destaca no imaginário popular como advertência das deficiências da gestão privada na esfera penal. De fato, a segunda postagem foi publicada um mês depois da declaração da subsecretária de Justiça dos EUA, Sally Yates, de que o país cessaria o uso de prisões privadas para abrigar detentos sob custódia federal, visto que “não oferecem o mesmo nível de serviços correccionais, programas e recursos [que as prisões administradas pelo governo], não apresentam redução significativa de custos e não mantêm o mesmo nível de segurança e proteção” (CORRÊA, 2016). Essa notícia, junto com outros casos que tiveram repercussão internacional, levou alguns comentaristas a rejeitar a implementação do modelo no Brasil (75 curtidas):

Os EUA estão tentando se livrar das prisões privadas, geradores de lucros e corrupção (um juiz foi condenado por condenar MILHARES de jovens devido à uma comissão que ganhava por fora). Brasil, mais uma vez, caminhando na contramão da história.

O destaque dado à experiência estadunidense também se deve em parte ao maior nível de acesso a informação e entretenimento possibilitado pela Internet e por serviços específicos como a Netflix, presente no país desde 2011. A revisão dos comentários sugere que tanto séries como *Orange is the New Black*⁸ quanto documentários como *A 13ª Emenda*⁹ tiveram um impacto sobre a consciência dos telespectadores sobre as possíveis consequências negativas da influência do incentivo ao lucro sobre o sistema prisional (29 curtidas, 16 respostas):

Vi um documentário sobre as prisões privadas nos EUA que me fez refletir um pouco. Lá tem a maior população carcerária do mundo e um motivo é que as empresas querem manter as prisões sempre lotadas. Tem muita gente presa até por não conseguir pagar uma dívida. No Brasil, essa pessoa iria para o SPC Serasa. Mas lá você vai preso por engano e não querem nem saber. Existe muita corrupção do governo com os donos das prisões. Lá, as penitenciárias não se preocupam com a reabilitação dos detentos, justamente para lucrar quando eles voltem novamente. Para fazer isso no Brasil, no mínimo a fiscalização precisa ser séria, honesta e justa.

Além das críticas à privatização baseadas no caso dos Estados Unidos, constatou-se outro argumento dentro deste enquadramento que situa o Brasil no contexto internacional de forma que reconhece o potencial do modelo para trazer melhorias, mas vê como barreiras intransponíveis a corrupção e incapacidade institucional de fiscalização efetiva (11 curtidas):

Contra. Com a corrupção já existente na gestão pública, imagina isso na privada. Já vimos os escândalos com construtoras, empresários, políticos. Na minha opinião, acho que infelizmente isso não rola em país como o Brasil. Até concordo que funciona em outros países, mas isso é outra cultura com outro grau de fiscalização e normas sociais. Locais que levam a corrupção e punição mais a sério que aqui.

Dessa maneira, aparentemente há uma parcela da população que não compartilha o entusiasmo de alguns interlocutores no debate nos jornais de que as prisões privadas contribuiriam para a ascensão do Brasil como país moderno e de “Primeiro Mundo”. Nessa visão, o peso de aspectos culturais enraizados e tornaria inválida a noção de “importar” uma solução para a questão penal que, em vez de implicar abdicação pelo Estado de suas responsabilidades, exigiria alto nível de supervisão e integridade que não corresponde à atuação histórica dos órgãos públicos no país.

⁸ A série produzida pela Netflix durou de 2013 a 2019 e se passa em uma prisão federal feminina de segurança mínima no Estado de Connecticut. Na quarta temporada, a transferência da gestão para uma empresa privada leva à superlotação da unidade, escassez de medicamentos e itens higiênicos e abusos de poder cometidos pelos agentes penitenciários.

⁹ O documentário de 2016 dirigido por Ava DuVernay e distribuído pela Netflix investiga o impacto de políticas de encarceramento em massa sobre a população afro-americana e discute a influência do *lobby* da indústria de prisões privadas na aprovação de nova legislação para criminalizar delitos menores e aumentar a duração das sentenças.

3.8 “Se é combatida pelos direitos humanos, sou a favor” (Populismo penal)

Figura 7 – Principais palavras, Populismo penal

Fonte: Elaboração própria

Considerando as três postagens, o discurso do populismo penal foi utilizado em 12% dos comentários com pelo menos um enquadramento, todos a favor da privatização. Contudo, é importante notar a quase inexistência desse discurso nos comentários à primeira postagem (2%), em que o Senado Federal não fez menção à oposição dos “grupos de direitos humanos”. Na segunda e terceira postagens, essa proporção aumentou para 14% e 18%, respectivamente – isto é, de 1 em cada 50 comentários para pouco menos de 1 em cada 5. Em resposta à terceira postagem, o seguinte comentário recebeu o maior número de curtidas (2.170) e respostas (198) de todo o período, o que evidencia a força dessa mobilização digital contra o conceito de direitos humanos universais: “Se os Direitos (dos Manos) [sic] Humanos é contra, então é porque vai funcionar!!! [sic], sempre que eles são contra algo é porque é bom!”

A repetição dessa mensagem e outras semelhantes fez com que se tornasse um mantra capaz de desestimular qualquer debate ou investigação que vá além de impressões superficiais (“Não li a matéria, mas se os direitos humanos são contra, deve ser bom”) e abriu espaço para declarações inflamadas para promover a sensação de divisões profundas e irreconciliáveis dentro da sociedade. Assim, esse enquadramento busca demarcar claramente quem deve se beneficiar da privatização das prisões: “população de bem e honesta”, “verdadeiros humanos”, “pessoas direitas” e, mais abrangente ainda, a “sociedade”, o “povo”, os “brasileiros”. Aqui, não são as promessas de custo-benefício ou maior eficiência que justificam a entrada do setor privado, mas a “ótima oportunidade” de manter isolados os “inimigos”, “criaturas”, “bandidos”, “pragas”, “vagabundagem” e “marginais”. Os grupos de direitos humanos, por sua parte, são caracterizados como “atrasando o país”, “[estragando] o Brasil”, “sanguessugas”, “instituição

de esquerda”, “de bandeira comunista”, “[trabalhando] a favor da marginalidade”, “canalha”, “porcaria” e “lixo”, já que “nem é gente”.

Assim, a invocação de preocupações políticas teve o efeito de inserir a questão da privatização em um território discursivo minado pelo populismo penal ao transformar o discurso dos direitos humanos em suposta defesa de “direitos de bandidos”. Conforme apontado por Caldeira (2003, p. 44), a desvalorização do conceito de direitos humanos de detentos tem implicações não só para a percepção da privatização no Brasil, mas também para a tolerância ante as condições insalubres e violentas de prisões públicas superlotadas, assim como a evolução de “uma sociedade muito mais desigual, na qual as noções de justiça e os direitos de cidadania são diretamente contestados, apesar do sistema político democrático”. Além disso, a presença do meme cínico sobre os defensores dos direitos humanos apoia a constatação de Amadeu de Silveira (2015) de que as os movimentos conservadores aproveitam as mídias sociais como veículo para a disseminação de discursos de ódio e preconceito. Nesse sentido, a inundação de mensagens moralistas e populistas no Facebook representa uma espécie de contraponto ao predomínio do discurso neoliberal nas reportagens da grande imprensa.

3.9 “Quem é que deixou a coisa chegar nesse ponto?” (Responsabilidade do Estado)

Figura 8 – Principais palavras, Responsabilidade do Estado

Fonte: Elaboração própria

Esse último enquadramento apareceu em 9% dos comentários, sendo 82% desses contra a privatização. A semelhança dessa proporção com aquilo que foi observado na análise dos jornais reforça a percepção de que essa perspectiva é mais restrita a círculos jurídicos e acadêmicos. Porém, essa questão evidentemente também foi fundamental para vários usuários

do Facebook. Além de citar documentos como a Constituição para reivindicar a garantia da segurança pública e o poder de punir como obrigações e responsabilidades indelegáveis do Estado, houve uma certa indignação ante o percebido descaso ou inércia do poder público frente a outros problemas sociais que perpetuam a desigualdade (educação, saúde, moradia, etc.) e que teria levado o Estado a buscar alternativas para a gestão do sistema prisional (297 curtidas):

“Em apuros diante da tarefa de gerir um gigantesco e caótico complexo de prisões”. Quem é que deixou mesmo a coisa chegar nesse ponto, Senado? Não foi o povo. Seja por falta de manutenção ou mesmo pela política de péssima educação dos governos federais e estaduais através das décadas. Vocês criaram o monstro e agora querem transferir dinheiro do contribuinte para a iniciativa privada.

Dessa maneira, além das questões jurídicas sobre a constitucionalidade da privatização, existe em parte da população um desejo por reformas que obriguem o Estado a resolver um problema que ele mesmo exacerbou por meio do recrudescimento das leis penais nas últimas décadas.

3.10 Conclusão

O levantamento dos comentários nas postagens do Senado Federal revelou semelhanças e diferenças em relação aos achados do capítulo anterior. Primeiro, a racionalidade de mercado emergiu mais uma vez como o enquadramento mais frequente para discutir a implementação da privatização carcerária no Brasil. O fato desse enquadramento ser utilizado majoritariamente para defender o modelo reforça a sua importância como fator determinante dos contornos de um debate público que tende a definir o “sucesso” em termos de indicadores de desempenho gerencialista e de retorno sobre o investimento. Além disso, tal como nas reportagens do período mais recente, os comentários também confirmaram a transformação na percepção do caso dos Estados Unidos, de um país na vanguarda da gestão prisional para um exemplo das armadilhas e consequências indesejadas da privatização.

Em contraste com as fontes citadas nas reportagens dos jornais, os usuários do Facebook se mostraram muito mais preocupados com o potencial para corrupção na administração prisional por entidades privadas, como também enfatizaram a importância do trabalho prisional como forma de “privatizar” a pena ao obrigar o detento a bancar sua estadia na prisão e aliviar o ônus dos “cidadãos de bem”. Finalmente, vale notar que o enquadramento de direitos humanos foi utilizado principalmente para criticar a privatização, o que difere do que foi detectado nas falas dos interlocutores mencionados nos jornais.

Contudo, o principal achado desta análise é a mobilização dos argumentos do populismo penal para refutar a relevância dos direitos humanos como critério para avaliar a privatização das prisões. Já que a maioria desses comentários não justificam a proposta em si, eles tendem a desempenhar a função de “reenquadramento diversivo” (*diversionary reframing*), processo que desvia a atenção de questões polêmicas por meio de uma mudança no foco do debate, questionando a legitimidade dos oponentes (FREUDENBERG; ALARIO, 2007, p. 161). Ao contestar a validade do próprio conceito de direitos humanos e, efetivamente, dos fundamentos da cidadania, o discurso do populismo penal incorpora tendências autoritárias latentes (ou evidentes) na sociedade ao debate aparentemente objetivo e racional sobre a privatização carcerária (segundo a visão neoliberal privilegiada pela grande imprensa). A depender do grau de tensão entre esses dois enquadramentos, a sua articulação contraditória pode ter consequências significativas para a trajetória futura das prisões privadas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo caracterizar e analisar a disputa pela legitimidade da proposta da privatização carcerária no debate público nos principais jornais do Brasil, bem como no novo espaço das mídias sociais. Ao identificar os principais interlocutores e enquadramentos utilizados nesse embate, foi possível traçar a trajetória cultural da privatização até o presente momento e iluminar a maneira como o interesse público vem sendo moldado com o passar do tempo. Em particular, conforme delineado na introdução, o levantamento desses dados permitiu examinar até que ponto o neoliberalismo e neoconservadorismo se divergem no tratamento de questões penais. O caminho analítico percorrido sugere que essas duas racionalidades – apesar de serem distintas em vários aspectos – de fato se articulam e se complementam na legitimação da delegação da gestão prisional para empresas privadas.

No primeiro capítulo, a reconstituição da cronologia da implementação de prisões privadas no Brasil estabeleceu a proposta como objeto de contestação na esfera política e detalhou inconsistências no desempenho das empresas. Em contraste com as supostas vantagens econômicas propiciadas pelo modelo, a experiência de vários estados foi marcada por um aumento considerável nos gastos por preso, que chegaram a consumir uma fatia significativa dos fundos públicos alocados ao sistema penitenciário. Ao mesmo tempo, a entrada de gestores privados nem sempre trouxe melhorias na qualidade dos serviços prestados e houve sinais de que, na prática, as empresas têm menosprezado a missão declarada de ressocialização dos detentos. Além disso, surgiram várias evidências a respeito da dificuldade enfrentada pelas empresas na superação dos problemas crônicos das prisões públicas. Seja na forma de abusos de poder cometidos por funcionários, ou da incapacidade de manter a integridade das instalações físicas e (em parceria com o poder público) prevenir a violência entre os presos, os resultados da administração privada muitas vezes ficaram aquém do esperado e revelaram os limites da priorização da “eficiência”. Contudo, dada a persistência do modelo apesar das suas falhas comprovadas, considerou-se necessário investigar em maior profundidade a disputa pela legitimidade ocorrida fora do contexto estritamente político.

No segundo capítulo, a análise das reportagens veiculadas pela grande imprensa revelou o protagonismo de interlocutores em posições de autoridade na formulação dos contornos do debate público sobre o tema. Devido, em grande parte, ao espaço privilegiado ocupado por representantes do sistema penal público e da indústria das prisões privadas, a cobertura foi marcada por um otimismo inicial sobre a privatização carcerária e apoiou as promessas articuladas no processo de *marketing* da proposta como inovação moderna para o Brasil.

Embora a frequência de perspectivas mais críticas nas reportagens tenha aumentado gradativamente ao longo do período estudo, as fontes que mais influenciaram os termos do debate sobre os prós e contras da privatização permaneceram as mesmas.

Esse levantamento também permitiu observar a dinâmica entre os enquadramentos mobilizados pelos diferentes interlocutores. Os resultados reforçaram a centralidade de uma racionalidade de mercado focada em questões de custo-benefício e otimização de recursos, em detrimento de questionamentos políticos e jurídicos referentes à responsabilização do setor privado pela garantia dos direitos dos presos e pela administração da punição. Além disso, constatou-se a cooptação do enquadramento de direitos humanos para afirmar a superioridade da gestão privada na prestação de serviços aos detentos e de oportunidades para ressocialização. Na medida em que os custos elevados da privatização passaram a ser considerados no debate, a repentina preocupação com o atendimento humanizado da população encarcerada foi uma estratégia retórica cada mais vez importante para diferenciar o serviço oferecido pelas empresas e defendê-las em relação às prisões sob gestão pública. No entanto, vale ressaltar que o debate nos jornais foi permeado por uma lógica neoliberal que fundamenta a avaliação da privatização carcerária em uma visão gerencialista da administração penal e afasta o significado simbólico da punição. Nesse sentido, a predominância do enquadramento focado na racionalidade de mercado fez com que o *agenda-setting* dos jornais não só esvaziasse o conteúdo político e jurídico da questão da legitimidade do modelo, como também tornasse secundários os argumentos sintonizados com o discurso do populismo penal. Ao se considerar apenas o debate na grande imprensa, pode-se ficar com a impressão de que a privatização como prática penal inovadora pertenceria exclusivamente ao domínio do neoliberalismo, apartada das tendências autoritárias do neoconservadorismo.

No terceiro capítulo, a investigação dos debates entre usuários do Facebook apoiou a noção de que as mídias sociais representam um fórum de discussão distinto daquele possibilitado pelos meios de comunicação de massa tradicionais. Por constituir uma sondagem das opiniões de indivíduos que, em sua maioria, estão longe dos círculos de poder priorizados pelos jornalistas, os achados desta seção ajudaram a esclarecer a diversidade dos posicionamentos da população brasileira sobre a privatização carcerária. Além de confirmar o destaque conferido à racionalidade de mercado na disputa pela legitimidade do modelo, os comentários também revelaram a presença de enquadramentos adicionais, como o trabalho prisional, a corrupção e, mais notoriamente, o populismo penal. O discurso dos usuários que lançaram mão deste último enquadramento para justificar seu apoio à proposta revelou a persistência da “sociabilidade autoritária” de décadas passadas, seja na divisão da sociedade

entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, seja no forte desdém pelo reconhecimento dos direitos humanos de detentos.

A descoberta de que o populismo penal ocupa um espaço considerável no debate público nas mídias sociais parece sinalizar a existência de uma complementaridade entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, não evidente a partir da análise do discurso político e dos argumentos veiculados pelas mídias tradicionais a favor da implementação da privatização carcerária no Brasil. No entanto, essa complementaridade não significa que os discursos deixem de ser distintos. Da mesma forma que o populismo penal esteve ausente das páginas dos jornais, os comentários que utilizaram esse enquadramento no Facebook desconsideraram os argumentos gerencialistas a favor do modelo – para estes usuários, o nível de reação dos defensores dos direitos humanos dos detentos à proposta era quase o único parâmetro para medir os acertos do modelo.

Portanto, embora não haja sobreposição explícita entre essas duas linhas de pensamento, elas acabam se reforçando mutuamente no contexto da disputa pela legitimidade. Esse fenômeno situa a privatização como exemplo da “natureza volátil e contraditória da penalidade contemporânea”, descrita por O’Malley (1999, p. 185, tradução nossa), ao mostrar de que forma essas alianças aparentemente improváveis envolvem um “grau de potencial de contradição interna que nem sempre será óbvio para os participantes” (O’MALLEY, 1999, p. 188, tradução nossa).

As evidências indicam que, nos meios de comunicação, estão em curso processos distintos de legitimação da privatização carcerária com diferentes racionalidades e públicos-alvo. Na “legitimação de cima”, a proximidade da grande imprensa com as elites econômicas, políticas e intelectuais (e o papel dos jornais como formadores de opinião) tende a fazer com que os princípios neoliberais ganhem destaque na cobertura da proposta, apresentada como oportunidade de negócio e exaltada como solução de mercado para as ineficiências do poder público e para a “crise” gerada pelo déficit de vagas no sistema penitenciário. Nessa esfera do debate, os interlocutores empregam jargões técnicos como “indicadores de desempenho”, “índices de ressocialização” e “obrigações contratuais” e tendem a invocar o seu compromisso com o bem-estar dos detentos ao justificar a delegação da administração prisional para empresas privadas. Na direção oposta, para usar um termo cunhado por Pavarini (2006, p. 124 *apud* BUDÓ; OLIVEIRA, 2012, p. 127), uma espécie de “penologia de baixo” provoca uma reação emocional ao utilizar uma linguagem mais acessível e familiar ao cidadão comum. Em vez de se aprofundar nos detalhes técnicos da proposta, essa perspectiva neoconservadora reduz a complexidade do assunto para convertê-la em repúdio expresso aos direitos humanos das

pessoas encarceradas. No caso específico da privatização, o discurso tende a ser ativamente promovido fora do espaço mediado pelos princípios editoriais da grande imprensa e por meio de memes que catalisam a “auto-comunicação em massa”. A reprodução *ad infinitum* de mensagens inflamadas contribui para o endosso da sujeição dos detentos às forças de mercado e sua conversão em fontes de lucro e mão-de-obra explorável.

Discutidos alguns aspectos da complementaridade dos dois discursos, há de se perguntar sobre a dinâmica de acontecimentos que teria levado a esse quadro complexo. Ao analisar o caso estadunidense, Brown afirma que a ascensão do neoconservadorismo como racionalidade política foi precedida pelo enraizamento do neoliberalismo como força organizadora de todas as esferas da vida e pela reconfiguração da sociedade em conformidade com a lógica de mercado. Dessa maneira,

[...] o moralismo, o estatismo e o autoritarismo do neoconservadorismo são profundamente habilitados pela racionalidade neoliberal, mesmo quando o neoconservadorismo visa limitar e complementar alguns dos efeitos do neoliberalismo e mesmo que as duas racionalidades não sejam concordantes. [...] O neoconservadorismo semeado no terreno preparado pelo neoliberalismo gera uma nova forma política, uma modalidade específica de governança e cidadania, cuja incompatibilidade com práticas e instituições democráticas formais não estimula uma crise de legitimação por causa da desvalorização neoliberal dessas práticas e instituições que o neoconservadorismo então consagra (BROWN, 2006, p. 702, tradução nossa).

No caso brasileiro, à luz das questões discutidas na introdução e no segundo capítulo, esse reforço recíproco entre neoliberalismo e neoconservadorismo parece assumir contornos específicos, para muito além do fato de a experiência norte-americana ter sido expressamente invocada como exemplo a ser seguido no país. Como argumenta Paiva (2014, p. 150), embora a Lei de Execução Penal de 1984 se assemelhe às reformas do modernismo penal identificadas na literatura anglo-saxã, é imprescindível reconhecer que

O modernismo penal brasileiro não chegou sequer a ser testado na prática, e as políticas de bem-estar trazidas pela Constituição de 1988, refletindo diversos consensos redistributivos ao longo do processo da Assembleia Nacional Constituinte, não foram acompanhadas de seus equivalentes penais.

Dessa perspectiva, é importante notar que o debate público sobre a privatização começou não só contra o pano de fundo de uma “ambivalência política que [resultava] de um Estado confrontado com as suas próprias limitações” no controle do crime (O’MALLEY, 1999, p. 181, tradução nossa), mas também de uma cultura política na qual tem prevalecido “punitivismo e autoritarismo inerentes ao sistema de justiça criminal no país, desprovido de moderação ou humanidade no uso da prisão” (PAIVA, 2014, p. 150). Nesse sentido, os sentimentos expressos nas mídias sociais representam não só uma “nova forma política” (para repetir a fórmula de Brown referida acima), mas também uma continuação de representações

coletivas e discursos arraigados na opinião pública. Nos termos de um conhecido trabalho elaborado no período de redemocratização:

A oposição aos direitos humanos, associada a um diagnóstico sobre a desordem social, acaba originando sugestões de como recuperar essa ordem ameaçada. Essas sugestões, defendidas com a mesma paixão com que se afirma que bandidos são menos que humanos, vão hoje em dia basicamente por dois caminhos não excludentes. De um lado, voltam-se as costas ao Estado, visto como incompetente e defensor de criminosos, e privilegia-se a privatização dos meios de prevenção da violência. De outro lado, defende-se cada vez com maior veemência o uso da força física contra os prisioneiros e criminosos [...] ou seja, exatamente o contrário da idéia [sic] de respeito aos direitos humanos e às práticas democráticas (CALDEIRA, 1991, p. 172).

De acordo com os resultados da presente dissertação, a disputa pela legitimidade da privatização carcerária nos meios de comunicação parece efetivar uma inversão dos papéis do neoliberalismo e neoconservadorismo delineados por Brown. Dessa perspectiva, a predominância da racionalidade de mercado no debate público foi “habilitada” por um senso comum emocional e agressivo que sempre rejeitou a humanidade dos presos, historicamente concebidos como merecedores do tratamento violento que recebem na prisão. Nesse contexto em que eficiência e violência estão imbricadas, a “identidade do ente encarregado de punir” parece deixar de ser um critério para a legitimação da aplicação da justiça (BURKHARDT; CONNOR, 2016, p. 88, tradução nossa). Portanto, a discussão nos jornais que favoreceu a reconfiguração da gestão prisional sob uma lógica gerencialista, impulsionada pelo incentivo ao lucro e marcada por uma exaltação da “eficiência”, tem na desumanização dos detentos uma premissa respaldada pela opinião pública.

É nesse sentido que os argumentos políticos e jurídicos contra a privatização foram relegados a um espaço secundário nesse embate discursivo, mesmo diante de relatos de abusos e violência dentro das prisões privadas. Nesse contexto, torna-se revelador o fato de as contestações mais veementes no debate veiculado pelos jornais de maior circulação fazerem referência não às consequências desses episódios para os detentos, mas ao cumprimento ou não de cláusulas contratuais, ou ao grau de custo-benefício para o Estado, entre outros assuntos.

Levando em conta a perspectiva analítica adotada nesta dissertação, gostaria de concluir pela indicação de alguns limites e possibilidades que poderiam ser úteis ao desenvolvimento do estudo da privatização carcerária no Brasil.

Primeiro, o foco na disputa pela legitimidade foi capaz de iluminar a potência e protagonismo dos discursos neoliberais e neoconservadores, mas, precisamente por essa razão,

encontra maior dificuldade para explicar os motivos da implementação “tímida” do modelo em nível nacional. Assim, futuras pesquisas poderiam explorar com maior especificidade os entraves políticos, jurídicos e culturais que têm freado a entrada do setor privado na gestão prisional e aprofundar o entendimento dos fatores que distinguem a experiência brasileira de casos de outros países.

Além disso, vale reconhecer o “trade-off” inevitável ao restringir o universo de análise a jornais com maior circulação e excluir outros periódicos, revistas e *blogs* (tais como *Agência Pública*, *Ponte Jornalismo*, *Carta Capital*, entre outros) cuja produção jornalística sobre a privatização carcerária talvez contemple abordagens e perspectivas mais diversas e cujo peso variável no debate teria de ser melhor aferido. De acordo com os objetivos da presente pesquisa, julgou-se importante fazer esse recorte devido à possibilidade única de contemplar o período inteiro em que o assunto vem sendo discutido publicamente. Contudo, outras investigações poderiam considerar o impacto mais recente desses canais de comunicação (bem como a cobertura televisiva) em relação à proposta de privatização. De forma mais geral, futuras pesquisas também poderiam utilizar a metodologia desenvolvida aqui para caracterizar e analisar os enquadramentos utilizados nos debates sobre outros temas de segurança pública. Desta maneira, seria possível verificar até que ponto as prisões privadas constituem uma questão que articula tendências e implicações singulares no campo de justiça criminal.

Por fim, a representação “necessariamente parcial e incompleta” (MANZA; BROOKS, 2012, p. 91, tradução nossa) do debate público limita a generalização dos resultados deste estudo para a população brasileira e seus diferentes recortes. Tanto nos jornais como nas mídias sociais, verifica-se certa pré-seleção dos interlocutores, seja como consequência das escolhas dos jornalistas ou da propensão dos usuários a manifestar a sua opinião sobre a proposta da privatização no espaço público do Facebook. Nesse sentido, futuros trabalhos poderiam se beneficiar da aplicação de métodos desenhados para explicitar o posicionamento de cidadãos comuns. A chamada “sondagem deliberativa”, por exemplo, visa gerar opiniões mais significativas sobre um determinado tema ao reunir os participantes em pequenos grupos de discussão com acesso tanto a materiais informativos quanto a especialistas para esclarecer as dúvidas (FROST; TRAPASSI; HEINZ, 2019, tradução nossa). No contexto da privatização carcerária, essa estratégia poderia ser útil para entender de forma mais fina a influência dos enquadramentos identificados neste estudo, bem como a maneira pela qual as pessoas processam informações e evidências para chegar a uma avaliação final do modelo.

Apesar das limitações apontadas, os achados da presente dissertação ajudam a compreender os fatores que têm delineado os contornos do debate ainda em curso sobre a

privatização carcerária no Brasil. Em suma, não obstante as críticas articuladas por diferentes interlocutores, o interesse público retratado nos meios de comunicação parece ter como premissa – e não como consequência – a necessidade de incapacitar parcela da população que, por diversos processos de exclusão social, distancia-se de comportamentos esperados e construídos como próprios dos “cidadãos de bem”. Isto, somado a uma descrença geral na capacidade do poder público de manter a ordem e controlar a criminalidade, tem favorecido a ascensão da racionalidade neoliberal como principal abordagem para reorganizar o sistema penitenciário sob a promessa de reduzir o ônus para o Estado e, por extensão, para uma sociedade crescentemente concebida como “consumidora” de segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁰

Artigos de revista

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil. **Revista USP**, v. 9, p. 65–78, 1991.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 168–176, mar. 2004.

_____. Os sentidos da punição. **Com Ciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 98, 2008. Disponível em: <<http://nevus.org/wp-content/uploads/2008/05/down275.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

AVIRAM, Hadar. Are Private Prisons to Blame for Mass Incarceration and its Evils? Prison Conditions, Neoliberalism, and Public Choice. **Fordham Urban Law Journal**, v. 42, n. 2, p. 411–449, 2014.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88–113, maio 2006.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, v. 7, n. 12, p. 271–289, 2002.

BRITO, Josiane Silva; DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Privatização das prisões: contexto político e econômico**. [S.l.]: Carcerópolis. Disponível em: <<https://carceropolis.org.br/publicacoes/privatiza%C3%A7%C3%A3o-das-pris%C3%B5es-contexto-pol%C3%ADtico-e-econ%C3%B4mico/>>. Acesso em: 30 out. 2017. 2015.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690–714, dez. 2006.

_____. Sacrificial Citizenship: Neoliberalism, Human Capital, and Austerity Politics. **Constellations**, v. 23, n. 1, p. 3–14, mar. 2016.

BUDÓ, Marília de Nardin. Ideologia, hegemonia e opinião pública: As contribuições de Gramsci à criminologia crítica. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 179–201, 2015.

BURKHARDT, Brett. Contesting Market Rationality: Discursive Struggles over Prison Privatization. **Punishment & Society**, v. 0, n. 0, p. 1–25, 5 jan. 2018.

BURKHARDT, Brett C.; CONNOR, Brian T. Durkheim, Punishment, and Prison Privatization. **Social Currents**, v. 3, n. 1, p. 84–99, 1 mar. 2016.

BURRIS, Scott; DRAHOS, Peter; SHEARING, Clifford. Nodal Governance. **Australian Journal of Legal Philosophy**, v. 30, p. 30–58, 2005.

¹⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

- CABRAL, Sandro; LAZZARINI, Sergio G. Impactos da Participação Privada no Sistema Prisional: Evidências a Partir da Terceirização de Prisões no Paraná. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 395–413, jun. 2010.
- CALDEIRA, Teresa P.R. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? Desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 30, p. 162–174, 1991.
- CESAR, Tiago da Silva. Pinceladas de Foucault: “Talvez ainda não saibamos o que é poder”. **MÉTIS: história & cultura**, v. 5, n. 10, p. 13–34, 2006.
- CWIERTNIA, Maria Helena Blasius. O sistema penitenciário brasileiro e sua possível privatização. **Revista Jurídica da Escola Superior de Advocacia da OAB-PR**, v. 2, n. 1, p. 1–50, 2017.
- DARKE, Sacha. Inmate Governance in Brazilian Prisons. **The Howard Journal of Criminal Justice**, v. 52, n. 3, p. 272–284, jul. 2013.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes. **Revista Leitura Livre**, v. 1, p. 1–8, 2009.
- D’URSO, Luiz Flávio Borges. Privatização dos Presídios – D’Urso Apresenta Propostas ao Ministro da Justiça. **Revista SÍNTESE Direito Penal e Processual Penal**, v. 7, p. 157–159, 2001.
- ENTMAN, Robert M. Framing Bias: Media in the Distribution of Power. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 163–173, mar. 2007. Disponível em: <<https://academic.oup.com/joc/article/57/1/163-173/4102665>>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- EYSENBACH, Gunther; TILL, James E. Ethical Issues in Qualitative Research on Internet Communities. **BMJ**, v. 323, n. 7321, p. 1103–1105, 2001.
- FEELEY, Malcolm M.; SIMON, Jonathan. The New Penology: Notes on the Emerging Strategy of Corrections and Its Implications. **Criminology**, v. 30, n. 4, p. 449–474, 1992.
- FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. **Opinião Pública**, v. 9, n. 2, p. 73–92, out. 2003.
- _____. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41–69, dez. 2011.
- FOUCAULT, Michel; SIMON, John K. Michel Foucault on Attica: An Interview. **Social Justice**, v. 18, n. 3, p. 26–34, 1991.
- FREIXO, Adriano de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar; MEDEIROS, Dulcinéa de. O Estado de Direito no Brasil e suas incongruências: os direitos humanos em questão. **Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 65–82, 2012.
- FREUDENBURG, William R.; ALARIO, Margarita. Weapons of Mass Distraction: Magicianship, Misdirection, and the Dark Side of Legitimation. **Sociological Forum**, v. 22, n. 2, p. 146–173, jun. 2007.

- FROST, Natasha A.; TRAPASSI, Jessica; HEINZ, Steven. Public Opinion and Correctional Privatization. **Criminology & Public Policy**, v. 18, n. 2, p. 457–476, maio 2019.
- FUCHS, Christian. A Contribution to Theoretical Foundations of Critical Media and Communication Studies. **Javnost - The Public**, v. 16, n. 2, p. 5–24, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13183222.2009.11009001>>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- GAIO, André Moysés. O populismo punitivo no Brasil. **CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais da UFJF**, v. 5, n. 12, p. 19–27, 2011.
- GARLAND, David. Sociological Perspectives on Punishment. **Crime and Justice**, v. 14, p. 115–165, jan. 1991.
- _____. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 59–80, nov. 1999.
- KUEHNE, Maurício. Privatização dos presídios. **Revista Jurídica do Centro de Estudos Judiciários**, v. 15, p. 12–29, 2001.
- MACAULAY, Fiona. Modes of Prison Administration, Control and Governmentality in Latin America: Adoption, Adaptation and Hybridity. **Conflict, Security & Development**, v. 13, n. 4, p. 361–392, set. 2013.
- MANZA, Jeff; BROOKS, Clem. How Sociology Lost Public Opinion: A Genealogy of a Missing Concept in the Study of the Political. **Sociological Theory**, v. 30, n. 2, p. 89–113, jun. 2012.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.
- MENDES, Kíssila Teixeira. Segurança pública e lógica neoliberal: a realidade brasileira. **Idéias**, v. 7, n. 1, p. 203–226, 4 out. 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55–56, p. 155–184, 2002.
- MINHOTO, Laurindo Dias. As prisões do mercado. **Lua Nova**, v. 55/56, p. 133–154, 2002.
- _____. Foucault e o ponto cego na análise da guinada punitiva contemporânea. **Lua Nova**, n. 95, p. 289–311, ago. 2015.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, n. 79, p. 15–38, 2010.
- MORAES FILHO, Julio César Gaberel de. Parceria público-privada no sistema prisional mineiro. **Âmbito Jurídico**, v. XI, n. 53, 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2881>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- MORRIS, Norval. The Future of Imprisonment: Toward a Punitive Philosophy. **Michigan Law Review**, v. 72, n. 6, p. 1161–1180, 1974.

- O'MALLEY, Pat. Volatile and Contradictory Punishment. **Theoretical Criminology**, v. 3, n. 2, p. 175–196, maio 1999.
- OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; MIRANDA, Fábio da Silva. Análise dos Modelos de Gestão Adotados no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO-II) na Gestão Compartilhada e Pelo Estado do Ceará. **Meta: Avaliação**, v. 6, n. 16, p. 1–28, jan. 2014.
- PASTANA, Débora Regina. Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, v. 12, n. 22, p. 91–116, 2007.
- PRESTON, Paschal; SILKE, Henry. Market “realities”: De-coding neoliberal ideology and media discourses. **Australian Journal of Communication**, v. 38, n. 3, p. 47–64, 2011.
- PRICHARD, Jeremy et al. Social Media Sentiment Analysis: A New Empirical Tool for Assessing Public Opinion on Crime? **Current Issues in Criminal Justice**, v. 27, n. 2, p. 217–236, nov. 2015.
- RAMOS, Karina Mota Ramalho. Privatização de presídios em Pernambuco: solução para o colapso do sistema prisional e para a ressocialização efetiva dos apenados. **Âmbito Jurídico**, v. 154, 1 nov. 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/privatizacao-de-presidios-em-pernambuco-solucao-para-o-colapso-do-sistema-prisional-e-para-a-ressocializacao-efetiva-dos-apanados/>>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- SALLA, Fernando. Os impasses da democracia brasileira. O balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Lusotopie**, v. 10, p. 419–435, 2003.
- SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO. Primeiro complexo penitenciário no modelo. **Em Discussão!**, v. 7, n. 29, p. 12–13, set. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/privatizacao-de-presidios/privatizacao-de-presidios/primeiro-complexo-penitenciario-no-modelo/>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. **Contemporânea**, v. 5, n. 1, p. 119–141, 2015.
- SPARKS, Richard. Can Prisons Be Legitimate? **The British Journal of Criminology**, v. 34, n. S1, p. 14–28, 1994.
- SPARKS, Richard; GACEK, James. Persistent Puzzles: The Philosophy and Ethics of Private Corrections in the Context of Contemporary Penalty. **Criminology & Public Policy**, v. 18, n. 2, p. 379–399, maio 2019.
- TEIXEIRA, Alessandra. Políticas penais no Brasil contemporâneo : uma história em três tempos. **L'Ordinaire des Amériques**, n. 216, 11 jul. 2014.
- WALTHER, Joseph B. Research ethics in Internet-enabled research: Human subjects issues and methodological myopia. **Ethics and Information Technology**, v. 4, n. 3, p. 205–216, 2002.

WILKINSON, David; THELWALL, Mike. Researching Personal Information on the Public Web: Methods and Ethics. **Social Science Computer Review**, v. 29, n. 4, p. 387–401, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Globalização e sistema penal na América Latina: Da segurança nacional à urbana. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, v. 2, n. 4, p. 25–36, 1997.

Documentos

ARAÚJO NETO, Eduardo. **Ação Civil Pública MP EST CE - Penitenciária do Cariri**. Fortaleza: Ministério Público do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://tmp.mpce.mp.br/servicos/pecas/pecas.asp?iCodigo=19>>. Acesso em: 17 jun. 2019. 18 dez. 2001.

_____. **Aspectos sobre a privatização dos presídios no Brasil**. Fortaleza: Ministério Público do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://tmp.mpce.mp.br/servicos/artigos/artigos.asp?iCodigo=76>>. Acesso em: 17 jun. 2019. 2006.

DATAFOLHA. **Temas polêmicos – PO 813942**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/08/b29e802ac9aa4689aa7d66fbcdc24a52e045d6de.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FURUKAWA, Nagashi. Os principais problemas existentes na Cadeia Pública de Bragança Paulista. [S.l: s.n.]. 1991.

Legislação

BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Projeto de Lei Nº 1.408, de 1991**. Dispõe sobre a prestação de serviços penitenciários de execução penal por pessoas jurídicas de direito privado. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1141375>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Resolução Nº 1, de 24 de março de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mar. 1993.

_____. **Projeto de Lei Nº 2.146, de 1999**. Autoriza o Poder Executivo Estadual a promover a privatização do sistema penitenciário. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=25337>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Resolução Nº 8, de 9 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 127, 11 dez. 2002.

_____. Lei Nº 10.792, de 1 de dezembro de 2003. Altera a Lei Nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez. 2003.

_____. **Projeto de Lei Nº 513, de 2011**. Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101752>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Projeto de Lei Nº 580, de 2015**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123021>>. Acesso em: 3 out. 2019.

_____. **Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2017**. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos-anuais/orcamento-2017/ploa/ploa-2017-orcamento-cidadao>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

CEARÁ (Estado). **Projeto de Lei 51/2000**. 31 mai. 2000.

_____. Dispensa de Licitação Nº 007/2.002 Processo Nº 02347833-0. Operacionalização da Penitenciária Industrial de Sobral e do Novo Instituto Penal Olavo Oliveira, pelo período de 06 (seis) meses. **Diário Oficial do Estado**: Fortaleza, p. 22, 17 set. 2002.

MINAS GERAIS (Estado). Lei Nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, p. 1, 2003.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei 944/1991**. 31 out. 1991.

_____. Parecer Nº 960, de 1992, de Relator Especial, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei Nº 944, de 1991. Relator: Joel Freire. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 201, 22 mai. 1992a. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1992/executivo%2520secao%2520i/maio/22/pag_0201_EHI58TB2FQQH0e7G7JUVDVJQL32.pdf&pagina=201&data=22/05/1992&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100201>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. **Projeto de Lei 420/1992**. 11 jun. 1992b.

_____. **Projeto de Lei 62/1995**. 17 mar. 1995a.

_____. Parecer Nº 1293, de 1995, de Relator Especial em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei Nº 62, de 1995. Relator: Dorival Braga. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 1995b. Disponível

em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=32627&tipo=1&ano=1995>>. Acesso em 12 jan. 2019.

_____. Parecer Nº 840, de 1996, de Relator Especial em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei Nº 420, de 1992, vetado totalmente. Relator: Aloísio Vieira. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5–6, 16 abr. 1996. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1996/legislativo/abril/16/pag_0005_CM8K44UNMBOBK6O9Q78DUGLK4V.pdf&pagina=5&data=16/04/1996&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100005>. Acesso em 12 jan. 2019.

SERGIPE (Estado). Lei Nº 6.299, de 19 de dezembro de 2007. Institui o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Sergipe - PROPPPSE, e dá providências correlatas. **Diário Oficial Nº 25418**, Aracaju, 2007.

Livros

ADORNO, Sérgio. **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Editora Sumaré, 2002.

AMADEU DA SILVEIRA, Sergio. Direita nas redes sociais online. Em: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2015.

ARAÚJO JUNIOR, João Marcello de (Org.). **Privatização das prisões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

BECKETT, Katherine. **Making Crime Pay**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

BELL, Allan. **The Language of News Media**. Oxford: Blackwell, 1991.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. **Questões de sociologia**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BROWN, Wendy. Neoliberalism and the End of Liberal Democracy. **Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

_____. **Undoing the Demos**. New York: Zone Books, 2015.

BUDÓ, Marília de Nardin; OLIVEIRA, Rafael Santos de. Democracia, Meios de Comunicação e Populismo Penal: Qual Deliberação é Possível em Matéria de Punição? In: COSTA, Marta Nunes da (Org.). **Democracia, Mass Media e Esfera Pública**. 1. ed. Ribeirão, Portugal: Edições Húmus, 2012. p. 119–135.

CALDEIRA, Teresa P.R. **Cidade de muros: Crime, segregação e violência em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Editora 34, 2003.

CARVALHO, Salo de. **O papel dos atores do sistema penal na era do punitivismo: o exemplo privilegiado da aplicação da pena**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

- CASTELLS, Manuel. **A era da informação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Communication Power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CHOUKR, Fauzi Hassan. **Processo penal de emergência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. **The Manufacture of News**. Londres: Constable, 1981.
- CORDEIRO, Grecianny Carvalho. **A privatização do sistema penitenciário brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.
- COUTINHO, Carlos. **Marxismo y política. La dualidad de poderes y otros ensayos**. Santiago: LOM Ediciones, 2011.
- DOLOVICH, Sharon. How Privatization Thinks: The Case of Prisons. In: FREEMAN, Jody; MINOW, Martha (Org.). **Government by Contract: Outsourcing and American Democracy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução Eduardo Brandão. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ESS, Charles M. Internet Research Ethics. In: JOINSON, Adam N. et al. (Org.). **Oxford Handbook of Internet Psychology**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 487–501.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. London: Arnold, 1995.
- FERREIRA, Carlos Lélío Lauria; KUEHNE, Maurício (Org.). **Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária: cartas, manifestos e conclusões de encontros**. Brasília: Consej, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- _____. **Vigiar e punir**. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GARLAND, David. **Punishment and Modern Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- _____. **The Culture of Control**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAY, Jacqueline M. What shapes public opinion of the criminal justice system? In: WOOD, Jane L.; GANNON, Theresa A. (Org.). **Public Opinion and Criminal Justice**. Portland, OR: Willan, 2009.
- HART, H.L.A. **Punishment and Responsibility**. Oxford: Clarendon, 1968.
- JENKINS, Henry. **Convergence Culture**. New York, NY: New York University Press, 2008.
- LAKOFF, George. **The Political Mind**. New York: Viking, 2008.

- LOADER, Ian; WALKER, Neil. Necessary virtues: the legitimate place of the state in the production of security. In: WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoît (Org.). **Democracy, Society and the Governance of Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006. p. 165–195.
- MORAES, Marcos Siqueira. A parceria público-privada no sistema prisional em Minas Gerais: um relato de modelagem de projeto. In: GUIMARÃES, Tadeu et al. (Orgs.). **Empreendedores públicos no Governo de Minas Gerais: registro de uma experiência de resultados**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MORETTI, Franco. **Distant Reading**. London: Verso, 2013.
- PAVARINI, Massimo. **Un arte abyecto: Ensayo sobre el gobierno de la penalidad**. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006.
- POOLEY, Jeff. Sociology and the Socially Mediated Self. Em: WAISBORD, Silvio (Org.). **Media Sociology: A Reappraisal**. Cambridge, UK: Polity Press, 2014. p. 224–292.
- RAMOS, Silvia. Violência, crime e mídia. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 148–156.
- RIFFE, Daniel; LACY, Stephen; FICO, Frederick. **Analyzing Media Messages: Using Quantitative Content Analysis in Research**. 3. ed. Nova Iorque: Routledge/Taylor & Francis Group, 2014.
- ROBERTS, Julian V. **Penal Populism and Public Opinion**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006.
- SPLICHAL, Slavko. Public Opinion and Opinion Polling: Contradictions and Controversies. In: HOLTZ-BACHA, Christina; STRÖMBÄCK, Jesper (Org.). **Opinion Polls and the Media**. London: Palgrave Macmillan UK, 2012. p. 25–46.
- TANKARD, James W. The Empirical Approach to the Study of Framing. In: REESE, Stephen D.; GANDY, Oscar H.; GRANT, August E. (Org.). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001. p. 95–106.
- TONRY, Michael H. **Thinking about Crime**. New York: Oxford University Press, 2004.
- WAISBORD, Silvio. Media Sociology. In: JENSEN, Klaus Bruhn et al. (Org.). **The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc., 2016. p. 1–18.
- WEBER, Max. **Ciência e política**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.
- WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoît. Introduction: Understanding the governance of security. In: WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoît (Org.). **Democracy, Society and the Governance of Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006. p. 1–32.

Notícias e reportagens

A CRISE dos presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1992. Opinião, p. 6.

ADMINISTRAÇÃO de presídio deve ser transferida à iniciativa privada, em GO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jan. 2014. Goiás. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/01/administracao-de-presidio-deve-ser-transferida-iniciativa-privada-em-go.html>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ADOLFO, Mário. Inspeção surpresa no IPAT. **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**, Manaus, 22 out. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080106180158/http://www.tj.am.gov.br/index.php?ls=notas&cat=noticia2210200701>. Acesso em: 5 abr. 2019.

AÉCIO propõe a Temer inclusão de PPPs de presídios no Plano Nacional de Segurança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017a. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/aecio-propoe-a-temer-inclusao-de-ppps-de-presidios-no-plano-nacional-de-seguranca.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2019.

AFFONSO, Julia. Prisão da Umanizzare no Tocantins tem superlotação de 145%. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jan. 2017a. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/prisao-da-umanizzare-no-tocantins-tem-superlotacao-de-145/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. Por risco de rebelião, juiz manda Umanizzare devolver água à prisão de Tocantins. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017a. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/por-risco-de-rebeliao-juiz-manda-umanizzare-devolver-agua-a-prisao-de-tocantins/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

AGENTE vê contraste com Carandiru. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2001. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1803200112.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ALAGOAS: Novo Presídio do Agreste é inaugurado em Girau do Ponciano. **Partido da Social Democracia Brasileira**, São Paulo, 21 nov. 2013. Disponível em: <http://www.psd.org.br/acompanhe/alagoas-presidio-agreste-inaugurado-girau-ponciano/>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ANDRADE, Paula. **Cármem Lúcia visita Complexo Penitenciário Público Privado em Minas Gerais**. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/carmem-lucia-visita-complexo-penitenciario-publico-privado-em-minas-gerais/>. Acesso em: 25 jan. 2019. 1 abr. 2018.

AS PPPS do setor prisional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 mar. 2019. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,as-ppps-do-setor-prisional,70002741207>. Acesso em: 4 abr. 2019.

AUTORIDADES discutem projeto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 1990. Polícia, p. 36.

- BANDEIRA, Luiza. Presos são transferidos para 1º presídio público-privado do país. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1217184-presos-sao-transferidos-para-1-presidio-publico-privado-do-pais.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- BARBIERI, Cristiane. Estados testam co-gestão antes de fazer PPPs. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 fev. 2008a. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200825.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- _____. Paraná e Ceará desistem da co-gestão, considerada polêmica por especialistas. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 fev. 2008b. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200824.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- _____. PPPs de prisões movimentam empresas. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 fev. 2008c. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200822.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BERGAMASCHI, Mara. Com três anos, presídio privado em Minas Gerais não teve rebeliões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2017a. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/com-tres-anos-presidio-privado-em-minas-gerais-nao-teve-rebelioes-20740890>>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- BERTA, Ruben; HERDY, Thiago. Gestora de presídios no AM subcontratou outras empresas suas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/gestora-de-presidios-no-am-subcontratou-outras-empresas-suas-20730381>>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- BICUDO, Hélio. Um novo sistema penal. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 2003. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz1609200309.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- BOCCARDI, Maria Tereza. Custo alto ameaça prisões terceirizadas no Paraná. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2003a. O País, p. 3.
- _____. Dois presos são mortos em rebelião. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2003b. O País, p. 19.
- BOTELHO, Germano Correia. Privatização das prisões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1992. Espaço Aberto, p. 2.
- BOURRIER, Any. Governo francês quer entregar suas penitenciárias às empresas privadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986. O Mundo, p. 28.
- BRAGON, Rayder. Presídio privado em Minas Gerais registra a 1ª fuga. **UOL**, Belo Horizonte, 28 nov. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/28/presidio-privado-em-minas-gerais-registra-a-1-fuga.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BARBOSA, Bia. Privatização de presídios é ilegal e antiética, dizem especialistas. **Carta Maior**, 22 ago. 2006. Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Privatizacao-de-presidios-e-ilegal-e-antietica-dizem-especialistas/5/11015>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BARROS, Jorge Antônio; ARAÚJO, Vera. Economistas defendem gestão na segurança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2008. Rio, p. 24.

BATISTA, Henrique Gomes. Mortes em Manaus ofuscam alta de presídios privados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jun. 2019. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/mortes-em-manaus-ofuscam-alta-de-presidios-privados-23712033>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL, Kátia. Rebelião em Manaus continua; preso baleado tem morte cerebral. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2004. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88200.shtml>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL, Kátia; SCOLESE, Eduardo. Rebeliões em Manaus resultam em sete mortos e três feridos. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 2004. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88159.shtml>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRESSAN, Silvio. Alckmin abre São Paulo para iniciativa privada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2004a. Nacional, p. 4.

BRIGA entre detentos deixa 15 mortos no Compaj, diz governo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 maio 2019. Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/05/26/briga-entre-detentos-resulta-em-15-mortos-no-compaj-affirma-seap.ghtml>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CABRAL, Sandro. Crise em presídios prova que setor público não sabe gerenciar PPPs. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2017. Empreendedor Social. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/empreendedor-social/colunas/2017/03/1866014- crise-em-presidios-prova-que-setor-publico-nao-sabe-gerenciar-ppps.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CARRANCA, Adriana. Mais presos, mais lucro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 jan. 2017a. Internacional. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,mais-presos-mais-lucro,10000098649>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. Mais presos, mais lucro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2017b. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/mais-presos-mais-lucro-20740699>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

CARVALHO, Ana Paula de. Custos aumentam com reestatização no Paraná. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2007. O País, p. 12.

CARVALHO, Regina. Juiz cobra segurança em presídios. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 13 set. 2017. Cidades. Disponível em:

<<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=312155>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

CASTRO, Álisson; COUTO, Juliano. Amazonino pagou R\$ 156 milhões à Umanizzare.

D24AM, Manaus, 6 ago. 2018. Política Disponível em:

<<https://d24am.com/politica/amazonino-pagou-r-156-milhoes-a-umanizzare/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

CELULAR, maconha e chave de algema são encontrados em presídio de Sergipe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out. 2017. Sergipe. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/celular-maconha-e-chave-de-algema-sao-encontrados-em-presidio-de-se.ghtml>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

COELHO, Mirela. Ação MPF/CE questiona privatização dos presídios no estado.

Procuradoria da República no Ceará, Fortaleza, 30 jul. 2007. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-ce-acao-contr-privatizacao-dos-presidios-sera-intensificada-com-completa-investigacao>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

COM crescimento digital, Folha lidera circulação total entre jornais brasileiros. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2019. Poder. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2019.

COM cuidado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2001. Opinião, p. 6.

COMANDO no presídio é atribuição do poder público, diz empresa. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2017. Cotidiano, p. 3.

CORREIA, Alessandra. Por que os EUA decidiram deixar de usar prisões privadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 ago. 2016. Mundo. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/por-que-os-eua-decidiram-deixar-de-usar-prisoas-privadas.html>>. Acesso em: 9 out. 2016.

CORREIA, Hudson; HAIDAR, Daniel. Massacres nos presídios revelam a guerra dos facinoras que comandam o crime. **Época**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/01/massacres-nos-presidios-revelam-guerra-dos-facinoras-que-comandam-o-crime.html>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

COSTANTI, Marcia; MENEZES, Enzo. Minas bancará prejuízo se lotação de presídio privado diminuir. **R7**, São Paulo, 6 ago. 2014. Minas Gerais. Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/minas-gerais/minas-bancara-prejuizo-se-lotacao-de-presidio-privado-diminuir-08062014>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

COVAS anda a 130 km/h e cruza sinal vermelho. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1995. Brasil. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/08/brasil/27.html>>. Acesso em: 6 out. 2018.

CUSTO de preso em cadeia privada no AM é quase o dobro da média nacional. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847345-custo-de-presos-em-cadeia-privada-no-am-e-quase-o-dobro-da-media-nacional.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

- DAMASCO, Cida. Mais um plano? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/blogs/cida-damasco/mais-um-plano/>>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- DAMÁSIO, Gabriel. Briga de detentos deixa vinte feridos em presídio de Aracaju. **Jornal do Dia**, Aracaju, 22 mar. 2016. Disponível em: <http://jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=19720>. Acesso em: 26 jan. 2019.
- DGAP [Diretoria-Geral de Administração Penitenciária]. **Agsep conhece administração prisional mantida por PPP em Sergipe**. Disponível em: <<https://www.dgap.go.gov.br/destaques/agsep-conhece-administracao-prisional-mantida-por-ppp-em-sergipe.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019. 26 out. 2012.
- DIAS, Antônio Erasmo. “Impunidade é um estímulo”. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 1983. Geral, p. 22.
- DINIZ, Laura. PR abandona parceria e retoma presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2006. Cidades, p. 3.
- D’URSO, Luiz Flávio Borges. A privatização dos presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 1991a. Cotidiano, p. 4.
- ÉBOLI, Evandro. OEA cobra proteção para ameaçados no Paraná. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 set. 2003. O País, p. 11.
- ÉBOLI, Evandro; VIVIANI, Oswaldo. “Encontramos ali um depósito de seres humanos”, diz senador sobre visita a Pedrinhas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/encontramos-ali-um-deposito-de-seres-humanos-diz-senador-sobre-visita-pedrinhas-11283779>>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- EMPRESÁRIO acha viável. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1991.
- EMPRESAS administrarão prisões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1988. O País, p. 7.
- EMPRESAS são proibidas de aplicar punições. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2012. País, p. 4.
- ESPÍRITO Santo tem seis presídios com cogestão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2012. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/espírito-santo-tem-seis-presidios-com-cogestao-7063399>>. Acesso em: 4 mai. 2019.
- FARIA, José Eduardo. Programa de privatização provoca controvérsia entre os juristas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 maio 1992. Justiça, p. 6.
- _____. Manaus e a privatização de prisões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2017. Opinião. Disponível em: <<https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,manaus-e-a-privatizacao-de-prisoas,10000099363>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- FARIAS, Michelle. Deputados querem CPI para apurar administração do Presídio do Agreste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 maio 2014. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/05/deputados-querem-cpi-para-apurar-administracao-do-presidio-do-agreste.html>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

- FELÍCIO, César. Aécio assina PPP para construção de penitenciária. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2009. Brasil, p. A2.
- FERNANDES, Kamila. CE e PR têm penitenciárias privatizadas. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2001a. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0303200123.htm>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- _____. Justiça determina fim da terceirização em presídios do Ceará. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2006. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129025.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- FERNANDES, Maria Cristina. Insumo garantido. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 14 maio 2015. Política.
- FERNANDES, Nelito. Privatizar resolve? **Época**, Rio de Janeiro, 9 abr. 2007. Brasil. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG76972-6009,00-PRIVATIZAR+RESOLVE.html>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- FERREIRA, Wanise. Plano anunciado por Fleury não teve execução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1993. Economia, p. 5.
- FIGUEIREDO, Leandro Mitidieri. Presídios: nova temporada da mesma série. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2017. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/presidios-nova-temporada-da-mesma-serie/>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- FILARDI LUIZ, Antônio. Privatização poderá dar bom resultado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 out. 1991. Justiça, p. 19.
- FONTENELE, Marina. Mulheres reclamam de excessos durante as revistas em presídio de SE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2012. Sergipe. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/04/mulheres-reclamam-de-excessos-durante-revistas-em-presidio-de-se.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. Cartas dos Leitores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2003. Opinião, p. 6.
- FUCS, José. Penitenciária de Joinville aponta a solução para o falido sistema carcerário. **Época**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2014. Tempo. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/uma-bpenitenciaria-de-joinvilleb-aponta-solucao-para-o-falido-sistema-carcerario.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- GESTORA de presídio do massacre no AM diz que não tem “poder de polícia”. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1848802-gestora-de-presidio-de-massacre-no-am-diz-que-nao-tem-poder-de-policia.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- GODOY, Marcelo. Preso terceirizado custa R\$2 mil no PR. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2000a. Cidades, p. 6.

GOMES, Thiago. Coronel alega que empresa ‘tem expertise e excelência’. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 20 abr. 2014a. Política. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=243159>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. ALE aprova criação de CPI do Presídio do Agreste. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 5 jun. 2014b. Política. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=245837>. Acesso em: 4 fev. 2019.

_____. Polícia Civil investiga tortura de preso por funcionários da Reviver. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 8 jul. 2014c. Polícia. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=372806&e=12>. Acesso em: 4 fev. 2019.

_____. Após fuga em massa, Estado muda regras e segurança no Presídio do Agreste. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 25 out. 2016. Interior. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=21028>. Acesso em: 5 fev. 2019.

GONÇALVES, Suelen. Relatório do CNJ aponta que prisões no AM têm segurança ineficiente. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2017. Amazonas. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/03/relatorio-do-cnj-aponta-que-priso-es-no-am-tem-seguranca-ineficiente.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

“GOVERNO contribui para o caos no Sistema Prisional de Sergipe”, diz deputado Georgeo Passos. **Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe**, Aracaju, 16 dez. 2016. Disponível em: <https://al.se.leg.br/governo-contribui-para-o-caos-no-sistema-prisional-de-sergipe-diz-deputado-georgeo-passos/>. Acesso em: 4 fev. 2019.

GOVERNO incentivará terceirização. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2001. Cotidiano, p. 5.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Governo gera 600 empregos com Ciosp e Presídio do Santa Maria**. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/seguranca-publica/governo-gera-600-empregos-com-ciosp-e-presidio-do-santa-maria>. Acesso em: 25 jan. 2019. 3 abr. 2009.

GRAZZIOTIN, Vanessa. Pavoroso, sim! Acidente, não! **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2017. Ex-colunistas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vanessa-grazziotin/2017/01/1848434-pavoroso-sim-acidente-nao.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2018.

HADDAD, Zuleika; LOMBARDI, Renato; MERLI, André. Gregori é contra privatização de presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2001. Cidades, p. 4.

HENRIQUES, Camila; GONÇALVES, Suelen; SEVERIANO, Adneison. Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz governo do AM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-no-compaj-chega-ao-fim-com-mais-de-50-mortes-diz-ssp-am.html>. Acesso em: 9 mar. 2018.

- HISAYASU, Alexandre. Um ano após massacre de presos no AM, governo renova contrato com empresa responsável por penitenciárias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2017. Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/um-ano-apos-massacre-de-presos-no-am-governo-renova-contrato-com-empresa-responsavel-por-penitenciarias.ghtml>>. Acesso em: 9 jan. 2019.
- INOVAÇÕES nos presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 fev. 2008. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0802200802.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2019.
- INSPEÇÃO apreende oito celulares e 1Kg de maconha em presídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 fev. 2017. Sergipe. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2017/02/inspecao-apreende-oito-celulares-e-1kg-de-maconha-em-presidio.html>>. Acesso em: 26 jan. 2019.
- LACERDA, Andrea; KATTAH, Eduardo; PAES MANSO, Bruno. Custo por preso pode até dobrar com PPP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2008. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,custo-por-presos-pode-ate-dobrar-com-ppp,236564>>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- LAZZARINI, Sérgio. Privatização: em busca de um debate racional. **Época**, Rio de Janeiro, 11 jul. 2012. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2012/07/privatizacao-em-busca-de-um-debate-racional.html>>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- LEALI, Francisco. No Ceará e na Bahia, retratos distintos de uma triste realidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 mar. 2002a. O País, p. 14.
- LEMGRUBER, Julita. Quando o crime compensa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 mar. 1998. Opinião. Disponível em: <<https://www.ucamcesec.com.br/artigo/quando-o-crime-compensa/>>. Acesso em: 6 set. 2018.
- LIMONGI, Mário de Magalhães Papaterra. A prisão provisória e a superlotação carcerária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2017. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-prisao-provisoria-e-a-superlotacao-carceraria/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- LINHARES, Carolina. Doria diz que PPPs de presídios em São Paulo começarão ainda em 2019. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2019. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/doria-diz-que-ppps-de-presidios-em-sao-paulo-comecarao-ainda-em-2019.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- LOMBARDI, Renato. Empresa estuda criação de presídio particular. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 1990. Polícia, p. 36.
- _____. São Paulo constrói este ano presídio particular. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1992a. Cidades, p. 3.
- _____. Modelo prisional do Reino Unido pode ser adotado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2001. Cidades, p. 8.

LOUZAS, André. Maioria dos paulistanos é favorável à privatização de presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2001. Cidades, p. 6.

LOYOLA, Leandro. Pastor Everaldo: “O Estado passou a se servir da população”. **Época**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2014. Tempo. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/06/pastor-everaldo-o-estado-passou-se-bservir-da-populacaob.html>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MAGELA, Geraldo. Privatizar as prisões para quê? **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1992. Cotidiano, p. 3.

MANOEL, Clemente. Pela privatização dos presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 maio 1993. São Paulo, p. 2.

MARCELLO, João. Cárcere privado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1992a. Opinião, p. 6.

MARGOLIES, Dan. Bombshell In Leavenworth Tapings Case: 1,300 Public Defender Calls Recorded Over Two Years. **KCUR**, Kansas City, MO, 6 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.kcur.org/post/bombshell-leavenworth-tapings-case-1300-public-defender-calls-recorded-over-two-years#stream/0>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MATEOS, Simone Biehler. Paraná promove parceria com iniciativa privada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 maio 1999. Geral, p. 20.

MELLO, Mauro. Privatização causa controvérsia entre grupos de juristas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1991a. Justiça, p. 4.

_____. Projeto de lei define o novo sistema. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1991b. Justiça, p. 5.

MENA, Fernanda. Matança em Manaus põe gestão privada de presídios em xeque. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017a. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847469-matanca-em-manaus-poe-gestao-privada-de-presidios-em-xeque.shtml>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

MENDES, Conrado Hübner. PPP das prisões e a dívida constitucional brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2013. Opinião. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,ppp-das-prisoas-e-a-divida-constitucional-brasileira-imp-,987636>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MENEZES, Rogério. São Paulo quer privatizar 38 penitenciárias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 nov. 1991. Cidades, p. 3.

MG tem primeiro presídio construído e administrado por empresa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2017. Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/mg-tem-primeiro-presidio-construido-e-administrado-por-empresa.html>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MINISTÉRIO sugere que Estados adotem terceirização de presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2001. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2807200114.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

MOLL, Roberto. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? **Sem Diplomacia**, 23 jul. 2015. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opinioao/2015/43>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MP pede multa e rescisão de contrato de empresas do sistema prisional do AM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 maio 2017. Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/mp-pede-multa-e-rescisao-de-contrato-de-empresas-do-sistema-prisional-do-am.ghtml>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

NASSIF, Luís. Um modelo para os presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 set. 2002. Dinheiro, p. 3.

NAVARRO, Fredson; ANTUNES, Flávio. Rebelião em penitenciária de SE chega ao fim após 26 horas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2012. Sergipe. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/04/rebeliao-em-penitenciaria-de-se-chega-ao-fim-apos-26h.html>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

NEIRA, Ana. ‘Temos de discutir isenção do ICMS em casos específicos’, diz Rodrigo Tavares’. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 set. 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,precisamos-discutir-isencao-do-icms-em-casos-especificos-diz-rodrigo-tavares,70002502851>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

NOGUEIRA, José. Prisioneiros em alta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 1987. Caderno 2, p. 2.

O BRASIL que explode atrás das grades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1988. O País, p. 14.

“O IDEAL é devolver a gestão de segurança ao estado o mais rápido possível”, diz Amoêdo sobre intervenção federal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2018. Rádio Globo. Disponível em: <<https://radioglobo.globo.com/media/audio/207399/ouca-entrevista-completa-do-candidato-joao-amoeado-.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

O REMÉDIO das instituições. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 jan. 1995. Opinião, p. 6.

OAB é contra “privatizar” presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 1999. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1111199917.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

OLIVEIRA, Cínthya; GOMES, Lília. **Poder de polícia terceirizada em MG**. Ministério Público do Estado de Rondônia. Disponível em: <<https://www.mpro.mp.br/en/noticia/-/ver-noticia/24001>>. Acesso em: 25 jan. 2019. 6 ago. 2015.

OLIVEIRA, Renan Antunes de. Privatização levou técnicos paulistas aos EUA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1997. Cidades, p. 9.

OLIVEIRA, Wagner. Paraná inaugura prisão modelo. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 1999. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1111199916.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2019.

OTTOBONI, Mário. Privatização: diagnóstico errado. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1991. Opinião, p. 8.

PAES MANSO, Bruno. Gestão privada deve manter servidor público. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2008. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,gestao-privada-deve-manter-servidor-publico,236562>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

PAGNAN, Rogério; MAISONNAVE, Fabiano. Gestora de presídio que teve chacinas no AM quer administrar unidades em SP. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 maio 2019. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/gestora-de-presidio-que-teve-chacinas-no-am-quer-administrar-unidades-em-sp.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

PENITENCIÁRIA e Mineirão entre os projetos de parceria público privada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 dez. 2010. Política. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/penitenciaria-mineirao-entre-os-projetos-de-parceria-publico-privada-2905990>>. Acesso em: 8 fev. 2019.

PEREIRA, Merval. Situação do presídio em Manaus era caótica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017a. Opinião. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/situacao-do-presidio-em-manaus-era-caotica.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. Bons exemplos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2017b. Opinião. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/bons-exemplos.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PIRES, Breno. Assessor do CNJ para a política prisional vê quadro caótico no País. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,assessor-do-cnj-para-a-politica-prisional-ve-quadro-caotico-no-pais,10000098228>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

PPP ajuda a debelar crise do sistema penitenciário. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2012. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/ppp-ajuda-debelar-crise-do-sistema-penitenciario-7114694>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

PRADO, Verônica. MJ divulga novo relatório sobre população carcerária brasileira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/04/numero-de-detentos-em-presidios-do-ce-excede-lotacao-em-89-diz-estudo.html>>. Acesso em: 13 set. 2016.

PRESÍDIO-MODELO não tem verba garantida. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2001. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0303200121.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PRESO de alta periculosidade foi solto por engano em Sergipe. **F5 News**, Aracaju, 26 dez. 2016. Cotidiano. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/preso-de-alta-periculosidade-foi-solto-por-engano-em-sergipe-_34753/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PRESOS mantêm rebelião na unidade Anísio Jobim (AM). **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2004. Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88216.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

PRESOS são levados para nova cadeia, mas 290 continuam em delegacias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2016. Sergipe. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/11/presos-sao-levados-para-nova-cadeia-mas-290-continuam-em-delegacias.html>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

PRIMEIRA penitenciária de iniciativa privada começa a receber presos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2013. Minas Gerais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/01/primeira-penitenciaria-de-iniciativa-privada-comeca-receber-presos.html>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PRISÃO terceirizada. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2001. Opinião, p. 2.

PRISÕES privadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jan. 2002. Opinião, p. 6.

PRIVATIZAÇÃO pode salvar penitenciárias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 1995. Rio, p. 33.

RAMALHO, Renan. Para analistas, dinheiro liberado por Temer não previne rebeliões em presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jan. 2017a. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/para-analistas-dinheiro-liberado-por-temer-nao-previne-rebelioes-em-presidios.ghhtml>>. Acesso em: 31 nov. 2019.

RAMALHO, Renan; GARCIA, Gustavo. Brasil não tem lei específica para regulamentar gestão privada de presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-nao-tem-lei-especifica-para-regulamentar-gestao-privada-de-presidios.ghhtml>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

REIS, Lucas. Vídeo mostra presos enfileirados para usar cocaína em prisão de Manaus. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 2014. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1534509-video-mostra-presos-enfileirados-para-consumir-cocaina-dentro-de-penitenciaria-em-manaus.shtml>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

RESK, Felipe; TOLEDO, Luiz Fernando. Preso no Amazonas custa 3 vezes mais que o de SP; gestão privada é alvo de MP e governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 2017a. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,preso-no-am-custa-o-triplo-de-sp-gestao-privada-e-alvo-de-mp-e-governo,10000098206>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

REVIVER. **REVIVER assume o Presídio do Agreste em Alagoas**. Disponível em: <<https://www.reviverepossivel.com/reviver-assume-o-presidio-do-agreste-em-alagoas/>>. Acesso em: 4 fev. 2019. 26 nov. 2013.

REVIVER está autorizada a atuar nos presídios de SE. **Infonet**, Aracaju, 2 mar. 2015. Cidade. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/reviver-esta-autorizada-a-atuar-nos-presidios-de-se/>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RIBEIRO, Aline; DANTAS, Dimitrius. Três dias antes do massacre, Justiça proibiu Amazonas de terceirizar presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 2019. Brasil.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/tres-dias-antes-do-massacre-justica-proibiu-amazonas-de-terceirizar-presidios-23700599>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RIBEIRO, Bruno; RESK, Felipe. Doria quer privatizar presídios paulistas e linhas da CPTM. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2019. São Paulo. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-quer-privatizar-presidios-paulistas-e-linhas-da-cptm,70002684925>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

RIBEIRO, Diego. Projeto que permite privatização de presídios é retirado da pauta no Senado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 mar. 2016. Vida e Cidadania. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/projeto-que-permite-privatizacao-de-presidios-e-retirado-da-pauta-nosenado-9qzz86fr06qxzvj0n2dl80w0z/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ROCHA, Marcio. Funcionário denuncia problemas no presídio do Santa Maria. **F5 News**, Aracaju, 1 fev. 2013. Cotidiano. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/funcionario-denuncia-problemas-no-presidio-do-santa-maria_9665/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RODRIGUES, Artur. De novo, Doria aposta em privatizações e prioriza sistema prisional de SP. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2018. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/de-novo-doria-aposta-em-privatizacoes-e-prioriza-sistema-prisional-de-sp.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

. Prisões de SP não correm risco e parcerias melhorarão sistema, diz Doria. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/prisoas-de-sp-nao-correm-risco-e-parcerias-melhorarao-sistema-diz-doria.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SACCHETTA, Paula. Quanto mais presos, maior o lucro. **Agência Pública**, São Paulo, 27 maio 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SALGADO, Raquel; MANDL, Carolina. Co-gestão melhorou condições dos detentos. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2008a. Especial, p. A22.

SANTANNA, Mônica. Paraná quer construir prisões industriais. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 out. 1995. Empregos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/01/empregos/9.html>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

SCOFIELD JR., Gilberto. Complexo penitenciário em Minas será 1º do país a funcionar por meio de PPP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2012a. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/complexo-penitenciario-em-minas-sera-1-do-pais-funcionar-por-meio-de-ppp-7063315>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

. Especialistas divergem sobre eficácia do modelo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2012b. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/especialistas-divergem-sobre-eficacia-do-modelo-7063354>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

- _____. Parceria para construir e administrar presídios atrai empresas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2012c. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/parceria-para-construir-administrar-presidios-atrai-empresas-7069565>>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- SECRETÁRIA de Justiça defende terceirização dos presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2001a. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u39499.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- SECRETÁRIOS de Justiça discutem a privatização dos presídios. **O Globo**, São Paulo, 10 abr. 1992a. Grande Rio, p. 16.
- SECRETÁRIOS divergem sobre privatização de presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1992b. Rio, p. 17.
- SERQUEIRA, Carla. Empresa que administra local de massacre disputa licitação em AL. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 6 jan. 2017. Política. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=299907>>. Acesso em: 4 fev. 2019.
- SILVA, Ailton Donizeti Moreira da. Estado é péssimo administrador. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1991. Opinião, p. 8.
- SILVA, João Carlos. Após massacre, governo do AM retoma multas de R\$ 11 milhão contra empresas que atuam em presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apos-massacre-governo-do-am-retoma-multas-de-11-milhao-contras-empresas-que-atuam-em-presidios-20760882>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- SOARES, Ronaldo. Paraná exporta modelo de gestão privada. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2001. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1803200110.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- SOPRANA, Paula. “A política de segurança pública deve se basear na evasão escolar zero”, diz Marcos Rolim. **Época**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2016. Brasil. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2016/12/politica-de-seguranca-publica-deve-se-basear-na-evasao-escolar-zero-diz-marcos-rolim.html>>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- SOTERO, Paulo. Nos EUA, cadeia privada abriga 5% dos presos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2001. Cidades, p. 5.
- SOUTO, Isabella; MACIEL, Alice. Governo terá que pôr fim a contratos terceizado [sic] e abrir concursos nas cadeias de Neves. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 4 abr. 2014. Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/04/04/interna_gerais,515362/governo-tera-que-por-fim-a-contratos-terceizado-e-abrir-concursos-nas-cadeias-de-neves.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- SOUZA, Marcos de Moura e. Presídio será o maior do Estado e terá até sensores de calor. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 8 out. 2012. Especial, p. A12.

_____. Regras rígidas marcam primeira experiência em presídio. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2013. Brasil, p. A4.

SOUZA, Natália. Agentes se mobilizam contra privatização de presídios em Alagoas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2013. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/07/agentes-se-mobilizam-contraprivatizacao-de-presidios-em-alagoas.html>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

_____. Reviver vence licitação e deve gerir Presídio do Agreste por mais 5 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 out. 2014. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/10/reviver-vence-licitacao-e-deve-gerir-presidio-do-agreste-por-mais-5-anos.html>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

STOCHERO, Tahiane. TCE nega pedido para rescindir contratos de administradora de presídio em que houve rebelião no AM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/tce-nega-pedido-para-rescindir-contratos-de-administradora-de-presidio-em-que-houve-rebeliao-no-am.ghtml>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

TUCCI JUNIOR, Cláudio. Parceria para ressocializar. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2018. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinio/2018/07/claudio-tucci-junior-parceria-para-ressocializar.shtml>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

URIBE, Gustavo. Ministro anuncia novos presídios e culpa empresa por massacre no AM. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847250-ministro-anuncia-novos-presidios-e-culpa-empresa-por-massacre-no-am.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VASCONCELLOS, Jorge. **Alagoas gasta mais de R\$ 3 mil mensais por preso em presídio onde faltam água e outros itens**. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/alagoas-gasta-mais-de-r-3-mil-mensais-por-preso-em-presidio-onde-faltam-agua-e-outros-itens/>>. Acesso em: 4 fev. 2019. 6 dez. 2013.

VENTURA, Manoel. Governo inclui concessão de mais parques nacionais e presídios no programa de privatizações. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2019. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/governo-inclui-concessao-de-mais-parques-nacionais-presidios-no-programa-de-privatizacoes-23893541>>. Acesso em: 10 set. 2019.

ZANINI, Fábio. Cárceres privados. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017. Opinião, p. 2.

Relatórios

ANDRADE, Henri Clay Santos et al. **Relatório: Sistema Prisional do Estado de Sergipe**. Aracaju: OAB Sergipe, 26 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/sergipe-cinco-estados-maior-risco.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

- BRITO, Sérgio. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro – Relatório final**. Brasília: Comissão Parlamentar de Inquérito – Sistema Carcerário Brasileiro, ago. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1366810&file name=REL+2/2015+CPICARCE+%3D%3E+RCP+6/2015>. Acesso em: 14 set. 2016.
- CARDIA, Nancy. **Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012.
- DEPEN [Departamento Penitenciário Nacional]. **Estimativa do “Déficit” de Vagas do Sistema Penitenciário do Brasil**. [S.l.]: 1987.
- _____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Dezembro de 2014**. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.
- _____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Junho de 2016**. Brasília: 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2017.
- FBSP [FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA]. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/10/FBSP_indice_propensao_apoio_posicoes_autoritarios_2017_relatorio.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA, 2019.
- KENNY, James; LAVANCHY, Rene. **Emerging partnerships: top 40 public-private partnerships (PPPs) in emerging markets**. Washington D.C.: Banco Mundial, 2013. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/735231468162282764/Emerging-partnerships-top-40-public-private-partnerships-PPPs-in-emerging-markets>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- LEMGRUBER, Julita; CANO, Ignacio; MUSUMCI, Leonarda. **Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “Bandido bom é bandido morto”**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2017. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2017/05/CESEC_BBMM_Web_final.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- MARINER, Joanne; CAVALLARO, James. **O Brasil atrás das grades**. Nova Iorque: Human Rights Watch, 1998. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/presos/prefacio.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- MNPCT [MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA]. **Relatório de visita a unidades prisionais de Manaus – Amazonas**. Brasília: Secretaria

de Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/tortura/relatorios-mnpc/relatorio-de-visita-a-unidades-prisionais-de-manaus-am>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Prisões privatizadas no Brasil em debate**. São Paulo: ASAAC, 2014. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Relato%CC%81rio-sobre-privatizac%CC%A7o%CC%83es.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SILVA, Roberto da. **O que as empresas podem fazer pela reabilitação do preso**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/26.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Trabalhos acadêmicos

ARÊAS, João Braga. **Batalhas de *O Globo* (1989-2002): O neoliberalismo em questão**. 2012. 359 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BARBOSA, Ana Clotilde Coutinho. **Da ditadura a democracia: o que publicaram os jornais de São Paulo sobre a pena de morte**. 2016. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2016.

BOYLE, Otis Lynch. **Prisoners' Rights and Media Wrongs: A Critical Discourse Analysis of the Media Representation of Private Prisons in New Zealand**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Criminologia) – Victoria University of Wellington, Wellington, 2016.

BUENO, Samira. **Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista**. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GAZOTO, Luís Wanderley. **Justificativas do Congresso Nacional brasileiro ao rigor penal legislativo**. 2010. 377 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MAURICIO, Célia Regina Nilander. **A Privatização do Sistema Prisional**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. **Populismo penal no Brasil: do modernismo ao antimodernismo penal, 1984 - 1990**. 2014. 178 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

- SALLA, Fernando. **O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões**. 1991. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- SELMAN-KILLINGBECK, Donna. **A Sociological History of Prison Privatization in the Contemporary United States**. 2005. 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Western Michigan University, Kalamazoo, 2005.
- SINHORETTO, Jacqueline. **Os justiçadores e sua justiça: Linchamentos, costume e conflito**. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. **“Aqui ninguém fala, escuta ou vê”: Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus**. 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro**. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- TRULIO, Maria Cristina de Souza. **Privatização dos estabelecimentos prisionais no Brasil: uma reavaliação da proposta após experimentação em alguns estados ante a sua pretensão em contribuir para o desenvolvimento humano**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.

Trabalhos apresentados em evento

- DIAS, Fábio Freitas; DIAS, Felipe da Veiga; MENDONÇA, Tábata Cassenote. Criminologia midiática e a seletividade do sistema penal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4 jun. 2013, Santa Maria, RS. *Anais...* Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 4 jun. 2013. p. 384–398.
- FIGUEIREDO, Amanda Mátar de; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. Parceria Público-Privada no Sistema Prisional de Minas Gerais: os limites da governança pública e seus reflexos na produção de sentidos substantivos para o modelo. In: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2016, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG, 2016. p. 28. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st03-8/10558-parceria-publico-privada-no-sistema-prisional-de-minas-gerais-os-limites-da-governanca-publica-e-seus-reflexos-na-producao-de-sentidos-substantivos-para-o-modelo/file>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- HEYLIGHEN, Francis. What makes a meme successful? Selection criteria for cultural evolution. 1999, Namur. *Anais...* [S.l.]: Association International de Cybernétique, 1999. p. 418–423.

Websites

FACEBOOK. **O que são informações públicas no Facebook?** 2019. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/help/203805466323736>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

SENADO FEDERAL. **Prisões administradas pela iniciativa privada.** Brasília, 3 out. 2016a. Facebook: SenadoFederal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SenadoFederal/photos/a.176982505650946/1292521874096998/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Prisões privatizadas?** Brasília, 26 set. 2016b. Facebook: SenadoFederal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SenadoFederal/photos/a.176982505650946/1460305227318661/>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

_____. **Prisões privatizadas.** Brasília, 17 set 2017. Facebook: SenadoFederal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SenadoFederal/photos/em-apuros-diante-da-tarefa-de-gerir-um-gigantesco-e-ca%C3%B3tico-complexo-de-pris%C3%B5es-1897853286897184/>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Notícias e reportagens

AÉCIO Neves propõe a Temer modelo de PPPs para o sistema prisional brasileiro. **Época**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017b. Brasil. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/01/aecio-neves-propoe-temer-modelo-de-ppps-para-o-sistema-prisional-brasileiro.html>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

AFFONSO, Julia. Umanizzare abandonou obras de prisão no Tocantins, denunciou Promotoria. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 jan. 2017b. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/umanizzare-abandonou-obras-de-prisao-no-tocantins-denuncia-promotoria/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

_____. Preso da Umanizzare custa 2,26 mais do que no Estado, diz Tocantins. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2017c. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/preso-da-umanizzare-custa-226-a-mais-do-que-no-estado-diz-tocantins/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

_____. Promotoria do Tocantins investiga Umanizzare. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2017d. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-do-tocantins-investiga-umanizzare/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

_____. Tribunal de Contas do Tocantins vai auditar contrato da Umanizzare na gestão de presídios superlotados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2017e. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tribunal-de-contas-do-tocantins-vai-auditar-contrato-da-umanizzare-na-gestao-de-presidios-superlotados/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. Falta d'água põe detentos e funcionários 'em risco', adverte diretor de presídio no Tocantins sob gestão da Umanizzare. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017b. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/falta-dagua-poe-detentos-e-funcionarios-em-risco-adverte-diretor-de-presidio-no-tocantins-sob-gestao-da-umanizari/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

_____. Gestora da prisão do massacre de Manaus fez doações para ex-deputado réu por tráfico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017c. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/gestora-da-prisao-do-massacre-de-manaus-fez-doacoes-para-ex-deputado-reu-por-trafico/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

AGÊNCIA EFE. Primeira prisão privada do Brasil começa a funcionar nesta sexta-feira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jan. 2013. Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/primeira-prisao-privada-do-brasil-comeca-a-funcionar-nesta-sexta-feira.html>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

_____. EUA voltarão a ter prisões federais administradas pela iniciativa privada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2017. Internacional. Disponível em:

<<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-voltarao-a-ter-prisoas-federais-administradas-pela-iniciativa-privada,70001678088>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ALAGOAS tem presídio novo de segurança máxima que não é utilizado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 abr. 2016. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/04/alagoas-tem-presidio-novo-de-seguranca-maxima-que-nao-e-utilizado.html>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

ALENCASTRO, Catarina. Temer chama massacre de ‘acidente pavoroso’ e minimiza responsabilidade de agentes públicos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/temer-chama-massacre-de-acidente-pavoroso-minimiza-responsabilidade-de-agentes-publicos-1-20731442>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ALENCASTRO, Catarina; BARRETTO, Eduardo. Ministro da Justiça diz que culpa do massacre em Manaus é da empresa terceirizada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017b. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-da-justica-diz-que-culpa-do-massacre-em-manaus-da-empresa-terceirizada-20732062>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

_____. Aécio sugere a Temer parceria público-privada em prisões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017a. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/aecio-sugere-temer-parceria-publico-privada-em-prisoas-20759478>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ALVES, Cristina. Se prender mais, vão matar menos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 nov. 2007. Economia, p. 38.

ALVES, Márcio Moreira. Prisão terceirizada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jan. 2002. O País, p. 4.

AMÂNCIO, Thiago; FARIA, Flávia. Doria e França têm planos genéricos sobre combate ao crime organizado. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 2018. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/doria-e-franca-tem-planos-genericos-sobre-combate-ao-crime-organizado.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

AMORIM, Silvia; OLIVEIRA, Clarissa. Candidatos irão avaliar projeto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2006. Cidades, p. 3.

ANÚNCIO de vagas de emprego em presídios gera polêmica no Tocantins. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2017. Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/02/anuncio-de-vagas-de-emprego-em-presidios-gera-polemica-no-tocantins.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

AQUINO, José Carlos G. Xavier de. Revista íntima vexatória. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 set. 2014. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/revista-intima-vexatoria/>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. Carta do Rio de Janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1995. Violência Urbana, p. 2.

- BAHIA inaugura primeiro presídio terceirizado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 nov. 2002. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-inaugura-primeiro-presidio-terceirizado,20021126p21391>>. Acesso em: 9 jan. 2019.
- BALTHAZAR, Ricardo. Amoêdo busca espaço para o Novo na direita. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 out. 2018. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/amoedo-busca-espaco-para-o-novo-na-direita.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2018.
- BARAN, Katna. PRTB lança candidato ao governo do Paraná nas eleições de 2018. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,prtb-lanca-candidato-ao-governo-do-parana-nas-eleicoes-de-2018,70002422517>>. Acesso em: 31 nov. 2018.
- BARBOSA, Aduari Antunes. Modelo do Paraná foi adotado em outros estados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2007a. O País, p. 11.
- _____. Risco de fuga em presídios terceirizados é menor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2007b. O País, p. 11.
- _____. Empresas vão erguer e gerir presídios em MG. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jun. 2009. O País, p. 10.
- BARBOSA, Anderson. Projeto que promete redução de até 50% dos índices criminais em 6 meses é apresentado ao governo do RN. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 maio 2017. Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/projeto-que-promete-reducao-de-ate-50-dos-indices-criminais-em-6-meses-e-apresentado-ao-governo-do-rn.ghtml>>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- BARREIRA, Gabriel. Audiência no RJ debate privatização carcerária após Seap elogiar sistema. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 nov. 2015. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/audiencia-no-rj-debate-privatizacao-carceraria-apos-seap-elogiar-sistema.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- BARROS, Jorge Antônio; ARAÚJO, Vera. Economistas defendem gestão na segurança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2008. Rio, p. 24.
- BARTONELLI, Elis. Raul Jungmann anuncia programa para construção de presídios no país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 ago. 2018. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/raul-jungmann-anuncia-programa-para-construcao-de-presidios-no-pais-22973965>>. Acesso em: 11 mai. 2019.
- BATISTA, Nilo. Quando a vítima é todo mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jun. 2001. Opinião, p. 7.
- BENEVIDES, Carolina. Socióloga: ‘O Estado é o maior infrator, ignora a legislação’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2013. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sociologa-estado-o-maior-infrator-ignora-legislacao-10866534>>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- BERGAMASCHI, Mara. Pagamento cobre custo de presos e investimentos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2017b. País, p. 7.

- BERGAMO, Mônica. Ministério da Segurança Pública e BNDES estudam parceria público-privada para presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2018. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/08/ministerio-da-defesa-e-bndes-estudam-parceria-publico-privada-para-presidios.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- BERTA, Ruben. Gestores de presídios foram maiores doadores de campanha de senadora do AM em 2012. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/gestores-de-presidios-foram-maiores-doadores-de-campanha-de-senadora-do-am-em-2012-1-20758400>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- BERTA, Ruben; LAVOR, Thays. Doação premiada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jan. 2017a. País, p. 3.
- _____. Família que domina serviços de presídios no Amazonas irrigou campanha de governador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jan. 2017b. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/familia-que-domina-servicos-de-presidios-no-amazonas-irrigou-campanha-de-governador-20744031>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- BESSA, Indiara. MP deve denunciar pelo menos 500 pessoas por massacre em cadeia de Manaus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 abr. 2017. Amazonas. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/mp-deve-denunciar-pelo-menos-500-pessoas-por-massacre-em-cadeia-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- BOULOS, Guilherme. Tragédia anunciada em Manaus. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2017. Ex-colunistas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2017/01/1847171-tragedia-anunciada-em-manaus.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRASIL, Kátia. Rigor em prisão terceirizada gera rebelião no AM. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2003. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1611200323.htm>. Acesso em: 31 nov. 2018.
- BRASIL, Sandra. Vejo com simpatia a legalização do jogo do bicho e dos cassinos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 1992b. O País, p. 4.
- _____. País sofre duas rebeliões de presos a cada dia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 nov. 1992a. O País, p. 8.
- BRESSAN, Silvio. Aprovação é cheque em branco, critica petista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2004b. Nacional, p. 4.
- _____. Pioneiro, governo de Minas planeja construir 6 presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2004c. Nacional, p. 4.
- BRÍGIDO, Carolina. Governo não vai privatizar presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2007. O País, p. 12.

- BRÍGIDO, Carolina; LEALI, Francisco. Presídios: ‘Não falta dinheiro. Falta gestão’, diz Gilmar Mendes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/presidios-nao-falta-dinheiro-falta-gestao-diz-gilmar-mendes-11275582>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- BRUNO, Francisco José Galvão. Desestatização completa é miragem. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1991. Opinião, p. 8.
- BUENO, Sérgio. RS quer usar PPP para construção de cinco presídios. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 16 jun. 2009. Brasil, p. A2.
- CABRAL, Sandro; LAZZARINI, Sérgio. O Nobel e a Teoria dos Contratos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2016. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-nobel-e-a-teoria-dos-contratos,10000085169>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- CAMPANA, Fábio. No Ratinho, Meirelles enfatiza corte de despesas para reduzir impostos. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 2 mar. 2018. Brasil. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/03/02/no-ratinho-meirelles-enfatiza-corte-de-despesas-para-reduzir-impostos.ghtml>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- CANDIDATO João Doria promete Baep em Taubaté e planeja privatizar presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2018. Vale do Paraíba e Região. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2018/08/30/candidato-joao-doria-promete-baep-em-taubate-e-planeja-privatizar-presidios.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- CARAM, Bernardo; AMARAL, Luciana. Ministro diz que houve “falha” da empresa que administra presídio de Manaus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/ministro-diz-que-houve-falha-da-empresa-que-administra-presidio-de-manaus.ghtml>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- CARAZZAI, Estelita Hass. “Governador do Bolsonaro”, coronel dos Bombeiros com estilo cordial é favorito em SC. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 out. 2018a. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/governador-do-bolsonaro-coronel-dos-bombeiros-com-estilo-cordial-e-favorito-em-sc.shtml>>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- _____. Governador eleito de SC é coronel dos Bombeiros e mestre em direito. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2018b. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/governador-eleito-de-sc-e-coronel-dos-bombeiros-e-mestre-em-direito.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- CÁRMEN Lúcia visita Complexo Penitenciário Público Privado na Grande BH. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2018. Minas Gerais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/carmen-lucia-visita-complexo-penitenciario-publico-privado-na-grande-bh.ghtml>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- CARVALHO, Daniel; TUROLLO JR., Reynaldo. Só Piauí não tem superlotação em presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 2012. Cotidiano, p. 3.
- CARVALHO, Jailton de. Gestão compartilhada nas prisões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2003. O País, p. 3.

- CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Propina e ideologia. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 2015. Colunistas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luisfranciscocarvalhofilho/2015/09/1680887-propina-e-ideologia.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- CATTANEO, Carolina. Candidato do NOVO ao governo do RS quer construir um “Estado que intervenha menos na vida das pessoas”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 set. 2018. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/09/08/candidato-do-novo-ao-governo-do-rs-quer-construir-um-estado-que-intervenha-menos-na-vida-das-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- CINTRA JUNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. As prisões e a República. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 1992. Cotidiano, p. 3.
- COM obras concluídas desde 2015, presídio de Barreiras começa a funcionar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jun. 2017. Bahia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/com-obras-concluidas-desde-2015-presidio-de-barreiras-comeca-a-funcionar.ghtml>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- CONHEÇA as diretrizes dos candidatos ao governo do Paraná nas eleições 2018. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,conheca-as-diretrizes-de-governo-dos-candidatos-ao-governo-do-parana-nas-eleicoes-2018,70002466753>>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- CONTRATO com a Reviver termina e situação do Compajaf está indefinida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 set. 2015. Sergipe. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/09/contrato-com-reviver-termina-e-situacao-do-compajaf-esta-indefinida.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- COTRIM, Jonathas. Pré-candidatos criticam governador após onda de ataques em Minas Gerais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pre-candidatos-criticam-governador-apos-onda-de-ataques-em-minas-gerais,70002346867>>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- COTTA, Sueli. Governo de Minas tenta PPP para presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2008. O País, p. 10.
- CRISE dos presídios não deriva da terceirização. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2017. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-dos-presidios-nao-deriva-da-terceirizacao-20760515>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- DANTAS, Iuri. Governo discute terceirização em prisões. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2004. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1706200419.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- DANTAS, Marcos. “Estado lava mãos”, diz pesquisador espanhol sobre crise prisional no AM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/estado-lava-maos-diz-pesquisador-espanhol-sobre-crise-prisional-no-am.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

- DAUFEMBACK, Valdirene; ATHAYDE LINS DE MELO, Felipe. Análise: Em questão penal, Estado brasileiro é uma tragédia permanente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,analise-em-questao-penal-estado-brasileiro-e-uma-tragedia-permanente,70002134131>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- DÉCIMO, Tiago. Diretor de Penitenciária na BA é preso por corrupção. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 2013. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,diretor-de-penitenciaria-na-ba-e-preso-por-corrupcao,1078735>>. Acesso em: 9 fev. 2019.
- DIAS, José Carlos. Sede de privatização. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 nov. 2003. Opinião, p. 3.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Privatizar sistema penitenciário não resolve problema carcerário. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2001. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd230201.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- DIÓGENES, Juliana. Governo do Amazonas vai mudar gestão de cadeias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 maio 2019. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-do-amazonas-vai-mudar-gestao-de-cadeias,70002847588>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- DORIA diz que vai privatizar presídios paulistas se for eleito. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2018. Vale do Paraíba e Região. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2018/08/21/doria-diz-que-vai-privatizar-presidios-paulistas-se-for-eleito.ghtml>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- DOTTI, René Ariel. A chacina do Carandiru e a privatização dos presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 1992. Cotidiano, p. 4.
- DUARTE, Alessandra; BENEVIDES, Carolina. Penas alternativas reduziram custo da população carcerária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2011. Sociedade. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/penas-alternativas-reduziriam-custo-da-populacao-carceraria-3283155>>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- D'URSO, Luiz Flávio Borges. Privatização do sistema penitenciário. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 1991b. Opinião, p. 4.
- DYNIEWICZ, Luciana. Privatizar por necessidade de fazer caixa é ruim. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 nov. 2017. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,privatizar-por-necessidade-de-fazer-caixa-e-ruim,70002070598>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- ÉBOLI, Evandro; SOUZA, André de. Comissão Nacional da Verdade recomenda criação de órgão permanente por mais investigações. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-nacional-da-verdade-recomenda-criacao-de-orgao-permanente-por-mais-investigacoes-14790442>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

- EDUARDO Leite, candidato ao governo do RS, é entrevistado no Jornal do Almoço. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 set. 2018. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/09/13/eduardo-leite-candidato-ao-governo-do-rs-e-entrevistado-no-jornal-do-almoco.ghml>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- EM CALAMIDADE há 19 meses, sistema prisional potiguar é tema de audiência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 out. 2016. Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/10/em-calamidade-ha-19-meses-sistema-prisional-potiguar-e-tema-de-audiencia.html>>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- EM NOTA, Umanizzare diz cobrar mais caro porque oferece mais serviços. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/em-nota-umanizzare-diz-cobrar-mais-carro-porque-oferece-mais-servicos.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- ESTADO convoca empresas para administrar presídios paulistas. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 maio 2012. Cotidiano, p. 4.
- ESTADO quer contratar nova empresa para gerir presídio no Agreste de AL. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jun. 2014. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/06/estado-quer-contratar-nova-empresa-para-gerir-presidio-no-agreste-de-al.html>>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- EUA começam a adotar as penitenciárias privadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 maio 1984. O Mundo, p. 15.
- EUA têm prisões privadas. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1991, p. 1.
- EXPERIÊNCIA dá lucro nos EUA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1992. Cidades, p. 3.
- FADEL, Evandro. Trabalho em empresa “risca” fuga dos planos em presídio privado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2001. Cidades, p. 5.
- _____. Agentes se unem para criação da polícia penitenciária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2008. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,agentes-se-unem-para-criacao-da-policia-penitenciaria,277291>>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- FARAH, Tatiana; FREIRE, Flávio. Tucano quer leis contra terrorismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2006. O País, p. 4.
- FARIAS, Michelle; COSTA, Waldson. Greve dos agentes penitenciários deixa presos sem visitas em Alagoas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2013. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/08/greve-dos-agentes-penitenciarios-deixa-presos-sem-visitas-em-alagoas.html>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- FERNANDES, Fátima. Consultoria oferece serviço do detento. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2006. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1902200615.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

- FERNANDES, Kamila. Empresa privada presta serviços a penitenciária do Ceará. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 fev. 2001b. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u21021.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- _____. Ceará discute “reestatizar” prisão. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 2005. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0905200510.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- FERNANDES, Nelito. Nem parece uma cadeia. **Época**, Rio de Janeiro, 1 mar. 2008. Brasil. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG82058-6009,00-NEM+PARECE+UMA+CADEIA.html>>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- FERREIRA, Gil Cordeiro Dias. Cartas dos Leitores – Sobre os presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 mar. 2001. Opinião, p. 6.
- FERREIRA, Pedro Paulo. Carta dos Leitores – Presos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1999. Opinião, p. 6.
- FRANCE PRESSE. Governo dos EUA deixará de usar prisões privadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2016. Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/governo-dos-eua-deixara-de-usar-priso-es-privadas.html>>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- FRANCISCO, Luiz. Visitantes são proibidos de levar lanche. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 fev. 2008. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200826.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2018.
- FRANCO, Bernardo Mello. A barbárie que dá lucro. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2017a. Ex-colunista. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2017/01/1847148-a-barbarie-que-da-lucro.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- _____. Não foi acidente, presidente. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017b. Ex-colunista. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2017/01/1847440-nao-foi-acidente-presidente.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- FRIAS, Maria Cristina. Goiás terá PPP de R\$ 1,3 bilhão para complexo penitenciário. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 nov. 2013. Mercado, p. 2.
- GALLO, Ricardo *et al.* Criada pelo mesmo dono, empresa que antecedeu a Umanizzare no Compaj foi inabilitada para licitação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2017. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/criada-pelo-mesmo-dono-empresa-que-antecedeu-a-umanizzare-no-compaj-foi-inabilitada-para-licitacao.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- GODOY, Marcelo. Especialistas são desfavoráveis à privatização de penitenciárias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2000b. Cidades, p. 6.

_____. Para secretário paulista, valor está fora da realidade nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2000c. Cidades, p. 6.

_____. Especialistas propõem sistema misto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2001. Cidades, p. 7.

GOMES, Marcelo. Maranhão dobra gasto com prisão terceirizada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2014. São Paulo. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maranhao-dobra-gasto-com-prisao-terceirizada-imp-,1116385>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

GOVERNO de MG pretende construir mais presídios em regime de PPP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 abr. 2015. Minas Gerais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/04/governo-de-mg-pretende-construir-mais-presidios-em-regime-de-ppp.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

GOVERNO do AM renova contrato com Umanizzare por mais 1 ano, diz Seap. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/governo-do-am-renova-contrato-com-umanizzare-por-mais-1-ano-diz-seap.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

GOVERNO estuda construção de cinco presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2002. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-estuda-construcao-de-cinco-presidios,20020122p54883>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

GOVERNO estuda privatizar presídios no Rio Grande do Norte. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 maio 2015. Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/05/governo-estuda-privatizar-presidios-no-rio-grande-do-norte.html>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

GOVERNO vai construir presídios federais em 5 Estados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 2002. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-vai-construir-presidios-federais-em-5-estados,20021002p20149>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

GUIMARÃES, Fernanda. Meirelles defende corte de despesas e diz que Previdência será votada “tão logo seja possível”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2018. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,meirelles-defende-corte-de-despesas-e-diz-que-previdencia-sera-votada-tao-logo-seja-possivel,70002212206>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

GUIMARÃES, Lúcia. Carandirulândia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2009. Caderno 2, p. 8.

HENRIQUES, Camila. Umanizzare deve mais de R\$ 7 milhões ao Governo do AM em multas por rebeliões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 ago. 2017. Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/umanizzare-deve-mais-de-r-7-milhoes-ao-governo-do-am-em-multas-por-rebelioes.gh.html>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

IGLESIAS, Simone; GAMA, Júnia. Governo planeja privatizar gestão de presídios, creches e hospitais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2016. Brasil. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-planeja-privatizar-gestao-de-presidios-creches-hospitais-20006771>>. Acesso em: 25 out. 2018.

INGLESES propõem prisões privadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1987. *O Mundo*, p. 16.

JESUS, Jesana de. Empresa que administra presídios atua sem autorização no TO, diz PF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017a. Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/01/empresa-que-administra-presidios-atua-sem-autorizacao-no-diz-pf.html>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

_____. No Tocantins, privatização não melhora condições das prisões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017b. Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/01/no-tocantins-privatizacao-nao-melhora-condicoes-das-prisoas.html>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

JINQUEIRA pede fim de prisão para crime leve. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1993. *Cotidiano*, p. 5.

JUIZ de Bragança quer privatizar penitenciárias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 set. 1991. *Cidades*, p. 39.

JUSTIÇA determina interdição imediata do solário de pavilhão em presídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 out. 2016. Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/10/justica-determina-interdicao-imediata-de-pavilhao-de-presidio-em-araguaina.html>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

JUSTIÇA do Maranhão manda governo construir presídios em 60 dias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jan. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/justica-do-maranhao-manda-governo-construir-presidios-em-60-dias-11292853>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

JUSTIÇA pede investimentos mais elevados para enfrentar a crise. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 1991. *Justiça*, p. 4–8.

KATAGUIRI, Kim. Presídios precisam ser privatizados imediatamente. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2017. *Ex-colunistas*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/kim-kataguir/2017/01/1848507-presidios-precisam-ser-privatizados-imediatamente.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. O candidato do MBL. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2018. *Opinião*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2018/03/kim-kataguiri-o-candidato-do-mbl.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

KRUGMAN, Paul. Lobistas, armas e dinheiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2012a. *Internacional*. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,lobistas-armas-e-dinheiro-imp,853826>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

_____. Prisões, privatização e padrinhos. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2012b. *Mundo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/50467-prisoas-privatizacao-e-padrinhos.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

- LAZZARINI, Sérgio. Serviços públicos, gestão privada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2015. Economia & Negócios. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,servicos-publicos--gestao-privada--imp-,1734859>>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- LE MONDE. França aprova criação de prisões privadas. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 nov. 1986. Cidades, p. 20.
- LEALI, Francisco. Uma tragédia anunciada atrás das grades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 mar. 2002b. O País, p. 14.
- LEMGRUBER, Julita. Velhas panaceias para segurança pública. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 out. 2014. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/velhas-panaceias-para-seguranca-publica-14286925>>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- LIFISITCH, Andrezza. Ação popular pede suspensão de contrato da Umanizzare com governo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/acao-popular-pede-suspensao-de-contrato-da-umanizzare-com-governo.html>>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- LOMBARDI, Renato. Delegado ouve amanhã presos, guardas e PMs. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 1982. Cidades, p. 1.
- _____. Sistema precisa de 40 penitenciárias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1992b. Cidades, p. 3.
- _____. Centralização de compras evitará desvio de verbas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 abr. 1993. Cidades, p. 6.
- _____. Secretário considera serviço “indelegável”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1997. Cidades, p. 9.
- LOPES, Beth. Inglaterra tenta cortar custos com concessões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1997. Cidades, p. 9.
- LUCENA, Rodolfo. Autor critica sistema penal severo dos EUA. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 ago. 2014. Mundo, p. 4.
- MAGGIE, Yvonne. A situação dramática das prisões no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 abr. 2013. Plat B. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2013/04/12/a-situacao-dramatica-dos-presos-provisorios-no-pais/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- MANDL, Carolina. Pernambuco lança PPP para construir presídio. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2008. Brasil, p. A4.
- MARCELLO, Antonio. Procurador é contra privatizar presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1993. Cidades, p. 2.
- MARCELLO, João. O crime compensa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 maio 1992b. Opinião, p. 6.

- MARIZ, Renata. “Construção de presídios não resolve o problema carcerário”, diz secretária de Direitos Humanos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017a. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/construcao-de-presidios-nao-resolve-problema-carcerario-diz-secretaria-de-direitos-humanos-20738923>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- _____. Gestora de presídio em Manaus foi denunciada em Tocantins por Pastoral Carcerária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2017b. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/gestora-de-presidio-em-manaus-foi-denunciada-em-tocantins-por-pastoral-carceraria-20763631>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- MARIZ, Renata; SOUZA, André de. “A corrupção é o maior problema do sistema penitenciário”, diz ministro da Justiça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/a-corrupcao-o-maior-problema-do-sistema-penitenciario-diz-ministro-da-justica-20762093>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- MARQUES, José. Prisões-modelo, como a do goleiro Bruno, fazem seleção de presos em MG. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847457-prisoos-modelo-como-a-do-goleiro-bruno-fazem-selecao-de-presos-em-mg.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- MARQUES, Toni. Economia ainda por ser provado nos EUA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2003. O País, p. 3.
- MASCHIO, José; FERNANDES, Kamila. Paraná põe fim à terceirização de presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2006. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2008200619.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- MEDEIROS, Agnelo Maia Borges de. Cartas dos Leitores – Redução de Penas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 out. 1997. Opinião, p. 6.
- MELLO, Rodney. Nos EUA, particular administrando prisões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1984. p. 19.
- MENA, Fernanda. Facções criminosas se alimentam das falhas do Estado, diz pesquisadora. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847985-faccoes-criminosas-se-alimentam-das-falhas-do-estado-diz-pesquisadora.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- MENDES, Lucas. Menos castigo, menos crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2012. Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/03/lucas-mendes-menos-castigo-menos-crime.html>>. Acesso em: 1 fev. 2019.
- MENDES, Vannildo. Privatização é desestimulada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 2008. Cidades, p. 4.
- MING, Celso. Prisões privatizadas (1). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 maio 2006a. Economia & Negócios, p. 2.
- _____. Prisões privatizadas (2). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 maio 2006b. Economia & Negócios, p. 2.

- MINHOTO, Laurindo Dias. O negócio das prisões. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 2008. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0905200809.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- MINISTRO da Justiça não quer presídios privatizados. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 1993. Cotidiano, p. 8.
- MINISTRO descarta construção de presídios federais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2002. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-descarta-construcao-de-presidios-federais,20020604p17759>>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- MONTEIRO, Sônia. Diretor da cadeia aponta negligência em fuga. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 1996. p. 7.
- MORAES, Maria Teresa. “Portal” pode gerar gueto, diz sociólogo. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2001. Vale. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/vale/vl1803200110.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- MP aponta indícios de irregularidades e pede fim de contrato com administradoras de presídios do AM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/mp-aponta-indicios-de-irregularidades-pede-fim-de-contrato-com-administradoras-de-presidios-do-am-20728972>>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- MP de AL investiga gastos com detentos no Presídio do Agreste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2014. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/03/mp-de-al-investiga-gastos-com-detentos-no-presidio-do-agreste.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- MP-AL investiga se agentes do presídio do Agreste acumulam cargos de forma ilegal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2017. Alagoas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/mp-al-investiga-se-agentes-do-presidio-do-agreste-acumulam-cargos-de-forma-ilegal.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- MPE investiga contrato com empresa que administra presídios no Tocantins. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017. Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/01/mpe-investiga-contrato-com-empresa-que-administra-presidios-no-tocantins.html>>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- MUGGAH, Robert. Cultura do sadismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 ago. 2014. Opinião. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,cultura-do-sadismo,1538585>>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- NÉRI, Felipe. Deputado que relatou CPI do sistema carcerário pede intervenção no MA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 jan. 2014. Maranhão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/01/deputado-que-relatou-cpi-do-sistema-carcerario-pede-intervencao-no-ma.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- NÊUMANNE, José. Joice diz que PT se mostrou uma quadrilha, não um partido. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 out. 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/joyce-diz-que-pt-se-mostrou-uma-quadrilha-nao-um-partido/>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

- NEVES, Aécio. Prisão deve ser lugar de justiça, não de vingança da sociedade. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2017. Ex-colunistas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/aecioneves/2017/01/1848127-prisao-deve-ser-lugar-de-justica-nao-de-vinganca-da-sociedade.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- NOBREGA, Clemente. Edição extraordinária. **Época**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2009. Ideias e Inovação. Disponível em: <<http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/ideiaseinovacao/2009/06/17/edicao-extraordinaria/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- NOLETO, Marília. Tentativa de fuga em presídio de Goiânia acirra crise penitenciária no Estado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2018. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,tentativa-de-fuga-em-presidio-de-goiania-acirra-crise-penitenciaria-no-estado,70002147187>>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- NOVAES, Washington. Justiça, prisões, impostos, onde ficam as soluções? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2014. Opinião. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,justica-prisoos-impostos-onde-ficam-as-solucoes-imp-,1544179>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- O DIA a dia nas celas privatizadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2012. Página 2, p. 2.
- OAB propõe reforma “profunda e possível” em presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 2001. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,oab-propoe-reforma-profunda-e-possivel-em-presidios,20010323p17891>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- OTTOBONI, Júlio. Cadeia que é modelo para a ONU poderá ser desativada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 abr. 1993. Cidades, p. 7.
- PAES MANSO, Bruno. Meus crimes são contra o Estado e empresas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 maio 1996. Cidades, p. 10.
- _____. SP construirá 3 complexos de prisões privadas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 2013. São Paulo. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-construira-3-complexos-de-prisoos-privadas-imp-,1075138>>. Acesso em: 3 fev. 2019.
- PAGNAN, Rogério. Governo de SP vai conceder presídios à iniciativa privada. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 maio 2019. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/governo-de-sp-vai-conceder-presidios-a-iniciativa-privada.shtml>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- PALHARES, Isabela. Entidades denunciam violações em Pedrinhas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2015. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-denunciam-violacoes-em-pedrinhas,1734765>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- PARAGUASSU, Lisandra. No Brasil, 46% aceitam pena de morte e 51%, prisão perpétua. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2011. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,no-brasil-46-aceitam-pena-de-morte-e-51-prisao-perpetua,787757>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

- PARANÁ constrói presídio com método usado nos EUA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2002. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,parana-constroi-presidio-com-metodo-usado-nos-eua,20020430p16992>>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- PARECER da ONU de 2015 cita presídio de Manaus: “exemplo de descontrole”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017. Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/parecer-da-onu-de-2015-cita-presidio-de-manaus-exemplo-de-descontrole.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- PENNAFORT, Roberta. Primeira PPP para construção de presídios será no Maranhão, diz Jungmann. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2018. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,primeira-ppp-para-construcao-de-presidios-sera-no-maranhao-diz-jungmann,70002448322>>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- PEREIRA, Merval. Novo patamar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017c. Opinião. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/novo-patamar.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- PEREIRA, Vitor Germano. Só agora. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2012a. Opinião, p. 15.
- _____. Óbvio ululante. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 nov. 2012b. Fórum dos Leitores. Disponível em: <<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores-imp,-961651>>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- PERON, Isadora. Estudante que tenta refundar a Arena tem bolsa no ProUni. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2012. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,estudante-que-tenta-refundar-a-arena-tem-bolsa-no-prouni,961183>>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- PFALLER, Petra. A privatização dos presídios é uma saída para a crise carcerária? NÃO. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2019. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinio/2019/04/a-privatizacao-dos-presidios-e-uma-saida-para-a-cri-se-carceraria-nao.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- PHILLIPS, Kristine. Prisões privadas americanas são acusadas de explorar imigrantes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 mar. 2017. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/priso-es-privadas-americanas-sao-acusadas-de-explorar-imigrantes-21016427>>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Ministro da Justiça da França pede privatização das prisões. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 1986. Cidades, p. 10.
- PINHONI, Marina. Doria anuncia que vai privatizar novos presídios do estado de SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jan. 2019. São Paulo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/18/doria-anuncia-que-vai-privatizar-novos-presidios-do-estado-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2019.
- POMPEU, Carmen; FADEL, Evandro; FRAZÃO, Eliana. Estados reassumem presídios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2008. Brasil. Disponível em:

<<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,estados-reassumem-presidios,236565>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

PRESIDENTE da OAB-SP defende privatização de presídios em SP. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2008. Cotidiano. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/09/448149-presidente-da-oab-sp-defende-privatizacao-de-presidios-em-sp.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PRESÍDIO em regime de PPP em Minas divide opiniões de especialistas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2017. Minas Gerais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/presidio-em-regime-de-ppp-em-minas-divide-opinioes-de-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PRESOS explodem muro e fogem de cadeia no Tocantins. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 nov. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presos-explodem-muro-e-fogem-de-prisao-no-tocantis,70002073370>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PRIMEIRA prisão privada do Brasil é inaugurada. **Época**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2013. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2013/01/primeira-prisao-privada-do-brasil-e-inaugurada.html>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

PRISÕES privadas têm interessados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1988. O País, p. 9.

PRIVATIZAÇÃO de presídios é aprovada em São Paulo. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 1992. Cotidiano, p. 3.

PRIVATIZAÇÃO de prisões provoca polêmica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jun. 1989. O Mundo, p. 38.

PRIVATIZAÇÃO preocupa. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 1989. Cidades, p. 5.

PROJETO já interessa a 16 prefeituras paulistas. **O Globo**, São Paulo, 10 abr. 1992. Grande Rio, p. 16.

QUEVEDO, Silvia. Custo de preso sobe para 5,2 salários mínimos. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 1995. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/26/cotidiano/19.html>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RAATZ, Luiz; HOLANDA, Marianna. “Não acredito em salvador da pátria”, diz Amôedo na sabatina Estadão/Faap. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nao-acredito-salvador-da-patria-diz-amoe-do-na-sabatina-estadaofaap,70002476810>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

RACY, Sonia. Existe hoje uma política nefasta e errada de encarceramento em massa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2014. Cultura. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/existe-hoje-uma-politica-nefasta-e-errada-de-encarceramento-em-massa/>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

- RAMALHO, Renan. Especialistas da ONU também alertaram para risco de rebelião no Amazonas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2017b. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/especialistas-da-onu-tambem-alertaram-para-risco-de-rebeliao-no-amazonas.ghml>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- REINA, Eduardo. Lembo já cogitava privatização. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2008. Cidades, p. 3.
- REINA, Eduardo; PENNAFORT, Roberta. MP teme que crime assuma cadeias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2006. Cidades, p. 3.
- REMIGIO, Marcelo. Espírito Santo vira modelo de recuperação do sistema prisional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/espírito-santo-vira-modelo-de-recuperacao-do-sistema-prisional-20776859>>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- RESK, Felipe; TOLEDO, Luiz Fernando. TCE-AM nega pedido para suspender contratos de presídios do AM. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017b. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,tce-am-nega-pedido-para-suspender-contratos-de-presidios-do-am,10000098529>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- RIBEIRO, Bruno. Para especialista, gestão privada de presídios depende de ação do Estado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,para-especialista-gestao-privada-de-presidios-depender-de-acao-do-estado,10000099116>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- RIBEIRO, Efrém; JUNGBLUT, Cristiane; ÉBOLI, Evandro. Greve de polícia leva governador a prender suspeito. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jul. 2001. O País, p. 8.
- RODRIGUES, Karine. Maurício Corrêa diz que prisões do País são arcaicas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2003. Cidades, p. 4.
- SÁIDAS podem ser privatização e penas alternativas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1995. O País, p. 12.
- SALGADO, Raquel; MANDL, Carolina. Controversa, privatização de presídios começa a ser adotada. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2008b. Especial, p. A22.
- _____. Bahia, RS e Ceará também querem ampliar limites. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2008c. Brasil, p. A5.
- SANTOS, Uélton. Vamos às soluções. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 dez. 1999. Espaço Aberto, p. 2.
- SÃO PAULO poderá ter prisões em parceria com a iniciativa privada. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 2012. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/44006-sao-paulo-podera-ter-prisoas-em-parceria-com-a-iniciativa-privada.shtml>>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- SATRIANO, Nicolás. Wilson Witzel estuda que locais do RJ poderão receber novos presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2018. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/31/wilson-witzel->

estuda-que-locais-do-rj-poderao-receber-novos-presidios.ghml>. Acesso em: 9 mar. 2019.

SCHÜLER, Fernando. Além das grades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 2014. Aliás. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,alem-das-grades,1522460>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

_____. Nós que amamos tanto o estado. **Época**, Rio de Janeiro, 18 set. 2016. Colunas. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/fernando-schuler/noticia/2016/09/nos-que-amamos-tanto-o-estado.html>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SECRETÁRIA nacional de Justiça elogia terceirização nos presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2001b. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33843.shtml>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SECRETÁRIO afirma que privatização de cadeias começa por Bragança. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1991. p. 1.

SEIDL, Antonio Carlos. Thatcher decide privatizar prisões e provoca polêmica. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 1987. Cidades, p. 10.

SERVIDORES penitenciários iniciam paralisação de 72 horas na Bahia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2016. Bahia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/08/servidores-penitenciarios-iniciam-paralisacao-de-72-horas-na-bahia.html>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SEVERIANO, Adneison. Agente flagrado com celulares em presídio no AM receberia R\$ 500 por entrada de cada aparelho, diz Seap. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 set. 2017. Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/agente-flagrado-com-celulares-em-presidio-no-am-receberia-r-500-por-entrada-de-cada-aparelho-diz-seap.ghml>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SICA, Leonardo. A solução é prender menos. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2014. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/01/1399363-leonardo-sica-a-solucao-e-prender-menos.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SILVA FILHO, José Vicente de. O que mais falta é inteligência. **Época**, Rio de Janeiro, 18 jan. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/01/coronel-jose-vicente-da-silva-filho-o-que-mais-falta-e-inteligencia.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

SIMAS FILHO, Mário. Presos serão tratados com “linha dura”. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 jun. 1992. Cotidiano, p. 3.

SINDAPEN denuncia irregularidades na gestão do presídio do Agreste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2014. Alagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/01/sindapen-denuncia-irregularidades-na-gestao-do-presidio-do-agreste.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SINDICALISTAS questionam contrato. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2001. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1803200111.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SISTEMA condenado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 out. 1992. Opinião, p. 6.

SISTEMA penitenciário dos EUA rumo à privatização. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1984. O Mundo, p. 16.

SITUAÇÃO é precária. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1991. p. 1.

SOUTO, Vera. Administradora de presídio no AM alertou secretaria de risco de visitas no fim do ano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/administradora-de-presidio-no-am-alertou-secretaria-de-risco-de-visitas-no-fim-do-ano.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2019.

SOUZA, André de. “É como uma bomba atômica. Você tem, mas não quer usar”, diz Jungmann sobre intervenção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 fev. 2018a. Rio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/e-como-uma-bomba-atmica-voce-tem-mas-nao-quer-usar-diz-jungmann-sobre-intervencao-22442114>. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. Jungmann anuncia parceria com empresas para construir presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 fev. 2018b. Rio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/jungmann-anuncia-parceria-com-empresas-para-construir-presidios-22442050>. Acesso em: 29 nov. 2018.

SOUZA, Felipe. Construir presídios não é solução para crise carcerária, diz Gilmar Mendes. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847500-construir-presidios-nao-e-solucao-para-crise-carceraria-diz-gilmar-mendes.shtml>. Acesso em: 6 out. 2016.

STOCHERO, Tahiane. MP pede fim de contrato com administradoras de presídios do AM após rebelião. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jan. 2017. Amazonas. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/mp-pede-rescisao-dos-contratos-de-empresas-que-administram-penitenciaria-no-am.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2019.

STRAZZER, Felipe. Sartori e Leite foram os principais alvos em debate da Band no Rio Grande do Sul. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2018. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,sartori-e-leite-foram-os-principais-alvos-em-debate-da-band-no-rio-grande-do-sul,70002457416>. Acesso em: 11 jan. 2019.

SUPERLOTAÇÃO e falta de segurança são identificadas em prisões do TO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2013. Tocantins. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2013/12/superlotacao-e-falta-de-seguranca-sao-identificadas-em-prisoas-do.html>. Acesso em: 4 fev. 2019.

SUSSEKIND, Elizabeth. Por que não. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2001. Opinião, p. 6.

TANJI, Thiago. Prendemos muito e prendemos mal: o problema das prisões no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jan. 2017. Revista Galileu. Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/01/prendemos-muito-e-prendemos-mal-o-problema-das-prisoos-no-brasil.html>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

TEIXEIRA, André *et al.* Casa modesta no CE é a residência registrada de diretora da Umanizzare. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. Ceará. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/01/casa-modesta-no-ce-e-residencia-registrada-de-diretora-da-umanizzare.html>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

TERCEIRIZAÇÃO de prisões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2013. Opinião. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,terceirizacao-de-prisoos-imp-,989697>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

TOLEDO, José Roberto de. Prisão de ideias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2017. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/prisao-de-ideias/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

TRIBUNAL de Contas define prazo para auditoria em contratos da Umanizzare. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2017. Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/01/tribunal-de-contas-define-prazo-para-auditoria-em-contratos-da-umanizzare.html>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

TRIBUNAL de Contas fará auditoria nos presídios e contratos da Umanizzare. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2017. Tocantins. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/01/tribunal-de-contas-fara-auditoria-nos-presidios-e-contratos-da-umanizzare.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

TRINDADE, Eliane. Sem polícia, 48 presídios desafiam facções e indústria carcerária no país. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2018. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2018/04/sem-policia-48-presidios-desafiam-faccoes-e-industria-carceraria-no-pais.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UMANIZZARE é dona de 8 presídios e tem capital social de R\$ 62 milhões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jan. 2017. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/umanizzare-e-dona-de-8-presidios-e-tem-capital-social-de-r-62-milhoes.ghtml>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

UMANIZZARE GESTÃO PRISIONAL. Nota de Umanizzare. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2017. Mercado, p. 15.

VALENTE, Rubens. Presídios estaduais são “escritórios de organizações criminosas”, diz juiz. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2017. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1935316-presidios-federais-sao-escriptorios-de-organizacoes-criminosas-diz-juiz.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VAN NATTA, JR., Don. Prisões privadas são nova fonte de lucros nos EUA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1995. O Mundo, p. 18.

VASCONCELOS, Adriana; CARVALHO, Jailton de. Governo estuda privatizar prisões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 2001. O País, p. 9.

VASCONCELLOS, Fábio. Rio estuda passar para iniciativa privada administração de presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 maio 2007. Rio, p. 19.

VEJA o que se sabe sobre a Umanizzare, administradora de presídio no AM onde 56 presos morreram. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. São Paulo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/veja-o-que-se-sabe-sobre-a-umanizzare-administradora-de-presidio-no-am-onde-56-presos-morreram.ghml>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

VEJA propostas dos candidatos ao governo de São Paulo. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 out. 2018. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-propostas-dos-candidatos-ao-governo-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

VELASCO, Clara. Mais da metade dos agentes da Pastoral Carcerária já teve visita a prisões suspensa sem aviso prévio, aponta relatório. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/mais-da-metade-dos-agentes-da-pastoral-carceraria-ja-teve-visita-a-prisoos-suspensa-sem-aviso-previo-aponta-relatorio.ghml>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

VELASCO, Clara; D'AGOSTINO, Rosanne; REIS, Thiago. Número de presos dobra em 10 anos e passa dos 600 mil no país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2015. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/numero-de-presos-dobra-em-10-anos-e-passa-dos-600-mil-no-pais.html>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

VERSIANI, Isabel. Brasil faz licitação para 52 novos presídios. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1998. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff22089826.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

VICENTE DA SILVA FILHO, José. Terceirização de prisões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 fev. 2013. Fórum dos Leitores. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores-imp,992671>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

VOCÊ entraria nessa? **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1991. p. 1.

WASSERMANN, Rogerio. Pena alternativa é a solução, dizem especialistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 1999. Cidades, p. 4.

WERNECK, Antônio. Crônica de um massacre anunciado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. País, p. 3.

WERNECK, Felipe. Quem pede redução não terá seu filho torturado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jul. 2015. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/quem-pede-reducao-nao-tera-seu-filho-torturado,1719329>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

WILSON Witzel: as promessas do candidato do PSC ao governo do RJ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 out. 2018. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/wilson-witzel-as-promessas-do-candidato-do-psc-ao-governo-do-rj.ghml>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

YAZBEK, Ricardo. Combate à violência exige coordenação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 1996. Esportes, p. 4.

YEGINSU, Ceylan. Reino Unido retoma da iniciativa privada presídio mergulhado no caos. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2018. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/reino-unido-retoma-da-iniciativa-privada-presidio-mergulhado-no-caos.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ZYLBERGELD NETO, David. Para começar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1998. Espaço Aberto, p. 2.